

Renato Miguel Basso

A semântica das relações anafóricas entre eventos

Tese apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem,
da Universidade Estadual de Campinas, como requisito
parcial para obtenção do título de Doutor em Linguística

Orientador: Prof. Dr. Edson Françaço

Campinas

2009

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp

B295s Basso, Renato Miguel.
A semântica das relações anafóricas entre eventos / Renato Miguel Basso. -- Campinas, SP : [s.n.], 2009.

Orientador : Edson Françaço.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Eventos. 2. Anáfora (Linguística). 3. Pragmática. 4. Indexical (Semântica). 5. Semântica. I. Françaço, Edson. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

tjj/iel

Título em inglês: The semantics of anaphoric relations between events.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Events; Anaphora (Linguistic); Pragmatics; Indexicals (Semantic); Semantic.

Área de concentração: Linguística.

Titulação: Doutor em Linguística.

Banca examinadora: Prof. Dr. Edson Françaço (orientador), Prof. Dr. Rodolfo Ilari, Prof. Dr. José Borges Neto, Profa. Dra. Ana Lúcia Muller, Prof. Dr. Sérgio de Moura Menuzzi, Profa. Dra. Maria José Foltran (suplente), Profa. Dra. Teresa Cristina Wachowicz (suplente), Profa. Dra. Monica Graciela Zoppi-Fontana.

Data da defesa: 14/10/2009.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Linguística.

BANCA EXAMINADORA:

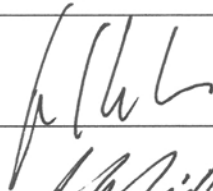
Edson Françaço



Rodolfo Ilari



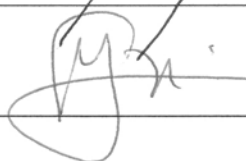
José Borges Neto



Ana Lucia de Paula Muller



Sérgio de Moura Menuzzi



Maria José Gnatta Dalcuche Foltran

Teresa Cristina Wachowicz

Monica Graciela Zoppi Fontana

IEL/UNICAMP

2009

Sumário

Sumário detalhado.....	vii
Resumo.....	ix
Abstract.....	xi
Agradecimentos.....	xiii
 Introdução Geral.....	 3
 Parte 1 – Um pouco sobre eventos, anáfora e anáfora de eventos.....	 9
Introdução à parte 1.....	11
Capítulo 1 – Um pouco sobre eventos e entidades abstratas.....	13
Capítulo 2 – Um pouco sobre anáfora, dêixis e termos singulares.....	45
Coda – As leituras da anáfora de eventos como eventos sendo particulares e as configurações de anáfora de eventos.....	67
 Parte 2 – Retomada de eventos com antecedentes sentenciais.....	 71
Introdução à parte 2 e terminologia.....	73
Capítulo 3 – O quebra-cabeça do 'isso' anafórico: as peças.....	77
Capítulo 4 – Juntando as peças do quebra-cabeça do 'isso' anafórico.....	127
Capítulo 5 – Descrições demonstrativas.....	157
Capítulo 6 – Algumas pontas soltas.....	167
 Parte 3 – Retomada de eventos com antecedentes não-sentenciais.....	 175
Introdução à parte 3.....	177
Capítulo 7 – Nominalizações e nomes que se referem a eventos na semântica de eventos..	181
Capítulo 8 – Anáfora de eventos com antecedentes não-sentenciais.....	201
Coda – Outras configurações de anáfora de eventos.....	217
 Considerações Finais.....	 223
 Bibliografia.....	 231

Sumário detalhado

Resumo.....	ix
Abstract.....	xi
Agradecimentos.....	xiii
Introdução Geral.....	3
Parte 1 – Um pouco sobre eventos, anáfora e anáfora de eventos.....	9
Introdução à parte 1.....	11
Capítulo 1 – Um pouco sobre eventos e entidades abstratas.....	13
1.1. – Argumentos que favorecem uma ontologia de eventos.....	15
1.2. – Natureza dos eventos e contraparte linguística.....	19
1.2.1. – Abordagens reducionistas da natureza dos eventos.....	22
(a) Eventos como particulares.....	22
(b) Eventos como universais.....	24
1.2.2. – Abordagens não-reducionistas da natureza dos eventos.....	25
1.3. – O tratamento de eventos como particulares.....	28
1.4. – Balanço sobre os eventos.....	33
1.5. – As entidades abstratas na linguística.....	36
(a) Proposições.....	38
(b) Fatos.....	39
1.6. – Natural Language Metaphysics (NLM).....	41
Capítulo 2 – Um pouco sobre anáfora, dêixis e termos singulares.....	45
2.1. – Primeiros olhares sobre anáfora de eventos: termos singulares para eventos?.....	54
2.1.1. – Termos singulares.....	56
2.1.2. – Termos singulares para eventos: as nominalizações.....	58
2.1.3. – Termos singulares para eventos: as sentenças.....	60
2.1.4. – O que serve de antecedente em anáforas de eventos?.....	63
Coda – As leituras da anáfora de eventos como eventos sendo particulares e as configurações de anáfora de eventos.....	67
Parte 2 – Retomada de eventos com antecedentes sentenciais.....	71
Introdução à parte 2 e terminologia.....	73
Capítulo 3 – O quebra-cabeças do 'isso' anafórico: as peças.....	77
3.1. – O estatuto semântico dos pronomes e das descrições demonstrativas.....	85
3.1.1. – Semântica dinâmica, definidos e demonstrativos.....	102
3.1.2. – Estendendo a proposta de Wolter aos pronomes demonstrativos.....	108
3.1.3. – Pronomes demonstrativos em PB.....	111
3.2. – Os contêineres de Vendler.....	118
3.3. – O alcance referencial do ‘isso’ anafórico.....	120

3.4. – Pequeno Balanço do estatuto semântico do 'isso'.....	123
Capítulo 4 – Juntando as peças.....	127
4.1. – A análise de Webber (1988, 1991).....	127
4.1.1. – Apreciação da teoria de Webber e o impasse.....	134
4.2. – A análise quantificacional do 'isso' anafórico.....	140
4.3. – A análise de Asher (1993).....	144
4.4. – Eventos e a extração de referentes.....	148
4.5. – Mais sobre o 'isso' e um rápido olhar sobre a nominalização.....	150
Capítulo 5 – Descrições Demonstrativas.....	157
5.1. – Encapsulamento anafórico.....	158
5.2. – Eventos e descrições demonstrativas.....	160
5.3. – Pequeno balanço das retomadas com antecedentes-sentenciais.....	163
Capítulo 6 – Algumas pontas soltas.....	167
6.1. – Anáfora e indexicais: iguais ou diferentes?.....	167
6.2. – Saliência.....	168
6.3. – O papel das classes acionais e do aspecto.....	169
Parte 3 – Retomada de eventos com antecedentes não-sentenciais.....	175
Introdução à parte 3.....	177
Capítulo 7 – Nominalizações e nomes que se referem a eventos na semântica de eventos.....	181
7.1. – As nominalizações: análise semântica e tipologia.....	181
7.1.1. – As nominalizações de termos.....	183
(a) A denotação das nominalizações de termos.....	184
(b) Definitude das nominalizações de termos.....	186
7.1.2. – As nominalizações sentenciais.....	187
(a) A denotação das nominalizações sentenciais.....	190
(b) Definitude das nominalizações sentenciais.....	190
7.2. – Os nomes que se referem a eventos.....	196
7.3. – Nominalizações e termos singulares para eventos.....	197
Capítulo 8 – Anáfora de eventos com antecedentes não-sentenciais.....	201
8.1. – Antecedentes não-sentenciais e 'isso'.....	202
8.2. – Antecedentes não-sentenciais e descrições demonstrativas.....	204
8.3. – Antecedentes não-sentenciais e descrições definidas.....	205
8.4. – Antecedentes não-sentenciais e pronomes pessoais.....	210
8.5. – Antecedentes não-sentenciais e eventos complexos.....	211
8.6. – Balanço das anáforas de evento com antecedentes não-sentenciais.....	213
Coda – Outras configurações de anáfora de eventos.....	217
Considerações Finais.....	223
Bibliografia.....	231

Resumo

Nesta tese, avaliamos a afirmação de Davidson (1967) de que a anáfora de eventos e a anáfora de objetos ordinários lançam mão dos mesmos recursos linguísticos. Davidson usa a evidência da anáfora não apenas para postular eventos na ontologia, mas também como um argumento a favor de considerá-los como objetos ordinários (como particulares). No entanto, ao investigarmos os mecanismos linguísticos mobilizados na anáfora de eventos, encontramos grandes diferenças em comparação com o que encontramos na anáfora de objetos (em geral, linguisticamente veiculados através de nomes ou de descrições), levando-nos a colocar a afirmação de Davidson sob suspeita.

Na primeira parte da tese, apresentamos e defendemos uma versão da teoria de eventos postulada por Davidson que os trata como objetos ordinários (particulares). Analisamos também as teorias que tomam eventos como propriedades de momentos de tempo e teorias que tomam eventos como entidades proposicionais. Cada uma dessas teorias tem seus méritos e problemas, mas o intuito é nos mantermos o mais próximo à formulação de Davidson para avaliarmos suas afirmações quanto à anáfora de eventos. Ainda na primeira parte, investigamos as relações entre dêixis e anáfora, um tema que envolve quaisquer discussões sobre termos usados anaforicamente.

Na segunda parte da tese, nosso olhar volta-se para a anáfora de eventos cujos antecedentes são expressões sentenciais (i.e., que não são DPs). Diante de tais antecedentes, os termos anafóricos preferenciais são demonstrativos, e investigamos o pronome demonstrativo 'isso' e descrições demonstrativas da forma 'esse/essa/aquele/aquela N'. Apresentamos o estado-da-arte dos estudos sobre demonstrativos, salientando que eles podem ser tratados como termos referenciais ou como termos quantificacionais. Dado que o debate é bastante complexo e ainda incipiente, apresentamos duas análises de retomadas de eventos com demonstrativos: uma que os toma como termos referenciais, e outra que os toma como termos quantificacionais. Contudo, apesar dessa diferença nas análises, o resultado a que chegamos é semelhante, e mostra que os mecanismos por trás da anáfora de eventos são mais próximos da anáfora de entidades proposicionais do que da anáfora de objetos ordinários, contrariando a tese davidsoniana.

Na terceira parte, analisamos a retomada de eventos em que o antecedente é uma estrutura nominal (i.e., DPs) e cujos termos anafóricos preferenciais são descrições definidas e demonstrativas. Nesta parte, investigamos a semântica das nominalizações e sua relação com eventos veiculados por

verbos de ação flexionados. Assumimos, como é comum na literatura sobre eventos, que uma sentença com verbo de ação flexionado e sua contraparte com nominalização têm a mesma forma lógica. Mostramos que tal assunção leva a resultados indesejados quando consideramos a anáfora de eventos, que se situam, também nessa configuração, mais próxima da anáfora de entidades proposicionais.

Na conclusão, apontamos que adotar a noção de evento como um objeto a partir do fenômeno da anáfora não se sustenta, já que a anáfora de eventos se assemelha em muito à anáfora de entidades abstratas, como as proposições, e não à anáfora de objetos. Tal conclusão tem consequências para as teorias semânticas contemporâneas que ingenuamente equiparam eventos a objetos.

Palavras-chave: eventos, anáfora, demonstrativos, indexicais, pragmática

Abstract

In this thesis, we evaluated Davidson's (1967) statement according to which event anaphora and (ordinary) object anaphora use the same linguistic resources. Davidson uses the evidence of anaphora not only to postulate events in the ontology but also as an argument for considering them as ordinary objects (as individuals). However, as we investigate the linguistic mechanisms mobilized in event anaphora and the ones mobilized in (ordinary) object anaphora we found significant differences, a conclusion which compromises Davidson's assumptions about the metaphysics of events.

In the first part of this thesis, we present and defend a version of the theory of events postulated by Davidson that treats them as individuals in the same way as other objects. We look briefly at other theories that take events as properties of moments of time and theories that take events as propositional entities. Each of these theories has their merits and problems, but our intention is to follow Davidson's formulation closely, in order to evaluate his claims about anaphora event. We investigate the differences between deixis and anaphora, a theme that involves any discussion of the terms used in anaphora.

In the second part, our attention goes to event anaphora when the antecedents are sentential expressions (i.e., that are not DPs). With this kind of antecedent, the preferred anaphoric terms are demonstratives, and we investigate the demonstrative pronoun 'isso' and demonstrative descriptions ('esse / essa / aquele / aquela N'). We present the state-of-the art of the studies of demonstrative, noting that they can be treated as referring or as quantificational expressions. Since the debate is very complex and still in its beginning, we present two analysis of event anaphora with sentential antecedents: one that takes the anaphoric terms as referential, and one that takes them as quantificational. However, despite this difference in the analysis, the result we reached is similar, and it shows that the mechanisms behind the anaphora of events are closer to the anaphora of propositional entities than to the anaphora of ordinary objects, against the Davidsonian thesis.

In the third part, we analyze the anaphora of events in which the antecedent is a nominal structure (i.e., DPs); with this kind of antecedent the preferred anaphoric terms are definite and demonstrative descriptions. We also investigate the semantics of nominalizations and their relationship to events conveyed by inflected action verbs. We assume, as is common practice in the literature on events, that sentences with an inflected action verb and their nominalized counterparts have the same

logical form. We show that this assumption leads to undesired results when we consider event anaphora.

In the conclusion, we point out that adopting the concept of event as an object can not be sustained from the point of view of anaphoric phenomena, since event anaphora resembles the anaphora of abstract entities such as propositions, and not object anaphora. This conclusion has implications for contemporary semantic theories which naively equate events and objects.

Keywords: events, anaphora, demonstratives, indexicals, pragmatics

Agradecimentos

Uma tese de doutorado é uma empreitada apenas aparentemente solitária. E, no caso desta tese, há a participação fundamental de várias pessoas, às quais eu gostaria de agradecer explicitamente.

Ao Edson e ao Ilari, companheiros de inúmeras empreitadas, não tenho palavras para agradecer por tudo o que fizeram para eu chegar até aqui. São tantas as coisas que eu poderia mencionar aqui... mas vou dizer apenas um sincero “Muito obrigado!”, e desejar que continuemos as empreitadas.

Aos membros da banca eu queria agradecer e muito pela enorme disposição em aceitar participar de uma defesa em tempo recorde. Ana, Sérgio e Borges, muito obrigado!

Agradeço enormemente aos membros suplentes, que também toparam esta defesa em um tempo mais do que curto. Mazé, Teca e Monica, muito obrigado!

Ao Sérgio e ao Borges agradeço também pelos vários comentários feitos na qualificação; sem esses comentários o texto certamente seria menos rico e traria muito, muito mais equívocos.

Pablo, Malu, Lou, Antonio, Laudino, Gustavo, Eduardo, Matheus, Luiz Carlos, Rodrigo (primo!), Rogério... puxa!... o que dizer hein?... muito obrigado! Pelo companheirismo, pelo apoio, pelas lições, pelas diversões, muito obrigado por tudo!

Minha família – dispersa entre Rio Claro, Florianópolis e Dublin – tem um papel de suma importância neste trabalho e merecem todos os agradecimentos que eu puder dar. Muito obrigado a todos vocês!

Sem o carinho, o incentivo, a inteligência, o constante apoio e dedicação da Roberta eu não conseguiria fazer esta tese.

Um agradecimento especial vai pra Mazé. Talvez ela não saiba, mas tudo o que escrevi nesta tese é uma longa e tortuosa resposta aos comentários que ela fez para um texto meu e do Ilari para ANPOLL de 2004. Na época, infelizmente, não pudemos nos sentar para conversar sobre os comentários que ela fez, e o resultado é o presente texto. Bom Mazé, espero que, pelo menos por conta de seu tamanho, este texto incite um monte de conversas!

À Roberta,
pela paciência

Ao Edson e ao Ilari,
pela amizade, pelas conversas, pelas ideias

não necessariamente nessa ordem...



HARRIS, S. **A ciência ri: o melhor de Sidney Harris.** São Paulo: Editora da Unesp, 2007, p. 77.

Introdução Geral

A questão da anáfora de eventos, apesar de ser pouco tratada na literatura se a compararmos à anáfora nominal, está presente logo no primeiro parágrafo de “The Logical Form of Action Sentences”. É de fato uma reflexão sobre o sentido da anáfora que dá início à discussão que levará a reconhecer um estatuto próprio a esta última noção:

Strange goings on! Jones did it slowly, deliberately, in the bathroom, with a knife, at midnight. What he did was butter a piece of toast. We are too familiar with the language of action to notice at first an anomaly: the “it” of “Jones did it slowly, deliberately, ...” seems to refer to some entity, presumably an action, that is then characterized in a number of ways. Asked for the logical form of this sentence, we might volunteer deliberately and Jones did *x* in the bathroom, ...” and so on. But then we need an appropriate singular term to substitute for “*x*”. In fact we know Jones buttered a piece of toast. And, allowing a little slack, we can substitute for “*x*” and get “Jones buttered a piece of toast slowly and Jones buttered a piece of toast deliberately and Jones buttered a piece of toast in the bathroom ...” and so on. The trouble is that we have nothing here we would ordinarily recognize as a singular term. Another sign that we have not caught the logical form of the sentence is that in this last version there is no implication that any *one* action was slow, deliberate, and in the bathroom, though this is clearly part of what is meant by the original. (1967 [1980], 105)

Nesse trecho, que é, na verdade, o primeiro parágrafo do texto inaugural de qualquer semântica de eventos, Donald Davidson apresenta de maneira exemplarmente clara o problema da anáfora de eventos, indicando que precisamos de algo pelo qual substituir ‘it’ de “he did it” (um evento). Ao mesmo tempo, o autor já nota a importância que termos singulares para eventos têm para uma teoria semântica sobre eventos – tema que será recorrente neste trabalho.

Ao longo desta tese, teremos oportunidade de entender melhor as vantagens e desvantagens de contarmos com os eventos em nossa ontologia. Nossa discussão será centrada em usar a anáfora de eventos – na verdade, os mecanismos linguísticos envolvidos nesse tipo de anáfora – como um argumento para o debate sobre a natureza dos eventos. A relevância de tal estudo não está apenas em desvendar a semântica por trás das anáforas de eventos, mas também no fato de que a natureza dos eventos modifica a teoria semântica que os inclui em sua ontologia.

Para apreciar o interesse do presente trabalho, é preciso entender o ambiente filosófico em que a noção de evento foi postulada. Naquele ambiente, para muitos filósofos analíticos da segunda metade do século XX, a investigação linguística era via privilegiada, senão a única, para entendermos questões metafísicas, e aprofundar o estudo da estrutura da linguagem natural era imprescindível seja para

impedir que ela nos levasse a caminhos errôneos, seja para contar com ela como um guia para responder questões como “o que existe?” ou “como fazer o inventário das coisas que existem?”. Davidson era absolutamente explícito quanto ao que pensava sobre o papel da linguagem natural nessa empreitada, como atestam os trechos abaixo:

In sharing a language, in whatever sense this is required for communication, we share a picture of the world that must, in its large features, be true. It follows that in making manifest the large features of our language, we make manifest the large features of the reality. One way of pursuing metaphysics is therefore to study the general structure of our language. This is not, of course, the sole true method of metaphysics; there is no such. (1977 [1985], p. 199)

Successful communication proves the existence of a shared, and largely true, view of the world. But what led us to demand the common view was the recognition that sentences held true – the linguistic representatives of belief – determine the meanings of the words they contain. Thus the common view shapes the shared language. This is why it is plausible to hold that by studying the most general aspects of language we will be studying the most general aspects of reality. (p. 201)

Linguistas como Bach (1986) e Link (1983) pensam de modo semelhante; esse último afirma o seguinte¹:

Our guide in ontological matters has to be language itself, it seems to me. So if we have, for instance, two expressions a and b that refer to entities occupying the same place at the same time but have different sets of predicates applying to them, then the entities referred to are simply not the same. (Link 1983, pp. 303-304)

Nesse mesmo tom, mais particularmente sobre os eventos, Davidson declara o seguinte:

our language encourages us in the thought that there are [movements, births, landslides, and explosions], by supplying not only appropriate singular terms [entenda-se, *grosso modo*, nominalizações], but the full apparatus of definite and indefinite articles, sortal predicates, counting, quantification, and identity-statements; all the machinery, it seems, of reference. If we take this grammar literally, if we accept these expressions and sentences as having the logical form they appear to have, then we are committed to an ontology of events as unrepeatably particulars (‘concrete individuals’) (Davidson, 1970 [1980], p. 181).

¹ A estrutura geral dos argumentos apresentados por Davidson e outros para se confiar na linguagem ao fazer metafísica é, em linhas extremamente gerais, a seguinte: a linguagem fala sobre o mundo (é referencial), e não estamos nos enganando o tempo todo – logo, a linguagem é em boa medida confiável. Um dos argumentos de Davidson é o seguinte: “We do not need to be omniscient to interpret, but there is nothing absurd in the idea of an omniscient interpreter; he attributes beliefs to others, and interprets their speech on the basis of his own beliefs, just as the rest of us do. Since he does this as the rest of us do, he perforce finds as much agreement as is needed to make sense of his attributions and interpretations; and in this case, of course, what is agreed is by hypothesis true. But now it is plain why massive error about the world is simply unintelligible, for to suppose it intelligible is to suppose there could be an interpreter (the omniscient one) who correctly interpreted someone else as being massively mistaken, and this we have shown to be impossible” (1977 [1984], p. 201).

Nessa passagem, Davidson faz ao menos duas coisas distintas, que comentaremos sucessivamente.

Em primeiro lugar, o autor resume uma argumentação segundo a qual é correto valer-se da linguagem para lidar com questões metafísicas, ou seja, utilizar a maneira como falamos como uma justificativa para postular, por exemplo, os eventos. Essa é uma crença que vários linguistas que utilizam a noção de evento como um expediente para suas explicações compartilham com Davidson, e que se acomoda perfeitamente à ideia de uma “metafísica da linguagem natural”².

Em segundo lugar, Davidson argumenta que os eventos devem ser encarados como particulares concretos (objetos), e esse argumento também se baseia em considerações linguísticas (“If we take this grammar literally...”). É com relação a este segundo ponto que nos posicionamos, exigindo, desconfiadamente, mais cautela. Sem nos opormos a uma argumentação linguística, que, de resto, já aceitamos quando nos perguntamos sobre o lugar dos eventos na ontologia, o que buscamos é uma maior fundamentação empírica dessa argumentação, derivada de uma análise linguística que de fato mostre que os eventos se comportam como os particulares concretos.

Se a tese de Davidson sobre a natureza metafísica dos eventos estiver correta (eventos são particulares), então uma maneira de reforçá-la seria justamente mostrar que os eventos participam de processos linguísticos da mesma maneira que os particulares (ou objetos); proceder de tal maneira é argumentar exatamente como Davidson o fez. Por outro lado, se os eventos apresentarem um comportamento diferenciado daquele que temos para os particulares em processos linguísticos nos quais participam tanto eventos como particulares, teremos um argumento contra a tese metafísica de que os eventos são particulares³; e o processo linguístico que investigaremos nesta tese é a anáfora, por razões que apresentaremos adiante no texto.

A aproximação entre objetos e eventos é o “mainstream” em teoria linguística. Trabalhos como os de Krifka (1998), Filip (1999), Rothstein (2004) e muitos outros, cuja linha argumentativa principal é de que os fenômenos tempo-aspectuais podem ser entendidos mediante características

² A discussão sobre a metafísica e a ontologia mobilizadas pelo semanticista será feita na seção 1.6., do capítulo 1. Em resumo, podemos dizer que o semanticista está autorizado a trabalhar numa metafísica específica para a língua natural, que não precisa ter uma relação de um-para-um com uma teoria metafísica para o mundo real. A discussão sobre eventos de Davidson e outros filósofos situa-se no âmbito da metafísica real, porém nossa discussão será feita no âmbito de uma metafísica para as línguas naturais. Assim sendo, ao dizer que investigaremos a natureza dos eventos, o faremos com relação a essa metafísica para as línguas naturais.

³ A argumentação filosófico-linguística que acabamos de desenvolver resulta de um artigo do autor da presente tese, intitulado “Para quem sofre com a metafísica dos eventos: uma alternativa linguística”, apresentado no evento “Semana do Evento”, em 2005, na UFSC, que contou com a participação de Werner Abraham, Elisabeth Leiss, Paz González e outros. As ideias desse texto também foram debatidas com os filósofos Otávio Bueno, Dagfinn Føllesdal, Paul Pietroski e Celso Braidão. Desenvolvemos essa mesma argumentação, mais pormenorizadamente, com o prof. Achille Varzi, quando de sua vinda ao Brasil, em julho de 2007.

quantificacionais (homo- e heterogeneidade do predicado usado para se referir a um dado evento) atestam isso, e mobilizam, para entender os eventos, as mesmas ferramentas mobilizadas para entender, por exemplo, os plurais, os termos de massa e os nomes contáveis.

Tratar eventos e objetos com o mesmo tipo de ferramenta já atesta que algum tipo de semelhança entre eles é pressuposta, e, num quadro como esse, é realmente esperado que não encontremos diferenças entre as anáforas que têm como antecedentes eventos e anáforas que têm como antecedentes objetos. Contudo, nos trabalhos citados e em outros não há praticamente nenhuma análise da anáfora de eventos (com exceção, em literatura semântica, de Asher, 1993 e Asher e Lascarides, 2003; em linguística computacional, há mais trabalhos dedicados a anáfora de eventos, porém apenas com o intuito de desenvolver algoritmos que dêem conta do processamento computacional desse fenômeno), e a anáfora é apenas mobilizada como um argumento de que se há anáfora de eventos, então deve haver eventos, mas nada é dito sobre sua natureza, ou sobre como a anáfora pode revelar algo sobre sua natureza.

Obviamente, para entender como as anáforas de evento podem contribuir para o debate sobre a natureza dos eventos, antes é necessário investigar os mecanismos linguísticos mobilizados para se referir anaforicamente a eventos. Para efeitos da presente tese, nos concentraremos no contraste entre a anáfora de eventos, de particulares e de entidades abstratas, salientando, como já dissemos, que na teoria linguística contemporânea os eventos são tratados como particulares; contudo, veremos em outros capítulos desta tese que a anáfora de eventos tem uma relação bastante próxima com a anáfora de entidades abstratas.

Para alcançar os objetivos propostos, esta tese está estruturada em 3 partes, que lidam, respectivamente, com:

- (i) as noções preliminares a serem trabalhadas: na parte 1, capítulos 1, 2 e Coda, exploraremos e defenderemos versos das várias noções que utilizaremos ao longo da tese, principalmente as noções de evento, dêixis, anáfora e termos singulares. Com relação aos eventos, apresentaremos os argumentos a favor de sua presença na ontologia e defenderemos a posição com relação à natureza dos eventos proposta por Davidson – é com a ideia de eventos davidsoniana, com algumas sofisticções, que lidaremos ao falar em anáfora de eventos;
- (ii) a retomada de eventos quando o antecedente é sentencial (i.e., o antecedente encontra-se em uma

sentença com verbo flexionado): na parte 2, capítulos 3, 4, 5 e 6, exploraremos estruturas anafóricas em que o antecedente tem uma estrutura sentencial. Diante de tal estrutura, o termo anafórico mais usual são os demonstrativos, e na segunda parte discorreremos bastante sobre seu estatuto semântico;

(iii) a retomada de eventos quando o antecedente é não-sentencial (i.e., o antecedente é, em termos sintáticos, um DP): na parte 3, capítulos 7, 8 e Coda, analisaremos estruturas anafóricas em que o antecedente tem uma estrutura não-sentencial. Nesta parte, nossa análise se voltará às nominalizações e sua relação com os verbos de ação flexionados.

Por fim, retomaremos o percurso aqui feito e as conclusões alcançadas nas Considerações Finais.

Como o leitor verá, dentro de cada parte há uma série de capítulos que, apesar de terem certa autonomia, pertencem e fazem unidade com uma dada parte. Optamos por essa divisão de matérias para evitar capítulos muito extensos e para não perder a coerência temática estabelecida ao longo de alguns capítulos que, no conjunto, apresentam e desenvolvem argumentações por vezes longas e complexas. Não nos deteremos na apresentação detalhada de cada uma das três partes, pois elas contam com uma introdução cada uma. Sobre a numeração dos exemplos, optamos por começar a numeração a cada nova parte.

Assim sendo, sem mais, passemos à análise semântica das relações anafóricas entre eventos.

Parte 1



HARRIS, S. **A ciência ri: o melhor de Sidney Harris.** São Paulo: Editora da Unesp, 2007, p. 186.

Introdução à parte 1

O objetivo desta primeira parte é apresentar e explorar algumas das noções fundamentais para o presente trabalho. A ideia é, ao mesmo tempo, familiarizar o leitor e desenvolver uma discussão sobre essas noções, de modo que ao final possamos estar seguros sobre como as trataremos nos capítulos seguintes.

A primeira dessas noções, que será abordada no primeiro capítulo, é a noção de eventos. Trataremos dos argumentos a favor dos eventos e da problemática envolvida na decisão sobre sua natureza – particular, universal ou outra? Apresentamos os vários argumentos das posições mais importantes sobre a metafísica dos eventos e algumas das suas consequências para a teoria linguística. Feito isso, apresentaremos com mais detalhe uma defesa da posição particularista sobre eventos, que é a posição que os linguistas, ainda que implicitamente, adotam, e é também a posição adota por Davidson, e em relação à qual a análise de anáfora de eventos como sendo semelhante à anáfora de objetos é relevante – em suma, a posição particularista em relação aos eventos é a que também adotaremos. Por fim, aproveitando o cunho filosófico das discussões, traremos à tona, brevemente, outras entidades abstratas que desempenham papéis fundamentais em teoria linguística, como as proposições e os fatos. Discutiremos, na última seção do primeiro capítulo, o conceito de “natural language metaphysics”, com a intenção de situar adequadamente os eventos na ontologia mobilizada pelo semanticista.

Encerrada a exposição sobre a noção de eventos, passaremos a lidar com outras noções bastante complexas no segundo capítulo: a anáfora, a dêixis e os termos singulares. Discorreremos sobre alguns dos pontos principais sobre a anáfora, procurando delimitar o fenômeno e tomar partido sobre sua relação com a dêixis. Há pelo menos duas motivações por trás da análise da dêixis e da anáfora: (i) muitas vezes os mesmos termos podem ter usos dêiticos e usos anafóricos, o que pode ser um índice de que essas noções compartilham algo; (ii) ao analisar os demonstrativos, como faremos na parte 2, é imprescindível termos alguma segurança sobre a relação dêixis/anáfora. Feita essa discussão, exporemos algumas das razões que justificam a necessidade de termos singulares para eventos. Faremos também uma primeira avaliação sobre quais expressões podemos tomar como termos singulares para eventos, explorando, como candidatos, as nominalizações e as sentenças. Mostraremos que, se tomarmos os eventos como sugerido por Davidson, a ideia de que eventos são *truth-makers* como os fatos e são portanto a referência de sentenças ou proposições é impecunosa; indicaremos

também alguns dos problemas e vantagens de assumir que nominalizações podem ser termos singulares para eventos – um tópico ao qual voltaremos na terceira parte desta tese.

Finalmente, a primeira parte traz ainda uma Coda, na qual discutiremos alguns fenômenos que não estudaremos nesta tese, como a *strict* e *sloppy identity*, *gapping* e outros tipos de elipse de VP. Apresentaremos na Coda as configurações possíveis de anáfora de eventos (i.e., qual forma podem ter o antecedente e o termo anafórico); dividiremos essas configurações em dois blocos, a serem investigados nas partes 2 e 3.

Capítulo 1 – Um pouco sobre eventos e entidades abstratas

Now, I'm a philosopher, and I'm gonna tell a little joke about philosophers. How does a philosopher explain a magic trick? So here's how a philosopher explains how [...] the magician saw the lady in half. So here's how the philosopher explains that:
- Well, you see... the magician doesn't saw the lady in half. He just makes it seems as if he saw the lady in half.
- Oh yeah and how does he do that?
- Oh that's not my department, I'm sorry. That's just technicalities; that's somebody else's job.

Daniel C. Dennett, em palestra sobre consciência

Embora seja possível encontrar considerações que tratam eventos como algum tipo de entidade, na filosofia ocidental, desde Platão (cf. Macdonald, 2005), a reflexão filosófica que dá origem à noção de eventos tal como ela é utilizada nas análises linguísticas origina-se na obra do filósofo americano Donald Davidson (1917-2003), mais especificamente no seu texto “The Logical Form of Action Sentences”, de 1967.

Antes de apresentar as ideias de Davidson, convém lembrar que uma ação, em filosofia, é diferente de um evento: para a vasta maioria dos autores, as ações, à diferença dos eventos, envolvem algum tipo de controle e/ou agentividade. Assim, levantar um braço pode ser um evento, mas acenar para alguém com um levantamento do braço é uma ação. Nesse sentido, as ações são um subconjunto do conjunto dos eventos. Contudo, para fins de investigação linguística, essa distinção não parece ser vital, entre outras razões, porque, em teoria linguística, a noção de agentividade, ao invés de ser capturada como uma característica própria apenas de alguns eventos, o é através de papéis temáticos específicos. Assim, ignoraremos a distinção entre ação e evento aqui e trataremos os dois termos como sinônimos.

A ideia que Davidson expõe no texto de 1967 é que as sentenças de ação, ou melhor, os verbos de ação, introduzem na sentença, para além de seus argumentos esperados (agente e objeto, se houver), um outro argumento, que se referiria a uma outra entidade, a um evento. Um movimento como esse não apenas postula que os verbos de ação têm um argumento superficialmente “invisível”, mas também aumenta a ontologia no sentido de que nos obriga a contar não só com indivíduos do tipo habitualmente reconhecidos, que são pessoas e objetos, mas também com indivíduos de um novo tipo, os eventos, cujo estatuto metafísico ainda está por ser estabelecido. A proposta de Davidson, entretanto, dá conta de

vários problemas que as sentenças de ação tradicionalmente apresentam, como a sua n-adicidade variável, seu lugar em cadeias causais, agentividade, etc.

Apesar do texto de Davidson datar de 1967, a entrada de suas ideias para a linguística foi mais tardia, entre o fim da década de 1970 e o começo da de 1980⁴. Um exemplo dessa entrada tardia é o trabalho de David Dowty, “Word Meaning and Montague Grammar”, de 1979, que, embora trate de inúmeros problemas que qualquer linguista de hoje em dia atacaria munido da noção de eventos, o faz sem tal noção⁵. Salvo alguma imprecisão, é com os trabalhos de Emmon Bach (1980, 1981) e James Higginbotham (1983) que os eventos passam definitivamente a fazer parte do aparato explicativo da semântica (e da sintaxe) das línguas naturais.

A partir de então, o leque de problemas que passaram a ser tratados mediante a noção de evento aumentou em muito: atualmente, ela é mobilizada para tratar não apenas de problemas de aspecto, acionalidade e outros no interior do que podemos chamar de domínio tempo-aspectual, mas também de problemas que envolvem nominalizações e verbos de percepção, para não falar dos quebra-cabeças lógicos que já haviam desafiado Davidson e outros, como a n-adicidade variável dos verbos de ação, as sentenças causais, a semântica de relações explicativas e de desculpas, etc. Na prática, todos os trabalhos que tentam aplicar a nova noção aumentam esse leque, e é isso, em certo sentido, o que também faremos aqui.

Porém, a despeito de todo o sucesso que a noção de evento vem tendo na linguística contemporânea, não podemos deixar de notar inúmeros problemas que sua adoção traz, majoritariamente relacionados com desvendar as condições de identidade e individualidade⁶ dos eventos. As seções abaixo têm por função exemplificar alguns dos principais argumentos pró e contra o

⁴ Isso não quer dizer, obviamente, que não houve autores preocupados com o papel de eventos na semântica das línguas naturais; apenas para citar um exemplo, Richard Montague (1969), ainda que em poucas páginas, articula uma teoria de eventos (mais precisamente, de intervalos de tempo e suas propriedades). O que queremos dizer aqui é que a ideia de eventos como particulares, e a concomitante consideração de que verbos de ação têm mais um argumento, entrou para a linguística mais tarde. Além disso, não é possível deixar de mencionar um outro contraste enorme entre Davidson e Montague: enquanto o primeiro defendia uma posição estritamente extensionalista, o segundo defendia uma abordagem intensionalista.

⁵ Entre os principais fenômenos estudados por Dowty, e que hoje em dia o são numa semântica de eventos, podemos citar o aspecto verbal e (o que atualmente se chama de) a acionalidade; nunca é demais lembrar que é nesse texto que Dowty batiza a impossibilidade da inferência, a partir de um predicado que denota um evento télico e imperfectivo, do alcance do *telos* ou da culminância do evento de “paradoxo do imperfectivo”. Talvez o melhor exemplo de como as intuições de Dowty podem ser capturadas numa semântica de eventos seja o trabalho de Rothstein (2004), no qual a autora traduz a semântica que Dowty dá às classes vendlerianas (*accomplishments*, *achievements*, atividades e estativos) para uma semântica neo-davidsoniana (cf. Basso, 2007, pp. 91-97). Um último ponto importante a ser notado é a filiação de Dowty, seguindo Montague, a uma semântica de cunho intensional.

⁶ Essas questões não são necessariamente as mesmas, ou seja, é possível fazamos referência que não sabemos o que seja, do qual não sabemos fornecer um critério de identidade, mas sabemos diferenciar de outros indivíduos.

uso da noção de evento. Como já dissemos, dado que boa parte dessa argumentação envolve teorias e problemas semânticos das línguas naturais, apresentaremos, juntamente com esses argumentos, algumas das formalizações que a noção de evento recebeu em filosofia e em linguística.

1.1. Argumentos que favorecem uma ontologia de eventos

A intuição de que os eventos fazem parte do inventário do mundo é muito forte, mesmo que não o seja à primeira vista. Na fronteira entre filosofia, lógica e linguística, são três os principais argumentos para querer que os eventos, ao lado de objetos e propriedades, estejam presentes no “inventário do mundo” (cf. Macdonald, 2005, pp. 181-186). Sucintamente, os argumentos são: 1) algumas sentenças parecem implicar\indicar\requerer sua existência ao falar explicitamente de eventos; 2) com uma ontologia de eventos podemos lidar com o problema da n-adicidade variável ou da poliadicidade de sentenças que envolvem verbos de ação; e 3) podemos dar conta de certos padrões de comportamento e inferência, como no caso das desculpas.

Uma apreciação melhor de como procede o primeiro argumento pode ser a seguinte: algumas sentenças pressupõem normalmente a existência de objetos, e nós aceitamos que alguns desses objetos são reais. Às vezes, certos mecanismos gramaticais muito parecidos são mobilizados para falar de coisas que não são objetos, mas compartilham algumas propriedades com os objetos. Chegamos assim a vislumbrar objetos de um tipo particular, os eventos. Como exemplo de sentenças que apóiam o primeiro argumento, temos:

- (1) João viu *a explosão do vulcão*.
- (2) Os meninos foram embora depois *do cantar do hino*.
- (3) João passou manteiga no pão ontem. Eu soube que ele fez *isso* no banheiro.

Os termos em *itálico* parecem todos pressupor (num sentido não técnico) uma entidade que não é um objeto, uma coisa. Se a sentença (1), por exemplo, tratasse de “cadeiras”, como em “João viu a cadeira”, poderíamos associar uma pressuposição de existência para a entidade “(a) cadeira”, e esperar que (pelo menos) uma cadeira de fato exista. O mesmo raciocínio se aplica, *mutatis mutandis*, para “a explosão do vulcão”. Haveria aqui mais um passo a ser dado ainda, qual seja, argumentar não só que “a

explosão do vulcão” tem uma referência, mas que essa referência é um evento e não um objeto, e uma maneira de fazer isso é apelar, por exemplo, para propriedades seletivas de predicados, ou seja, utilizar a ideia de que os predicados selecionam os seus argumentos semanticamente e operar então com predicados que demandam eventos. Um caso óbvio seria o predicado “acontecer”, que combina-se exclusivamente com eventos, como atestam as sentenças:

(4a) ?? Aconteceu a/uma cadeira.

(4b) Aconteceu a/uma explosão do vulcão.

A sentença (3), por sua vez, ilustra o tipo de fenômeno a ser estudado aqui, e indica que nossa contribuição será também para o primeiro dos argumentos a favor de uma ontologia de eventos.

Resta ainda dizer que na concepção davidsoniana de eventos, eventos e cadeiras *são* objetos; e, ainda que apresentem propriedades diferentes, têm algumas em comum que são fundamentais, como ser concreto e particular.

Se o primeiro argumento leva em conta a nossa intuição de que certas expressões linguísticas se referem a eventos, o segundo argumento tem por função resolver, por assim dizer, um problema técnico: a n-adicidade de sentenças de ação. Para entender esse argumento, convém discorrer sobre a formalização oferecida por Davidson e outros para as sentenças de ação.

Em cálculo de predicados de primeira ordem sem eventos, a formalização oferecida à sentença (5) é (5a). Ao dizer que os verbos de ação trazem um argumento que se refere a eventos, a formalização que Davidson tinha em mente era (5b)⁷:

(5) Brutus matou César.

(5a) Matar(Brutus, César)

(5b) $\exists(x)$ (Matar(Brutus, César, x))

Em sua formalização Davidson indicou os eventos por meio das mesmas variáveis que estamos acostumados a aplicar aos argumentos do predicado e isso pode ser visto como um indício de que ele de fato não considera que haja diferenças entre objetos e eventos; desse modo, basta indicar com uma

⁷ Não nos preocuparemos com o tempo do verbo aqui (a referência temporal), mas notamos que poderíamos indicar que se trata de um evento passado, i.e., que ocorreu antes do momento de fala, simplesmente indicando na fórmula, tanto na de Davidson, quanto na de Parsons, logo abaixo (5c), uma relação de anterioridade entre o evento e o momento de fala.

variável, “x”, que há um argumento a mais. O uso de “e” como uma variável apenas sobre eventos é bem mais tardio.

Com os trabalhos de Parsons (1989, 1990), essa formalização foi ainda mais analítica, descendo ao nível da “semântica subatômica”, resultando no seguinte:

(5c) $\exists(e) (\text{Matar}(e) \wedge \text{Agente}(\text{Brutus}, e) \wedge \text{Paciente}(\text{César}, e))$

Não apenas reencontramos na formalização oferecida por Parsons a variável de eventos de Davidson, agora notada como “e”, mas também predicados que fazem as vezes de papéis temáticos, como agente e paciente, e que relacionam os eventos com objetos, indivíduos ordinários, como Brutus e César.

O problema da n-adicidade variável pode ser exemplificado pelo seguinte: se tomarmos as sentenças (6), (7) e (8) abaixo, não há uma maneira óbvia (se é que há alguma), além de postulados de significação *ad hoc*, inseridos no cálculo de predicados de primeira ordem, para dar conta do fato de que (6) acarreta (7) e (8), (7) acarreta (8), mas não (6), e (8) não acarreta nem (6) nem (7), justamente pelo fato de que na formalização tradicional estaríamos diante de predicados com n-adicidade diferente (o predicado PASSAR teria 5 argumentos no exemplo (6), 4 argumentos no exemplo (7), e 3 argumentos no exemplo (8)):

(6) João passou manteiga no pão com a faca de manhã.

(7) João passou manteiga no pão de manhã.

(8) João passou manteiga no pão.

Esse acarretamento, em uma “semântica de eventos”, pode ser explicitado através de um raciocínio do tipo $a \wedge b \therefore a$ (se a e b são verdadeiros, então a é verdadeiro), como nos exemplos abaixo, em que (6a) acarreta (7a) e (8a), (7a) acarreta (8a), mas não (6a), e (8a) não acarreta nem (6a) nem (7a) (usando a formalização sugerida por Parsons):

(6a) $\exists e (\text{Passar}(e) \wedge \text{Agente}(e, \text{João}) \wedge \text{Tema}(e, \text{a manteiga}) \wedge \text{Alvo}(e, \text{pão}) \wedge \text{Instrumento}(e, \text{a faca}) \wedge \text{De}(e, \text{manhã}))$

(7a) $\exists e (\text{Passar}(e) \wedge \text{Agente}(e, \text{João}) \wedge \text{Tema}(e, \text{a manteiga}) \wedge \text{Alvo}(e, \text{pão}) \wedge \text{De}(e, \text{manhã}))$

(8a) $\exists e (\text{Passar}(e) \wedge \text{Agente}(e, \text{João}) \wedge \text{Tema}(e, \text{a manteiga}) \wedge \text{Alvo}(e, \text{pão}))$

Por sua vez, o terceiro argumento a favor de contarmos com eventos na nossa ontologia pode ser visto como aplicação particular do primeiro, e é ilustrado pela seguinte situação: João queimou um papel que encontrou sobre a mesa. Pedro deu uma bronca enorme em João, porque o que ele queimou não era um simples papel, mas sim um documento importante de Pedro. João se desculpa por ter queimado um documento, mas não pode negar que queimou um papel. Segundo Austin (1961) e Davidson (1967), o que acontece aqui pode ser entendido como uma relação de identidade: João fez A (queimar o papel), que é algo admissível, mas também João fez B (queimar o documento de Pedro), que é algo inadmissível. Ora, João desculpa-se justamente porque ele não sabia que $A=B$, ou seja, que o evento de queimar o documento é igual ao de queimar o papel.

Para resistir a tal argumento, seria necessário mostrar que a ignorância de identidade não se refere a eventos, mas sim a objetos materiais, papel e documento. De uma forma ou de outra, o ponto aqui é que é possível re-descrever eventos de diferentes maneiras; ora, se alguém descreve algo, deve haver esse algo de que há descrições diferentes – para o exemplo em questão, trata-se do evento de queimar algo (papel ou documento). Se esse é o caso, estamos diante de padrões que indicam que falamos de eventos como particulares, justamente porque podemos re-descrevê-los.

Essa última conclusão é ainda mais interessante porque não apenas indica que falamos de eventos, mas também que os tratamos como particulares, pois universais (propriedades) não podem, segundo a maioria dos filósofos, ser re-descritos, pois sua identidade depende sobremaneira de sua formulação linguística; veremos isso melhor, mais adiante⁸.

Ao configurar o corpo de doutrina que expusemos até aqui, Davidson tinha solucionado com elegância todo um feixe de problemas lógico-semânticos. No entanto, como mencionamos, essa simplicidade e elegância têm um preço, do qual Davidson estava plenamente consciente: enriquecer a ontologia com uma nova entidade, os eventos. Enriquecer um campo em detrimento de outro é uma alternativa comum nos estudos de filosofia analítica, presente também na semântica formal, e que funciona colocando o pesquisador diante de dois caminhos: num deles, carrega-se a ontologia e “esvazia-se”, deixa-se mais leve a semântica (a forma lógica atribuída aos elementos de uma sentença é mais simples, não demanda, no caso em foco, uma lógica mais sofisticada do que o cálculo de predicados de 1ª. ordem); no outro sentido, a ontologia é mais leve e menos complexa, mas a semântica

⁸ Trata-se do “secret life requirement”, cf. seção 1.3.

é mais pesada. O Davidson das sentenças de ação é um exemplo drástico da primeira opção; a posição defendida por Verkuyl (2000) é um exemplo drástico da segunda, isto é, de sobrecarregar a forma lógica, esvaziando a ontologia: ao tratar muitos dos problemas enfrentados por quem se utiliza de eventos, propõe recorrer a uma lógica de segundo grau que não postula a entidade evento (cf. Taylor, 1986 para um exemplo desse tipo de solução).

Para além da semântica, a discussão sobre eventos não é apenas uma discussão sobre forma lógica, mas também sobre causalidade, agentividade, responsabilidade e temas afins, e não é de se esperar que apenas por ter resolvido formalmente um problema qualquer sem a noção de evento podemos dispensá-la, assim como não devemos incluí-la em nosso inventário ontológico apenas porque nos permite resolver certos problemas cuja solução outrora parecia inalcançável⁹. Na verdade, esse é o principal tema de debate na filosofia quanto aos eventos. Essa problemática – em poucas palavras, o papel heurístico dos eventos e a sua natureza – pode ser desdobrada em duas questões, uma ontológica e outra metafísica, que podem ser assim formuladas: existem eventos? Se a resposta for afirmativa – e parece que é, dado os três argumentos que vimos logo acima –, temos então que nos pronunciar sobre a segunda questão, a questão metafísica: o que são eventos? que tipo de entidade são eventos?

De uma forma ou de outra, a presente seção explicitou as bases por trás da assunção de que necessitamos de eventos em nossa ontologia. Na próxima seção vejamos algumas das respostas e propostas para questões sobre a natureza dos eventos.

1.2. Natureza dos eventos e contraparte linguística

A discussão ontológica e metafísica relativa a eventos pode, à primeira vista, parecer desinteressante ou mesmo sem importância num trabalho de linguística, mas esse não é o caso. Tomemos as sentenças abaixo:

(9) João caiu de novo.

(10) Maria sempre repete suas próprias falas.

⁹ Em outros termos, para além do seu sucesso em teoria semântica, a noção de evento desempenha um papel importante em outras áreas do conhecimento. É por isso que, se fosse possível resolver por meio de uma outra entidade qualquer todos os problemas semânticos para os quais mobilizamos a noção de evento, tal fato ainda não seria um argumento conclusivo para dispensar de vez os eventos, pois eles reapareceriam em outras discussões.

- (11) Pedro almoça todo dia.
- (12) Luis consertou o carro e Samira também.
- (13) Tiago gravou um CD e Joana fez exatamente o mesmo.

As quedas de João em (9) são a mesma? (9) parece significar que um mesmo acontecimento – a queda de João – se repete, mas o acontecimento é o mesmo? Se sim, como elas podem ser iguais potencialmente ocorrendo em dias e talvez lugares diferentes? Se não, o que faz a expressão 'de novo' nessa sentença? Se Joana gravou um CD diferente daquele gravado por Tiago em (13), essa sentença ainda é boa; mas então a qual evento '(fez) exatamente o mesmo' se refere, se se trata de CDs diferentes, gravados em momentos diferentes, por agentes diferentes?

Estamos diante de problemas de individualização e identidade, e é justamente para respondê-los que precisamos nos pronunciar sobre a metafísica dos eventos, pois, a depender da natureza (metafísica) que atribuímos a eles, daremos diferentes respostas às perguntas feitas no parágrafo acima. Para mostrar quais são as principais possibilidades em jogo, pensemos em sentenças como (14-16), que falam não de eventos, mas de “coisas”, e afirmam algum tipo de “identidade entre coisas”:

- (14) João tem uma cadeira em casa e Pedro tem uma cadeira igualzinha na sua chácara / a mesma cadeira.
- (15) João destruiu a cadeira e Pedro também.
- (16) João pintou a parede de branco e Pedro usou a mesma cor.

A sentença (14) não pode ser tomada no sentido que parece ter, ou seja, querendo dizer que os dois, João e Pedro, têm *de fato, realmente* a mesma (única) cadeira, dado que um mesmo objeto não pode estar simultaneamente em dois lugares diferentes do mundo, e 'igualzinha' e 'a mesma' nessa sentença devem se referir a algo como identidade de tipos (*type identity*) e não de objetos (*token identity*) (cf. Steward, 1998): as cadeiras possuídas por João e Pedro têm, provavelmente, um número consideravelmente grande de características (propriedades) em comum, por exemplo, modelo, marca, tipo de acabamento, estilo, efeito de decoração no ambiente etc., e apenas isso (são compostas de materiais diferentes, por exemplo). O mesmo se dá com a sentença (15), cuja interpretação preferencial¹⁰ (e que nos interessa aqui) é a de que Pedro e João destruíram a cadeira juntos, pois uma

¹⁰ É possível, num contexto adequado, que com a sentença (15) diga-se que João quebrou sua cadeira e Pedro a dele. Por

vez destruída (por completo) uma cadeira específica, não é possível destruí-la de novo¹¹. A intuição que queremos capturar aqui é a de que objetos como cadeiras são concretos e particulares¹², i.e., ocupam plenamente uma região do espaço-tempo (não é possível que duas cadeiras ou uma cadeira e mais alguma coisa ocupem um mesmo lugar num mesmo tempo) e não se repetem (não há, não haverá e nunca houve duas cadeiras exatamente iguais). Em (16), temos algo diferente; para essa sentença, podemos tomar '(a) mesma' no sentido que parece ter, ou seja, Pedro *de fato, realmente* utilizou a mesma cor que João, pois cor é algo que se repete (é possível ver várias coisas que são ou brancas, ou verdes, ou vermelhas, etc.), e que pode também ser sobreposta (é possível, por exemplo, misturar branco com verde). É dessa forma que dizemos que cores são algo abstrato (não ocupam plenamente uma região espaço-temporal) e universal (elas se repetem)¹³.

Essas rápidas considerações mostram que quando falamos de “coisas” e afirmamos sua identidade, mobilizamos algumas categorias metafísicas para enquadrar essas “coisas” segundo respondem a certos critérios (repetir-se no tempo e no espaço, ocupar lugar no tempo e no espaço) e também segundo suas características linguísticas, o modo como nos referimos a eles. É assim que podemos dizer que *cadeira* é um particular e *branco* um universal. E quanto aos eventos? Em que categoria eles se encaixariam se aplicássemos a eles os critérios aqui descritos? Seriam particulares ou seriam universais, ou ainda um terceiro tipo de entidade? Essa escolha afeta o modo como devemos entender “de novo” em (9), “também” em (12) e “(exatamente) o mesmo” em (13), e é de supor que uma teoria linguística que pretenda analisar essas sentenças se preocupe com isso; novamente, estamos diante de um ponto de encontro privilegiado entre filosofia e linguística.

Dissemos que os eventos, na esteira da proposta davidsoniana, são particulares concretos; e como seguiremos Davidson o mais próximo possível é como particulares concretos (objetos) que tomaremos os eventos, Tomar os eventos desse modo tem outra consequência linguística de peso: aplicar aos eventos as ferramentas da mereologia, ou seja, pensar em relações de parte e todo que envolvem eventos. Tais relações são mobilizadas, pelo menos desde Bach (1986), para dar conta de vários fenômenos tempo-aspectuais. Essa linha de investigação continua em Krifka (1998), Filip

exemplo: cada um deles recebeu um e-mail dizendo que a cadeira da marca XYZ causa problemas na coluna; como cada um deles tem uma cadeira dessa marca, cada um destruiu sua respectiva cadeira.

¹¹ Mesmo que a cadeira em questão pudesse ser reconstruída depois de ser destruída por João para então ser destruída por Pedro, teríamos certas complicações em dizer que é a mesma cadeira, entre outras razões porque a cadeira destruída por João não tinha a propriedade “ser a cadeira destruída por João”, ao passo que, se esse quadro se realizasse, a cadeira destruída por Pedro teria a propriedade “ser a cadeira destruída por João”.

¹² Sempre que utilizarmos o termo “objeto” estaremos nos referindo a entidades particulares e concretas.

¹³ Para maiores esclarecimentos sobre as noções de particular e universal, cf. Lombard, 1998; Varzi e Pianesi, 2000; Varzi, 2005; Ilari e Basso, 2007; entre outros.

(1999), Rothstein (2004) etc. e é o “mainstream” na linguística contemporânea. De um ponto de vista mais linguístico, podemos dizer que aplicar as ferramentas mereológicas aos eventos é apenas um exemplo de como, ao tomarmos os eventos como particulares concretos, podemos estender aos eventos (i.e., ao domínio verbal) aquilo que normalmente aplicamos aos objetos (i.e., ao domínio nominal). Contudo, se tomássemos os eventos como tendo outra natureza – por exemplo, como universais –, esse tipo de investigação estaria comprometido, pois não podemos aplicar a universais as mesmas considerações mereológicas que aplicamos a particulares concretos.

Porém, a caracterização oferecida por Davidson e adotada pelos linguistas (que é tomar eventos como particulares) não é isenta de problemas; é justamente por isso que há mais de uma proposta sobre a natureza dos eventos. Podemos enquadrar as diferentes respostas dadas pelos filósofos sobre a questão da natureza metafísica dos eventos em duas categorias: uma reducionista, pois trata os eventos ora como particulares, ora como universais, e outra não-reducionista, pois procura tratar os eventos como algum tipo diferenciado de entidade, que compartilha algumas propriedades com os universais e outras com os particulares. Ainda assim, restam alguns “eixos metafísicos” que podem ser usados para enquadrar entidades, alguns deles em parte se sobrepõem a outros: concreto vs. abstrato (as entidades que ocupam lugar no tempo e no espaço são ditas concretas, e as que não ocupam, abstratas); particular vs. universal (os particulares não se repetem no tempo e no espaço, ao passo que os universais sim); densas (*thick*) vs. não-densas (*thin*) (entidades densas ocupam plenamente uma região do tempo e do espaço, e entidades não-densas, não). Vejamos abaixo um pouco dessa discussão.

1.2.1. Abordagens reducionistas da natureza dos eventos

No que chamamos de abordagem reducionista, os eventos podem ser tratados como (a) particulares ou (b) universais.

(a) Eventos como particulares

Dois autores célebres que tratam os eventos como particulares concretos são o já citado Davidson, em textos posteriores ao “The Logical Form of Action Sentences”, e Quine, notadamente em seu texto “Events and Reification”, de 1985. Esses autores comprometem-se com a impossibilidade de os eventos se repetirem e também com a de dois ou mais eventos acontecerem num mesmo tempo t

(claramente a versão temporal do princípio de que dois particulares não ocupam o mesmo espaço ao mesmo tempo). Tomemos a sentença abaixo:

(17) João correu, fez exercício, transpirou, respirou e conversou com seu companheiro de corridas. (tudo isso em um mesmo tempo t).

Para aqueles autores, teríamos apenas um evento e , que aconteceu no tempo t e do qual todos os verbos dessa sentença seriam apenas descrições diferentes. Apesar de termos aqui um critério seguro sobre a individualização dos eventos, que é o de ocuparem plenamente uma região (espaço-)temporal¹⁴, comprometer-se com a impossibilidade de repetição de eventos¹⁵ e com a impossibilidade da ocorrência simultânea (num mesmo espaço) de eventos distintos é contra-intuitivo: em nosso dia-a-dia, falamos trivialmente de eventos que se repetem e de eventos que acontecem ao mesmo tempo (e no mesmo espaço)¹⁶.

Uma alternativa possível, ainda tratando os eventos como particulares, é a que foi adotada por Kim (1973): tratar os eventos como particulares não-densos. Isso quer dizer que os eventos não se repetem, pois não existem dois particulares iguais, porém podem ocorrer em número ilimitado (numa mesma região (espaço-)temporal)). Para usar as palavras de Kim, os eventos são “a concrete object (or n-tuple of objects) exemplifying a property (or n-adic relation) at a time” (1973, p. 8). Ou seja, se considerarmos a mesma sentença (17), agora na perspectiva de Kim, teremos 5 eventos diferentes acontecendo no tempo t , cada um deles sendo a “exemplificação” de uma propriedade por parte de João: ser um corredor, ser alguém que faz exercícios, ser alguém que transpira, ser alguém que respira e ser alguém que conversa com seu companheiro de corridas.

Os principais problemas da abordagem de Kim referem-se não somente à impossibilidade de

¹⁴ Davidson inclusive formulou um critério de identidade de eventos que foi (e ainda é) tema de uma grande controvérsia. Segundo Davidson (1969), dois eventos são iguais sse tiverem as mesmas causas e efeitos. Alguns autores tomam o critério de Davidson como circular, dado que uma relação causal se dá entre eventos. Independente de haver ou não circularidade em tal critério, ele é por demais complexo; basta lembrar que o próprio Davidson enfatizou várias vezes que o que chamamos de causa é, na verdade, uma amontoado de noções distintas, algumas veri-funcionais (como uma relação causal propriamente dita) e outras não (como as explicações causais), sem ainda mencionar que o que comumente chamamos de efeitos também podem ser causas.

¹⁵ A problemática da repetição de eventos coloca-se obviamente se levarmos em conta eventos *token*. Diante de sentenças como 'João dormiu de novo', o que 'de novo' faz? Eventos seriam como cadeiras ou cachorros; porém, podemos combinar com quase todos os eventos expressões como 'de novo', que indica algum tipo de repetição. Qual é o tipo de repetição em jogo aqui? Instanciações (*tokens*) de um mesmo *type*? É importante notar que, para autores como Quine e Davidson, eventos-*type* seriam provavelmente “entidades suspeitas” (intensionais), e por isso falar que eventos se reperem apelando para eventos-*type* eventos-*token* pode ser de fato um problema para esses autores.

¹⁶ Exemplos seriam: (1) João acordou tarde de novo e (2) O gelo esquenta e derrete (se liquefaz).

recorrência dos eventos, mas também à grande proliferação de eventos que estariam ocorrendo; como todo evento é a “exemplificação” de uma propriedade, e como a distinção entre propriedades é virtualmente infinita e extremamente fina (“triangularidade” e “trilateralidade” são propriedades distintas, apesar de não ocorrem em separado), cai-se na impossibilidade de identificar eventos que são intuitivamente iguais: encontraríamos nas sentenças 'João acendeu a luz (do quarto)' e 'João iluminou o quarto (porque acendeu a luz)' dois eventos distintos, 'acender a luz' e 'iluminar o quarto', cada um representado por uma propriedade diferente.

Essas são, muito resumidamente, as alternativas que pode escolher com relação à natureza dos eventos quem adota uma estratégia reducionista e os trata como particulares. Para esses, o desafio que se apresenta é contornar o fato de que falamos correntemente de eventos que se repetem; ou seja, esse enfoque precisa mostrar que a repetição de eventos sinalizada pela nossa fala não é ontologicamente relevante.

(b) Eventos como universais

Um modo de contornar essa dificuldade é simplesmente não tomar os eventos como particulares, mas sim como universais, pois universais, por definição, são entidades que podem se repetir.

Se os contra-exemplos para a posição “particularista” são aqueles que tratam de repetição de evento, como 'João caiu de novo', para o caso dos “universalistas”, os contra-exemplos são exatamente o contrário: o problema não é mais a repetição de evento, mas sim a existência de eventos que não podem se repetir, como, por exemplo, 'O nascimento de João'.

Um dos primeiros autores a quem podemos imputar uma posição universalista é Richard Montague. Para ele, os eventos não têm um estatuto ontológico autônomo (por isso ele é reducionista): são propriedades que predicam sobre momentos (ou intervalos) de tempo. Assim, a sentença:

(18) João nadou ontem com as mãos atadas.

refere-se simplesmente a um momento t que tem a propriedade de ser um momento no qual João nadou com as mãos atadas. Numa teoria como essa, os eventos que não se repetem são simplesmente tratados como propriedades ordinárias, embora sejam propriedades que somente se aplicam a um momento, e têm portanto um alto grau de particularidade, ou seja, não há uma distinção *a priori* entre eventos que

se repetem e eventos que não se repetem¹⁷.

Duas objeções podem ser feitas a respeito dos tratamentos como o de Montague. A primeira é relativa ao aparato lógico que demanda, em geral muito mais complexo do que o Cálculo de Predicados de Primeira Ordem¹⁸. A segunda é que uma teoria que trata os eventos como propriedades é também contra-intuitiva, pois dessa forma os eventos deixem de ser entidades espaço-temporalmente localizadas, como nos diz nossa intuição, e passam a ser entidades atemporais e a-espaciais – um outro problema ainda é que as entidades atemporais e a-espaciais, à semelhança do que acontece com as propriedades, não podem, segundo muitos autores, participar de relações causais. Sendo assim, se uma teoria como a de Montague estiver correta, é necessário uma explicação das razões pelas quais, por exemplo, ao presenciarmos uma explosão nossa intuição nos diz que ela é única, e não é simplesmente uma exemplificação de propriedade. Em outras palavras, numa tal teoria, quando vemos uma explosão estamos numa situação idêntica àquela em que topamos com algo branco e reconhecemos sua brancura – explosões são propriedades de momentos de tempo, assim como a brancura é uma propriedade de porções espaciais. No extremo oposto, as teorias particularistas de Davidson e Quine podem ser ilustradas pela seguinte analogia: ver uma explosão é como encontrar uma nova pessoa, pois não há pessoais iguais, assim como não há explosões iguais – pessoas e explosões são indivíduos.

As abordagens reducionistas que expusemos até aqui são problemáticas por razões diferentes: quando apresentam um critério seguro de individualização dos eventos, não dão conta de nossas intuições a respeito deles (Quine, Montague), por outro lado, também não conseguem dar conta de nossas intuições quanto à identidade dos eventos (Kim). Essas dificuldades tornam desejável tratar os eventos sob uma perspectiva ontológica não-reducionista, e essa é a característica comum das abordagens que expomos na próxima seção.

1.2.2. Abordagens não-reducionistas da natureza dos eventos

Ao invés de pensar os eventos como particulares ou universais, podemos pensá-los como entidades que envolvem um ou mais particulares e um ou mais universais, mobilizando-os

¹⁷ Há certamente a questão de sabermos se tais propriedades são aplicadas a momentos ou intervalos de tempo; independentemente da resposta, a intuição de que os eventos são propriedades permanece.

¹⁸ Plurais e certos tipos de sentenças também requerem sistemas lógicos mais complexos, como a famosa sentença 'Alguns críticos só criticam trabalhos uns dos outros'.

simultaneamente a cada instanciação. Um exemplo de tal abordagem é a de Chisholm (1970), que trata eventos como estados-de-coisas.

O que é um estado-de-coisas? O maior consenso sobre o que seria um estado de coisas é o de que ele é um “truth-maker”, ou seja, algo que torna uma asserção verdadeira ou falsa; por sua vez, a asserção (ou a proposição por ela expressa) é um “truth-bearer”, justamente por possuir a propriedade de ser verdadeira ou falsa¹⁹. Assim, o estado de coisas caracterizado em (19) torna verdadeira a sentença (20):

(19) Célio ser moreno²⁰.

(20) Célio é moreno.

Além de serem entidades compostas, pois reúnem necessariamente pelo menos um particular e uma propriedade exemplificada por ele, os estados de coisas podem ser objeto de atitudes proposicionais²¹. Os problemas com a teoria de Chisholm, tal como esboçada aqui, se referem principalmente à identidade dos eventos. Tomemos as sentenças abaixo:

(21) Lee Oswald atirou em JFK.

(22) Lee Oswald assassinou JFK.

Dado que podemos ter atitudes proposicionais diferentes em relação às sentenças (21) e a (22) (imagine-se alguém que saiba que Lee Oswald atirou em JFK, mas que não saiba ou não acredite que JFK morreu por isso), devemos tratá-las como se referindo a eventos distintos; e assim, reencontramos os problemas de identidade que havíamos apontado em Kim. Na verdade, o critério de identidade de eventos como estado-de-coisas seria muito próximo a um critério de identidade para proposições (cf. seção 1.5. deste capítulo) – sem mencionar que assim concebidos os eventos são muito diferentes do que sugeriu Davidson.

Em vez de estados-de-coisas, é possível pensar também que os eventos são *tropos*, entidades

¹⁹ Ver seção 1.5. deste capítulo sobre fatos e proposições.

²⁰ Podemos representar estados de coisas através de parênteses angulares, como <Célio, ser moreno>; reservaremos, contudo, tal representação para as proposições.

²¹ Dizer mais pormenorizadamente como fica o tratamento de eventos como estado de coisas complica-se pelo fato de a própria noção de estado de coisas não ser consensual. Certo é que os eventos seriam tratados basicamente como proposições (i.e., proposition-like entities). Um exemplo interessante aqui é a abordagem de Peterson, reunida no volume Peterson (1997); o autor exemplifica como proposições, fatos e eventos podem ser considerados como semelhantes.

que caracterizaremos aqui, rapidamente, como a exemplificação específica de uma propriedade específica por um particular também específico. Por exemplo, a brancura da folha de papel X é um tropo e a brancura da folha de papel Y é um outro tropo, simplesmente porque temos folhas de papel (X e Y) diferentes. Identificar eventos com tropos é a estratégia de Bennett (1988). Tal solução, entretanto, também traz consigo inúmeros problemas. Em Bennett (1988), os eventos são, na verdade, um tipo extremamente complexo de propriedade – de uma complexidade tal que as caracterizações linguísticas (ou seja, as formulações linguísticas que usamos para falar de eventos) não têm condições de capturar. É assim que um evento de nadar pode ser também um evento de fuga, ou um evento de bater os braços ordenadamente, etc. O tropo (propriedade complexa) que é esse evento é simplesmente complexo demais para o descrevermos com a língua natural.

A adoção da teoria de tropos não só explicita ainda mais as dificuldades de estabelecermos relações de identidade entre eventos (justamente por serem propriedades cuja complexidade não conseguimos expressar), como também aponta para a impossibilidade de termos tal critério: só saberemos que dois eventos são iguais depois de sabermos que eles são iguais, ou seja, eles são tão complexos que apenas depois de desenvolvermos um pouco a caracterização de tal propriedade complexa saberemos se estamos ou não diante de eventos iguais (saberemos que o nado é uma fuga), mas, novamente, tal conhecimento não ilumina nosso conhecimento sobre eventos: para dizermos que dois eventos são iguais, temos que já saber isso – não há critério que nos dê previsibilidade sobre quando dois eventos são, serão ou foram iguais. Além disso, como bem aponta Steward (1997), cabe perguntar: não há uma maneira de sabermos como se configura e de que modo predica tal propriedade complexa, de indivíduos comuns?, de momento de tempo?, de zonas espaço-temporais? As respostas para essas questões não são triviais, e não avançaremos mais nesse assunto aqui; a ideia é apenas exemplificar tal saída.

O último exemplo de abordagem não-reducionista dos eventos que apresentaremos aqui é a teoria de Lombard (1998). Para efetuar a caracterização dos eventos, esse autor leva em conta nossa principal intuição sobre eles, qual seja, o fato de que correspondem a uma “mudança”, no caso, uma mudança de um particular que exemplifica uma propriedade qualquer P e passa a exemplificar Q. O evento é a “parte dinâmica” dessa mudança. As questões relativas à individualização e à identidade dos eventos passam a referir-se ao particular em questão e às propriedades envolvidas: mesmos particulares e mesmas propriedades = mesmos eventos; e qualquer mudança de propriedade é a ocorrência de um

evento²². Não é difícil imaginar que aqui encontraremos problemas de identidade e individualização semelhantes àqueles que vimos acima (um navio bate num iceberg, certamente há uma mudança, mas ela (a mudança) envolve o navio todo? Um prego que segura uma das tábuas que compõem o navio, do lado oposto ao da batida, está envolvido no evento reportado em 'o navio bateu no iceberg'? Se uma chuva começa, o que está envolvido na mudança?), além disso, é possível pensar em eventos que não necessariamente estejam associados a mudanças, como alguns dos eventos chamados estativos²³.

As várias abordagens exemplificadas nesta seção servem para ilustrar as diferentes maneiras em que os eventos podem ser concebidos, o que mostra que tomá-los como objetos não é uma opção necessariamente óbvia. Como já adiantamos, é a posição de Davidson e suas afirmações sobre o comportamento linguístico dos eventos que nos interessa aqui, e assim seguimos com suas ideias iniciais. Na seção abaixo, apresentaremos uma defesa da posição particularista que traz algumas sofisticações.

1.3. O tratamento de eventos como particulares

Embora a discussão ontológica sobre eventos continue bastante acirrada e tenha, como vimos na seção 1.2, implicações linguísticas – a natureza semântica a ser atribuída a termos como 'de novo', 'também', 'o mesmo' quando atuam sobre eventos, e a possibilidade de usar ferramentas mereológicas para lidar com eventos, algo que pressupõe que os eventos sejam concretos –, boa parte dos linguistas que trabalham com uma semântica de eventos, senão todos, tratam os eventos como particulares, mais precisamente, como algum tipo de objeto. Dessa forma, advogam, ainda que na esmagadora maioria das vezes implicitamente, por alguma concepção de eventos como particulares.

No entanto, seria difícil argumentar que essa escolha dos linguistas é motivada por algum tipo de pureza teórica ou fidelidade aos ideais de teoria davidsoniana²⁴; antes, essa escolha parece ter sido

²² Mais especificamente, a ideia de Lombard é a de que os objetos se movem em “espaços de qualidades”, ou seja, quando um objeto qualquer tem alguma propriedade alterada (ou quando ganha ou perde alguma propriedade), diz-se então há um evento. Uma sentença como 'João caiu' denotaria um evento porque João se deslocaria no “espaço de qualidade” entre não-ter-caído e ter-caído.

²³ Trata-se de eventos estativos como aqueles definidos desde Aristóteles e também por Vendler (1967) como “states”, que, aparentemente, não envolvem mudança (apenas quando de seu início), como em 'João está com dor de cabeça'.

²⁴ Com exceção, talvez, de Pietroski (2005).

feita em função, por um lado, do apelo intuitivo que há em pensar nos eventos como particulares (os argumentos 1 e 3, que vimos na seção 1), e, por outro, da possibilidade de continuar a trabalhar com uma lógica de primeira ordem para lidar com sentenças com verbos de ação (argumento 2 da seção 1). Uma outra razão importante para tomar eventos como objetos é a possibilidade de aplicar aos eventos assim concebidos as ferramentas mereológicas, e pensar nas relações entre parte e todo de eventos.

De uma forma ou de outra, dada essa escolha por parte dos linguistas, nos interessa examinar um pouco mais de perto a ideia de eventos como particulares, explorando a possibilidade de tratar os problemas de identidade e individualização de eventos não como problemas genuinamente metafísicos mas sim semânticos – o que poderia então aproximar, do ponto de vista da metafísica, eventos e objetos. De acordo com essa linha de argumentação, o problema não está *naquilo* de que falamos, isto é, nos eventos tais como eles são, mas sim *na maneira* como falamos deles. Essa é a posição de Varzi (2002).

Para esse autor, a discussão sobre a metafísica dos eventos evolui para direções desencontradas porque foi sempre colocada em termos ontológicos, quando os problemas encontrados seriam, na verdade, derivados da maneira como falamos e como nos referimos a eventos; novamente, estaríamos diante de problemas linguístico-semânticos, e não metafísicos. Além disso, Varzi não apenas procura eliminar qualquer consequência metafísica dos problemas de identidade e individualização dos eventos, como ele também os considera como particulares, ou seja, entidades espaço-temporalmente localizadas. Por aproximar eventos e objetos e advogar que os problemas de identidade e individualização que os eventos apresentam são essencialmente o que encontramos no domínio dos objetos comuns, a posição de Varzi pode ser vista como uma elaboração ou sofisticação da posição particularista com relação aos eventos.

Quais são os argumentos de Varzi?

Sua estratégia consiste em mostrar que os problemas que encontramos no tocante aos eventos são problemas de delimitação, que são também encontrados no domínio dos “particulares autênticos”, isto é, dos objetos (concretos). Tome-se como exemplo a descrição definida “o Monte Everest”. Evocando uma célebre passagem de “Word and Object” (Quine, 1960), Varzi pergunta: qual seria de fato a referência dessa descrição, ou ainda, quais seriam os limites do Monte Everest, tanto geográfica quanto geologicamente?

A resposta pode ser dada nos termos de uma distinção exposta em Smith e Varzi (2000) e Varzi (2002). Esses autores postulam dois tipos diferentes de limites e, por conseguinte, duas maneiras

distintas de fazer delimitações. Um deles pode ser chamado de *bona fide*, e refere-se a limites naturais, ou seja, diferenças entre cor, textura e continuidade entre dois particulares. Um exemplo de tal limite é aquele encontrado entre um sofá e a parede na qual está encostado, assim como entre o sofá e o chão ou a parede e o chão. O outro tipo de limite, chamado de *fiat*, é aquele que é traçado arbitrariamente, mas que, não obstante, tem toda concretude que possa ter direito. Exemplos de tais limites seriam as fronteiras entre países num mapa, a referência do nome “Oceano Índico” e também a referência da descrição definida “o Monte Everest”.

Como para o caso do Monte Everest, em relação aos eventos o que temos, na imensa maioria das vezes, são limites *fiat*, isto é, limites imprecisos e contextualmente resolvidos. Quine (1960) também tratou dessas situações ao falar sobre vagueza, acrescentando que “when sentences whose truth values hinge on the penumbra of a vague word do gain importance, they cause pressure for a new verbal convention or changed trend of usage that resolves the vagueness in its relevant portion” (p. 128).

Varzi argumenta então que a diferença entre objetos e eventos diz respeito ao grau de indeterminação com que falamos de uns e outros²⁵: que nossa fala sobre eventos “depends (more heavily than with ordinary material objects) on local context and unprincipled intuitions” (Varzi, 2002, p. 2) – ou seja, quando individualizamos objetos, podemos lançar mão de limites *bona fide* e *fiat*, porém, quando individualizamos eventos, lançamos mão apenas de limites *fiat*.

Afirmações como essa nos fazem passar do domínio da ontologia para o domínio da semântica, pois a discussão passa a ser sobre os descritores de eventos e não sobre os eventos propriamente ditos; mas as consequências desse deslocamento não são imediatamente claras; muito pelo contrário. E a consequência que mais nos interessa é a de que, por exemplo, uma explosão e uma cadeira são semelhantes do ponto de vista ontológico, mas diferem em relação à maneira como os individualizamos e nos descritores que usamos.

Com relação à posição de Varzi, podemos perguntar, entre outras coisas, (i) de que tipo é a indeterminação (ou vagueza) que afeta nossa fala sobre os eventos (i.e., por que mobilizamos limites *fiat* para tratar de eventos?); (ii) por que Varzi trata os eventos como particulares?; e (iii) por que os eventos, apesar de serem indeterminados (num sentido a ser melhor descrito) como os particulares, parecem depender muito mais do contexto e da nossa intuição?

²⁵ Afirmam ainda Borghini e Varzi (2006, p. 17): “the difference is one of degree and should not be given theoretical weight”.

O ponto (i) nos leva imediatamente a considerar mais atentamente o deslocamento de perspectiva proposto por Varzi da metafísica para a semântica. Por esse deslocamento, o tipo de indeterminação com o qual nos defrontamos não é uma indeterminação dos objetos aos quais fazemos referência – aí incluídos os eventos –, mas sim dos termos, nomes ou descritores que usamos; citando o próprio Varzi

the indeterminacy exhibited by a vague term is exclusively semantic, or cognitive at large. It lies in the representation system (our language, our conceptual apparatus), not in the represented entity, and to say that the referent of a term is not sharply demarcated is to say that the term vaguely designates an object, not that it designates a vague object (2001, p. 7).

Voltando ao exemplo do Monte Everest, não é o Monte Everest que é um objeto indeterminado; a indeterminação precisa ser atribuída à palavra “monte”. O mesmo se dá com os eventos, porém a indeterminação no caso desses últimos não é apenas espacial, mas também temporal. Assim, tomando a sentença:

(23) João tomou café da manhã,

a indeterminação fica por conta de incertezas como: João tomou o café da manhã na mesa? Na mesa da sala ou da cozinha? Ou terá sido no quarto? Ou fora de casa? E quando começa o café da manhã de João? Quando o que ele comeu começa a ser preparado? Quando termina? Seria quando ele acaba de mastigar? Seria quando ele acaba de digerir o que comeu? O que de fato ocorre não é que 'tomar café da manhã', como esse evento acontece no mundo, seja algo vago, mas sim que a expressão 'tomar café da manhã' faz um recorte vago de uma porção da realidade (para simplificar bem as coisas).

Ressaltaremos, ainda que rápida e superficialmente, dois últimos pontos presentes na proposta de Varzi:

- 1) podemos fazer com que os termos que usamos para nos referir a eventos se tornem mais precisos, com o uso de adjuntos temporais, espaciais, adverbiais entre outros recursos. Mas o ponto, como ressalta Varzi (2002, p. 6), parece ser que “in many cases (virtually always) there is no need to be precise; in some cases (perhaps always) it may not be possible”. E o autor continua: “these facts have nothing to do with ontology”, “the referent of our [event] description is [not] a vague entity: it is the referential pattern that is vague”;

- 2) uma sentença vaga pode ser “precisada” de várias maneiras; teríamos assim a sentença original “simples” e várias versões “precisadas”. Se o valor de verdade de todas as sentenças precisadas for igual ao da sentença simples, podemos desconsiderar as especificações não realizadas²⁶.

Uma das consequências do enfoque de Varzi, ressalta-se, é que a sentença (23) é completa e perfeitamente inteligível, o que nos leva a pensar que a indeterminação não dificulta nossa “conversa sobre eventos”. Desse modo, para Varzi, o que se passa com (23) se passa com a maioria de nossas sentenças; de modo geral, nossa fala é estruturada dessa forma. Talvez seja por isso que além de trazer à tona a indeterminação, Borghini e Varzi (2006), lembram também que em nossas interpretações apelamos para um alto grau de “charity” e “this means taking seriously the suggestion that in ordinary circumstances we help ourselves with singular terms that pick out the referents of our discourse *with some degree of approximation* – not because such terms are vague but because the intended referents are vaguely understood”²⁷ (p. 10).

Pelo que acabamos de ver, Varzi se inclui entre os autores que, como Quine e Davidson, tratam os eventos como particulares (de algum tipo). Mas, ao contrário do que acontece com os dois últimos, cujas razões para aderir a essa posição podem não ser tão claras quanto o desejado²⁸, podemos especular que para Varzi tal adesão tem duas motivações evidentes.

A primeira refere-se à impossibilidade de dois eventos serem iguais (no sentido absoluto dessa palavra) e à impossibilidade do mesmo evento se repetir. Varzi (2002) afirma, por exemplo,

when we say ‘Lou gives the same lecture every Summer’ we are not talking about a single lecture that takes place over and over; we are talking about different lectures that take place year after year, each of which is *remarkably similar* to the previous one (p. 3) (grifos nossos).

Argumentar que dois eventos não se repetem, mas que duas ocorrências de eventos podem ser de eventos “*remarkably similar*”, apenas desloca a questão para investigarmos o que vem a ser “*remarkably similar*”. O que se exige para que possamos dizer que dois eventos são (*remarkably*)

²⁶ Muito *grosso modo*, esse é um esboço da solução para o problema da vagueza conhecida como “supervaluationism”.

²⁷ Aqui é necessário um pouco de cautela para não adentrarmos no complexo problema de saber se entidades podem ser vagas ou apenas as palavras que usamos para nos referir às entidades. Ao dizer que os referentes são “vaguely understood”, não se diz que eles são vagos, mas sim que os recortamos de maneira vaga.

²⁸ Isso não é de todo correto. Davidson (1970) justifica essa necessidade através da forma lógica a ser atribuída às sentenças de ação e através de acarretamentos daí derivados. Quine (1985), com argumentos parecidos com os de Davidson, advoga pela *reificação* de eventos.

semelhantes²⁹? A resposta a essa pergunta não é nada trivial.

A segunda base de apoio para a “particularidade dos eventos” refere-se à sua localização espaço-temporal. De fato, Borghini e Varzi (2006) mostram como é possível, mesmo com o alto de grau de indeterminação encontrado nos termos que fazem referência a um evento, localizá-lo nos particulares que o apresentam ou exemplificam, em um dado momento *t*.

Podemos somar aos argumentos de Varzi a favor da ideia de que eventos são algum tipo de particular a possibilidade de re-descrevermos um (mesmo) evento de maneiras distintas. Essa possibilidade é chamada de “secret life requirement” (cf. Steward, 1997, p. 19):

an event should be something which it makes sense to suppose has hidden aspects, properties one does not know about, descriptions which one does not realize apply to it; it should be the sort of thing that it makes sense to suppose might have what I shall call a ‘secret life’.

Segundo a autora, o “secret life requirement” é, na verdade, um critério de particularidade, ao qual os eventos, em princípio, parecem atender.

O “secret life requirement” pode ser entendido também como uma versão particular da ideia de que certas entidades têm sua identidade dada pela sua composição; é segundo essa ideia, por exemplo, que a identidade das proposições é dada pela sua composição. Para o caso dos eventos, sua identidade é mais independente de sua expressão linguística do que para o caso das proposições, ou seja, podemos nos referir a um mesmo evento através de diferentes expressões ou construções linguísticas. Voltaremos muitas vezes à oposição, segundo essa e outras linhas de argumentação, entre eventos e proposições.

1.4. Balanço sobre os eventos

Nas seções 1.1 a 1.3, vimos alguns dos argumentos a favor da postulação de eventos em nossa ontologia, e passamos em seguida a uma discussão filosófica sobre sua natureza. Vimos também os argumentos a favor da ideia de que os eventos são particulares, apresentamos uma versão da posição particularista, elaborando as ideias de Varzi e Davidson, que é a que adotamos nesta tese.

Ao fim dessa longa caracterização dos eventos e de uma apreciação mais detalhada da ideia de

²⁹ Davidson (1970), diz o seguinte: “the character of the similarity is suggested, if not made explicit, by the context”. Isso também não resolve a questão, apenas a joga para o “contexto”.

eventos como particulares, em que está implícita uma certa defesa da posição davidsoniana, a questão que nos sobra é: concebidos como Varzi os concebe, os eventos desempenham de fato os papéis que as teorias linguísticas lhes imputam? A concepção de evento defendida por Varzi é a mesma que os linguistas têm em mente quanto explicam fenômenos de língua natural?

A caracterização que Varzi dá aos eventos, não se esquivando dos problemas que eles apresentam, mas argumentando que esses problemas são encontrados também nos objetos ordinários e que os eventos têm um esquema referencial mais vago (“the referential pattern that is vague”), pode ser vista como uma sofisticação da posição adotada pelos linguistas. Contudo, responder à questão formulada no parágrafo acima não é uma tarefa simples, e foge do escopo do presente trabalho; mas é interessante apresentar alguns das razões para essa dificuldade, além do simples fato de haver inúmeros trabalhos que mobilizam a noções de evento.

Um primeiro ponto relaciona-se à grande quantidade e aparente discrepância dos fenômenos linguísticos para os quais os eventos são mobilizados; em certa medida, se uma mesma noção de evento puder ser heurísticamente relevante para fenômenos como aspecto, nominalização, anáfora, verbos de percepção etc., então esses fenômenos todos devem ter algo em comum – e esta é uma assunção nada trivial. Um segundo ponto é a diversidade de concepções de eventos que encontramos entre os linguistas; seria extremamente problemático dizer, por exemplo, que as concepções de eventos de autores como Asher (1993), Rothstein (2004) e Krifka (1998) são as mesmas ou são distintas, em geral, porque a única fonte sobre eventos que esses autores e outros citam é Davidson (1967), e esperamos ter mostrado que desse texto de Davidson muitas concepções de eventos podem ser derivadas, concepções não necessariamente convergentes entre si. Um terceiro ponto, mais instrumental, é dizer que tal questão – se a concepção de eventos *à la* Varzi é que o encontramos nos trabalhos dos linguistas – nem se deve colocar, porque o entendimento do que são eventos no domínio da linguística se dará ao longo da própria pesquisa linguística. Obviamente, nem todos estão de acordo com uma posição tão radical sobre a possibilidade de os linguistas sequer levarem em conta a natureza dos eventos, e aqui cabe uma citação de Kamp e Reyle sobre esse tópico (1993, p. 505):

one of the central tasks of semantics is to articulate the conceptual structures that guide and support our, human, understanding of the languages we use. If that understanding crucially involves concepts which are to some degree underdetermined, then the semanticist has the task of spelling out precisely how and to what extent the concept is underdetermined; it will not do to substitute a fully determinate concept of one's own conception for the undetermined notion that is in actual use.

Uma consideração semelhante é feita também por Ilari e Basso (2007, p. 296):

A noção de evento surgiu na fronteira entre três domínios, a linguística, a filosofia e a lógica e, provavelmente, entendê-la como uma noção indeterminada foi um dos grandes motivos de seu sucesso. Ora, no bazar de fenômenos que ela ajuda a esclarecer é possível que a pesquisa fixe, a qualquer momento, um conjunto de fenômenos mais coerente, e que o tome como referência para elaborar uma definição mais restritiva. Também é possível que as necessidades de uma teoria qualquer levem a encarar como eventos apenas certas coisas, e não outras. Terá então acontecido mais uma vez aquilo que vemos acontecer todos os dias em ciência: uma noção mais maleável ganha contornos mais rígidos no contexto de uma teoria que suplantou outras. Esse é um fato que se repetiu inúmeras vezes na história da ciência, e não só da ciência da linguagem. Não vale a pena assustar-se com isso.

Justamente porque procuramos defender uma posição particularista sobre os eventos, as considerações aqui trazidas apontam apenas para semelhanças entre objetos e eventos – a ideia é chegar a uma definição de evento que ao mesmo tempo mantenha a posição defendida e inaugurada por Davidson e acompanhe os desenvolvimentos da noção de evento em linguística. Contudo, seria talvez o caso, além de salientar as semelhanças entre essas duas entidades, de salientar também as diferenças, com o intuito de ver se acaso não são maiores, configurando-se um argumento a favor de uma diferenciação também ontológica. Essa é uma possibilidade que apontamos, mas na qual não investiremos aqui.

Por fim, cabe explicitar algo que a rápida caracterização até aqui feita já havia de certo modo mostrado: a questão sobre a identidade, a individualização e o estatuto ontológico-metafísico de eventos não é uma questão nova; é uma questão sobre a qual muitos filósofos já trabalharam e em relação à qual podemos encontrar inúmeras respostas e considerações, colocando os eventos ora mais próximos de entidades abstratas, em cujo extremo estariam as proposições, ora colocando-os mais próximos, de fato igualando-os, aos objetos concretos no extremo do eixo das entidades concretas. A busca por tais respostas tem mobilizado uma reflexão intensa em filosofia da mente, em filosofia da ação e também em linguística, pois as questões levantadas sobre a natureza dos eventos em âmbito filosófico têm uma contraparte importante em considerações sobre a língua natural. Ao longo desta tese, seguiremos o mais próximo possível as ideias de Davidson sobre eventos e sobre os temas citados.

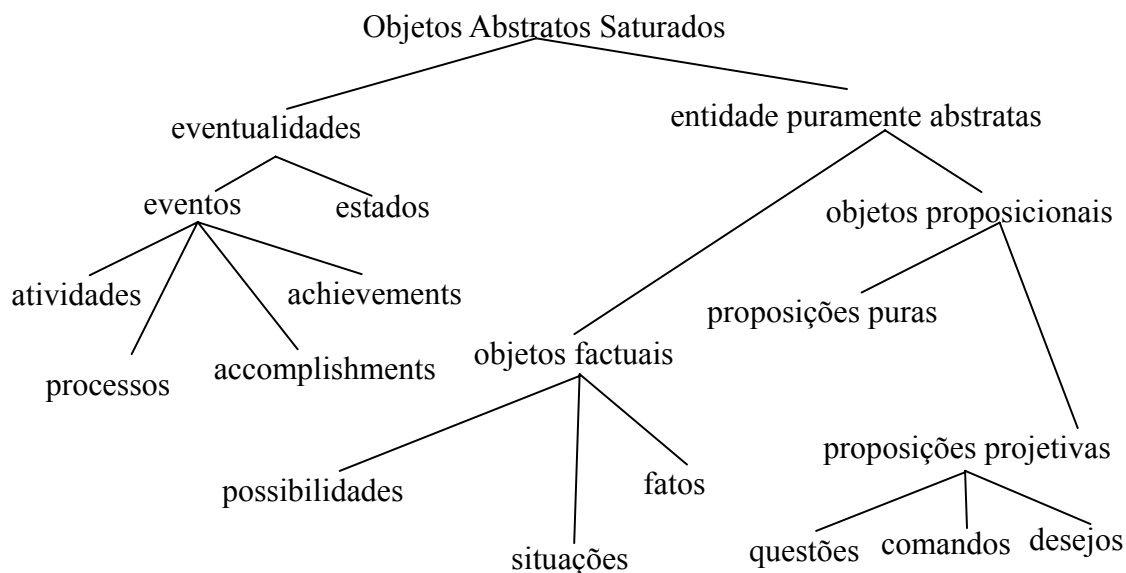
Como recapitulação, podemos dizer que é nesta direção precisamente que pretendemos encaminhar o estudo aqui desenvolvido: um de nossos principais objetivos é fornecer um argumento para o debate sobre a natureza dos eventos, baseado na maneira como a anáfora – um processo linguístico – se aplica aos eventos na língua natural. Para apresentar mais claramente esse argumento, não basta pensar no contexto filosófico em que se insere a noção de evento; é preciso também explorar mais a fundo o conceito de anáfora.

Contudo, antes de passar a ver questões sobre anáfora, dêixis e termos singulares para eventos no próximo capítulo, aproveitaremos a discussão de cunho filosófico feita aqui para acrescentar a ela mais dois tópicos. O primeiro deles tem a ver com quais são e quais os papéis de outras entidades abstratas nas teorias linguísticas, e o segundo com o modelo de mundo postulado pelos semanticistas.

Muitos linguistas lançam mão de entidades como fatos, proposições, situações, e outras para dar conta de fatos linguísticos. A princípio, os eventos não teriam nada a ver com essas entidades, pois estamos os considerando como o fazia Davidson e o faz o “mainstream” das pesquisas linguísticas: como particulares concretos. De uma forma ou de outra, o interesse nesse “espectro de entidades abstratas” está tanto em entender um pouco melhor o que sejam, quanto no fato, que exploraremos ao longo dos outros capítulos deste trabalho, de que a anáfora de eventos assemelha-se à anáfora dessas entidades abstratas. Ainda que rapidamente, e talvez novamente desviando um pouco o foco central, na seção 1.5. apresentaremos algumas das principais noções e questões ligadas às entidades abstratas em linguística; não faremos uma apresentação exaustiva, apenas indicaremos tópicos que serão retomadas em todos os capítulos a seguir. Na seção 1.6., finalizando a discussão filosófica, discorreremos sobre a ideia de “natural language metaphysics” (NLM) e o lugar dos eventos na ontologia.

1.5. As entidades abstratas na linguística

Em seu trabalho de 1993, intitulado “Reference to Abstract Objects in Discourse”, Nicholas Asher propõe, como tipologia das entidades abstratas com as quais vai lidar, e que preencheriam as necessidades de um linguista, o esquema abaixo (adaptado da p. 57):



A divisão principal está entre as “eventualidades” e as “entidades puramente abstratas”. Logo de saída já caberia a pergunta: por que os eventos, dado tudo o que vimos nas seções precedentes, estão lado-a-lado com entidades puramente abstratas? Essa é a exata posição antagônica àquela a que Davidson e Quine advogavam.

A resposta a essa questão depende muito do que entendemos por “abstrato” e também por “eventos”, e a colocação dessa questão simplesmente aponta o sempre presente hibridismo da noção de evento. Sobre isso, Asher diz (p. 1; grifo nosso):

Davidson and others have argued that eventualities, unlike abstracts objects, are concrete entities. Nevertheless, eventualities share at least some of the properties that the so called abstract entities have. From the perspective of a naïve semantic point of view, eventualities have very close connections to abstract objects like propositions or facts. An assertoric sentence in the indicative mood describes, the naïve semanticist would say, an event or state. But it also expresses a proposition. Some might also say that it denotes a fact or describes a state of affairs. **Also, anaphoric reference to events is sometimes hard to distinguish from anaphoric reference to facts or propositions.** This points to a complex correlation between eventualities and the more abstract entities. The study of purely abstract entities should thus be pursued in tandem with a study of eventualities.

Há muito a ser dito sobre o parágrafo acima; por ora, basta indicar que a anáfora é para Asher, como explicita o trecho que destacamos, uma razão para aproximar eventos e entidades abstratas. O ponto principal aqui é o peso que Asher dá ao que chamaremos de “evidência da anáfora”, ou seja, o que nos revela e qual é a importância do comportamento dos eventos quando retomados anaforicamente. Essa

evidência é robusta o suficiente para que Asher colocasse os eventos juntos com entidades puramente abstratas.

O que nos interessa agora são as duas macro-entidades puramente abstratas, proposições e fatos, que, como indica a citação de Asher, muitas vezes se confundem com eventos quando se trata de retomadas anafóricas.

Seria impossível fazer aqui a discussão que noções como fatos e proposições merecem, mas também não podemos deixar de nos pronunciar sobre como tratá-las; é por essas razões que procuraremos um meio-termo quando de sua exposição.

(a) Proposições

Em geral, podemos entender por proposição aquilo que pode receber um valor de verdade (i.e., é um *truth-bearer*), ou seja, que pode ser alvo, por exemplo, de predicados como “ser verdadeiro” ou “ser falso”. As proposições têm, via de regra, como contraparte linguística as sentenças, é por isso que podemos dizer que uma sentença expressa uma proposição; isso, contudo, não está de todo correto quando lembramos que sentenças que contêm indexicais, por exemplo, não expressam uma proposição a não ser quando “resolvemos” o indexical. É por isso que não sabemos que proposição a sentença 'Eu estou com fome' expressa até sabermos a quem 'eu' se refere – é nesse sentido que podemos dizer, com uma certa imprecisão, que uma proposição é uma sentença interpretada, ou enriquecida pragmaticamente, ou pelo menos com os valores de seus índices ou indexicais estabelecidos. Diz-se também, na esteira da tradição fregeana, que uma proposição é um pensamento, e é por isso que elas também podem ser alvo de predicados como 'achar (que)', 'acreditar (que)', 'pensar (que)', etc. Ainda sobre a relação entre sentenças e proposições, convém notar que assim como sentenças do tipo 'Eu estou com fome' expressam diferentes proposições a depender do preenchimento de 'eu', diferentes sentenças podem expressar uma mesma proposição; tal fato é particularmente claro quando lidamos com sentenças em mais de uma língua, por exemplo: 'João ama Ana', 'John loves Ana', 'Иван любит Аня' estão todas pela proposição <João, Ana, amar>³⁰.

A identidade das proposições depende da metafísica associada a elas, e há duas opções principais ao longo de um espectro de possibilidades. A primeira delas é considerar que proposições são

³⁰ Usaremos os parênteses angulares (<,>) para representar proposições, com duas ressalvas: nem sempre isso é o mais usual, e muitas vezes essa notação pode ser usada para representar *truth-makers*, como estado de coisas, e não nos preocuparemos com a estrutura interna quando ela for clara. Uma representação com essa última preocupação seria <<João, Maria>, amar>.

entidades estruturadas ou compostas, e, se assim procedemos, a representação das proposições é como fizemos imediatamente acima. Nessa concepção, uma proposição é extremamente sensível à sua composição e diferentes sentenças (salvo quando se trata de traduções) darão vez a diferentes proposições, simplesmente pelo fato de serem formadas a partir de “ingredientes” diferentes, mesmo que sejam todos co-extensionais. Uma outra maneira de entender proposições é como conjuntos de mundos possíveis (Stalnaker, 1976), e sua identidade será a mesma usada em teoria dos conjuntos: dois conjuntos são iguais se e somente se têm os mesmos elementos. Assim, uma proposição *p* é igual a uma proposição *q* se e somente se elas têm como membros os mesmos mundos possíveis, ou seja, se e somente se elas são verdadeiras nos mesmos mundos possíveis.

Adotar uma ou outra das concepções de proposição leva a diferentes gamas de problemas, dos quais não veremos nenhum aqui, mas que formam o centro de mais de um século (se não contarmos a filosofia antiga e a medieval) de debates intensos em semântica e filosofia analítica sobre atitudes proposicionais, modalidade, teoria de verdade e outros. Para efeitos imediatos, consideramos que proposições são pensamentos, entendidos *fregeamente* (predicados saturados por argumentos adequados), e também o alvo de certos predicados, não só aqueles que as imputam valor de verdade, mas também 'acreditar (que)', 'achar (que)', etc.

De qualquer modo, se levarmos em conta uma espécie de *continuum* de abstração, diremos que no pólo concreto temos os eventos e os objetos e no pólo abstrato, as proposições. Como salientamos acima, juntamente com Asher, o fato de que os eventos se comportam como as proposições nas relações anafóricas não deveria ser algo pré-teoricamente surpreendente, pois ambas as entidades são veiculadas por estruturas sentenciais, assim podemos esperar encontrar os mesmos mecanismos anafóricos. É quando adotamos uma teoria como a de Davidson, na qual o evento não tem relação alguma com proposição, mas sim com objetos, que a semelhança entre anáfora de eventos e de proposição se torna problemática. Se levarmos em conta que eventos também podem ser veiculados através de estruturas não-sentenciais (nominalizações), a semelhança entre anáfora de eventos e de proposições também é problematizada³¹.

(b) Fatos

Por sua vez, os fatos podem ser entendidos como *truth-makers*, ou seja, como aquilo que faz com que uma proposição verdadeira seja verdadeira. Diferentemente das proposições, que podem ser

³¹ Agradeço ao prof. Sérgio Menuzzi por essas observações.

concebidas como objetos estritamente mentais, os fatos geralmente são concebidos como entidades estruturadas, nas quais figura um ou mais indivíduos (particulares) e um predicado ou uma relação, ou seja, para um dado mundo de consideração, os fatos envolvem entidades daquele mundo. Assim, o *truth maker* da proposição <João, Maria, amar> é a relação de amar exemplificada no mundo em consideração pelo indivíduo representado por João e pelo indivíduo representado por Maria nesse mesmo mundo de consideração. Nesse sentido, os fatos são particulares, i.e., não se repetem, mas também não têm relações espaciais ou temporais (apesar de alguns fatos poderem ser datados), e também não participam de relações causais³².

A realização linguística de fatos por vezes se confunde com a de eventos, como explorou Vendler em seu texto “Facts and Events” (1967b). Por exemplo: uma descrição como 'a Segunda Guerra Mundial' pode referir-se a um evento em 'A Segunda Guerra Mundial durou 5 anos' e como fato em 'A Segunda Guerra Mundial foi terrível'. A ideia básica é que predicados diferentes selecionam entidades diferentes: 'durar' seleciona eventos, ao passo que 'ser terrível', fatos – obviamente, isso implica também que a descrição pode denotar entidades com natureza distinta. Como veremos ao longo deste trabalho, e também no trabalho de vários outros autores, o papel da seleção do predicado é fundamental para quem trabalha com “natural language metaphysics” (cf. capítulo 2 deste trabalho).

Diante de entidades como eventos, proposições, fatos e outras cabe imediatamente a pergunta: precisamos de todas elas? Não seriam os fatos nada mais do que proposições verdadeiras (como consideram Frege, Wittgenstein e outros)? Essas entidades não seriam redutíveis umas às outras? Filósofos como Peterson (1982) buscam justamente essa parcimônia; mas não nos importaremos com ela aqui, entre outras coisas porque entre os linguistas é prática comum postular essas e muitas outras entidades (espécies, indivíduos plurais, situações, etc.) desde que elas auxiliem de alguma maneira na solução de problemas de língua natural. No capítulo 2, seção 2.1.3, veremos que Davidson não admitia fatos na ontologia e, portanto, para esse autor, os eventos não têm a princípio relação alguma com fatos.

Antes de encerrar esta seção, ecoamos a constatação de Asher, para manter sempre em mente os objetivos deste trabalho: por que os eventos são retomados anaforicamente da mesma maneira como proposições ou fatos? Por que muitas vezes confundimos a retomada a anafórica de um ou outro, se apenas os eventos não são entidades abstratas?

³² A relação entre fatos, causas e efeitos é bem mais complexa do que sugerimos aqui, apesar de haver consenso de que fatos não têm papel causal. Para uma defesa da posição oposta, cf. Mellor, 1995.

1.6. Natural Language Metaphysics (NLM)

Durante a confecção de um modelo semântico, é necessário postular diversos tipos de entidades denotadas pelas diferentes classes de palavras e construções, e nem sempre esses referentes estão presentes no mundo real. Tal constatação, somada ao fato de que, a depender do tipo de análise linguística que se quer fazer, pouco importa se esses referentes estão no mundo real ou não (pois, em princípio, são mobilizados e manipulados do mesmo modo pelas línguas naturais), é o que dá ensejo à noção de referente discursivo de Karttunen (1976), fundamental para a semântica atual.

Entre os casos de referentes discursivos poderíamos arrolar os eventos³³, os objetos, e as diversas entidades abstratas vistas na seção acima, além de mundos possíveis, indivíduos plurais, *kinds* e outros. Tal proliferação de entidades demanda, para cada uma, como vimos para o caso dos eventos, critérios de identidade e individualização, algo nem sempre factível. Assim sendo, aos olhos dos filósofos, que, via de regra, advogam por uma parcimônia ontológica, há algo de errado nessa proliferação que eles certamente gostariam de ver reduzida a entidades mais “básicas”.

Contudo, como nota Emmon Bach (1989, pp. 98-99), ao descrever as relações de sentido e os mecanismos interpretativos das línguas naturais, o semanticista está livre para se esquivar de tais questões e postular aquelas entidades que são necessárias para o desenvolvimento de sua análise: “what we are doing is simply seeking linguistic evidence for the nature of the semantic structures that we seem to need to give a good account for the meanings of natural language expressions”, e o que resulta disso é justamente a “natural language metaphysics” ou NLM (cf. Bach, 1981, 1986 e 1989 e Asher 1993 e 2001).

Dessa forma, ao construir um modelo de mundo para investigar as línguas naturais, no qual estarão os referentes discursivos ou as “fichas” (Heim, 1982), o semanticista estará plenamente justificado em se contentar com evidências linguísticas para postular quaisquer entidades que essas evidências incitem – com o devido cuidado para não reduplicar tipos de entidade. E as melhores evidências linguísticas podem ser encontradas no que o filósofo Zeno Vendler, em seu texto “Facts and events” (1967), chamou de “containers”, ou seja, um conjunto de expressões que se comportam de maneiras diferenciadas e previsíveis a depender do tipo de entidade sobre a qual predicam (ou com a qual se combinam). Usando os containers, Vendler distinguiu fatos e eventos; em seu trabalho de 1993,

³³ Para Davidson e outros, contudo, os eventos fariam parte do mundo real.

Asher encontrou nos containers os meios para distinguir suas diversas categorias de referentes abstratos (eventos, fatos, estados, proposições, etc.); por sua vez, Zucchi (1994) isolou, com o mesmo método, os vários tipos de nominais encontrados em inglês. Voltaremos a essas ideias nos próximos capítulos.

Uma característica importante da NLM, é que “natural language metaphysics distinguishes many sorts of abstract objects. But often it fails to provide clear identity conditions or a full analysis” (Asher, 1993, p. 2). A NLM pode ser então vista como uma teoria parcial ou precária dos objetos (concretos e abstratos), mas que, não obstante, é suficiente para as práticas linguísticas; a NLM pode ser tomada, em suma, como a caracterização da realidade mobilizada na atividade linguística³⁴.

Ao elaborar sua teoria sobre objetos abstratos, Asher lança mão também da possibilidade de que a NLM e a metafísica propriamente dita (“real world metaphysics”) se relacionem não de maneira unívoca, ou seja, podemos pensar que esses dois níveis de metafísica não podem ser pareados numa relação de um-para-um. Para o caso dos eventos, afirma o autor: “there are distinct notions and categories of eventualities at the levels of real metaphysics and natural language metaphysics” (1993, p. 8).

Aceitar tal divisão pode implicar em reconhecer que a busca em que estamos empenhados no presente trabalho, e também a busca realizada pelos autores que procuraram os critérios de identidade de eventos, não contribuirá em nada para uma análise metafísica. Isso de fato pode vir a ser o caso em se tratando de “real world metaphysics”³⁵, mas o que nos interessa é a comparação entre anáfora de objetos (particulares) e eventos na NLM.

Certamente, Davidson e Quine não estavam falando de NLM, mas, como muitas outras noções importadas da filosofia, não nos parece equivocado interpretar sua discussão sobre eventos no interior da NLM; afinal, se nem na NLM podemos esperar que os eventos e os objetos sejam particulares concretos, muito menos o podemos em se tratando de “real world metaphysics”, e o foco principal de nosso trabalho é a linguagem natural.

Nesse contexto, nosso problema pode então ser reformulado como segue: no modelo de mundo que postulamos para lidar com eventos e objetos, podemos encontrar o mesmo comportamento e o mesmo mecanismo, neste modelo de mundo, quando olhamos para a anáfora de eventos e objetos? Essa é a questão que tentaremos responder.

Em suma, ao falar de ontologia e metafísica dos eventos não estaremos necessariamente falando

³⁴ Como notou o prof. Borges, há uma importante questão de fundo quanto à NLM: ela é da língua, do falante ou do linguísta? Essa não é uma questão trivial, porém, não investiremos em sua investigação aqui.

³⁵ Essa não é, contudo, a posição de Davidson (1977).

de “metafísica real”, mas sim do modelo de mundo postulado pelo semanticista.

Capítulo 2 – Um pouco sobre anáfora, dêixis e termos singulares

John Perry – Except for the terminology it sounds like you kind of agree with him.

Ken Taylor – Well, in some ways we agree [...] but I really do think he is just cheating, you know? He is just cheating. He is trying to call freedom, something that the libertarians, who is really the big friends of freedom, wouldn't acknowledge. Why he just gets to redub the word? I don't think we should fight about the words.

John Perry – Not fight about the words? Look... you can undermine our entire profession!

Trecho do programa Philosophy Talk, “Is Free Will an Illusion?; convidado John Fischer

Atualmente, são tantos e tão diversos os conceitos de anáfora, e os pontos de vista sobre o que é e como se dá tal fenômeno, que escrever sobre o tema é um tanto amedrontador. Não obstante, é imprescindível que estejamos minimamente esclarecidos sobre os conceitos-chave relacionados a esse fenômeno para podermos levar a cabo nosso objetivo.

Como dissemos na introdução desta primeira parte, há dois motivos principais para investigar as relações entre dêixis e anáfora: (i) muitas vezes os mesmos termos podem ter usos dêíticos e usos anafóricos, o que pode ser um índice de que essas noções compartilham algo; (ii) ao analisar os demonstrativos, como faremos na parte 2, é imprescindível termos alguma segurança sobre a relação dêixis/anáfora. Os termos singulares nos interessam por serem construções que nos permitem falar inequivocamente sobre um único evento e porque desempenharão um papel importante na análise das nominalizações, na terceira parte desta tese.

Entre os conceitos que costumeiramente são levados em consideração para entender o fenômeno da anáfora, há inicialmente três, que nem sempre recebem o mesmo nome ao longo da literatura: o antecedente, o gatilho do antecedente (*antecedent trigger*), também conhecido como termo ou sentença licenciadora, e o termo anafórico (cf. Cornish, 1999). Tomemos a sentença abaixo:

(24) João comeu um bolo, e ele lhe fez mal.

Ignorando o pronome pessoal 'lhe', que é correferente a 'João', na relação anafórica que se exemplifica em (24) podemos identificar um termo anafórico em 'ele', o gatilho do antecedente ou licenciador de tal anáfora em 'um bolo', e o antecedente em “o bolo que o João comeu e que está

reportado na sentença (24)”. Ou seja, numa primeira definição, o termo anafórico é aquele cuja interpretação demanda informações co- e contextuais, o gatilho do antecedente é o material linguístico com o qual o termo anafórico se relaciona, para o qual ele aponta, e, finalmente, o antecedente é a interpretação completa do termo anafórico, que identificamos, com alguma simplificação, com o seu referente. Algumas vezes o gatilho do antecedente e o antecedente coincidem, mas isso nem sempre ocorre.

Essas primeiras definições são ainda um pouco frouxas, principalmente no que concerne à ideia de demandar informações co- e contextuais; poder-se-ia argumentar que toda e qualquer palavra demanda um ou outro tipo de informações como essas. É necessário então estabelecer com precisão qual tipo de informação o termo anafórico demanda para poder receber uma interpretação, e tal questão nos leva diretamente ao problema de saber, não apenas o que é exatamente uma relação anafórica, mas também de que maneira se estabelece tal relação. Antes de chegarmos a definições mais específicas de anáfora (e de sua relação com a dêixis, pois as palavras que se configuram em termos anafóricos muitas vezes têm usos dêiticos), vejamos, ainda que rapidamente por que a ideia de que os termos indexicais demandam informações do contexto, sem ulteriores reformulações, não é procedente e precisa ser reformulada (cf. King, 2005). Para tanto, tomemos as sentenças abaixo:

(25) João foi ao *banco*, sentar-se sob uma árvore.

(26) João foi ao *banco* fazer um saque.

(27) “Guerra e Paz” é um *livro* pesado.

(28) “Guerra e Paz” é um *livro* histórico.

(29) *Eu* estou *aqui*!

(30) Pedro *se* olhou no espelho.

Certamente os elementos em itálico nas sentenças (29) e (30) necessitam de informações co- e contextuais para receberem uma interpretação, pois não é possível saber a que se referem os dêiticos ‘eu’ e ‘aqui’ de (29) sem saber quem é o falante e onde ele se encontra no momento em que a sentença é pronunciada; para (30), só é possível estabelecer o referente de ‘se’ através de ligações sintáticas específicas dentro da sentença. Por sua vez, as palavras em itálico nas sentenças (25) e (26) também recebem uma interpretação diferenciada a depender do que as cerca na sentença e no contexto amplo. O mesmo vale para ‘livro’: em (27) fala-se de sua materialidade e em (28) de seu conteúdo ou

interpretação. Por conta de fatos como esses, dizer que dêixis e anáfora são fenômenos que dependem do co- ou contexto não é dizer muito, pois, provavelmente, a interpretação de toda e qualquer palavra, de uma forma ou de outra, também depende.

Porém, como nota, entre outros, Perry (1997) a diferença entre o que acontece com (25)-(28), por um lado, e com (29)-(30), por outro, consiste no modo como o contexto é mobilizado e utilizado enquanto fonte de informação. Segundo Perry, para o caso de sentenças como (25)-(28), o que temos é que

the context, the environment of the utterance, the larger situation in which it occurs, help us to determine what is said. But these cases differ from indexicals [i.e., os itens sublinhados nas sentences (29) e (30)]. In these cases it is a sort of accident, external to the utterance, that context is needed. We need the context to identify which name, syntactic structure, or meaning is used because the very same shapes and sounds happen to be shared by other words, structures, or meaning. In the case of indexicals [(29) e (30)] we still need context *after* we determine which words, syntactic structures, and meanings are being used. The meaning *exploits* the context to perform their function, in order to fix the designation. (1997, p. 594).

Ou seja, diferentemente dos primeiros exemplos do conjunto acima, os termos indexicais (termo que engloba os anafóricos e os dêiticos, aí incluídos os pronomes de primeira e segunda pessoa, as desinências dos tempos verbais, etc.), entre eles os anafóricos, trazem como informação, como instrução ou ainda como parte integrante de seu sentido lexical que devem recuperar informações do co- e contexto, e, como veremos mais adiante, esses termos também dizem que tipo de referente podem ter. Nesse sentido, o contexto não muda a informação de um indexical: ‘eu’ significará sempre “a pessoal que está falando”³⁶, mudando seu referente a cada falante; o mesmo raciocínio pode ser aplicado, *mutatis mutandis*, aos termos anafóricos³⁷.

Levando isso em conta, é necessário então procurar separar os termos anafóricos dos outros termos indexicais, notadamente os dêiticos – e tal separação, como veremos logo adiante, pode ser vista como um campo de debate entre teorias formalistas de um lado e teorias funcionalistas/cognitivistas, de outro.

Segundo muitos autores, a dêixis, entendida no seu sentido etimológico, isto é, como ostensão ou como ato de mostrar, está na origem não apenas da anáfora, mas também do ato de referir. E é nesse

³⁶ Ou seja, tem o mesmo *caráter*, mas expressa, a cada contexto e uso um *conteúdo* diferente. A discussão sobre indexicais em geral e particularmente sobre demonstrativos é tópico do capítulo 3, da parte 2 desta tese.

³⁷ Citando Perry (1997, p. 594) ainda: “It seems, then, that a defining feature of indexicals is that the meaning of these words fix the designation of specific utterances of them in terms of facts about those specific utterances. The facts that the meaning of a particular indexical deems relevant are the contextual facts for particular uses of it”.

sentido que usaremos dêixis neste trabalho, como o ato de apontar ou gesto de ostensão que tem por intuito fixar o valor de variáveis ou descrições, ou simplesmente um referente. Voltando a uma definição de Lyons (1975, p. 637), podemos entender dêixis como

the location and identification of persons, objects, events, processes and activities being talked about, or referred to, in relation to the spatiotemporal context created and sustained by the act of utterance and the participation in it, typically, of a speaker and at least one addressee.

Não é difícil derivar dessa definição de Lyons a ideia de que a anáfora é um tipo particular de dêixis, sendo a dêixis um fenômeno mais geral (cf. Recanati, 2005). Contudo, há autores, como Cornish, com uma visão funcional de dêixis, que vê nessa mesma definição:

a means of making salient an element which hitherto had merged into the background context. As a result, it becomes detached from that background context and its referential contours are sharp and focused (1999, p. 20).

O contexto no qual um elemento dêitico pode apontar para algum referente não é apenas o contexto perceptual de coisas presentes durante uma interação, mas também certo conhecimento enciclopédico, eventos e outras entidades ainda salientes, mas não necessariamente presentes num contexto. Um exemplo dessa última situação pode ser dado pelo quadro abaixo:

(imagina-se que alguém entre em uma casa e bate a porta com muita força, desaparecendo em seguida.

Nesse contexto, alguém aponta para a porta e diz:)

(31) Eu detesto quando ele faz isso!

O ‘isso’ da sentença (31) seria certamente classificado como dêitico, fato salientado pelo gesto de apontar, mas o que esse gesto aponta, i.e., o evento de alguém bater a porta, já não está mais no contexto perceptual estritamente falando (o evento já ocorreu), e mesmo assim a sentença é boa e sua interpretação é extremamente previsível e não-problemática.

Mesmo com o problema de separar dêixis e anáfora, seja como dois fenômenos distintos, seja como duas facetas de um mesmo fenômeno (a anáfora como um tipo de dêixis), é consenso que a anáfora é algum tipo de indexical, como salienta Cornish (1999, p. 22)

anaphora [...] is another type of ‘pointing’ (or indexicality), but one where the ‘pointing field’

[...] is not constituted by the speech utterance context, as it is in the case of deixis proper, but by the discourse context itself.

Outro indício dessa proximidade seria o fato de que muitas palavras que têm uma interpretação dêitica têm uma anafórica, e vice-versa. Esse fato motivou alguns autores a reconhecer que, na verdade, é o *uso* de uma dada palavra num contexto particular que determinará se ela é um termo dêitico ou um termo anafórico; algo que dificulta ainda mais o entendimento da exata relação entre os dois fenômenos. Qual seria a forma lógica a ser dada a esses termos?

Quais são os argumentos de quem vê na anáfora o mesmo fenômeno que a dêixis, e quais seriam os argumentos de quem vê dois fenômenos distintos? A depender do paradigma de investigação linguística adotado, uma ou outra perspectiva é privilegiada e, salvo algumas imprecisões, onde os formalistas enxergam um só fenômeno, os funcionalistas e cognitivos vêem dois³⁸. Quais as razões dessa diferença? Há algum argumento, exemplo ou experimento que seja crucial para poder escolher uma das alternativas? A melhor maneira de proceder, nos parece, é arrolar e avaliar os argumentos de cada uma das posições.

Em linhas gerais, a controvérsia se dá nos seguintes termos: os autores que estamos chamando de formalistas advogam que, de um ponto de vista estritamente semântico, não há diferença entre dêixis e anáfora, ao passo que os autores funcionalistas defendem que uma definição estritamente semântica de anáfora não é conveniente, pois esse fenômeno a um só tempo mobiliza “recursos” semânticos e cognitivos (i.e., saliência).

Como representantes dos autores que, com base em sua “função semântica”, entendem que não há como separar dêixis e anáfora, ou pelo menos que tal separação não traz consigo nenhum ganho e, portanto, para fins de economia teórica é mais interessante manter juntas as duas noções, temos, entre muitos outros, Heim e Kratzer (1998) e Recanati (2005).

O argumento desses autores procede da seguinte forma: nas chamadas “semânticas dinâmicas”³⁹, um referente pode ser introduzido no universo de discurso não apenas através de material

³⁸ Nunca é demais insistir neste ponto: as escolas funcionalistas e formalistas englobam, internamente a cada uma, orientações bastante diversas. Achar o mínimo denominador comum de cada uma dessas escolas não é uma tarefa simples e reconhecemos isso. No entanto, ainda assim, a organização até certo ponto grosseira que propomos aqui auxilia bastante a exposição e a organização das alternativas.

³⁹ Mais adiante teremos oportunidade de definir melhor essas teorias semânticas e utilizá-las em alguma medida (cf. parte 2, capítulos 3 e 4, e na parte 3). Por ora, como caracterização geral, basta dizer que para essas semânticas a contribuição semântica das sentenças não é mais apenas um valor de verdade, mas sim elas estabelecem um potencial de mudança ou atualização de contexto, o contexto no qual são proferidas. Assim, pode-se entender uma sentença como uma função de contexto para contexto: cada nova sentença é então interpretada no contexto alterado pelas sentenças precedentes; daí o dinamismo dessas semânticas.

linguístico (a alegada exclusividade dos antecedentes das anáforas), mas também através do contexto perceptual (a alegada exclusividade dos referentes de termos usados deiticamente). Sendo assim, ao apontar para um objeto qualquer presente num contexto perceptivo – via dêixis –, ele já estará, de certa forma, invocado no universo de discurso; dessa forma, apenas retomamos, com essa dêixis, um referente já presente no universo de discurso. O mesmo se dá com a anáfora, com a diferença de que, no caso da anáfora o referente foi introduzido no universo de discurso através de material linguístico, i.e., uma outra sentença ou fragmento de discurso. O próximo passo do argumento é dizer que a diferença entre estar presente no contexto perceptivo e ser inserido no discurso por um fragmento do próprio discurso é uma diferença de saliência, e a resolução de um termo anafórico (a escolha de seu referente) é feita levando-se em conta tal informação, e assim, diferenciamos dêixis e anáfora. Contudo, as duas diferenças aqui citadas entre dêixis e anáfora – a saliência do referente e o lugar em que é preciso buscar informação para a sua resolução – podem muito bem ser vistos como a mesma operação semântica operando em dois nichos distintos, e assim “as semanticists, we abstract away from the strategies of reference resolution and the conditions they require to succeed” (Heim e Kratzer, 1998, p. 240)⁴⁰.

A posição de Recanati (2005, p. 292) é exatamente a mesma. Sobre a diferenciação entre dêixis e anáfora, ele diz

In all cases [dêixis e anáfora], indeed, *the task of the interpreter is to find a suitable antecedent for the singular term* (a suitable mental file). In anaphoric uses the antecedent is located in the previous discourse, or rather, in the mental representation resulting from the hearer's processing of the previous discourse. But in deictic cases also an antecedent mental file is invoked, corresponding to the hearer's perception of the referent.

Esses autores reconhecem que há diferença entre dêixis e anáfora, mas que ela não desempenha nenhum papel semântico relevante. Além disso, como vimos no parágrafo acima, Heim e Kratzer chegam a formular qual seria essa diferença: estratégias de resolução anafórica que levam em conta conceitos como saliência, foco (como entendido pelos funcionalistas), memória, etc. – todas noções alheias ao trabalho de um semanticista formal.

A argumentação parece de fato correta, e o ponto a ser questionado é justamente a assunção de que podemos dispensar tão tranquilamente essas diferenças ao analisar semanticamente fenômenos

⁴⁰ Ainda segundo Heim e Kratzer (p. 240), “it is not clear, however, whether the traditional division into deictic and anaphoric uses [de um pronome] has any role to play in linguistic theory. [...]. The idea is that anaphora may often be viewed as reference to a contextually salient individual as well. It seems to differ from deixis only insofar as the cause of the referent's salience is concerned”.

linguísticos – a resposta dos funcionalistas certamente é “não”. Vejamos seus argumentos.

Se de um ponto de vista estritamente semântico podemos unificar dêixis e anáfora, de um ponto de vista perceptual ou processual esses fenômenos são distintos. Assim sendo, ao passo que com a dêixis é possível focalizar ou produzir a saliência de um dado referente presente no contexto (perceptual ou não), a anáfora, por sua vez, pressupõe que tal foco ou saliência já exista, e indica simplesmente a manutenção em foco desse referente. Nas palavras de Cornish (1999, p. 22):

The two procedures [dêixis e anáfora] have in common the property of indexicality, of ‘pointing’ to an element of the context which will enable the addressee to identify the intended referent: via the deictic procedure in terms of the utterance or discourse context [...], and via the anaphoric procedure only in terms of the discourse context. Where they crucially differ, in my view, is the fact that deictic reference has the effect of drawing an element of the utterance or discourse context to the addressee’s immediate attention, whereas anaphoric reference presupposes that his or her attention is already focused on the intended referent, or at least that the latter is in some way associated with the current focus of attention, and that its existence can easily be inferred: thus, the occurrence of an anaphorically used indexical constitutes an instruction on the speaker’s part to maintain the high level of focus already accorded by speaker and addressee to a given discourse entity.

A concepção de anáfora de autores como Cornish assume que tal fenômeno não se esgota em uma definição estritamente semântica, e o que autores como Heim e Kratzer e Recanati tomam como algo que pode ser desconsiderado pelo semanticista ao lidar com fenômenos indexicais é aqui usado como um verdadeiro divisor de águas, deixando de um lado a dêixis, e de outro a anáfora em função de sua relação com a focalização e a manutenção em foco de referentes, noções que são claramente da esfera do processamento da linguagem.

Ao invés de dizer que uma ou outra definição está correta, preferimos reconhecer que Heim, Kratzer e Recanati têm em mente perguntas diferentes daquelas que autores como Cornish têm. A principal preocupação de Cornish, anteriormente explicitada por Ehlich (1982), é como os participantes de uma interação linguística manipulam os referentes de tal interação, como se dá o processamento do fluxo de informação. Nesse sentido, são de fato extremamente importantes perguntas como “qual referente é mais saliente no momento x?”, e noções como saliência, relevância, memória, etc. ganham um status privilegiado. O que os formalistas se perguntam pode ser grosseiramente formulado como “qual valor atribuir a variável x introduzida pelo pronome ou descrição Y?”, e para responder a isso noções como saliência, foco, etc. ou desempenham uma função meramente instrumental ou nenhuma função⁴¹.

⁴¹ É interessante notar o fato de que, na grande maioria dos casos, os autores que aqui chamamos de funcionalista

A existência de abordagens diferentes sobre o fenômeno da anáfora e sua relação com a dêixis, e de diferentes perspectivas sobre esses fenômenos sugere que os trabalhos de formalistas e funcionalistas podem ser vistos como complementares em um certo grau, dado que a anáfora é tanto um meio de preenchimento de variáveis, quanto um meio de manipulação do fluxo informacional.

Dado que boa parte do trabalho em teoria semântica que envolve a noção de evento como entidades particulares é realizado no interior de um quadro formal – aliás, a própria noção de evento nasceu em um berço formal/analítico –, é juntamente com os formalistas que a presente tese se alinha. A questão que procuraremos responder também fica melhor formulada nos termos em que os formalistas entendem anáfora. Por isso, seguindo essa orientação, investigaremos como se dá o preenchimento de variáveis, introduzidas por pronomes ou descrições, por eventos. Não obstante, reconhecemos que o fenômeno não se esgota nisso, e que a anáfora é de fato um fenômeno intrinsecamente híbrido entre semântica, sintaxe e processamento (cognitivo) da linguagem, e não deixaremos de utilizar o termo dêixis para indicar um tipo específico de preenchimento do valor de variáveis – aquele que se dá por meio de um gesto de ostensão. Concederemos, por fim, que antecedentes anafóricos são elementos salientes ou em foco (formalistas como Roberts (2003, 2004), Asher (1993) e Webber (1988, 1991) também lançam mão dessas noções cognitivas, mesmo sem defini-las explicitamente), que, ao mesmo tempo, apresentam esse estatuto processual e são o valor de variáveis.

Sendo assim, uma das principais questões que devemos responder é de que modo a anáfora (no nosso caso, de eventos) procede para manter um referente em foco ou saliente⁴². Tal resposta, levando em conta as noções de antecedente, gatilho do antecedente e termo anafórico pode ser formulada da seguinte maneira: um termo anafórico indica qual é o seu gatilho do antecedente e, a partir desse gatilho, que é, em geral, uma estrutura nominal ou sentencial, é possível recuperar seu antecedente ou construí-lo através de diversos processos inferenciais. Num quadro como esse, o papel do termo anafórico é fornecer pistas para a identificação do gatilho do antecedente: um pronome feminino plural, por exemplo, indica que seu gatilho do antecedente tem que ser uma entidade linguisticamente

preocupam-se muito mais em definir anáfora (frente ou não à dêixis) do que os formalistas. Por exemplo: no trabalho de Asher (1993), inserido na Discourse Representation Theory (DRT), sobre referência a objetos abstratos (cf. capítulo 5, parte 2), a única definição de anáfora oferecida pelo autor é a seguinte: “we take anaphora to be a relation between the denotations or the semantic values of the linguistic antecedent and the pronoun” (p. 34).

⁴² Estamos usando aqui as noções de saliência e foco, também híbridas (linguísticas e psicológicas), de uma maneira um pouco frouxa devido aos objetivos da presente exposição. Vale notar, todavia, que nem sempre um referente saliente é o último mencionado num certo discurso; por vezes a saliência tem a ver com o papel que um determinado referente representa (se ele é um agente, paciente, etc.).

categorizada como plural e com concordância em gênero feminino. Aliando a essa resposta sua contraparte processual, diremos também que o gatilho do antecedente deve responder por um ou mais antecedentes já focalizados ou salientes, visto que a anáfora lida apenas entidades que apresentam tal status. A definição aqui oferecida é muito próxima da que oferece Cornish (1999, p. 40-41):

... the role of the text with regard to anaphora is not to provide a formal element (the so-called ‘antecedent’) with which the anaphor needs to link up in order to receive its full sense and reference, but rather to evoke a set of entities made available via the processing of the antecedent-trigger segment and its predication context, via the speech participants’ mutual perception of the current context of utterance, and via their intersubjective involvement in the culture underpinning the language in which the exchange is taking place. [...] The anaphor [...] points to a referent enjoying a level of saliency congruent with its morpho-phonological type, a referent which is represented within [...] the addressee’s discourse model as constructed up to the point where the anaphor occurs.

Há neste trecho um conceito com o qual trabalham boa parte dos autores, formalistas ou funcionalistas, que lidam com anáfora; este conceito precisa ser esclarecido e mais bem entendido: trata-se do modelo de discurso ou modelo discursivo, situação discursiva ou situação *default*, ou ainda simplesmente discurso.

O modelo de discurso (MD) depende fundamentalmente de uma outra noção, à qual muitos autores denominam texto, e que consiste, *grosso modo*, nas sentenças, no material linguístico de um dado ato de comunicação. A partir do texto, os participantes do ato comunicativo chegam ao MD, que é um repertório no qual estão registradas várias inferências permitidas e outras proibidas pelo texto, o contexto perceptivo no qual o ato de comunicação se desenrola e também o acerto dos vários indexicais, tudo isso motivado pelas intenções globais do ato de comunicação em questão⁴³.

Há muitas maneiras de entender o que seja um texto ou discurso. Aqui entenderemos por texto uma construção estritamente semântica em que entra um conjunto de informações dadas pelos itens lexicais, mais o modo como são combinadas e as deduções ou consequências lógicas que esse conjunto permite – o contexto discursivo da DRT (cf. Asher 1993, Asher e Lascarides 2003, Smith 2003 para definições formais dessa noção) ou a situação *default* de uma semântica de situações (cf. Barwise e

⁴³ Cf. Asher e Lascarides (2003) para uma tentativa de formalização de todas essas noções (discurso, contexto, modelo discursivo) e padrões inferenciais nos moldes da DRT, propondo inclusive soluções para muitos fenômenos linguísticos que não podem ser capturados por uma semântica que leva em conta apenas as condições de verdade das sentenças de um discurso e seu potencial de mudança de contexto, mas que demandam uma semântica que incorpore também as relações retóricas que as sentenças estabelecem entre si; é isso o que a SDRT (Segmented Discourse Representation Theory) proposta por eles tem por objetivo capturar; as mesmas preocupações podem ser encontradas em Roberts, 2003, 2004; Webber, 1988, 1991; Asher, 1993 e outros. Ao lado do trabalho de Asher e Lascarides (2003), o trabalho de Smith (2003) é uma investigação em DRT da organização local e global das estruturas textuais, inferências permitidas, processos fóricos, etc.

Perry, 1983, Kratzer, 1989 para definições formais). Se entendermos texto ou discurso desse modo, o MD deve ser então entendido como um texto interpretado por um agente que não apenas conhece e manipula as informações semânticas do texto, mas também acresce esse texto de conhecimento pragmático, do contexto perceptual direto e de conhecimento enciclopédico.

Devido ao fato de que muito do que está presente no MD é fruto de inferências e consiste, às vezes, em objetos mentais (como proposições), o MD é considerado um modelo mental, bastante próximo ao adotado por semânticas dinâmicas (basta lembrar que a caracterização que mais comumente se faz da DRT a representa como um nível mental no qual os falantes desenvolvem um discurso) e próximo também daquele visualizado por Karttunen (1976) ao falar de seus “referentes discursivos”. Além disso, segundo, pelo menos, Webber (1982) e Cornish (1999), o próprio ato de comunicação é sempre uma tentativa, que na prática pode ser mais ou menos bem sucedida, de que o(s) falante(s) e o(s) ouvinte(s) cheguem ao mesmo MD:

[...] one objective of discourse is to talk about some situation or state of the real or some hypothetical world. To do this, a speaker must have a mental model of that situation or state. The ensuing discourse is thus, at one level, an attempt by the speaker to direct the listener in synthesizing a similar “discourse model” and by that, acquire information about the speaker’s situation or state (Webber, 1982, p. 334).

Ainda sobre o MD, interessa dizer que ele ganha ainda mais peso ao ser aliado à ideia de “natural language metaphysics” (NLM), que vimos na seção 1.6., do primeiro capítulo. É justamente na NLM que devemos buscar as entidades referidas num dada MD.

Até aqui, discorremos sobre anáfora, dêixis e MD; porém, há ainda uma outra noção de fundamental importância para qualquer teoria de eventos e também para o estudo da anáfora de eventos sobre a qual devemos nos pronunciar antes de estudarmos os mecanismos por trás da anáfora de eventos. Trata-se dos termos singulares para eventos, tópico da próxima seção.

2.1. Primeiros olhares sobre anáfora de eventos: termos singulares para eventos?

Como vimos na introdução geral, logo no primeiro parágrafo do texto “The Logical Form of

Action Sentences”, Davidson já menciona a problemática envolvida na anáfora de eventos e também encaminha uma solução em que o conceito de “termo singular” (*singular term*) desempenha um papel de primeiro plano. Davidson parece ver na existência de termos singulares a prova crucial de que fazemos referência a um indivíduo necessariamente distinto de qualquer outro. Além disso, como diz Recanati na citação acima, tanto na dêixis quanto na anáfora, “the task of the interpreter is to find a suitable antecedent for the singular term”, ou seja, há uma relação estrita entre anáfora e termos singulares, que veremos com mais vagar logo abaixo.

A noção de termo singular leva a outra noção problemática, a de identidade, e é utilizada ainda para unir questões linguísticas (como, por exemplo, a anáfora) a questões filosóficas (como aquelas relacionadas a problemas de identidade): se temos anáfora de eventos, temos (algum tipo de) relação de identidade? Para responder, precisamos mobilizar termos singulares. E, como também indicou Davidson, no caso dos eventos, muitas vezes, o que temos é a ausência de um termo singular⁴⁴; em outras palavras, na maioria das vezes, o que se refere a um evento são elementos dispersos por uma sentença⁴⁵. Abaixo, apresentamos em passos como se configura esse problema.

Em primeiro lugar, vejamos como questões de identidade relacionam-se com termos singulares. Questões de identidade, se formuladas como “quando *a* é igual a *b*?”, podem receber apenas uma resposta: nunca. A questão de identidade tem que ser formulada relativamente a descrições de objetos e não a objetos numericamente distintos. Essa é, de fato, uma das observações mais importantes de Frege em seu famoso texto “Sobre o Sentido e a Referência”. Com os trabalhos de Quine, as questões de identidade e sua relação com a ontologia puderem ser resumidas no moto “No entity without identity”, cuja contraparte linguística é “No statements of identity without singular terms” (Davidson, 1969 [1980], p. 161).

Passando ao caso particular dos eventos então, se quisermos fazer sentido de questões sobre identidade de eventos, e portanto poder contá-los em nossa ontologia, devemos dispor de termos singulares para eventos, porém:

⁴⁴ Isso não é de todo verdade. Quando estamos diante de certos tipos de nominalização, podemos argumentar que temos termos singulares para eventos; este será um dos tópicos da parte 3. Pode-se também argumentar que estamos diante de termos singulares para eventos quando temos algum item indexical que se refere a eventos: basta pensar em alguns usos 'isso', como o do exemplo (31). Contudo, interessa-nos encontrar termos singulares que denotam, através de descrições, um evento; do contrário, teremos apenas sentenças de identidade envolvendo eventos quando a identidade for expressa por gestos de ostensão a eventos (e segue então o uso de indexicais para tanto).

⁴⁵ Obviamente, a maior parte da informação é dada pelo verbo, mas, a depender do objeto, temos classes acionais diferentes e, portanto, eventos diferentes, mesmo que mantenhamos o verbo (enquanto item lexical). Basta lembrar de alternâncias como “pensar que” e “pensar em”, e no papel que a quantificação do objeto tem na delimitação da acionalidade de um predicado que denota um evento.

We have no sooner to restate our problem in this standard way, however, than to realize something scandalous about events. Events, even in the best philosophical circles, lead a double life. On the one hand, we talk confidently of sentences that 'describe' or 'refer to' events, and of cases where two sentences refer to the same event; we have grown used to speaking of actions (presumably a species of event) 'under a description'. [...] But – and this is the other hand – when we turn to the sentences, formalized in standard ways or in our native dialect, that are so familiarly interpreted as describing or referring to events, or as making universal claims about events, **we generally find nothing commonly counted as singular terms that could be taken to refer to events**. We are told, for example, that on occasion 'He raised his arm' and 'He signaled' describe the same action; yet where are the singular terms in these sentences that could do the describing? (Davidson, 1969 [1980], p. 163-164; grifo nosso)

Colocada a problemática, vejamos como podemos entender semanticamente a noção de termos singulares – que não tem um significado único entre os vários autores⁴⁶; na sequência, consideraremos dois possíveis candidatos a termos singulares para eventos: as nominalizações e as sentenças.

2.1.1. Termos singulares

Intuitivamente, termos singulares podem ser entendidos como aquelas sequências de palavras que indicam sobre qual indivíduo se está falando (essa é a concepção strawsoniana de termos singulares). Um termo singular pode ser um nome próprio, como 'João', 'Maria', etc., desde que o contexto no qual esse nome próprio apareça forneça informação suficiente para que possamos com ele indicar um único indivíduo (ou seja, do qual saibamos a cadeia causal, numa versão kripkiana da teoria de nomes próprios). Por sua vez, uma sequência como 'a montanha mais alta do mundo' também pode ser entendida como um termo singular, pois identifica (inequivocamente) o Monte Everest⁴⁷.

As descrições definidas, e os artigos nelas presentes, são fundamentais para a construção de termos singulares. Uma ideia bastante interessante de como se dá a construção de termos singulares é que toda expressão 'o X' carrega implicitamente uma restrição que serve para passar ao interlocutor a

⁴⁶ Apesar de sua grande importância em filosofia e linguística, o conceito de termo singular não é tão claro, e há mais de uma concepção do que ele seja. Em “Sobre o Sentido e a Referência”, Frege considera que termos singulares são termos que são inerentemente sobre o objeto a que se aplica; o Strawson de “On Referring” e outros autores consideram que termos singulares indicam univocamente sobre qual indivíduo está se falando. Quando usarmos termo singular aqui, adotamos uma posição mais próxima a de Strawson, ou seja, menos metafísica e mais relacionada à estrutura e estatuto informacional.

⁴⁷ Não queremos com isso dizer que as descrições definidas são termos referenciais, como os nomes próprios. Proposições nas quais aparece um ou mais nomes próprios são proposições singulares; contudo, proposições nas quais aparece uma ou mais descrições definidas são proposições particulares, pois, uma descrição definida, apesar de ser sobre um único indivíduo, não é, necessariamente, referencial. Mais sobre isso na segunda parte.

informação de como é possível identificar de qual X se está falando⁴⁸. Vejamos um exemplo, extraído do NURC:

(32) *então ela [a sinalização da estrada] foi pintada com uma tinta especial...com película grossa...não sei se cês já rodaram mas quando você cruza a faixa não é que você sente um tombo...mas você sente que a película tem altura...nas outras você passa por cima e nem sente ela é rasa...quer dizer aquela tinta é uma tinta especial...quer dizer realmente a/ a/ a fosforescência ()*

[D2 SSA 98]

Seguindo essa ideia, que tem que ser creditada ao filósofo Zeno Vendler, para o termo singular 'a película', no exemplo acima, temos no discurso imediatamente anterior a restrição que garante seu status de termo singular; essa restrição seria algo como “que é grossa e usada para pintar sinais nas estradas”, ou seja, o trecho “você sente que a película...” deve ser entendido como “você sente que a película, que é grossa e que é usada para pintar sinais nas estradas...”.

Não é necessário, contudo, que essa restrição seja realizada através de material linguístico; a restrição em questão pode ser realizada através de dêixis, por exemplo. Se alguém, numa sala com muitos livros, situação que não preenche portanto os requisitos de uma descrição como 'o livro', aponta para um deles especificamente e diz: 'Pega o livro, por favor', não teremos dificuldade em construir, através da ostensão do falante a restrição, que seria algo como “aquele que eu estou apontando/mostrando”, ou seja, “Pega o livro que eu estou mostrando, por favor”⁴⁹.

Por trás dessas considerações, a ideia é que o artigo definido nos orienta no sentido de procurar uma restrição recuperável no contexto ou no co-texto sobre a referência do sintagma do qual faz parte: o artigo seria, nada mais nada menos, do que um recurso para nos lembrar que há uma restrição operando. Sendo assim, ou seja, recuperando informação (uma restrição, no caso) verbalizada por material linguístico ou recuperável no contexto extralinguístico, o artigo definido também é um elemento coesivo, no sentido de operar a manutenção de um referente.

Temos aqui mais uma das razões das semânticas dinâmicas considerarem as descrições

⁴⁸ No caso das semânticas dinâmicas, tal informação é tida como pressuposta. A ideia de Vendler de que as descrições definidas atestam que há uma restrição atuando para a identificação de um referente pode ser entendida como a familiaridade fraca e a ideia de que uma descrição definida se refere a um indivíduo já presente no contexto ou universo de discurso, como apresentaremos no capítulo 3.

⁴⁹ Na parte 2 oferecemos uma outra alternativa de solução para o problema conhecido como incompletude das descrições definidas e outras, baseado na ideia de restrição contextual do domínio e predicados e variáveis de situação (cf. Roberts, 2003; Recanati, 2004; Wolter, 2006, entre outros).

definidas como anafóricas: um termo anafórico (quando sabemos seu antecedente) refere-se inequivocamente a um indivíduo – funciona, em suma, como um termo singular. Assim sendo, automaticamente encontraríamos nos termos anafóricos que têm como antecedentes eventos termos singulares para eventos. Contudo, dado que consideramos, como Davidson, eventos como indivíduos concretos e que têm as mesmas propriedades dos indivíduos ordinários, seria ao menos inesperado que encontrássemos termos singulares para eventos apenas em cadeias anafóricas.

Assim sendo, fora de cadeias anafóricas, constatamos que termos singulares para eventos, segundo a caracterização oferecida por Davidson, podem ser (i) nominalizações (encabeçadas por artigos definidos) ou (ii) sentenças inteiras (que muitos autores tomam como descrições de eventos) – lembrando sempre que, quando da caracterização inicial das sentenças de ação por Davidson, sentenças de ação com verbos flexionados por *default* quantificam existencialmente sobre eventos; atuam, em suma, como indefinidos⁵⁰, e não podem portanto ser consideradas como termos singulares para eventos (é claro que elas podem *conter* tais termos).

2.1.2. Termos singulares para eventos: as nominalizações

Ao considerarmos as nominalizações como termos singulares para eventos, temos que achar um modo de passarmos de 'João nasceu' para 'O nascimento de João' – do ponto de vista formal, muito *grosso modo*, o que precisamos é basicamente de um mecanismo que garanta a passagem de $\exists e(P(e))$ para $\iota e(P(e))$ –, e vice-versa, como o próprio Davidson reconhece:

there are singular terms that apparently name events: 'Sally's third birthday party', 'the eruption of Vesuvius in a.d. 1906', 'my eating breakfast this morning', 'the first performance of Lulu in Chicago'. **Still, the existence of these singular terms is of uncertain relevance until we can firmly connect such singular terms with sentences like 'Vesuvius erupted in a.d. 1906' or 'I ate breakfast this morning'**, for most of our interest in identity sentences about events depends upon the assumption that the singular terms that appear in them refer to entities that are needed for the analysis of more ordinary sentences. (Davidson, 1969 [1980], p. 164; grifo nosso)

Se, por um lado, uma teoria de eventos é interessante apenas na medida em que dá conta de uma certa quantidade de fenômenos, como, por exemplo, a relação entre os pares de sentenças 'A erupção do

⁵⁰ Veremos com mais vagar a ideia de tratar sentenças com verbos de ação flexionados como indefinidos na parte 3.

Vesúvio em 1906' e 'O Vesúvio entrou em erupção em 1906', e 'O juiz proferiu o veredicto' e 'O proferimento do veredicto pelo juiz'⁵¹, por outro, a relação a ser estabelecida entre esses pares, como nota Zucchi (1994), é bem mais complexa do que Davidson parece supor que seja, porém deixaremos a investigação de algumas dessas complicações para a parte 3.

Contudo, sendo coerente com a teoria davidsoniana de eventos, devemos notar que sentenças com verbos flexionados e sua contraparte nominal têm as mesmas condições de verdade. Assim sendo, as sentenças abaixo:

(33) João foi demitido.

(34) Houve uma demissão do João.

, por coerência com a teoria davidsoniana, têm a mesma forma lógica, aproximadamente:

(35) $\exists e[\text{Demissão}(e) \wedge \text{Tema}(e, \text{joão}) \wedge \text{Passado}(e)]$

Porém, nenhuma delas poderia ser tomada como contendo um termo singular para eventos, somente a sentença abaixo:

(36) Houve a demissão do João.

(37) $\iota e[\text{Demissão}(e) \wedge \text{Tema}(e, \text{joão}) \wedge \text{Passado}(e)]$

Ou seja, mantemos a ideia inicial de que sentenças com verbos flexionados e sua contraparte nominal com artigo indefinido funcionam – ou deveriam funcionar – como descrições indefinidas para eventos, ao passo que a nominalização com artigo definido deveria ser, em princípio, um termo singular para evento. Se assim for, podemos fazer algumas previsões. Tomemos as sequências abaixo:

(38) João foi demitido. A demissão do João ocorreu às 14hs.

(39a) ? Houve uma demissão do João. João foi demitido às 14hs.

(39b) ? João foi demitido. Uma demissão do João ocorreu às 14hs.

⁵¹ De fato, a teoria dos eventos dá conta da equivalência entre sentenças com verbos flexionados e nominalizações de maneira elegante, como sinalizam as paráfrases das formas lógicas oferecidas para sentenças de ação; se não conseguisse dar conta dessa equivalência, perderia em muito seu poder heurístico.

Somente em (38) deveríamos encontrar um nexó anafórico entre o evento de demissão reportado na primeira sentença e o evento de demissão referido pela descrição definida 'a demissão do João'. Para (39a) e (39b), o que teríamos, a princípio, é a existência de 2 eventos (possivelmente) distintos de demissão, o primeiro deles introduzido no discurso pela descrição indefinida 'uma demissão do João' e o segundo pela sentença com verbo flexionado. As sequências (39a) e (39b) deveriam despertar o mesmo tipo de estranheza que (40), em que encontramos dois indefinidos entre os quais uma relação anafórica é dificilmente estabelecida:

(40) ? Havia um rei bondoso. Um rei bondoso tinha uma filha.

É certo que (39a, b) parecem mais plausíveis numa interpretação anafórica que (40), mas também são ligeiramente pior do (38) nessa mesma interpretação. Quais as razões para (39a, b) ser mais aceitável do que (40)? E quais as razões de sentenças com verbo flexionado não poderem denotar eventos definidos? Outra questão importante: se contrastarmos as formas lógicas de (33)-(34) e (35), veremos que o mesmo predicado (de eventos) está presente, no caso 'Demissão'. Esse predicado representa na forma lógica tanto sentenças com verbos flexionados quanto nominalizações. Trata-se, nos dois casos, de um mesmo predicado? Na parte 3 exploraremos algumas das possibilidades. Vejamos abaixo as consequências de tomarmos sentenças inteiras como denotando eventos.

2.1.3. Termos singulares para eventos: as sentenças

Se a ideia de termos singulares para eventos encontra respaldo em estruturas que envolvem nominalização, dizer, por outro lado, que sentenças inteiras estão por um evento (i.e., que sentenças se referem a eventos ou que a referência de certas sentenças são eventos) parece não ser tão promissor. Em primeiro lugar, dizer que sentenças inteiras denotam eventos não é mesmo que dizer que em uma sentença que denota um evento há um termo singular para esse evento denotado – esse pode muito bem ser o caso –, mas o que nos interessa aqui é afirmação de que a referência da própria sentença é ou pode ser um evento.

A referência das sentenças é um tema de grande debate em filosofia da linguagem, debate no

qual Davidson participou muito ativamente e defendeu de forma radical a ideia de que sentenças verdadeiras referem-se apenas ao verdadeiro, reconstruindo em termos tarskianos as intuições fregeanas, e elegendo a verdade ou o verdadeiro ao status de primitivo teórico sobre o qual pouco ou nada podemos ou devemos falar⁵². A alternativa mais comum a uma concepção como a de Davidson consiste em dizer que sentenças referem-se a fatos, e fatos são um tipo de entidade que gera tantos se não mais problemas que os eventos (cf. cap. 1, seção 1.5.).

Em poucas palavras, seguindo ideias desenvolvidas por Russell, Wittgenstein, C. I. Lewis, Vendler e outros, os fatos são aquilo a que corresponde as sentenças verdadeiras, e a cada sentença verdadeira diferente corresponderia um fato diferente⁵³. Há ainda duas maneiras em que se pode pensar um fato: (i) como um arranjo particular de indivíduos e atributos (e aqui não há como deixar de perceber certas semelhanças com os tropos – com a notável diferença de que os tropos são temporalmente marcados e os fatos são atemporais); (ii) como um *truth-maker*, ou seja, aquilo que faz algo ser verdadeiro, no caso, uma proposição, que seria, por sua vez, um *truth-bearer*. De uma forma ou de outra, é importante lembrar que os fatos são entidades particulares, com toda a autonomia que essa caracterização garante.

Como nota Neale (2004), pensar em fatos é pensar em representações e correspondências – a cada proposição corresponde um fato⁵⁴ –, e não incluí-los na ontologia, como o faz Davidson, Frege, Rorty e outros, é, entre outras coisas, abrir mão da ideia de que representações podem iluminar uma teoria do sentido (*a theory of meaning*) – certamente, isso traz consigo implicações filosóficas profundas e nem sempre óbvias.

Além do argumento do que as representações não têm papel numa teoria do sentido (desenvolvido adequadamente) e das complicações ontológico-metafísicas que adotar tal entidade traz consigo (o que é um fato? Quando dois fatos são iguais?), há também um argumento formal (lógico) segundo o qual a noção de fato é plenamente dispensável. Em geral, a origem desse argumento é atribuída a Frege, mas segundo Neale (2004) isso é não de todo correto; as versões desse argumento que interessam à filosofia da linguagem contemporânea encontram sua formulação mais importante em Gödel, e ele é conhecido como “slingshot argument”. Por motivos de espaço, interesse e complexidade não entraremos nos detalhes desse argumento, mas interessa dizer que ele tem por objetivo mostrar que, se uma sentença verdadeira se refere a um fato, então todas as sentenças verdadeiras se referem a um

⁵² Muitas vezes a posição de Davidson quanto à verdade é chamada de deflacionista; cf. Blackburn (2005).

⁵³ Certamente há limites aqui; sentenças sinônimas referir-se-iam a um mesmo fato.

⁵⁴ Daí o famoso moto wittgensteiniano “O mundo é tudo aquilo que é caso (fato)”.

mesmo fato⁵⁵, o que Davidson chamava de “The Great Fact”.

A discussão sobre fatos talvez possa parecer um pouco longa demais, mas ela faz jus à importância que tal noção adquire em várias análises linguísticas. Um exemplo particularmente interessante é o Asher (1993) que, adotando uma NLM, segundo a qual o linguista está autorizado a permitir em seu modelo quaisquer entidades que sejam úteis para analisar a língua natural, e baseando no método apresentado por Vendler em seu texto “Facts and Events” (1967b), não só adota os fatos (juntamente com várias outras entidades abstratas que vimos no cap. 1, seção 1.5), mas atribui a eles uma mereologia específica e condições (parciais) de identidade. Uma maneira de “capturar” um fato é através do predicado “... é um fato”, como abaixo, em que o antecedente de ‘isso’ parece ser um fato:

(41) João escalou o Everest. Isso é um fato!

Com argumentos semelhantes, Zucchi (1994) advoga que certas nominalizações também estão por fatos.

De uma forma ou de outra, mesmo concedendo que sentenças têm como referência fatos, ainda assim não teríamos em sentenças termos singulares para eventos; para tanto, seria necessário contar com algum mecanismo de correspondência entre fatos e eventos – algo que certamente estaria muito distante do modelo semântico global de Davidson (estritamente extensional e sem fatos).

A conclusão sobre essa discussão, para o presente momento, é que assim como não é de todo óbvio tomar as nominalizações (e descrições definidas que as mobilizam) como termos singulares para eventos, também não o é para o caso de querer ver na *própria sentença* que veicula um evento um termo singular para o evento por ela veiculado. Em resumo, não parece ser na estrutura superficial das sentenças que encontramos termos singulares para eventos, ou seja, na superfície sintática muitas vezes não encontramos algo que possa ser tomado como um termo singular para eventos.

Em tal quadro, cabe a pergunta: o que, numa dada sentença, serve de antecedente para um termo anafórico que retoma um evento?

⁵⁵ Neale (2004) apresenta as várias versões desse argumento, e sua ideia básica é mostrar que se a sentença verdadeira X se refere a um dado fato Y, é possível mostrar – através das suposições de que (i) as expressões logicamente equivalentes são correferenciais, (ii) uma expressão complexa preserva a sua referência quando substituída por outra com a mesma referência, (iii) se y é o único objeto que satisfaz uma condição F, então uma descrição definida singular da forma $\iota(x)F$ (o x tal que F) refere-se a y – que uma sentença verdadeira Z refere-se ao mesmo fato Y. Obviamente, muitas réplicas e resistências foram oferecidas a esse argumento, e ele é ainda tema de acalorados debates.

2.1.4. O que serve de antecedente em anáforas de eventos?

Segundo a concepção davidsoniana, deveríamos olhar para o argumento evento introduzido pelas sentenças de ação, que, apesar de não aparente na estrutura superficial, faz parte da grade de argumento do verbo, juntamente com os argumentos que preenchem sua grade temática. Isso é especialmente claro nas chamadas abordagens neo-davidsonianas, popularizadas pelos trabalhos de Parsons (1989, 1990), como ilustra o exemplo abaixo:

(42) João pintou o quadro com o pincel.

(42a) $\exists e (PINTAR(e) \wedge AGENTE(e, jo\tilde{a}o) \wedge TEMA(e, quadro) \wedge INSTRUMENTO(e, pincel))$

Inserir um pronome que retome o evento em (43), teria como consequência, a princípio, apenas inserir mais uma conjunção na tradução em forma lógica da sentença⁵⁶:

(43) João pintou o quadro com o pincel. Isso levou duas horas.

(43a) $\exists e (PINTAR(e) \wedge AGENTE(e, jo\tilde{a}o) \wedge TEMA(e, quadro) \wedge INSTRUMENTO(e, pincel) \wedge LEVAR_DUAS_HORAS(e))$

Há, contudo, pelo menos dois problemas aqui.

O primeiro deles tem a ver com exemplos de anáfora mais sofisticados, cujo nexo anafórico não parece ser facilmente capturado. Tomemos o exemplo abaixo:

(44) Ontem João pintou o quadro. Isso lhe fez muito bem, mas só poderá terminar \emptyset amanhã.

(44a) $\exists e \exists e' (PINTAR(e) \wedge AGENTE(e, jo\tilde{a}o) \wedge TEMA(e, quadro) \wedge FAZ_MUITO_BEM(e, jo\tilde{a}o) \wedge (TERMINAR(e') \wedge AGENTE(e', jo\tilde{a}o) \wedge TEMA(e', e)))$ ⁵⁷

O problema com a forma lógica em (44a) é que um evento télico e perfectivo, como o é “pintar o

⁵⁶ Estamos pensando aqui nas anáforas analisadas pelas semânticas dinâmicas, em sentenças como 'Um homem entrou. Ele sentou', e no mesmo tipo de solução para o preenchimento de variáveis que saem da fronteira da sentença.

⁵⁷ A forma oferecida em (44a) pode ser contestada, desde que tenhamos uma outra semântica para 'terminar'.

quadro” em (44), deveria indicar, ao menos segundo as teorias mais aceitas sobre fenômenos tempo-aspectuais, que o alcance do *telos* está garantido. Ora, se um evento télico alcança o *telos*, ele está terminado, pois não é possível, por definição, que um evento télico continue para depois do *telos*. Seguindo esse raciocínio, a sentença (44) deveria ser uma contradição, pois ele afirmaria a um só tempo o alcance do *telos* (“Ontem João pintou o quadro”) e a sua negação (“mas só poderá terminar amanhã”). No entanto, (44) claramente não é uma contradição. Assim sendo, que evento – e em que condições ele está – é retomado pelo pronome \emptyset ? Há de fato um termo singular, e uma entidade por trás dele, que corresponda a um só tempo às exigências de estar terminado e não-terminado⁵⁸?

Certamente, o que temos aqui pode ser uma inadequação das teorias tempo-aspectuais em questão, como argumentamos em Basso (2007). Não obstante, as perguntas “qual é o antecedente de “isso” e do pronome vazio?”, “trata-se ou não do mesmo antecedente?”, “qual material linguístico corresponde a tal(is) antecedente(s)?”, “como capturá-los numa fórmula lógica?” estão muito distantes de ter respostas óbvias, e a questão sobre a existência e as características de termos singulares para eventos perpassa todas as possíveis respostas.

O segundo problema que a proposta neo-davidsoniana (e a davidsoniana também) enfrenta está no fato de que (42a) e (43a) são proposições gerais, i.e., não mencionam nenhum evento em particular: as sentenças em (42) e (43) podem ser verdadeiras se os eventos que elas reportam aconteceram um número variável de vezes, basta apenas que tenham ocorrido uma única vez, como indica o quantificador – algo que não parece estar de acordo com nossa intuição sobre sentenças que reportam eventos. Davidson reconhece tal problema em sua resposta ao filósofo R. Martin, um dos primeiros a defender a ideia, que vimos logo acima, de que eventos são a denotação de sentenças de ação. Segundo Davidson (1980):

A sentence such as 'Vesuvius erupted in a.d. 79' no more refers to an individual event than 'There's a fly in here' refers to an individual fly. Of course there may be just one eruption that verifies the first sentence and just one fly that verifies the second; but that is beside the point. The point is that neither sentence can properly be interpreted as referring or describing, or being about, a particular eruption or fly. No singular term for such is in the offing. 'There's a fly in here' is existential and general with respect to flies in here; 'Vesuvius erupted in a.d. 79' is

⁵⁸ O prof. Sérgio Menuzzi propôs uma análise diferente para (44), que envolve decompor o evento de pintar o quadro em dois, uma causa e um “*become*”, próximo ao que Parsons (1990) e Dowty (1979) propõem para accomplishments, e faz jus à ideia de que eles são eventos mais complexos (porque compostos por uma causa ou atividade e um “*become*”). De fato, tal análise, para dar conta de casos parecidos com (44) e (44a), foi proposta também por Higginbotham (2000); porém, ela apresenta algumas problemas bastante complicados, como, por exemplo: como delimitar o evento de causa ou a atividade e o evento “*become*”? O que une esses dois eventos? A causa é de fato um evento ou uma relação entre eventos? Para detalhes essas e outras críticas a propostas como a de Higginbotham (2000), ver Pires de Oliveira e Basso, no prelo.

existential and general with respect to eruptions of Vesuvius in a.d. 79-if there are such things as eruptions, of course. (pp. 134-135)

Martin says he doubts that 'Caesar died' must, or perhaps even can, be construed as asserting the existence of an event of a certain sort. I want to demonstrate briefly first that it can, and then, even more briefly, why I think it must.

It can be done by providing event-verbs with one more place than we generally think necessary, a place for events. I propose that 'died' in 'Caesar died' be taken as a two-place predicate, one place for 'Caesar' and another for a variable ranging over events. The sentence as a whole then becomes '(x) (Died (Caesar, x))', that is, there exists a Caesar-dying event, or there exists an event that is a dying of Caesar. There is no problem in forming a singular term like 'Caesar's death' from these materials: it is '(ix) (Died (Caesar, x))'. We may then say truly, though this is not equivalent to 'Caesar died', that Caesar died just once: '(y) (y = (ix) (Died (Caesar, x)))'; we may even say Caesar died Caesar's death: 'Died (Caesar, (ix) (Died (Caesar, x)))'. (p. 135)

Para Davidson, uma sentença como 'João chegou' indica apenas uma quantificação existencial sobre eventos e é verdadeira se João chegou pelo menos uma vez, não importa quando⁵⁹. Por sua vez, uma sentença como 'A chegada de João' denota um evento singular de chegada do João. Se a ideia de que sentenças como 'João chegou' incomoda porque ela, a princípio, não deveria se referir a um evento em particular e nossa intuição é de que se trata de uma chegada específica de João, tendo que ser portanto enriquecida por conhecimento compartilhado e manobras pragmáticas, a ideia de que 'A chegada de João' pode ser simplesmente entendida como uma descrição definida traz como consequências investigarmos se tudo o que se diz sobre descrições definidas se aplica a 'A chegada do João'. Seria, por exemplo, necessário ser um conhecimento compartilhado que há uma e apenas uma chegada de João (saliente no contexto) para podermos predicar sobre essa chegada com uma sentença como 'A chegada do João foi mais tarde do que o previsto'? Ou 'A chegada de João' assera a um só tempo a existência e a univocidade de uma chegada do João? Qual é a melhor maneira a acomodar essas alternativas?

O parágrafo acima remete imediatamente à questão mais geral sobre a definitude dos eventos. Eventos veiculados por sentenças com verbos flexionados devem ser sujeitos ao critério da definitude? Devem ser classificados como indefinidos, como queria Davidson? Como devemos entender os indefinidos? Como uma quantificação existencial simples, ou como carregando certas pressuposições, de acordo com a proposta das semânticas dinâmicas? Ou ainda, diferentemente do que podemos inferir da leitura dos textos de Davidson, critérios como definitude são aplicados somente a nominalizações? Se for este o caso, podemos saber se uma nominalização é definida ou não apenas pelo artigo que a

⁵⁹ É interessante notar que o problema e a solução inicialmente colocados por Partee (1973 e outros) sobre a questão das anáforas temporais não resolve a questão davidsoniana; simplesmente porque ancorar um evento no tempo não implica que ele seja único.

acompanha? Há outros quesitos? Essas são questões bastante complexas, e não podemos abordá-las de uma única vez. Voltaremos a elas na parte 3.

Resta, por fim, dizer que nenhuma das alternativas apresentadas aqui pode ser adotada sem algum tipo de ônus, e as consequências da adoção de uma ou outra teoria não são claras; muito pelo contrário. Como veremos nos próximos capítulos, muito sobre a discussão a respeito de termos singulares para eventos têm a ver com a semântica adotada para dar conta das dinâmicas anafóricas que os envolvem. Nunca é demais notar que conciliar a discussão filosófica com o trabalho em semântica, principalmente quando se trata de analisar entidades abstratas, nem sempre é tarefa simples.

Coda – As leituras da anáfora de eventos como eventos sendo particulares e as configurações de anáfora de eventos

Depois de analisarmos a noção de evento, e as noções de anáfora, dêixis e outras, veremos alguns exemplos de fenômenos que poderiam, em princípio, ser analisados como casos de anáfora de eventos, porém à luz do tratamento de eventos como particulares. É necessário investigar esses fenômenos para delimitar melhor o tipo de sentenças e de nexos anafóricos que exploramos nas páginas a seguir.

Como exemplificam sentenças do tipo 'João caiu de bicicleta e Pedro *também*', por vezes a anáfora de eventos pode ser confundida com fenômenos como elipse verbal e *gapping* (Kehler, 2002). Abaixo apresentamos novos exemplos dos dois fenômenos, respectivamente, e as razões de, numa concepção de eventos como particulares, que é aquela que adotamos aqui, eles não poderem ser considerados como instâncias de anáfora de eventos.

(45) João foi para sua sala e Pedro também.

(46) João tocou guitarra ontem, e Pedro bateria.

Na leitura de *strict identity* de (45), João e Pedro vão para a mesma sala, a de João. Na leitura de *sloppy identity* de (45), cada um foi para a sua sala, João para a dele e Pedro para a sua.

Se analisarmos essas duas sentenças levando em consideração que eventos são particulares (i.e., irrepetíveis e não passíveis de serem sobrepostos), na leitura de *strict identity* de (45) estamos falando de apenas um evento, que tem dois agentes, João e Pedro; por sua vez, na leitura de *sloppy identity* estamos falando de dois eventos numericamente distintos, que podem ter, inclusive, ocorrido em momentos e lugares diferentes. Não é difícil imaginar que João trabalha no prédio A, Pedro no prédio B e que algum motivo relevante leve alguém a pronunciar (45) em dias diferentes. Certamente, com relação a este último caso, não podemos falar em anáfora de eventos, se pensamos em eventos como particulares. Pode ser o caso que na leitura de *sloppy identity* da sentença (45) há anáfora de algum tipo de entidade relacional (uma entidade não-saturada) como um predicado, mas, novamente, um evento, tomado como indivíduo, não é uma entidade relacional.

Ainda pensando nos eventos como objetos concretos, para o caso da *strict identity*, seria

possível proceder a uma análise na qual ‘Pedro também’ encerra um termo anafórico, cujo antecedente é o evento presente na sentença ‘João foi para sua sala’. Segundo essa análise, predicamos algo novo do evento, i.e., que ele tem mais de um agente, não apenas o João, mas também o Pedro. Talvez uma análise como essa possa fazer ainda mais sentido se pensarmos nas formalizações de eventos oferecidas por Davidson e Parsons, nas quais a leitura que nos interessa corresponderia, *grosso modo*, respectivamente, às fórmulas a seguir:

(45a) $\exists(x) (\text{ir_para_a_sala_de_João}(\text{João}, x) \wedge \text{ir_para_a_sala_de_João}(\text{Pedro}, x))$

(45b) $\exists(e) (\text{ir_para_a_sala_de_João}(e) \wedge \text{agente}(\text{João}, e) \wedge \text{agente}(\text{Pedro}, e))$.

A escolha entre uma análise em que há anáfora e um em que não há anáfora para a leitura de *strict identity* de (45) não é simples. Ressalvada a possibilidade de que uma ou outra dessas análises possa autorizar inferências que venham a revelar-se erradas, essa escolha parece estar condicionada ao que se queria tomar como paráfrase e sentença parafraseada. Se tomarmos como sentença original para a leitura que nos interessa de (45) a seguinte:

(45’) João e Pedro foram para a sala de João.

não há necessidade de se falar em anáfora: temos um evento com dois agentes. Por outro lado, se a sentença original for:

(45’’) João_i foi para a sua_i sala e Pedro foi para a sua_i sala.

podemos falar em anáfora: a primeira sentença instaura um evento e a segunda predica desse indivíduo (i.e., o evento instaurado).

Se nos ativermos agora à forma lógica, veremos que as (45’) e (45’’) recebem ambas a mesma fórmula, em outras palavras, não há como representar que um evento possui dois agentes de modo diferente com a formalização oferecida, por exemplo, por Parsons. Trata-se então de saber qual é a melhor maneira de interpretar a fórmula. Não nos aprofundaremos mais neste ponto; o que interessa notar é que, se há anáfora de eventos, isso ocorre na interpretação de *strict identity*, algo que pode parecer contra-intuitivo à primeira vista, pois o caso claro de anáfora é a *sloppy identity* – porém, não

se trata de anáfora de eventos.

Por sua vez, a sentença (46), um exemplo de *gapping*, recebe uma mesma análise muito próxima (para o que nos interessa, i.e., manutenção referencial de eventos) da leitura de *sloppy identity* para (45), ou seja, estamos diante de dois eventos distintos e há uma dependência (mas não manutenção) referencial entre os predicados. Tomemos o caso, por exemplo, em que mais de uma pessoa toca um instrumento (diferente) numa apresentação: temos vários eventos ou apenas um? A princípio, temos o que quisermos: a resposta depende de como verbalizarmos o que se desenvolve naquele momento de tempo. Ter uma resposta pronta para esse tipo de questão significa ter uma teoria sobre identidade e individualização de eventos – algo do qual ainda estamos bem distantes.

De qualquer modo, as sentenças que analisaremos com o intuito de investigar os mecanismos por trás das anáforas de eventos, para usar como argumento no debate sobre sua natureza, exemplificarão apenas situações em que há correferência (i.e., manutenção) entre eventos. Assim sendo, uma questão que nos interessa imediatamente é saber qual é a forma superficial que podem ser o antecedente e o termo anafórico de uma anáfora de eventos.

Antes de mais nada, vamos considerar uma macro-divisão entre expressões: teremos as expressões sentenciais e as não-sentenciais. Expressões sentenciais, como o próprio nome diz, são sentenças ou trechos, partes de sentenças, às vezes descontínuos; por sua vez, expressões não-sentenciais são os termos ou, no linguajar da sintaxe, os DPs. Com essa primeira divisão, temos de um lado os DPs e os não-DPs; vejamos isso nos exemplos abaixo:

(47) João caiu de bicicleta. *Isso* deixou sua mãe preocupada.

(48) Houve um terremoto na Itália. *Ele* deixou inúmeros desabrigados.

Tomemos (47). O termo anafórico, 'isso', é um DP, portanto uma expressão não-sentencial. Porém, o antecedente, 'João caiu de bicicleta', é sentencial. Por seu turno, em (48), o termo anafórico, 'ele', também é não-sentencial, assim como o antecedente, que é o DP 'um terremoto'.

Levando em conta essa divisão, temos as seguintes configurações:

antecedente	termo anafórico
-------------	-----------------

a) antecedentes sentenciais – pronomes demonstrativos

b) antecedentes sentenciais – descrições demonstrativas

- c) antecedentes sentenciais – pronomes definidos
- d) antecedentes sentenciais – descrições definidas
- e) antecedentes não-sentenciais – pronomes demonstrativos
- f) antecedentes não-sentenciais – descrições demonstrativas
- g) antecedentes não-sentenciais – pronomes definidos
- h) antecedentes não-sentenciais – descrições definidas

Em outras palavras, chamaremos de antecedentes sentenciais os antecedentes de anáfora de eventos que introduzem os eventos através de verbos flexionados, que correspondem a indefinidos; e chamaremos de antecedentes não-sentenciais a antecedentes de anáfora de eventos que introduzem eventos através de estruturas não-sentenciais, mas sim nominais, como DPs. É com essa divisão em mente que organizamos a presente tese.

Na próxima parte desta tese, nos concentraremos nos antecedentes sentenciais. Veremos detalhadamente as situações a) e b), justamente porque não são configurações muito usuais, e, com menos detalhe, c) e d) – as razões para tanto serão exploradas também na parte 2.

Na parte 3, analisaremos o papel das nominalizações frente a verbos flexionados, e então poderemos analisar mais a fundo a questão dos antecedentes não-sentenciais ou simplesmente DPs que se referem a eventos – as situações e) a h), principalmente g) e h). Como terá notado o leitor, nas configurações apresentadas logo acima, os termos anafóricos são todas expressões não-sentenciais. No fim da parte 3, analisaremos situações em que o termo anafórico é uma expressão sentencial.

Parte 2



HARRIS, S. **A ciência ri: o melhor de Sidney Harris.** São Paulo: Editora da Unesp, 2007, p. 228.

Introdução à parte 2 e terminologia

Nesta segunda parte, analisaremos a anáfora de eventos quando o antecedente é sentencial, ou seja, não é uma estrutura nominal (DP ou NP); em outras palavras, analisaremos as anáforas de eventos cujos antecedentes são sentenças. Na grande maioria das vezes, quando se trata desse tipo de antecedente, o termo anafórico é um pronome ou uma descrição demonstrativa (como veremos, 'isso' e 'esse/essa/aquele/aquela NP', respectivamente).

Antes de começarmos, algumas ressalvas são necessárias. Em primeiro lugar, não faremos, em princípio, diferença entre 'isso' e 'aquilo' – trataremos os dois apenas como pronomes demonstrativos (sem utilizar a comum classificação de 'neutros'). Também não daremos muita atenção à distinção entre 'esse', 'essa', 'aquele', 'aquela' e os plurais – como não faremos um trabalho dedicado exclusivamente aos demonstrativos, nos interessarão aqui apenas as distinções principais. Notamos, não obstante, que as observações que teceremos podem ser facilmente estendidas para casos mais particulares, que exigem uma análise mais acurada. Nossa atenção estará centrada nos casos em que os pronomes demonstrativos e as descrições demonstrativas encontram seus antecedentes em sentenças que *não* contêm nominalizações (“clausal antecedents”); a retomada de eventos introduzidos no discurso por nominalizações (e outros possíveis termos singulares para eventos) será o tópico da parte 3. Conforme justificaremos mais adiante, nosso interesse se concentrará nos usos de 'isso'.

Sobre a terminologia a ser empregada, reservaremos o termo “'isso' anafórico” para qualquer uso do pronome 'isso' que encontre seu referente mencionado em um trecho de texto ou em uma conversação anteriores. Termos como “dêixis discursiva” e “'isso' pronominal” serão reservados para o enquadramento sofrido por 'isso' em teorias a serem expostas mais adiante. Descrições demonstrativas ou demonstrativos complexos são expressões da forma “Det P”, em que o Det está por um demonstrativo qualquer (com exceção de 'isso' e 'aquilo') e P por um predicado nominal. Ao uso anafórico dos demonstrativos complexos (notadamente quando o antecedente é uma entidade abstrata e um “clausal antecedent”) daremos o nome de “encapsulamento anafórico⁶⁰”.

Esta parte organiza-se da seguinte forma: apresentaremos inicialmente uma primeira apreciação sobre a palavra 'isso' e sobre as descrições demonstrativas (capítulo 3). Mostraremos como é possível

⁶⁰ O uso que faremos desses termos destoa daquele que se faz normalmente no Brasil por quem trabalha com linguística textual. O que nos interessa indicar aqui, basicamente, é que com 'isso' não levamos em conta nenhum material descritivo e com descrições demonstrativas sim, e em geral esse material descritivo revela algum tipo de avaliação do falante sobre o conteúdo e o papel textual/argumentativo do material anaforicizado.

tratar os usos anafóricos dos demonstrativos, notadamente o do 'isso', como se fosse um quebra-cabeça, cujas peças – (i) o estatuto semântico dos demonstrativos (seção 3.1.), (ii) o papel do predicado verbal que o acompanha (seção 3.2.) e (iii) a estrutura do discurso em que aparecem (seção 3.3) – analisaremos na sequência.

Como o leitor verá, a discussão sobre o estatuto semântico do 'isso' e das descrições demonstrativas ocupará boa parte do capítulo 3. A razão para tanto está no fato de que, desde meados da década de 70, a principal teoria sobre os demonstrativos, proposta por David Kaplan, os trata como termos de referência direta, como nomes próprios, por exemplo. Tal caracterização esbarra nos usos anafóricos de demonstrativos: como pode um termo de referência direta – que contribui com um indivíduo e não com uma variável para a proposição na qual ocorre – ser um termo anafórico? Uma saída seria entender os demonstrativos como termos quantificacionais, e reinterpretar as ideias de Kaplan, quando possível, nesse novo quadro. Obviamente, ao lidarmos com anáforas de eventos nas quais o termo anafórico é 'isso' ou uma descrição demonstrativa, precisamos saber se estamos de fato diante de uma anáfora ou apenas aparentemente diante de uma anáfora (e a razão dessa aparência). Porém, para decidir sobre a existência ou não de anáfora na situação proposta, i.e., quando o (suposto) termo anafórico é 'isso', é necessário sabermos sua natureza semântica, se referencial ou se quantificacional.

Munidos dos conceitos vistos, apresentaremos e avaliaremos as principais propostas para os usos anafóricos de pronomes (capítulo 4) e descrições demonstrativas (capítulo 5). No bojo dessas teorias, a anáfora de eventos desempenha um papel de destaque, e avaliaremos as consequências de uma concepção de eventos tal como elaborada no capítulo 1 no interior de cada uma delas. Em cada momento, faremos uma apresentação e apreciação de dada teoria, e depois avaliaremos quais suas consequências para uma semântica de eventos e notadamente para o debate sobre a natureza dos eventos.

No interior dos capítulos 4 e 5 faremos as discussões sobre o que a retomada pronominal de eventos revela sobre a natureza dos eventos, principalmente em relação à sua colocação no eixo concreto-abstrato de entidades, tanto assumindo que os demonstrativos são termos de referência direta, quanto expressões quantificadas⁶¹.

⁶¹ Falamos aqui em retomada pronominal, mas nada mencionamos até agora sobre os pronomes pessoais de terceira pessoa 'ele' e 'ela'. É possível retomar com esses pronomes eventos introduzidos por sentenças? Em que condições? Teriam eles acesso a todas as entidades abstratas a que 'isso' tem? Por que? Discorreremos sobre essas questões ao fim desta parte e na parte 3.

Por fim, no capítulo 6, voltaremos a algumas questões em aberto, procurando encaminhar respostas e discussões futuras.

Capítulo 3 – O quebra-cabeças do 'isso' anafórico: as peças



Provavelmente, a maneira mais usual de se referir a eventos já mencionados anteriormente num texto ou numa conversação é através do pronome demonstrativo ‘isso’, como já reconheceram muitos autores, entre eles, Bertucci (2006), Cardoso (2005), Cavalcante (2000), Ilari (2001a, 2001b), Koch (2002), Marcuschi (1997), etc⁶².

Interessa-nos aqui, principalmente, exemplos como o abaixo:

(1) João leu o livro todo ontem. Isso lhe tomou 3 horas.

Nesse exemplo, ‘isso’ claramente refere-se ao evento, performatizado por João, de ler o livro todo. Porém, ‘isso’ não retoma apenas eventos; basta uma pequena alteração no exemplo (1), e teremos um outro antecedente para esse pronome:

(2) João leu o livro todo ontem. Isso o deixou bem contente.

Não seria correto dizer que o evento de ler o livro todo, performatizado por João, deixou João bem contente; antes, foi o *fato* de ter terminado de ler o livro que o deixou contente, e imediatamente entramos em águas profundas ao opor os conceitos de evento e de fato (cf. cap. 1, seção 1.5).

Aqui, logo de saída, cabe uma ressalva. Ao longo deste capítulo, falaremos bastante em entidades abstratas e os eventos estarão entre elas. Depois da discussão feita sobre eventos no primeiro capítulo, parece ao menos estranho colocar entre essas entidades os eventos. Porém, como vimos no capítulo 1, autores como Asher (1993) também o fazem, levando em conta a evidência da anáfora.

⁶² Também em línguas como inglês, francês, italiano, etc. a maneira mais usual de se referir a eventos (introduzidos por sentenças) é através de pronomes demonstrativos (cf. Webber, 1988, 1991; Passoneau, 1988; Bitar, 2006; Danlos, 2000, 2001a, 2001b, 2004 e 2006; Asher, 1993, entre outros).

Assim, por ora, nos comprometeremos com uma assunção mais fraca: ao falar que os eventos são abstratos, comprometemo-nos apenas com a tese de que eles *se comportam como* as entidades abstratas quando se trata da anáfora. Obviamente, essa assunção por si é problemática para uma concepção davidsoniana de eventos, mas os problemas que ela traz serão discutidos depois de entendermos melhor como funciona a anáfora de entidades abstratas.

Voltando ao ‘isso’, é fácil ver que ele pode retomar outras entidades abstratas:

(3) João sofreu um acidente.

(3a) Eu não acredito nisso!

(3b) Quando isso aconteceu?

(3c) Puxa, isso é terrível!

(3d) Isso é realmente um jeito estranho de descrever o que aconteceu...

Certamente, o antecedente de ‘isso’ que aparece nas sentenças (3a)-(3d) é a sentença (3), ou pelo menos é nessa sentença que ‘isso’ busca seus antecedentes (é a sentença (3) que, de alguma forma, *licencia* o uso de ‘isso’, é o gatilho do antecedente). Contudo, em cada uma das possíveis continuções de (3) está em jogo, como antecedente, uma entidade diferente, escolhida ou selecionada pelo predicado que acompanha o ‘isso’: em (3a) temos uma proposição (algo em que se pode acreditar ou não); em (3b) temos um evento (algo que acontece no tempo); em (3c) temos um fato (algo que pode ser objeto de julgamentos de valor, como bom, ruim, terrível, agradável); e em (3d) temos como antecedente de ‘isso’ o próprio *dictum*, ou seja, as próprias palavras usadas em (3), ou algumas delas. Nesse mesmo sentido, vale ainda lembrar que ‘isso’ pode retomar duas ou mais entidades ((4)), entendendo-as como uma unidade, e pode inclusive servir para resumir um texto ((5)) ou concluir uma argumentação ((6)):

(4) As tropas do exército invadiram a vila. Pelo que se soube, estupraram as mulheres e mataram os homens e as crianças, num ato absurdo de crueldade. Isso deixou o general extremamente irritado.

(5) (depois de uma longa aula, um professor olha para os alunos e diz:)

Bem, isso é tudo o que eu tinha para dizer hoje.

(6) (numa aula de matemática, depois de concluir uma das etapas de uma longa demonstração, o

professor diz:)

Com isso, podemos passar à próxima etapa.

Como terá notado o leitor, todas as entidades que o 'isso' retomou nos exemplos acima não foram introduzidas no discurso por um termo singular (pelo menos não explicitamente), mas são encontradas em trechos (às vezes descontínuos) de sentenças, e muitas vezes sequer estão presentes na forma superficial. A esse tipo de anáfora, cujos antecedentes são introduzidos por trechos de sentenças, daremos o nome de anáforas com antecedentes sentenciais⁶³, como mencionamos na introdução desta parte.

Até aqui, vimos apenas usos anafóricos de 'isso', mas esse pronome tem, obviamente, usos dêiticos como aqueles representados nos exemplos abaixo:

(7) Pegue isso para mim! (acompanhado de um gesto de ostensão apropriado)

(8) O que é isso? (acompanhado de um gesto de ostensão apropriado)

(9) (João entra correndo em casa, bate a porta com força, fazendo um estrondo, e sobe as escadas em direção ao seu quarto. Sua mãe olha para seu pai, aponta a porta e diz:)

Detesto quando ele faz isso!

Nos exemplos (7) e (8), 'isso' refere-se a entidades concretas, diferenciando-se dos exemplos que vimos anteriormente. Por sua vez, no exemplo (9) está disponível uma leitura de 'isso' em que ele se refere ao evento de João bater a porta com força⁶⁴, que pode, como vimos no capítulo 1, ser uma entidade abstrata.

Aqui é possível fazermos uma generalização bastante robusta: quando usado deiticamente, o pronome demonstrativo 'isso' pode referir-se tanto a entidades concretas quanto abstratas, ou seja, em seu uso dêitico, 'isso' pode referir-se a qualquer coisa, desde que ocorram (i) o gesto de ostensão e (ii) as condições contextuais apropriadas.

⁶³ A literatura em linguística textual cunhou uma miríade de termos distintos para as anáforas que apresentamos. Revelar em que cada um desses termos se difere dos outros e quais são as superposições renderia um trabalho à parte; aqui optamos por empregar uma terminologia mais neutra e descritiva.

⁶⁴ Obviamente, há a possibilidade de 'isso' referir-se ao fato de João ter batido a porta com força, mas tal leitura é dificultada pelo uso do verbo 'fazer', que toma preferencialmente eventos; cf. considerações da seção 3.2.

O que é interessante notar é que nos usos anafóricos ‘isso’ parece não se referir com tanta “liberdade” a uma entidade concreta, senão vejamos:

(10) ? João dormiu numa [cama velha]₁, e [isso]₁ machucou suas costas.

(11) Pedro: Quanto custa uma passagem de ônibus de Campinas para Florianópolis?

João: Acho que uns cem reais?

Pedro: E você tem [cem reais]₁ com você?

João: Tá louco! Quem é que anda com [isso]₁ no bolso hoje em dia?

(12) João: Você tá com [sua carteira]₁ aí?

Pedro: ? Não tô não, eu não ando com [isso]₁ no bolso...

No exemplo (10), não há qualquer nexos anafórico entre ‘isso’ e ‘cama velha’: tal nexos existiria se substituíssemos ‘isso’ por ‘ela’ ou por uma descrição demonstrativa ou definida com um conteúdo descritivo adequado ou geral, como ‘esse móvel’, ‘essa coisa’, ‘o móvel’, ‘a coisa’; ‘isso’, por outro lado, pode referir-se ao evento, performatizado por João, de ter dormido numa cama velha.

Em (11), ‘isso’ se refere à quantidade de cem reais e não a alguma porção de dinheiro que somada resulte em cem reais; trata-se novamente de algo abstrato, uma quantia (quantias não ocupam lugar no tempo e no espaço). Por fim, em (12) parece haver uma operação do tipo *token-type* e ‘isso’ se refere a carteiras em geral e não à carteira de Pedro em particular⁶⁵. Prova disso, é que podemos substituir ‘isso’ por algo ainda mais geral como ‘essas coisas’, e a impossibilidade da sequência abaixo:

(12’) João: Você tá com sua carteira aí?

Pedro: ? Não tô não, eu não ando com [isso]₁ no bolso. [Ela]₁ / [A minha carteira]₁ é muito pesada.

Há, no entanto, alguns usos anafóricos de ‘isso’ que são compatíveis com entidades concretas, principalmente quando se trata de pluralidades (enumerações ou resumos de enumerações) ou de localizações:

⁶⁵ Mais adiante, no cap. 4, veremos como a noção de “deferred ostension” pode dar conta desses casos.

(13) ?? João comprou [um caderno]₁. [Isso]₁ custou 5 reais.

(14) João comprou [um caderno, um lápis e um apontador]₁. [Isso]₁ / [Isso tudo]₁ custou 10 reais.

(15) (em Florianópolis, um diálogo entre um turista e um morador, no sul da ilha)

Turista: Vamos pra [Praia Brava]₁?

Morador: Tá louco! [Isso]₁ fica lá no norte da ilha!

(16) (mesmo contexto que (15))

Turista: Vamos pra [Praia Brava]₁?

Morador: ?? Sim, eu adoro nadar n[isso]₁

Talvez as sentenças acima não sejam um bom parâmetro de comparação; se trocássemos o 'isso' por qualquer outro pronome demonstrativo, também não teríamos os nexos fóricos indicados:

(13a) ?? João comprou [um caderno]₁. [Esse]₁ custou 5 reais.

(16a) (mesmo contexto que (15))

Turista: Vamos pra [Praia Brava]₁?

Morador: ? Sim, eu adoro nadar n[essa]₁

A sentença (13a) é certamente estranha, a sentença (16a) é melhor do que (16), e seria plenamente aceitável se ao invés do pronome tivéssemos uma descrição demonstrativa como “essa praia”. Um teste mais adequado para avaliar a possibilidade de 'isso' anafórico retomar objetos concretos seria substituí-lo em uma sentença na qual os pronomes 'esse', 'essa', 'aquele', etc. pudessem ser usados anaforicamente sem gerar estranhezas. Como no exemplo abaixo, um caso de contraste:

(17) João comprou [um caderno]₁ e [um lápis]₂. [Esse]₂ custou 1 real, e [aquele]₁ 5 reais.

Porém, ao substituírmos 'esse' e 'aquele' por 'isso' e 'aquilo', a sentença resultante é pelo menos estranha:

(18) ?? João comprou [um caderno]₁ e [um lápis]₂. [Isso]₂ custou 1 real, e [aquilo]₁ 5 reais⁶⁶.

⁶⁶ Talvez (18) seja aceitável se os usos de 'isso' e 'aquilo' foram acompanhados de uma demonstração; porém, estaríamos

Outros exemplos em que ‘isso’ é usado com sucesso para retomar entidades concretas são (sugeridos pelo prof. Rodolfo Ilari):

(19) Na água de Paulínia havia [chumbo despejado pela empresa ABC]₁; [isso]₁ faz mal a qualquer um.

(20) João foi caçar de novo com [a velha espingarda pica-pau que dá tiro pela culatra]₁. Ele ainda vai se matar com [isso]₁.

Contudo, se trocarmos, em (19), o predicado que acompanha o ‘isso’ por algum que diga algo exclusivamente sobre o chumbo, a sentença não parece tão natural:

(19a) Na água de Paulínia havia [chumbo despejado pela empresa ABC]₁; ? [isso]₁ / OK [ele]₁ é um elemento tóxico ao ser humano.

Aparentemente, se o nexa sugerido em (19) é correto, não deveríamos esperar que o nexa sugerido em (19a) fosse estranho. Tal fato dá margem à hipótese de que o ‘isso’ de (19) talvez se refira ao fato de haver chumbo na água de Paulínia – e é esse estado-de-coisas que pode causar mal às pessoas.

Por sua vez, a sentença (20) também não permite o mesmo tipo de nexa ao trocarmos o predicado que acompanha o ‘isso’; senão vejamos:

(20a) João foi caçar de novo com [a velha espingarda pica-pau que dá tiro pela culatra]₁. Ele insiste em caçar com ? [isso]₁ / OK [ela]₁, apesar de todo mundo avisar que ? [isso]₁ / OK [ela]₁ pode falhar de repente.

(20b) João foi caçar de novo com [a velha espingarda pica-pau que dá tiro pela culatra]₁. Ele sai com ? [isso]₁ / OK [ela]₁, porque ? [isso]₁ / OK [ela]₁ foi um presente do seu pai.

Por outro lado, como já indicamos, o uso de ‘isso’ para retomar eventos é extremamente livre (quando se trata de antecedentes sentenciais):

(21) - João caiu da árvore!

diante de um uso dêitico, que não nos interessa neste momento.

- Ah, eu sabia que isso ia acontecer!

(22) As quadrilhas organizadas fizeram mais uma vítima semana passada. Isso se deu devido à dívida de drogas.

(23) (exemplo de retomada de estativos)

- O João disse que está com dor de cabeça.

- Pois é, ele sofre disso desde criança.

(24) Hoje cedo eu preparei o almoço, dei comida pros cachorros, lavei a louça e arrumei a cozinha. E fiz isso em menos de 2 horas!

Mais adiante, exploraremos algumas outras restrições do uso anafórico de 'isso'. Por ora, como primeira aproximação, manteremos que quando 'isso' é usado dêiticamente, ele pode referir-se tanto a entidades abstratas quanto a entidades concretas. Contudo, quando 'isso' é usado anaforicamente, a possibilidade de referência a entidades concretas é restrita, conforme resumimos no quadro abaixo:

Usos de 'isso'

	dêixis	anáfora
concreto	ok	com restrições
abstrato	ok	ok

Nesse ponto, há várias questões sobre as quais devemos nos posicionar, algumas delas envolvendo o pronome 'isso' e os seus usos, e outras envolvendo o estatuto de eventos como entidades concretas ou abstratas e anáfora de eventos. (1) Por que um pronome demonstrativo como 'isso', com a dinâmica referencial que apresentamos acima, i.e. retoma “apenas” entidades abstratas quando anafórico e qualquer tipo de entidade quando dêitico, pode ser usado para retomar eventos? Seria esse fato (a possibilidade de retomada por 'isso') evidência de que eventos são entidades abstratas? Antes disso, devemos nos pronunciar sobre qual é a melhor forma semântica a ser atribuída a 'isso': as principais teorias sobre demonstrativos, derivadas dos trabalhos de David Kaplan, tratam esses termos como sendo termos de referência direta. Assim sendo, coloca-se a questão: (2) seria 'isso' um termo de

referência direta (e rígida) ou ele seria algum tipo de descrição, sujeita a interações de escopo, por exemplo?

Uma última, porém não menos importante, questão: como vimos no capítulo 1, muitos autores importantes reconhecem não haver diferença semanticamente relevante entre dêixis e anáfora; *grosso modo*, para esses autores conta apenas que ambas são maneiras de preencher variáveis introduzidas por pronomes e descrições. Assim sendo, o fato de 'isso' ser tão sensível com relação a usos dêiticos e anafóricos é, no mínimo, surpreendente. (3) Como conciliar o uso de 'isso', a distinção entre dêixis e anáfora e a natureza dos eventos? Esperamos, ao fim desta parte e ao fim deste trabalho, esboçar algumas respostas para questões tão complexas.

Como prega a gramática tradicional e muitos linguistas, deve haver alguma relação entre os pronomes demonstrativos e as descrições demonstrativas. Assim sendo, espera-se que uma teoria sobre um deles possa lançar luz ao outro, o que nos leva imediatamente a estudá-los em conjunto. A sequência abaixo exemplifica o uso anafórico de descrições demonstrativas:

(25) João caiu do telhado.

(25a) Não acredito nessa bobagem!

(25b) Quando ocorreu essa tragédia?

(25c) Esse fato é horrível!

(25d) Essa maneira de colocar as coisas não está correta.

Procuramos apresentar os exemplos (25)-(25d) em paralelo àqueles apresentados em (3) para ilustrar o fato de que com descrições demonstrativas é possível ter acesso às mesmas entidades a que 'isso' tem acesso a partir de uma mesma sentença antecedente (licenciadora). Quais seriam as diferenças entre as descrições demonstrativas e o pronome 'isso'? E as semelhanças? Analisaremos as anáforas que envolvem descrições demonstrativas no capítulo 5, mas vale dizer que boa parte da discussão sobre o 'isso' será também utilizada ao tratar dessas descrições.

Como indica o título desta seção, argumentaremos que podemos entender o 'isso' anafórico como um quebra-cabeça composto por três partes que, apesar de interagirem, apresentam certa autonomia. Notadamente, quais são os elementos necessários para explicar o 'isso' de uma sequência como (3)? Certamente, precisamos saber qual é o estatuto semântico de 'isso' (e das descrições demonstrativas), se é um termo referencial ou um termo quantificacional: mas essa é apenas a primeira

peça do quebra-cabeça, pois mesmo tendo sido decido o seu estatuto semântico, precisamos saber como cada antecedente diferente é selecionado, e aqui entre a segunda peça: o papel do predicado que acompanha esses pronomes ou descrições. Finalmente, a estrutura do discurso em que ocorre a sentença que licencia o 'isso' anafórico desempenha um papel fundamental – não é qualquer sentença que licencia qualquer antecedente a 'isso', há restrições estruturais e informacionais, como exemplifica a sequência abaixo:

- (26) (a) Para o seu trabalho conjunto de fim de curso, João construiu um robô com dois braços.
(b) Para tanto, ele estudou 2 meses de robótica.
(c) Por sua vez, Maria ensinou o robô a tocar violão.

→ a sequência acima deve ser seguida por cada um das sentenças abaixo, ou seja, primeiro lê-se (26a, b, c) e (26d), depois (26a, b, c) e (26e), e assim por diante.

- (d) Isso levou seis meses.
(e) Isso tomou dela seis meses.
(f) Isso rendeu a eles uma nota A.

O 'isso' da sentença (26d) pode servir tanto para retomar o conteúdo (ou algum aspecto nela contido) da última sentença (26c), quanto da sequência (26a-c). Por outro lado, o 'isso' de (26e) tem acesso apenas à última sentença, (26c). Por fim, o 'isso' de (26f) retoma preferencialmente a sequência (26a-c), mas pode também ter uma leitura em que recupera somente (26c). Apesar de tal variação na escolha das sentenças, não parece ser possível encontrar um continuação qualquer em que 'isso' refira-se apenas ao conteúdo de (26b) e (26c).

A estrutura do discurso e as relações entre suas partes compõem a terceira e última peça do quebra-cabeça: a localização de seus antecedentes ou ainda o “alcance referencial” de 'isso' e dos demonstrativos complexos.

As duas últimas peças do quebra-cabeça têm relativa autonomia em relação à primeira, ou seja, ambas são necessárias para entender sequências como (3) e (25) independentemente do estatuto semântico que atribuímos aos demonstrativos; ao fim, combinaremos com a segunda e a terceira peça os demonstrativos ora tomados como termos de referência direta, ora tomados como descrições (i.e., termos quantificacionais).

3.1. O estatuto semântico dos pronomes e das descrições demonstrativas

Nesta seção, veremos em resumo o “estado-da-arte” das propostas para os pronomes demonstrativos e para as descrições demonstrativas, começando com os trabalhos pioneiros de Kaplan, passando em seguida às críticas e à proposta quantificacional de King (2001) para, por fim, avaliar a nova proposta quantificacional feita por Wolter (2006); com essa discussão, esperamos mostrar algumas das possibilidades de caracterização dos demonstrativos. Talvez seja importante já salientar que não optaremos por uma ou outra solução entre o espectro que vai de caracterizar os *pronomes* demonstrativos como termos de referência direta ou como descrições (definidas), i.e. termos quantificacionais ou simplesmente introdutores de variáveis⁶⁷; mas trataremos as *descrições* demonstrativas, no capítulo 5, como termos quantificacionais. Interessa notar, para o caso dos pronomes demonstrativos, que percorremos as duas extremidades para analisar como a anáfora de eventos é tratada por cada uma delas. Também é importante ressaltar que, para realizar a discussão sobre o estatuto semântico dos demonstrativos, deixaremos um pouco de lado as questões mais específicas desta tese para na sequência voltarmos a elas munidos de um maior ferramental conceitual.

Assim sendo, apresentaremos num primeiro momento como se articulam e se configuram as principais teorias sobre demonstrativos e seu uso anafórico, bem como ampliando algumas análises e oferecendo novas, para então avaliar suas consequências para uma semântica de eventos.

Antes de mais nada, salientamos que nos estudos de semântica e de filosofia da linguagem, os termos, tomados simplesmente como aquelas expressões linguísticas que podem preencher a valência de um verbo, são entendidos ou como referenciais ou como quantificacionais. De fato, muitos autores aderem à hipótese de que não há nada para um termo ser além de referencial ou quantificacional; tal hipótese é chamada de “Hipótese do Dilema” por Dever (2001), e está por trás de trabalhos como Neale (1993), Powell (2001), Corazza (2002, 2004a), King (2001), Wolter (2006), para citar apenas alguns. Conforme formula Neale (1993, p 90)⁶⁸:

⁶⁷ Usaremos com certa liberdade essas duas ideias, apenas para opô-las aos termos referenciais, ou seja, aqueles que contribuem com um indivíduo para a proposição em que aparecem, transformando-a numa proposição singular.

⁶⁸ Neale, Dever e King nomeiam “NP” uma configuração sintática que a maioria dos linguistas nomeariam “DP”. O que vale notar é que trata-se de algo da esfera dos nomes que preenchem as valências dos verbos.

(T1) Every meaningful noun phrase (NP) in natural language is either a semantically unstructured, rigid referring expression (singular term) or else a semantically structured, restricted quantifier.

Na formulação de Neale há dois eixos em oposição: referencial X quantificacional, estruturado X não-estruturado. Em tal proposta, termos não podem ser, por exemplo, referencial e estruturados, e uma vez que temos um termo referencial não mais importa sua estrutura interna. Assunções como essa têm ramificações nada triviais, porém não entraremos nessa problemática aqui.

De uma forma ou de outra, juntamente com a grande maioria dos filósofos e semanticistas, aderimos a tal hipótese, e é por isso que afirmamos que há apenas duas maneiras possíveis de tratar os pronomes e as descrições demonstrativas: ou eles seriam termos referenciais (sem material descritivo) e contribuiriam com um indivíduo para a proposição em que aparecem (termos que referem), ou eles seriam termos quantificacionais cujo material descritivo auxiliaria na determinação de um referente para uma dada valoração ou atribuição (termos que denotam). É justamente nesse eixo referencial-quantificacional que se organizam as teorias sobre os demonstrativos que veremos abaixo, começando pela teoria referencial de David Kaplan, que podemos chamar de teoria referencialista dos demonstrativos.

A teoria de Kaplan sobre os pronomes demonstrativos, derivada de sua teoria sobre indexicais, prevê que eles sejam termos de referência direta, ou seja, contribuem para a proposição com um indivíduo independentemente de seu material descritivo, ou ainda não possuem o sentido fregeano e apenas a referência, e assim o material descritivo não faz parte da proposição em que aparecem⁶⁹ – muito semelhantemente à proposta de Kripke para os nomes próprios. Contudo, na teoria de Kaplan os demonstrativos seriam diferentes dos chamados indexicais puros, termos como ‘eu’, ‘você’, ‘hoje’, etc.

Os indexicais puros⁷⁰ também contribuem com um indivíduo para a proposição em que aparecem e fazem isso de maneira automática: basta pronunciá-los num dado contexto para sabermos qual indivíduo faz parte da proposição em que o indexical aparece. Diferentemente das outras palavras das línguas naturais, os indexicais, segundo Kaplan, devem ser entendidos como funções de contextos para conteúdos (indivíduos, abstratos ou não), ou seja, um dado indexical num dado contexto contribui com um dado conteúdo para a proposição – essa função é conhecida como caráter, e o caráter pode ser

⁶⁹ Essa última ideia ficará mais clara ao tratarmos do caráter kaplaniano.

⁷⁰ A teoria de indexicais de John Perry é, em alguns aspectos, semelhante à teoria de Kaplan; para Perry, o que Kaplan chama de indexicais puros são os indexicais essenciais.

entendido como a contribuição linguística dos indexicais. Ora, se o que está presente numa dada proposição é o conteúdo, o caráter nada mais é do que aquilo que auxilia (como instruções) para a determinação do conteúdo e assim não faz parte da proposição, em outras palavras, o caráter é computado num nível pré-proposicional⁷¹.

Como exemplo, um indexical puro como 'eu' tem por caráter a função que resulta para um dado contexto um dado indivíduo que é o agente do ato de fala naquele contexto (seu conteúdo). Se tomarmos as sentenças abaixo:

(27) (João diz:) Eu sou mulher.

(28) (Maria diz:) Eu sou mulher.

No nível pré-proposicional, ou seja, na computação do caráter dos indexicais, o que temos é o mesmo para as duas sentenças: o agente para um dado contexto diz que é mulher, ou o agente para um dado contexto está na extensão do predicado 'ser mulher'. Ao fornecer um contexto, podemos então chegar ao conteúdo: no contexto da sentença (27), o conteúdo de 'eu' é João, e a proposição expressa é <João, ser mulher>⁷² – o que é falso; no contexto da sentença (28), o conteúdo de 'eu' é Maria, e a proposição expressa é <Maria, ser mulher> – o que é verdadeiro. Com o mesmo tipo de raciocínio, não é difícil ver as razões de Kaplan prever que uma sentença como 'Eu estou aqui agora' é uma tautologia (e 'Eu não estou aqui agora', uma contradição)⁷³.

Quando estamos diante de uma sentença com um indexical, para atribuir um valor de verdade a proposição expressa por tal sentença, a teoria de Kaplan diz que usamos o contexto duas vezes: na primeira delas, computamos o caráter do indexical para chegar ao seu conteúdo, e só então temos uma proposição; a partir de então, mobilizamos o contexto (ou situação de avaliação, como diz Kaplan) para atribuir o valor de verdade à proposição a que chegamos quando resolvemos o indexical.

Uma sentença que contém um indexical, entendido nos termos de Kaplan, expressará sempre uma proposição singular, i.e., uma proposição que tem como elemento um indivíduo em particular, identificado (em termos lógicos, uma constante ou uma variável já fixada em uma sequência de uma dada atribuição). Como contraste, pensamos nas descrições definidas atributivas; tais descrições são

⁷¹ Não é de todo claro o que é esse nível pré-proposicional, e a discussão em filosofia da linguagem sobre o que seria é bastante intensa e intrincada (cf. Braun, 1995).

⁷² O uso de <,> indica que tratamos as proposições como entidades estruturadas, próximo à maneira que Russell e outros a entendem.

⁷³ Ignoramos aqui as complexidades trazidas por contextos que envolvem secretárias eletrônicas e similares.

termos singulares que, não obstante, não expressam proposições singulares, mas sim proposições particularizantes, justamente pelo fato de versarem sobre um indivíduo em particular que é identificável (i.e., elas denotam), mas não identificado (i.e., não referem). Numa tal concepção, os usos dêiticos de descrições definidas, assim como de alguns pronomes, expressariam apenas proposições singulares⁷⁴.

Essa teoria tem como um de seus atrativos capturar a intuição de que, em algum nível, as sentenças (27) e (28) são semelhantes – trata-se do seu caráter, e também de que elas expressam proposições distintas, pois têm conteúdos diferentes.

Para tratar dos demonstrativos, chamados de indexicais impuros, Kaplan associa ao seu caráter uma demonstração ou uma intenção do falante para com um dado objeto; desse modo, eles não teriam o seu conteúdo estabelecido “automaticamente”, como é o caso dos indexicais puros. Se tomarmos a sentença abaixo sem saber o que está sendo apontado, não saberemos que proposição está sendo expressa:

(29) Pegue isso pra mim.

A mesma história pode ser contada para os demonstrativos complexos ou descrições demonstrativas: eles seriam termos de referência direta e contribuiriam com um indivíduo para a proposição, desde que acompanhados dos gestões de ostensão adequados. Tomemos um exemplo:

(30) Eu quero esse bolo de chocolate.

A sentença (30) expressa a proposição <a, b, querer>, em que 'a' está pelo agente do ato de fala no contexto em questão e 'b' está pelo indivíduo capturado pela descrição demonstrativa 'esse bolo de chocolate'. Nesses termos, o papel de 'esse bolo de chocolate', assim como os pronomes demonstrativos, é apenas indicar um indivíduo mediante uma demonstração ou intenção do falante para com um dado objeto.

O que interessa notar é que, sendo os demonstrativos termos de referência direta, o material descritivo que o segue (no caso de (30), 'bolo de chocolate') não contribui em nada para a proposição, e

⁷⁴ Aqui já tomamos partido em relação a alguma teoria de descrição que as trata como termos quantificacionais ou simplesmente introdutores de variáveis (por exemplo, com pressuposição de familiaridade), que podem ser diferentemente usadas, ou seja, o valor da variável introduzida pode ser preenchido por dêixis ou anaforicamente. Como veremos mais adiante, um uso dêitico “força” sempre leituras de escopo amplo. Porém, fundamentalmente, uma descrição definida não é um termo referencial (i.e., rigidamente referencial).

Kaplan é bastante explícito em relação a isso: “the content of the associated description is no part of the content of the dthat-term”⁷⁵ (1989, p. 579).

É possível pensar em incluir esse material descritivo no caráter do demonstrativo, obtendo as entradas abaixo, nas quais F está por qualquer “material descritivo”, que, como vimos, é, na maioria das vezes, um predicado nominal (leia-se “ \Rightarrow ” como “para um”; o trecho entre chaves corresponde ao caráter):

Pronome demonstrativo (‘isso’): {função de contexto + demonstração de um objeto ou intenção do falante para com um objeto} \Rightarrow indivíduo

Descrição demonstrativa (‘esse F’): {função de contexto + demonstração de um objeto ou intenção do falante para com um objeto + material descritivo} \Rightarrow indivíduo

Ao passo que não dispensamos como um todo o material descritivo das descrições demonstrativas, também não consideramos que ele faça parte da proposição⁷⁶; contudo, tal manobra pode levar a resultados indesejados. Tomemos a sequência abaixo:

(31) [Esse homem que falou com a [Maria]₂ ontem]₁ é gago.

(32) Mas [ele]₁ [a]₂ admira.

Em (31), teríamos a seguinte proposição sendo expressa $\langle i, \text{ser gago} \rangle$, em que ‘i’ está pelo indivíduo que é o conteúdo a que leva o caráter da descrição demonstrativa no contexto de (31) – e esse caráter é “o objeto x sendo demonstrado (ou que é alvo das intenções do falante) no contexto, e x falou com Maria ontem”. Como sugere a abordagem kaplaniana, a descrição demonstrativa da sentença (31) não envolve composição semântica em nível proposicional (i.e., o material descritivo não faz parte da proposição); assim sendo, não seria possível a anáfora realizada pelo pronome ‘a’ em (32), que teria Maria como antecedente – segundo a teoria da referência direta, a descrição demonstrativa só atua no nível pré-proposicional do caráter; sendo assim, Maria não estaria disponível para ser antecedente de

⁷⁵ Podemos entender, *grosso modo*, o “dthat” como um operador que gera a partir de uma descrição definida sua versão referencial. Uma sentença com ‘Essa criança é loira’ pode ser entendida como ‘Dthat[a criança] é loira’ e assim a proposição expressa teria como componente um indivíduo específico, $\langle i, \text{ser loiro} \rangle$; mais do que isso, o material descritivo, no caso o predicado ‘criança’, não faz parte da proposição. De uma forma ou de outra, em usos dêiticos, pode-se defender que o material descritivo não desempenha papel algum.

⁷⁶ Essa é, em linhas bastante gerais, a saída proposta por Braun (1994).

nenhuma anáfora (cf. Predelli, 2001). Aliás, Kaplan em momento algum trata dos usos anafóricos de demonstrativos.

Certamente há autores que não aceitam esse tipo de argumento e procuraram resistir a ele (cf. Braun, 1994; Borg, 2000), porém há outros argumentos que parecem infirmar a teoria referencialista. O principal deles tem a ver com a (im)possibilidade de interações de escopo: se os demonstrativos fossem termos de referência direta, eles só poderiam ter escopo amplo: assim como os nomes próprios, seriam designadores rígidos: o conteúdo (caráter + contexto) de um demonstrativo seria o mesmo em qualquer mundo possível. Contudo, exemplos como os abaixo mostram que esse não parece ser o caso (trazidos por King, 2001):

(33) Aquele hominídeo que descobriu o fogo era um gênio.

(34) Aquele aluno que tirou nota máxima em cada disciplina deverá comparecer perante o diretor da escola.

Para a sentença (33), se tomarmos um mundo possível w_1 em que *Neocanthropus* descobriu o fogo, ela será verdadeira sse *Neocanthropus* é um gênio. Porém, se tomarmos um mundo possível w_2 em que *Neosapiens* descobriu o fogo, a mesma sentença será verdadeira sse *Neosapiens* é um gênio – ou seja, não podemos falar nem de referência direta nem de designação rígida nesse caso. A possibilidade de termos indivíduos diferentes em mundos possíveis diferentes deriva justamente do fato de que não fixamos (ou não é necessário tal fixação para interpretar a sentença (33)) nenhum indivíduo em particular; algo paralelo às interpretações atributivas de descrições definidas. Outro teste interessante para detectar se se trata de um termo diretamente referencial (e rígido) é perguntar-se “Esse hominídeo que descobriu o fogo poderia não ter sido o hominídeo que descobriu o fogo?” Se essa pergunta puder receber uma resposta positiva, então não estamos diante de um designador rígido; e esse parece ser o caso. Ao reformularmos esse pergunta no mundo w_1 , ela seria “*Neocanthropus* poderia não ter sido o hominídeo que descobriu o fogo?” e a resposta a ela seria “sim”.

A sentença (34), por sua vez, tem duas leituras possíveis:

(34a) Aquele (único) aluno que tirou nota máxima em todas as disciplinas deverá comparecer perante o diretor da escola. (\exists, \forall)

(34b) Para cada disciplina, aquele aluno que tirou nota máxima nessa disciplina deverá comparecer

perante o diretor da escola. (\forall, \exists)

Estamos claramente diante de uma ambiguidade de escopo: ou “aquele aluno” ocorre fora do escopo de “cada disciplina”, como em (34a), ou “aquele aluno” ocorre no escopo de “cada disciplina”, como em (34b). Ora, se a descrição demonstrativa “aquele aluno que tirou nota máxima em cada disciplina” fosse diretamente referencial tal ambiguidade de escopo seria impossível: expressões referenciais têm apenas escopo amplo (como em (34a)), e a proposição (singular) expressa seria <i, comparecer perante o diretor>.

Seguindo a Hipótese do Dilema, um sintagma nominal ou é referencial ou é quantificacional. Dado que as últimas sentenças indicam que os demonstrativos, ou pelo menos as descrições demonstrativas, não parecem ser termos referenciais, justamente por participarem de interações de escopo e por terem às vezes escopo estrito, resta a alternativa de aceitar que eles são termos quantificacionais, sendo o pronome demonstrativo uma espécie de quantificador⁷⁷.

Se uma descrição demonstrativa é um termo quantificacional, então o pronome demonstrativo deve ser um quantificador, e devemos encontrar paralelos em estruturas como 'esse N', 'o N', 'todo N', etc. Se tomarmos a definição clássica de quantificadores, segundo a qual eles seriam predicados que relacionam outros predicados, devemos então nos perguntar qual é a relação expressa por ‘esse’, ‘aquele’, ‘isso’, e outros, e quais predicados podem relacionar. Na literatura sobre o tema, salvo alguma

⁷⁷ A passagem para uma abordagem quantificacional não é assim tão simples, principalmente devido (i) a intuições não muito claras sobre as interpretações e a plausibilidade dos exemplos relevantes, e (ii) à possibilidade de outras saídas para a posição referencial. Quanto ao ponto (i), autores como Corazza (2002, 2004) e Dever (2001) advogam que em sentenças como (34) o 'aquele' nada mais é do que um uso reforçado do artigo definido, e que, fundamentalmente, podemos substituir o demonstrativo pelo artigo. Contudo, ao tomarmos exemplos como (adaptados de Roberts, 2002, p. 289) 'Todos os cachorros da minha vizinhança, até o mais bravo, tem um dono que acha que **esse** cachorro é uma graça' e 'Em cada time há um jogador que não é tão forte quanto os outros. É em cima **desse** jogador fraco que devemos jogar mais' a substituição do demonstrativo por um definido não é possível: ? 'Todos os cachorros da minha vizinhança, até o mais bravo, tem um dono que acha que **o** cachorro é uma graça' e ? 'Em cada time há um jogador que não é tão forte quanto os outros. É em cima **do** jogador que devemos jogar mais' – se realmente estivéssemos diante de um uso reforçado ou enfático de descrições definidas, ambas as sentenças deveriam ser boas. Quanto ao ponto (ii), uma das principais alternativas sugeridas pelos referencialistas é tratar uma sentença como 'Aquele homem na esquina está bebendo água' como expressando sincreticamente duas proposições, *grosso modo*: (a) Aquele/Aquilo na esquina está bebendo água e (b) Aquele/Aquilo é um homem na esquina, ou ainda, alguém que aponta para uma bola e diz 'Essa bola é minha' está dizendo, segundo Dever (2001), 'Isso, que é uma bola, é meu', em outras palavras, os demonstrativos complexos teriam a estrutura de apositivos – novamente, não avançaremos nesta linha de investigação; para uma descrição detalhada da implementação sintático-semântica dessa alternativa, cf. Dever (2001). Parece-nos, contudo, que uma criança em fase de aquisição de linguagem aprende muito mais rapidamente a usar descrições demonstrativas do que apositivos – o que seria surpreendente já que, segundo esta última teoria, os dois têm a mesma estrutura. Vale dizer que não nos embasamos em pesquisas de aquisição de linguagem para fazer tal afirmação; é apenas uma afirmação impressionística. Sobre a complexidade dos apositivos, cf. Potts, 2005.

imprecisão, a primeira defesa da posição quantificacional é a de King (2001)⁷⁸; vejamos em que ela consiste.

King nota primeiramente que deve haver semelhanças e diferenças entre as descrições demonstrativas e as definidas. A principal semelhança, além da postulação de os dois tipos de descrição serem termos quantificacionais, tem a ver com a sua estrutura sintática e com o fato de que ambos denotam um único indivíduo (de acordo com uma dada descrição), e a principal diferença está no fato de que o gesto de ostensão é um fator essencial apenas para as descrições demonstrativas, como mostra o contraste abaixo (adaptado de Wolter, 2006):

(numa galeria de arte com duas pinturas; João aponta para uma delas e diz:)

(35) Esse quadro é bonito.

(36) ? O quadro é bonito.

King considera o gesto de ostensão como algo constitutivo das descrições demonstrativas, e reserva a esse gesto um lugar na forma lógica que propõe aos demonstrativos que encabeçam essas descrições. Em sua proposta, uma descrição demonstrativa como ‘esse F é G’ tem a seguinte forma lógica (King, 2001, p. 43)⁷⁹:

_____ E _____ ESTÃO SENDO UNICAMENTE _____ EM UM OBJETO x E x _____

A primeira posição é saturada pelo predicado nominal F que segue o demonstrativo – trata-se do material descritivo (o restritor do quantificador); a quarta posição, pelo predicado que segue a descrição demonstrativa, o G (o escopo nuclear); o terceiro argumento é dependente do que preenche o segundo. Se estivermos tratando de um uso dêitico, o segundo argumento será preenchido por uma propriedade determinada pelas intenções do falante, e então a propriedade contida na terceira posição será “being jointly instantiated in $\langle w, t \rangle$ ”; se, por outro lado, o argumento que ocupar a segunda posição for determinado por uma ou mais propriedades do conteúdo descritivo (o N ou Ns que seguem o pronome demonstrativo), então a terceira posição será ocupada pela propriedade “being jointly instantiated”. A

⁷⁸ Lepore e Ludwig (2000) também propõem uma teoria quantificacional para os demonstrativos complexos, menos geral que aquela proposta por King.

⁷⁹ King (2001) oferece mais de uma teoria possível para os demonstrativos complexos; aqui, apenas ilustramos uma delas, evitando algumas complexidades que não farão diferença à nossa argumentação.

diferença é extremamente importante: ou o falante tem uma “intenção perceptual” e se refere a um objeto específico num mundo e num tempo específicos (“being jointly instantiated in $\langle w, t \rangle$ ”), ou o falante tem uma “intenção descritiva” e se refere a quaisquer objetos que possam satisfazer o conteúdo descritivo (“being jointly instantiated”). Por fim, a relação expressa pelo quantificador (no caso, o pronome demonstrativo) é a mesma daquela expressa pelo artigo de uma descrição definida: ‘o F é G’, $|F| = 1$ e $\{F\} \subseteq \{G\}$.

Tomemos alguns exemplos para ilustrar a teoria de King:

(37) (João e Maria estão numa festa e de repente passa por eles um homem vestindo um terno roxo com bolinhas verde-limão; Maria diz):

Esse homem não tem senso de ridículo

Qual proposição é expressa por Maria? Ora, o uso da descrição demonstrativa “esse homem” é claramente dêitico e na teoria King e isso resulta na atribuição de uma forma lógica como:

(37a) homem E intenção perceptual de Maria em relação ao homem de terno roxo com bolinhas verde-limão ESTÃO SENDO UNICAMENTE instanciados conjuntamente em $\langle w, t \rangle$ EM UM OBJETO x E x não tem senso de ridículo

Desse modo, a sentença proferida por Maria é verdadeira se e somente se no contexto de seu proferimento ($\langle w, t \rangle$) há apenas uma coisa x que é homem e Maria tem uma intenção perceptual para com x e x não tem senso de ridículo. A descrição demonstrativa contribuiu para que a frase pinçasse um indivíduo do mundo e o tornasse parte da proposição, sem o descarte do material descritivo. Desse modo, (37a) é uma proposição singular.

Por sua vez, a sentença (33), repetida abaixo, representa um uso não dêitico:

(33) (João diz:) Aquele hominídeo que descobriu o fogo era um gênio.

E a sua formalização seria algo como:

(33a) hominídeo que descobriu o fogo E intenção descritiva de João ESTÃO SENDO UNICAMENTE

instanciados conjuntamente EM UM OBJETO x E x é um gênio

Nessas condições, a sentença (33) é verdadeira se e somente se o homínídeo que descobriu o fogo, em qualquer mundo de avaliação, é um gênio nesse mesmo mundo. A proposição (33a) é uma proposição particularizante. Tais usos de descrições demonstrativas são semelhantes aos usos atributivos de descrições definidas.

Uma das exigências a ser feita a uma teoria que lida com descrições demonstrativas é a de que ela possa ser estendida para dar conta dos pronomes demonstrativos – esse tratamento unificado é algo que, bem ou mal, a teoria de Kaplan faz –, e King reconhece tal exigência⁸⁰. Contudo, as maneiras pelas quais poderíamos fazer isso não são muito claras, como o próprio autor reconhece (pp. 139-145). O maior problema é saber o que preencheria a primeira posição da forma lógica oferecida para as descrições demonstrativas (o restritor ou conteúdo descritivo⁸¹). Segundo King, há três possibilidades, mas nenhuma delas parece muito satisfatória: pode ser uma propriedade dada contextualmente, pode ser uma propriedade que qualquer objeto possua (como “ser um objeto”, por exemplo) ou pode ser a mesma propriedade que preenche a segunda posição (aquela determinada pelas intenções do falante)⁸².

Mesmo acreditando na possibilidade de contornarmos esse problema, a teoria de King, a nosso ver, esbarra em outras dificuldades. Ela é baseada na ideia de que os falantes sempre têm intenções referenciais ou descritivas ao usar as descrições demonstrativas, e para dar conta da semântica dessas descrições precisamos saber com qual intenção o falante usou uma dada descrição. Ora, saber com qual intenção o falante usou uma descrição demonstrativa é saber tudo sobre ela: se ela será referencial ou não, o que parece tornar ociosa ou redundante a formulação de King: basta sabermos em qual uso está sendo empregada a descrição (cf. Corazza, 2002).

Apesar de ter o grande mérito de postular e sugerir uma análise quantificacional dos demonstrativos, o máximo que King pode oferecer é uma descrição dos dados, inclusive porque ele não dá respostas a perguntas como: de que maneira detectamos as intenções dos falantes? E, principalmente, por que a demonstração é importante para os demonstrativos e não para os artigos (que

⁸⁰ Assim como alguns autores defenderam uma ambiguidade do artigo definido entre um uso referencial e outro atributivo, alguns autores também defendem que, apesar de homófonos, os demonstrativos presentes em descrições demonstrativas são itens diferentes dos pronomes demonstrativos. Não exploraremos tal alternativa aqui.

⁸¹ Obviamente, “restritor” e “conteúdo descritivo” não são termos sinônimos; aqui os usamos apenas para indicar o predicado, geralmente nominal, que segue imediatamente um artigo ou um demonstrativo.

⁸² Há, certamente, mais alternativas a serem exploradas aqui. Vamos, contudo, apenas expor a posição de King e mais adiante, quando analisarmos a proposta de Wolter (2006), consideraremos outras alternativas.

compõem descrições definidas)⁸³?

O trabalho de Wolter (2006) pode ser visto como uma tentativa de resposta a essa última pergunta, procurando, por um lado, unificar demonstrativos e definidos sobre a rubrica da definitude, e, por outro, explicar por fatores linguísticos a aparente necessidade (segundo a autora) de demonstração envolvida nos demonstrativos. Além disso, a teoria de Wolter dá um tratamento unificado aos pronomes demonstrativos e às descrições demonstrativas e, para efeitos imediatos desta tese, tal teoria estende-se naturalmente aos seus usos anafóricos.

Fundamental para a assimilação dos demonstrativos e dos definidos é a ideia de definitude, segundo a qual as descrições definidas e as descrições demonstrativas se referem apenas a um indivíduo (seja ele um indivíduo singular, plural, abstrato, etc.), e também a ideia que ambas são expressões de referência indireta, i.e., para as quais o material linguístico é relevante⁸⁴. Outro requisito importante é mostrar que as duas descrições participam dos mesmos contextos sintáticos⁸⁵ e apresentam as mesmas relações de escopo. Ao longo das páginas 8 a 54 de seu trabalho, Wolter procura mostrar esses fatos, através da análise de exemplos como os seguintes (adaptados e traduzidos dos apresentados na p. 22 de Wolter, 2006):

Usos dêíticos

(38a) [apontado para um homem] Esse homem parece amigável.

(38b) [apontado para um homem] O homem na lareira parece amigável.

Usos anafóricos

(39a) Um homem e uma mulher entraram. O homem estava sorrindo.

(39b) Um homem entrou. Esse homem passou um folheto para outro.

Usos atributivos/descritivos⁸⁶

⁸³ Pode-se dizer que, desde Kaplan, que separou os demonstrativos dos indexicais puros justamente pela necessidade de demonstração demandada pelos últimos, capturar em termos semânticos o papel e as razões das demonstrações acompanharem os pronomes demonstrativos é o calcanhar de Aquiles das teorias sobre esse tipo de pronome e de descrição.

⁸⁴ Em semântica dinâmica, a definitude é revelada pela presença da pressuposição de familiaridade fraca, que, por sua vez, dá margem à univocidade informacional (i.e., univocidade para uma dada interação conversacional ou contexto discursivo). A proposta de Wolter não é necessariamente implementada levando-se em conta tal caracterização, mas é compatível com ela.

⁸⁵ Nem todos concordam sobre os contextos sintáticos em que podemos ter demonstrativos e descrições demonstrativas, cf. Dever (2001) e Altshuler (2007).

⁸⁶ Aqui cabe um comentário sobre o termo “descritivo”: da maneira como o estamos usando, ele indica basicamente o chamado “uso atributivo” de descrições definidas, através do qual não nos referimos a um indivíduo, mas o denotamos.

(40a) O presidente do Brasil é eleito por voto popular.

(40b) Aqueles membros do Congresso que votaram contra a proposta propuseram uma nova.

Segundo Wolter (2006, p. 53), “deitic uses of definite and demonstrative descriptions have widest scope only, [...] anaphoric uses have the scope of their antecedents, and [...] descriptive uses participate in scope ambiguities, limited only by a uniqueness requirement”. E é exatamente isso que deveríamos esperar de expressões quantificacionais e de referência indireta: no uso dêitico, quando sua referência é fixada e são, portanto, empregadas referencialmente, sua contribuição para a proposição é um indivíduo (como previa Kaplan), e assim só podem ter escopo amplo (i.e., o indivíduo uma vez referido é sempre o mesmo e não mudará ao mudar o contexto ou o mundo possível); no uso anafórico, as descrições terão as mesmas interações de escopo que o seu antecedente; por fim, no uso descritivo, as descrições são termos quantificacionais que podem participar de interações de escopo com outros operadores.

Onde reside então a diferença entre as descrições demonstrativas e as definidas? Por que, segundo a intuição de King e de muitos outros, somente as demonstrativas precisam de uma demonstração para ser completas? A proposta de Wolter oferece uma resposta a essa questão; vejamos em que consiste tal proposta.

A ideia principal de Wolter, *grosso modo*, a ser depois mais detalhada, é a seguinte: predicados são avaliados relativamente a domínios contextualmente restritos; os predicados principais das sentenças são responsáveis pelas suas condições de verdade, ao passo que os predicados inseridos em expressões nominais respondem pelos indivíduos ou variáveis que participam das relações indicadas pelos predicados principais (seja por meio de descrições ou termos referenciais). A restrição contextual dos predicados principais é dada na situação *default*, ou contexto discursivo (nos termos da DRT). Os predicados contidos nas expressões nominais, aí incluídos os predicados que seguem imediatamente as descrições definidas e demonstrativas (i.e., seu material descritivo), também são alvo de restrições contextuais. Wolter propõe então que a diferença entre os definidos e os demonstrativos está no seguinte fato: os definidos têm a mesma restrição contextual de domínio que o predicado principal da

Poder-se-ia argumentar, contudo, que, mesmo quando usamos uma descrição (seja ela demonstrativa ou definida) deiticamente, o material descritivo que a compõe é relevante na determinação do referente; e assim, tudo seria, num certo sentido, descritivo. Não, obstante, vamos continuar utilizando descritivo como um quase-sinônimo de atributivo. Vale ainda notar que para muitos autores, notadamente Neale (1993, p. 104), se um termo é referencial ele necessariamente não tem estrutura interna, e assim não é descritivo em nenhum sentido: “Names and variables [numa dada atribuição] are certainly rigid, but they share another important feature: they are semantically unstructured, in the sense that their referents are not determined compositionally. [...] If an NP has any internal semantical structured it is to be accorded a nonreferential treatment”. Tal afirmação é, no entanto, polêmica, e não entraremos aqui nas discussões que ela provoca.

sentença em que estão, ou seja, são avaliados na situação *default* ou no contexto discurso, ao passo que os demonstrativos têm uma restrição contextual em outro domínio, ou seja, são avaliados em uma situação não-*default*, que é uma parte própria da situação *default* ou contexto discursivo. Na teoria de Wolter, essas especificidades, formuladas como pressuposições, estão ligadas aos artigos e aos pronomes.

Para dizer o que acabamos de dizer no parágrafo anterior, tivemos que usar uma série de termos que precisam ser explicados, sob pena de induzir o leitor em graves equívocos. Entre esses conceitos, um de especial interesse é o de situação, tal como desenvolvido por Barwise e Perry (1983) e utilizado por Kratzer (1989, 2007) e muitos outros depois deles. A ideia corrente em linguística é que uma situação é parte de um mundo possível e um mundo possível é uma situação maximal⁸⁷.

Por sua vez, o fenômeno da restrição contextual de domínio é bastante conhecido por quem lida com fenômenos quantificacionais e intensionais nas línguas naturais. Tomemos as sentenças abaixo:

(41) Os estudantes foram bem na prova.

(42) a) Maria acredita que tem um duende no jardim. b) Ele faz piadas sobre o governo.

A sentença (41) não é avaliada em relação a todos os estudantes que existiram, existem e existirão, mas sim em relação a algum conjunto de alunos saliente no contexto – o domínio do predicado 'estudantes' é restrito contextualmente. A sentença (42b) é interpretada no interior das crenças da Maria; essa é a restrição contextual tanto do predicado ('fazer piadas sobre o governo') quanto do pronome ('ele') que, usado anaforicamente, tem a mesma restrição de seu antecedente ('um duende').

Há duas maneiras principais de incorporar à semântica dos nominais esse tipo de restrição: através de uma propriedade intersectiva⁸⁸ contextualmente saliente no contexto ((43)) ou então ligando a restrição contextual de domínio a um parâmetro modal ou situacional postulado para os predicados ((44)):

(43) $[[\text{o telefone}]] = \lambda x.\text{telefone}(x) \wedge P(x)$

(44) $[[\text{o telefone}]] = \lambda s.\lambda x.\text{telefone}(x)(s)$

⁸⁷ Não podemos, no entanto, adentrar em todas as nuances que essas ideias trazem consigo, sob pena de desviar por demais o foco; apenas apresentaremos instrumentalmente, para efeitos da teoria de Wolter, essas noções.

⁸⁸ Ou seja, uma propriedade que, somada a outras, ajudará na delimitação de um indivíduo.

Não é por acaso que utilizamos aqui exemplos com descrições definidas; boa parte dos estudos sobre essas construções procura responder questões sobre as assim-chamadas “descrições incompletas”, um problema levantado por Strawson já em 1950, e que torna as descrições definidas russellianas trivialmente falsas. Isso não vale, obviamente, para descrições que contêm termos “rigidificadores”, como ‘atual’, ou termos que denotam apenas um indivíduo, como ‘rei’, ‘presidente’, superlativos, etc (cf. Roberts, 2003).

Ao pronunciar uma sentença como a abaixo, sem nenhum tipo de restrição, estaríamos falando algo falso, pois certamente há mais de um telefone no mundo:

(45) O telefone está quebrado.

Seguindo as duas estratégias acima, (45) poderia ser re-escrita como:

[[o telefone]] = $\lambda x. \text{telefone}(x) \wedge P(x)$, e $P = \text{ESTAR_NA_SALA_DO_FALANTE}$

(45a) [[o telefone está quebrado]] = $\text{quebrado}(\lambda x. \text{telefone}(x) \wedge \text{está na sala da casa do falante}(x))$ ou $\lambda x. \text{telefone}(x) \wedge \text{está na sala da casa do falante}(x) \wedge \text{quebrado}(x)$

[[o telefone]] = $\lambda s. \lambda x. \text{telefone}(x)(s)$, e s é uma situação que contém o falante, o ouvinte e o único telefone possuído pelo falante

(45b) [[o telefone está quebrado]] = $\lambda x. \text{telefone}(x)(s) \wedge \text{quebrado}(x)(s)$, em que s é situação em que se encontram falante, ouvinte e o único telefone possuído pelo falante.

A descrição definida em (45) será (logicamente) definida sse: (i) houver apenas um telefone na sala do falante (45a); ou (ii) houver apenas um telefone na situação s (45b).

Variações da ideia de que a restrição contextual do domínio das descrições definidas se dá por propriedades intersectivas podem ser encontradas em vários autores (cf. Neale, 1990 para um apanhado de algumas das possibilidades). Contudo, muitos também a criticam, entre outras razões, por nem sempre sabermos qual é a propriedade P relevante e pela multiplicidade de interpretações que podemos gerar (Lepore, 2004; Neale, 2004). Além disso, vários autores defendem a ideia de que é necessário avaliar predicados não apenas em relação à situação, mas também em relação a mundos possíveis, para dar conta de exemplos como os abaixo:

(46) Maria acredita que há um castelo no meio da floresta. O castelo nada mais era do que uma velha árvore.

As duas ocorrências de ‘castelo’ em (46) devem ser interpretadas nos mundos de crença de Maria, mas não o predicado ‘(ser uma velha) árvore’. Ora, se situações são partes de mundos possíveis (e mundos possíveis são situações maximais), então podemos lidar, através de um mesmo parâmetro, com a restrição contextual de domínio que ocorre em (45) e em (46); há um ganho em economia (cf. Recanati, 2004).

Como esclarece Recanati (2004, p. 34),

Situation completion primarily concerns predicates. In a standard conception, predicates denote sets of objects, and quantifiers denote relations between sets of objects. In ‘Every F is G’, ‘every’ denotes that relation which holds between the set of Fs and the set of Gs just in case the former is included in the latter. In ‘The F is G’, ‘the’ denotes the relation which holds just in case $|F| = 1$ and $\{F\} \subseteq \{G\}$. In both cases the completion problem arises because predicates denote sets of objects only relative to situations; hence before we can evaluate a quantificational statement we must evaluate the predicates with respect to situations so as to determine the sets of objects which serve as arguments to the quantifier.

Retomemos, à luz da teoria de Wolter, os exemplos (9) e (10):

(numa galeria de arte com duas pinturas; João aponta para uma delas e diz:)

(35) Esse quadro é bonito

(36) ? O quadro é bonito

Como a autora dá conta, com sua teoria, da aceitabilidade de (35) e da estranheza de (36)?

Predicados principais (em geral, predicados verbais) são avaliados em relação à situação *default*: no nosso caso, trata-se da situação *s1*, que contém, além dos dois participantes, dois quadros. A teoria prevê que as descrições definidas são avaliadas na situação *default* – ou seja, uma descrição definida leva em conta o universo de discurso, e não partes dele. Ora, em tal situação há dois quadros, e é isso que causa a estranheza de (36). Para a versão pressuposicional da ideia de descrições definidas como quantificadores – que adotamos aqui –, (36) não expressaria nenhuma proposição ou uma proposição sem valor de verdade, pois a pressuposição de univocidade não estaria satisfeita: há mais de um F, ou, em outras palavras, há mais de um indivíduo que satisfaz o predicado F que segue o artigo

definido (i.e., há dois quadros em s1).

A aceitabilidade de (35) deriva do fato de que, com o gesto de ostensão de João para um dos quadros, instaura-se uma nova situação, s2, não-*default* e parte própria de s1, que contém *apenas* o quadro apontado e os dois falantes. Na situação s2, há apenas um quadro, o que satisfaz a exigência de univocidade da definitude: há apenas um indivíduo que satisfaz o predicado ‘quadro’ em s2; o preenchimento da pressuposição de familiaridade fraca se dá porque no contexto perceptual há apenas um indivíduo ao qual a descrição ‘esse quadro’ pode ancorar-se. Assim, finalmente, a resposta de Wolter para a questão sobre a necessidade e o papel das demonstrações que acompanham os pronomes e as descrições demonstrativas está justamente no fato de que tais gestos de ostensão indicam ou instauram situações não-*default*; chega-se assim a uma resposta natural (i.e., não *ad hoc*) para o problema das demonstrações.

Em termos formais, teríamos (Wolter, 2006, p. 64):

(47) $[[o_n]]$: $\lambda F. F(s_n)$ é um conjunto unário.

Se definido, denota $\iota x.F(x)(s_n)$

(48) $[[esse_n]]$: $\lambda F. F(s_n)$ é um conjunto unário e s_n é uma situação não-*default* (parte própria da situação *default*).

Se definido, denota $\iota x.F(x)(s_n)$

(numa galeria de arte com duas pinturas (s1); João aponta para uma delas(s2) e diz:)

(35a) $[[Esse\ quadro\ é\ bonito]]$: $\iota x.quadro(x)(s2) \wedge bonito(x)(s1)$

(36a) ? $[[O\ quadro\ é\ bonito]]$: $\iota x.quadro(x)(s1) \wedge bonito(x)(s1)$

Numa situação geral para (35) e (36), em que não há um contexto de avaliação, suas formas lógicas seriam:

(35b) $[[Esse\ quadro\ é\ bonito]]$: $\lambda s. \iota x.quadro(x)(s1) \wedge bonito(x)(s)$

(36b) $[[O\ quadro\ é\ bonito]]$: $\lambda s. \iota x.quadro(x)(s) \wedge bonito(x)(s)$

Note-se que em (35) a variável de situação do predicado principal está ligada ao contexto discursivo a ser estabelecido (λs), mas não a variável de situação do predicado ‘quadro’ (s1); em (36), por sua vez,

tanto a variável de situação do predicado principal quando do predicado nominal estão ligadas ao contexto discursivo a ser estabelecido (λs).

Essa é, em linhas gerais, a proposta de Wolter, e será a que adotaremos quando lidarmos com os demonstrativos tomados como termos quantificacionais. Porém, para podermos entender melhor como se dão as anáforas de eventos através de demonstrativos e avaliar como seu funcionamento pode contribuir para o debate sobre a natureza dos eventos, é necessário termos uma forma lógica apropriada para os demonstrativos e também devemos ter clareza sobre qual teoria semântica vamos adotar. Ao longo desta tese, em diversos momentos, mencionamos a “semântica dinâmica”. Na seção abaixo, explicitaremos algumas de suas assunções principais e apresentaremos a semântica a ser adota, não apenas para os demonstrativos, mas também para as descrições definidas e pronomes pessoais. Faremos então uma pequena incursão nas ideias principais que embasam as semânticas dinâmicas, e o formalismo por ela empregado; essa semântica será mobilizada em todo o resto da parte 2, assim como na parte 3.

3.1.1. Semântica dinâmica, definidos e demonstrativos

Talvez a ideia principal por trás das semânticas dinâmicas seja a de que uma interação conversacional se dá sempre em relação a um contexto ou fundo conversacional comum. Somada a essa, está outra ideia igualmente poderosa: que as sentenças atualizam esse fundo conversacional, e podem ser então caracterizadas como funções de contexto para contexto, ou seja, tomam um dado contexto (aquele no qual são proferidas) e devolvem um outro contexto (aquele no qual foram proferidas mais as mudanças trazidas a esse contexto pela própria sentença).

O fundo conversacional ou contexto é definido em geral como sugerido por Stalnaker (1978), ou seja, ele é o conjunto de proposições que os participantes de uma conversação tomam por verdadeiro. Segundo Kadmon (2001, p. 9),

Since a common ground is a set of propositions, it can be identified with a set of worlds: the set of worlds in which the propositions or the common ground are true. Stalnaker called this set of worlds the context set. The context set contains all the possible worlds which according to the information in our common ground are candidates for being the actual world. (They are the worlds compatible with all we know about the actual world).

Uma das maneiras de implementar a ideia de que as sentenças modificam contextos é através de restrições impostas à função de atribuição de valor (referencial) às variáveis de um dado discurso. Às variáveis corresponde um determinado referente discursivo (Karttunen, 1976), uma entidade que, uma vez introduzida no discurso, em geral por um indefinido, pode ser retomada anaforicamente e é alvo de predicções, mas que não precisa corresponder a nenhuma entidade do mundo real (i.e., pode fazer parte apenas da NLM). Em suma, um referente discursivo é uma variável numerada (ou índice) sobre a qual podem acumular-se diferentes predicções.

Conforme dissemos, nosso interesse nessas semânticas está no modo como tratam os sintagmas nominais definidos, como as descrições definidas e os pronomes (que, juntamente com os demonstrativos, pode-se argumentar, formam a classe dos “definidos”). Diferentemente da teoria russelliana das descrições, segundo a qual os definidos *assertam* tanto a existência quanto a univocidade de um dada entidade, diz-se nos termos das semânticas dinâmicas, notadamente em Heim (1982) e seguidores dessa abordagem, que os definidos são sempre anafóricos (ou seja, de alguma maneira a entidade que denotam já faz parte do contexto), pois carregam uma pressuposição de familiaridade, que implica existência de um dado referente discursivo e que resulta na univocidade desse referente restrita a um dado discurso (cf. Roberts, 2003).

A pressuposição de familiaridade refere-se ao fato de um determinado sintagma nominal carregar ou não um índice que coincida com algum índice de um referente discursivo (que também carregam índices) já presente no contexto em questão. Indefinidos carregam, por assim dizer, uma pressuposição de não-familiaridade ou de novidade, ou seja, eles são responsáveis por introduzir no contexto novos índices, correspondentes a novos referentes discursivos. Roberts (2003, p. 296), baseando-se em Heim (1982), oferece a seguinte formalização dessas ideias, que traduzimos e adaptamos como abaixo:

Para uma forma lógica ϕ ser feliz num contexto C , é necessário para cada $NP^{89}i$ em ϕ que:

- (I) se NPi é [- definido], então $i \notin \text{Dom}(C)$;
- (II) se NPi é [+ definido], então
 - (a) $i \in \text{Dom}(C)$, e
 - (b) se NPi é uma fórmula, C acarreta NPi .

⁸⁹ Não entraremos aqui na discussão sintática sobre qual é a melhor representação do sintagma em questão aqui, se NP ou DP – a escolha por NP é da própria autora; fica a intuição de que trata-se de algo na esfera dos nomes.

Nessa definição, Dom é uma função de índices (i é um número que pertence ao conjunto N , dos números naturais) para referentes discursivos num contexto (no caso, C). Assim, com (I) garante-se que indefinidos são responsáveis por novos índices, e com (II) que definidos só são felizes num contexto C se eles são familiares nesse contexto, ou seja, se nesse contexto houver um referente discursivo a que o NP em questão corresponda ((a)) e que o material descritivo desse NP seja verdadeiro do referente a que ele corresponde no contexto C ((b))⁹⁰.

As ideias de contexto, Domínio e conjunto de Satisfação são formalmente analisadas como abaixo (adaptado de Roberts, 2003, p. 309):

Contexto:

Dado:

- um modelo $M = \langle W, A, Int \rangle$, em que W é um conjunto de mundos (possíveis), A um conjunto de indivíduos, e Int uma função de expressões básicas para funções de mundos a extensões;
 - o conjunto N dos números naturais; e
 - G , um conjunto de funções de atribuição de N para A ,
- C é um Contexto (relativo a M) sse $C = \langle Dom, Sat \rangle$, e:
- $Dom \subseteq N$ é o Domínio, o conjunto de referentes discursivos familiares; e
 - $Sat \subseteq W \times G$, o conjunto de Satisfação para C , $= \{ \langle w, g \rangle : \text{para todos os } i \in Dom, g(i) \text{ é um indivíduo que satisfaz em } w \text{ todas as informações que os interlocutores compartilham sobre } i \}$.

Assim sendo, um contexto é um par ordenado de Domínio e conjunto de Satisfação; o Domínio é composto pelos referentes discursivos; o conjunto de Satisfação é um conjunto de pares ordenados de funções de atribuição e mundos, tal que qualquer função de atribuição em questão respeite todas as informações prévias no fundo conversacional sobre o referente discursivo, presente no Domínio, sobre o qual a função de atribuição em questão está atuando.

Com essa caracterização formal de contexto, podemos apresentar a caracterização formal da pressuposição de familiaridade e univocidade (novamente, adaptado e traduzido de Roberts, 2003, p. 310):

⁹⁰ Obviamente, a adoção de tal semântica para os definidos é feita em função de tomar partido de um grande debate em filosofia e teoria semântica, sobre o qual nada falaremos aqui.

Pressuposições de Familiaridade e Univocidade para Definidos:

Para o contexto $C = \langle \text{Dom}, \text{Sat} \rangle$, um NP_i definido com o conteúdo descritivo Desc é feliz em C apenas se

$$i \in \text{Dom} \ \& \ \forall \langle w, g \rangle \in \text{Sat}[\text{Desc}(w)(g(i))] \ \& \quad (i)$$

$$\forall k \in \text{Dom} [\forall \langle w, g \rangle \in \text{Sat}[\text{Desc}(w)(g(k))] \rightarrow k = i], \quad (ii)$$

e Desc(w)(g(i)) é verdadeiro sse o indivíduo atribuído a i por g tem a propriedade denotada por Desc no mundo w .

Nota-se que, em certa medida, a formalização acima reflete a de Russell, contendo uma sentença existencial (i) (mas que não asserta existência) e uma que garante a univocidade (ii). O exemplo abaixo, no qual oferecemos as duas formalizações, ilustra esse ponto:

(49) A sede do Governo Brasileiro fica em Brasília.

Análise russelliana:

$$(49') \exists x [\text{sede-do-governo-brasileiro}(x) \ \& \ \text{fica-em-brasília}(x) \ \& \\ \forall y (\text{sede-do-governo-brasileiro}(y) \rightarrow y = x)]$$

Análise de Roberts:

(49'') (1) pressupõe:

$$i \in \text{Dom} \ \& \ \forall \langle w, g \rangle \in \text{Sat}[\|\lambda x. \text{sede-do-governo-brasileiro}(x)\|(w)(g(i)) \ \& \\ \forall k \in \text{Dom} [\forall \langle w, g \rangle \in \text{Sat}[\|\lambda x. \text{sede-do-governo-brasileiro}(x)\|(w)(g(k)) \rightarrow k = i]]]$$

(1) asserta: Fica-em-brasília(w)(g(i))

Numa sequência anafórica como:

(50) João viu [um animal] entrar. Era, com certeza, [o cachorro do vizinho].

O NP indefinido 'um animal' introduz um novo referente discursivo, marcado por um índice qualquer, por exemplo, 3, e impõe a esse referente o predicado 'animal'. Por sua vez, o NP definido é licenciado

justamente pelo indefinido 'um animal', e é feliz apenas se, além de acrescentar a 3 a predicação 'cachorro do vizinho', também mantiver a predicação 'animal'. É por essa razão que a sequência abaixo é estranha:

(51) ? João viu [um animal] entrar. Era, com certeza, [o robô do vizinho].

Um último acréscimo: conforme advoga Roberts (2003), entenderemos a pressuposição de familiaridade como sendo o que ela chama de “weak familiarity”, familiaridade fraca. Diferentemente da familiaridade ou familiaridade forte, que se refere a antecedentes linguisticamente introduzidos no domínio de um dado contexto, a noção de familiaridade fraca captura o fato de que muitas vezes o referente discursivo que licencia a presença de um NP definido não precisa necessariamente ser introduzido no contexto discursivo linguisticamente; um referente discursivo pode fazer parte do fundo conversacional por meio de dêixis, saliência contextual ou acarretamentos locais, i.e., que são efetuados apenas numa dada interação conversacional.

Certamente, há muito mais a ser dito sobre semânticas dinâmicas e sobre o papel dos definidos nessas teorias, porém explorar ainda mais essas questões iria muito além dos objetivos desta tese. Antes, nos interessa capturar as intuições de Wolter sobre os demonstrativos numa forma lógica próxima àquela das descrições definidas.

Uma primeira diferença refere-se ao parâmetro w . Daqui por diante, trocaremos o parâmetro w , que se refere a mundos possíveis, pelo parâmetro s , sobre situações (mantendo a ideia de que mundos possíveis são situações maximais e situações são partes de mundos possíveis).

Para dar conta dos demonstrativos, é necessário ainda acrescentar que a situação s é não-*default*, i.e., diferente do parâmetro s da situação discursiva, ou ainda, não ligado a esse parâmetro, que é pressuposição na linha (iii) na fórmula abaixo:

Descrição Demonstrativa

$$i \in \text{Dom} \ \& \ \forall \langle s, g \rangle \in \text{Sat}[\text{Desc}(s1)(g(i))]\ \& \quad (i)$$

$$\forall k \in \text{Dom} [\forall \langle s, g \rangle \in \text{Sat}[\text{Desc}(s1)(g(k))]\ \rightarrow k = i], \quad (ii)$$

$$s1 \text{ é uma situação não-} \textit{default} \text{ (parte própria da situação default } s) \quad (iii)$$

A sentença (35), 'Esse quadro é bonito', teria então a seguinte forma lógica (para um situação qualquer):

(35c) pressupõe:

$$i \in \text{Dom} \ \& \ \forall \langle s, g \rangle \in \text{Sat}[\|\lambda x.\text{quadro}(x)\|(s1)(g(i))\] \ \& \quad (i)$$

$$\forall k \in \text{Dom}[\forall \langle s, g \rangle \in \text{Sat}[\|\lambda x.\text{quadro}(x)\|(s1)(g(k))\] \rightarrow k = i], \quad (ii)$$

$s1$ é uma situação não-*default* (parte própria da situação *default* s) (iii)

asserta: $\lambda s.\text{Bonito}(s)(g(i))$

A linha (i) responde pela pressuposição de familiaridade fraca, ou seja, existe no domínio de referentes discursivos da interação em questão algum referente cujo índice seja o mesmo a ser atribuído à entidade referida pela descrição demonstrativa, cuja descrição (Desc), no caso 'quadro', respeita as outras predicções atribuídas a esse referente, e a introdução de tal referente não foi necessariamente efetuada através de material linguístico – vê-se novamente as razões de todos os definidos serem anafóricos (os dêiticos também seriam anafóricos devido à familiaridade fraca). A sentença (ii) corresponde à pressuposição de univocidade; e a (iii), por sua vez, à restrição do parâmetro situacional de que ele seja não-*default*, i.e., uma parte própria da situação discursiva ou *default*. Finalmente, sobre o referente x asserta-se que ele é bonito (na situação *default* s).

Com essa formalização em mente, podemos entender melhor como a ideia de que as descrições demonstrativas têm sua restrição contextual num contexto não-*default* dá conta também de casos como o abaixo:

(52) Uma mulher entrou pelo lado esquerdo do palco. [Outra mulher]₁ entrou pelo lado direito. [Essa mulher]₁ estava carregando flores.

(53) Uma mulher entrou pelo lado esquerdo do palco. [Outra mulher]₁ entrou pelo lado direito. ? [A mulher]₁ estava carregando flores.

Em (52), a descrição demonstrativa ‘essa mulher’ refere-se à mulher que entrou pelo lado direito, o último referente discursivo introduzido na situação *default*, e que constitui, na então situação não-*default* em que consta apenas tal mulher, o único referente disponível para ‘essa mulher’. A descrição definida ‘a mulher’, por sua vez, não encontra seu referente, pois a pressuposição de univocidade não está cumprida, i.e., na situação discursiva há dois referentes possíveis para essa descrição.

Na tipologia de Wolter, os artigos definidos carregariam então apenas a pressuposição de

univocidade e familiaridade, e sua restrição de domínio é igual à do predicado principal, ao passo que os demonstrativos têm também a pressuposição de que sua restrição de domínio é relativa a uma situação não-*default* (item (iii)). Assim sendo, os demonstrativos são mais marcados do que os artigos, e isso acarreta sua distribuição específica⁹¹.

Ambas as descrições, por não serem diretamente referenciais, introduzem variáveis que percorrem o domínio de indivíduos, e que devem ser resolvidas em termos indexicais, ou seja, devemos atribuir um valor a essas variáveis. Como vimos, a generalização de Wolter prediz que se essa atribuição for dêitica, as descrições terão sempre escopo amplo; se for anafórica, terão o mesmo escopo (ou restrição contextual de domínio) que seu antecedente. Até aqui, elas andam juntas; a diferença consiste, novamente, no fato de que descrições demonstrativas buscam seus referentes em situações não-*default*. O próximo passo é estender a teoria de Wolter para os pronomes demonstrativos como o 'isso'.

3.1.2. Estendendo a proposta de Wolter aos pronomes demonstrativos

À diferença de descrições demonstrativas, os pronomes demonstrativos não têm nenhum material descritivo, ou seja, eles não teriam nada que preenchesse a propriedade F de sua forma lógica, $[[\text{esse}_n]]: \lambda F. F(s_n)$. King (2001), ao lidar com o mesmo problema, avançou, como vimos, três saídas para esse impasse: F pode ser uma propriedade dada contextualmente, F pode ser uma propriedade que qualquer objeto possuía (como “ser um objeto”, por exemplo) ou F pode ser a mesma propriedade que preenche a segunda posição (aquela determinada pelas intenções do falante).

Wolter não opta por nenhuma das opções oferecidas por King, mas sim explora os paralelos possíveis a serem feitos, não apenas entre descrições definidas e demonstrativas, mas também entre pronomes pessoais de terceira pessoa e pronomes demonstrativos.

A semelhança entre descrições definidas e alguns usos de pronomes pessoais de terceira pessoa é tema recorrente, como indica o próprio título de um texto de Roberts (2004), “Pronouns as definites”, e como autores que já notaram e tentaram explicitar essa semelhança podemos citar: Evans (1980),

⁹¹ Para Wolter, é essa diferença de marcação que explica a distribuição das diferentes descrições e a possibilidade de, às vezes, elas terem contextos de usos intercambiáveis.

Kadmon (1990), Neale (1990), Heim (1990), etc⁹². As questões que surgem quando se tenta tratar de maneira unificada esses pronomes e as descrições referem-se também a que tipo de propriedade poderia suprir a aparente falta de material descritivo (a propriedade F) dos pronomes pessoais de terceira pessoa⁹³. Baseando-se nessa intuição, Wolter também procura estabelecer um vínculo entre as descrições demonstrativas e os pronomes demonstrativos. Nessa altura, a autora oferece a seguinte tipologia de sintagmas nominais definidos (p. 168):

	situação <i>default</i>	situação não- <i>default</i>
com material descritivo	descrições definidas	descrições demonstrativas
sem material descritivo	pronomes pessoais (de terceira pessoa)	pronomes demonstrativos

Baseando-se em observações feitas por Roberts (2003, 2004) sobre os pronomes pessoais, Wolter postula que o que preenche a propriedade F é uma propriedade de saliência contextual: “the property argument of demonstrative pronouns is saturated with a property having to do with contextual salience” (Wolter, 2006, p. 169).

Na argumentação de Roberts (2003, 2004) é essa saliência contextual que permite aos pronomes garantirem a univocidade requerida pela sua definitude, e essa saliência é justamente o requisito que compensa sua ausência de material descritivo. Tomemos novamente o exemplo (40), com algumas alterações:

(52a) Uma mulher entrou pelo lado esquerdo do palco. [Outra mulher]₁ entrou pelo lado direito. [Ela]₁ / [Essa mulher]₁ estava carregando flores.

(52b) [Uma mulher]₂ entrou pelo lado esquerdo do palco. [Outra mulher]₁ entrou pelo lado direito. *[Ela]₂ / [Aquele mulher]₂ estava carregando flores.

Com o pronome 'ela' só podemos ter acesso à última mulher mencionada, que é a mais saliente. Com os

⁹² A maioria desses autores explora a semelhança entre descrições definidas e “E-type pronouns”, mas propõem que a análise de pronomes como descrições pode ser estendida a todos os usos de pronomes.

⁹³ Obviamente, podemos considerar que marcas gramaticais de gênero e número são o material descritivo de pronomes. Contudo, o que interessa aqui é a (im)possibilidade de combinar um predicado nominal com um pronome; por exemplo: * 'Ele cachorro latiu'. De fato, parece haver severas restrições a esse tipo de combinação (se é que ele é possível); por sua vez, orações relativas combinam-se sem maiores problemas: 'Ele, que é o cachorro novo do vizinho, latiu'.

pronomes demonstrativos, podemos isolar uma situação *não-default* mais ou menos distante no discurso, importando para dentro do texto as informações espaciais presumivelmente associadas aos demonstrativos.

Além da propriedade de saliência contextual⁹⁴, um pronome pessoal como ‘ele’ teria na sua forma lógica, seguindo Schlenker (2003) e outros, ainda as pressuposições de gênero e número gramaticais:

(54) $[[e]_{en}]$: definido sse $\text{MAIS-SALIENTE}(x)(s_n)$ é um conjunto unário, e é masculino e singular.
Se definido $\lambda x.\text{MAIS-SALIENTE}(x)(s_n)$.

Por sua vez, ‘esse’ teria a seguinte forma lógica:

(55) $[[e]_{en}]$ (pronome): definido sse $\text{MAIS-SALIENTE}(x)(s_n)$ é um conjunto unário, é masculino e singular, e s_n é uma situação *não-default*⁹⁵.
Se definido $\lambda x.\text{MAIS-SALIENTE}(x)(s_n)$.

Por fim, para uma língua como o inglês, em que não encontramos marcas de gênero nos determinantes, basta, para saber se estamos diante de um pronome demonstrativo, notar a falta de material descritivo.

A caracterização que apresentamos acima resume os principais compromissos assumidos por quem adota uma posição kaplaniana frente aos demonstrativos e por quem adota uma posição quantificacional. As críticas que apresentamos à teoria de Kaplan (e a algumas teorias dela derivadas) está longe de ser conclusiva – como dissemos, exploraremos a retoma de eventos, para o caso dos pronomes demonstrativos, tanto considerando uma teoria sobre demonstrativos *à la* Kaplan, quanto uma quantificacional, e optaremos neste caso pela teoria de Wolter, pois ela é facilmente encaixada numa semântica dinâmica e nos parece uma teoria bastante econômica.

Na seção abaixo, antes de vermos as duas outras peças do quebra-cabeça do ‘isso’ anafórico,

⁹⁴ Alguns dos problemas que envolvem incorporar uma noção como saliência em um quadro formal já apareceram no cap. 2. Roberts (2003, p. 334) também reconhece parte dos problemas envolvidos aqui e sugere algumas diretrizes, contudo, relega o problema a outras disciplinas. Mais sobre isso na seção 6.2. do capítulo 6.

⁹⁵ Não apresentaremos nenhuma formalização do gênero ou número gramatical como pressuposicionais, porém ela seguiria os mesmos moldes das outras pressuposições associadas a esses itens e a descrições.

faremos uma rápida consideração dos pronomes demonstrativos no português brasileiro, com o intuito não apenas de investigar melhor seu estatuto, mas também de apresentar argumentos para um possível tratamento quantificacional de pronomes demonstrativos. Na teoria kaplaniana, como vimos, as descrições demonstrativas nada mais são do que pronomes demonstrativos enriquecidos com “pistas” computadas em nível pré-proposicional (i.e., fariam parte apenas do seu caráter).

3.1.3. Pronomes demonstrativos em PB

Para o português, diferentemente do inglês, o sistema gramatical de gênero e número se estende aos pronomes demonstrativos, como exemplifica (55) acima, com exceção de ‘isso’. Aqui haveria uma discussão interessante a ser feita sobre como essas concordâncias são disparadas no sistema de demonstrativos do português: seria simplesmente uma consequência do gênero gramatical associado à palavra que descreve a propriedade que segue um demonstrativo como ‘esse’ ou ‘essa’? Podemos usar ‘esse’ ou ‘essa’ sem material descritivo? Em outras palavras, é possível dizermos, sem a prévia menção de uma propriedade que ocuparia o lugar F, (56) abaixo?⁹⁶

(56) Pegue esse para mim.

Se for possível, o que dispara o uso de ‘esse’ ao invés de ‘essa’ ou ‘isso’? A concordância pode ser disparada por “pistas contextuais” que indiquem qual é a (palavra usada para se referir à) propriedade que está em jogo para delimitar o referente de ‘esse’ em (56)? Não é simples responder a essas questões. Imaginemos o seguinte contexto (ou situação): João e Maria estão conversando e há dois tacos e uma bola próximos a Maria; apontando para um dos tacos, João diz:

(57) Pegue esse para mim.

(58) Pegue essa para mim.

(59) Pegue isso para mim.

⁹⁶ O que estamos admitindo aqui, no fim das contas, é o seguinte: gênero e número gramaticais fornecem pistas relevantes para delimitação de um indivíduo (principalmente em casos de anáfora), pois indicam qual é o gatilho do antecedente; assim sendo, podemos considerá-los como fornecendo material descritivo (afinal, se usamos um artigo definido masculino singular, entre as propriedades que mobilizamos para delimitação de um indivíduo estão as seguintes “ter gênero gramatical masculino” e “ter número gramatical singular”).

O gesto de ostensão de João indicará que o pronome demonstrativo refere dentro da nova situação ou situação não-*default* criada pelo seu gesto, situação essa que pode conter, além do próprio João, Maria e o taco para a qual ele está apontando: com isso, a pressuposição de univocidade está garantida. Como se dá essa garantia de univocidade?

Note-se que tanto a forma lógica sugerida para 'esse' em (48) e em (55) não são diretamente referenciais: ambas dependem de alguma propriedade que sirva como material descritivo. O que explica melhor a possibilidade de uma sentença como (56)? A propriedade de ser contextualmente saliente⁹⁷ – e 'esse' é um pronome demonstrativo – ou alguma propriedade, recuperada contextualmente, e 'esse' na verdade é 'esse F', uma descrição demonstrativa?

Segundo Wolter, seria algum tipo de saliência contextual. Mas podemos argumentar que, justamente por termos concordância em (57) e (58), há outra propriedade em jogo, que pode ser, respectivamente, 'taco' ou 'coisa', e as falas de João seriam elípticas para:

(57') Pegue esse taco para mim.

(58') Pegue essa coisa para mim.

As intuições nem sempre são claras. Tomemos um contexto em que há, diante do falante, dois objetos quaisquer; qual é, se é que realmente exista alguma, a diferença entre as sentenças abaixo?

(60) Eu quero esse/essa e não aquele/aquela.

(61) Eu quero isso e não aquilo.

Uma primeira intuição é a de que (60) pode ser usada apenas se o falante souber classificar os objetos sobre os quais está falando; ora, isso equivale a saber alguma categoria na qual eles podem ser classificados, saber alguma propriedade F que se aplica a eles. Se assim for, nada impede então de dizer que 'esse' e 'aquele' em (60) são descrições demonstrativas nas quais a propriedade F é recuperada contextualmente. A sentença (61) pode ser usada tanto se o falante pode identificar os objetos, quanto se ele não puder ou não quiser fazê-lo⁹⁸.

⁹⁷ Usaremos aqui “contextualmente saliente” como uma propriedade e com ela simplesmente queremos dizer que um dado indivíduo, por quaisquer meios, torna-se saliente num dado contexto.

⁹⁸ Poder identificar um objeto e mesmo assim referir-se a ele usando 'isso' pode disparar implicaturas, devido ao fato de o

O que nos interessa aqui é o seguinte: admitindo que seja possível recuperar contextualmente uma propriedade F, e que a concordância, atestada pelo demonstrativo usado, é uma pista para a identificação dessa propriedade, podemos dizer que ‘isso’, por não poder se combinar com nenhuma propriedade linguisticamente expressa, é a única das duas construções que lança mão da propriedade de saliência contextual.

Se esta argumentação estiver correta, pronomes demonstrativos como ‘esse’ e ‘essa’ não terão a forma lógica sugerida em (55), mas antes devemos reservar nessa fórmula o lugar F que será preenchido por uma propriedade dada contextualmente, e não (exclusivamente, pelo menos) por saliência contextual – e a indicação disso é justamente o uso de pronomes que carregam marcas de gênero e número. Tal alteração nos deixará com a mesma forma lógica para os demonstrativos ‘esse’ e ‘essa’ oferecida em (48), o que equivale a dizer que eles são sempre usados como descrições demonstrativas, ainda que tenhamos que recuperar seu material descritivo contextualmente.

Interessa-nos aqui, por outro lado, entender ‘isso’ e descobrir as “razões” de ele poder retomar eventos. Ao considerarmos ‘isso’, vemos que não há, em seus usos, a possibilidade de segui-lo por uma propriedade qualquer F, ou seja, não são possíveis sentenças como (num uso dêitico):

(62) * Isso bola é meu!

(63) * Isso jogo é meu!

Talvez sejam marginalmente aceitáveis sentenças em que a posição da propriedade F é ocupado por termos que designam cores, ou alguns adjetivos:

(64) ? Isso vermelho é meu!

(65) ?? Isso amarela é meu!

(66) ? Isso grande é meu!

As sentenças (64)-(66) podem talvez ser usadas em contextos contrastivos: ‘Isso vermelho é meu e isso azul é seu’. Essas sentenças ainda têm uma interpretação segundo a qual um objeto semelhante ao objeto que está sendo mostrado pertence ao falante, porém nas condições dadas pelo adjetivo que o

falante não fornecer o máximo de informação possível quando pode. A formulação precisa de tal implicatura pode dar conta dos casos que Cavalcante (2000) chama de usos “irônicos” ou “depreciativos” de ‘isso’.

segue. Se tomarmos a sentença (64), assumindo que o falante aponta para uma pasta preta, uma paráfrase possível seria ‘eu tenho uma pasta vermelha’, ou seja, há algo semelhante ao objeto que eu estou apontando, esse algo é meu, ele é vermelho e é uma pasta⁹⁹.

Dado que as sentenças (64)-(66) são ou marginalmente aceitas¹⁰⁰ ou suscitam interpretações diferentes daquelas que temos com ‘esse’ ou ‘essa’¹⁰¹, manteremos a hipótese de que há um lugar para uma propriedade F na forma lógica de ‘isso’, mas que a *única propriedade* que pode ocupar esse lugar é a de saliência contextual – conseguimos assim unir ‘esse’ e ‘isso’ como termos quantificacionais.

Ora, se a propriedade de saliência contextual é a única associada a ‘isso’ e ela não é realizada linguisticamente – fato ao qual se soma a inexistência de marcas de gênero ou número para ‘isso’ –, seria então um passo pequeno afirmar que ‘isso’ é um termo diretamente referencial. Talvez ‘isso’, diferentemente dos outros pronomes demonstrativos, tenha de fato as propriedades que Kaplan associava aos indexicais e a propriedade de saliência contextual faz parte apenas de seu caráter (e por isso o ‘isso’ seria um indexical impuro), sendo sua contribuição para a proposição em que aparece um indivíduo. Se esse for o caso, os usos dêiticos de ‘isso’ tem sua explicação garantida; porém, falta ainda dar conta dos usos anafóricos: como um termo diretamente referencial pode ser usado anaforicamente? E cataforicamente? Mais do que isso, é preciso saber as razões da dinâmica referencial de ‘isso’, ou seja, por que ‘isso’ pode referir-se a quaisquer entidades num uso dêitico e, sem quaisquer restrições, apenas a entidade abstratas num uso anafórico? Não parece simples explicar essa dinâmica tratando ‘isso’ como um termo de referência direta. No entanto, como veremos abaixo, é possível argumentar que os casos em que ‘isso’ é usado anaforicamente, como (3)-(3d), envolvem *apenas aparentemente* relações anafóricas; a proposta de Webber (1988, 1991), que será tratada no capítulo 4, seção 4.1., pode ser vista como um exemplo dessa alternativa.

De uma forma ou de outra, se tratarmos o ‘isso’ como um definido, esperamos então que ele apresente o seguinte comportamento: em seu uso dêitico, ‘isso’ e ‘aquilo’ têm apenas escopo amplo; em seu uso anafórico, ‘isso’ e ‘aquilo’ têm o mesmo escopo do seu antecedente. O paralelo a ser feito aqui é em relação a um pronome como ‘ele’¹⁰².

⁹⁹ Talvez essas sentenças possam ser tratadas como apositivos, conforme propõem Dever (2001) e Corazza (2003).

¹⁰⁰ Conforme salientado pelo prof. Rodolfo Ilari, sentenças como “O que é isso roxo na sua blusa?” (com o devido gesto de ostensão) são muito melhores.

¹⁰¹ Note que com uma sentença como ‘Esse vermelho é meu!’, num contexto contrastivo, temos que o objeto apontado pelo falante pertence a ele, e não algum semelhante, porém com outra cor.

¹⁰² Pode-se argumentar que um uso estritamente descritivo ou atributivo desses pronomes é vetado porque a única propriedade que pode preencher o espaço F não é descritiva, mas sim de saliência contextual.

(dito por alguém no momento em que aponta para um certo homem:)

(67) O que ele tá fazendo ali no canto?

(dito por alguém no momento em que aponta para um certo objeto:)

(68) O que é isso?

(69) Toda semana um homem entra aqui, e ele sempre reclama.

(70) Toda semana acontece um acidente nessa rua, e isso, via de regra, complica o trânsito.

(71) Todo dia o João faz um barulho na cozinha, e isso acorda seu filho mais novo.

As sentenças (67) e (68) apresentam um uso dêitico do 'ele' e do 'isso'. Por sua vez, as sentenças (69) e (70)-(71) apresentam um uso anafórico, e também uma ambiguidade de leitura, ocasionada por interações de escopo entre 'toda' e 'um'. Para (69), temos, respectivamente:

(69a) Toda semana um homem (diferente) entra aqui, e ele sempre reclama.

(69b) Um homem (o mesmo), toda semana, entra aqui, e ele sempre reclama.

E para (70) e (71):

(70a) Toda semana acontece um acidente nessa rua (diferente), e isso, via de regra, complica o trânsito.

(70b) Acontece um acidente nessa rua (o mesmo), toda semana, e isso, via de regra, complica o trânsito.

(71a) Todo dia o João faz um barulho (diferente) na cozinha, e isso (i.e., o barulho que João faz) acorda seu filho mais novo.

(71b) Há um barulho (o mesmo) que o João faz todo dia na cozinha, e isso (i.e., o barulho que João faz) acorda seu filho mais novo¹⁰³.

Em qualquer uma das leituras, o 'ele' e o 'isso' mantêm a interpretação anafórica: é nesse sentido que têm o mesmo escopo de seus antecedentes.

¹⁰³ As paráfrases oferecidas em (70a, b) e (71a, b) carregam um pouco da estranheza que o 'isso' causa ao retomar objetos concretos. Contudo, basta-nos notar que o 'isso' pode ser usado nesses contextos e que seu antecedente muda conforme a interação de escopo adotada.

Dado o que vimos até aqui, uma primeira hipótese sobre a forma lógica de 'isso', nos moldes do que vimos discutindo, pode ser como a abaixo (adaptado de Roberts, 2003):

(72a) $[[\text{isso}_n]]$: definido sse $\text{MAIS-SALIENTE}(x)(s_n)$ é um conjunto unário.

Se definido, denota $\lambda x.\text{MAIS-SALIENTE}(x)(s_n)$

(72b) Para um contexto qualquer, $C = \langle \text{Sat}, \text{Dom} \rangle$, com o conjunto de referentes salientes $\text{Sal} \subseteq \text{Dom}$, se um pronome demonstrativo é usado com felicidade em C , então:

$i \in \text{Sal} \ \& \ \forall \langle s, g \rangle \in \text{Sat}[\text{Desc}(s1)(g(i))] \ \& \quad (i)$

$\forall k \geq_{\text{Saliente}} i [\forall \langle s, g \rangle \in \text{Sat}[\text{Desc}(s1)(g(k))] \rightarrow k = i], \quad (ii)$

$s1$ é uma situação não-default (parte própria da situação default s) (iii)

em que $\text{Desc}(s1)(g(i))$ é verdadeira sse o indivíduo atribuído a i pela função g tem a propriedade denotada por Desc em $s1$, e \geq_{Saliente} é uma relação de ordem parcial sobre $\text{Sal} \times \text{Sal}$, tal que $x \geq_{\text{Saliente}} y$ sse x é pelo menos tão saliente quanto y .

Como vimos, não há propriedade a preencher Desc a não ser a de ser saliente, o que automaticamente inclui o referente saliente no conjunto Sal – assim sendo, Desc poderia ser dispensado a princípio. Contudo, o lugar reservado a Desc não é ocioso e pode ser entendido como sendo preenchido pelas informações trazidas pelo predicado que acompanhará o pronome demonstrativo – veremos isso em detalhe mais adiante (cap. 4, seção 4.2.).

Considerando que apontamentos podem, além de servir para delimitar situações não-*default*, ser mecanismos que salientam o que está sendo apontado, a forma lógica oferecida em (72) captura os usos dêiticos de 'isso'. Certamente, devemos ainda explicar por que em geral não utilizamos esse pronome para seres animados, ou quando o usamos para seres animados há algo de depreciativo nesse uso, do mesmo modo que nos dirigimos, por exemplo, a um cachorro que não gostamos como 'essa coisa', 'esse bicho', formas nas quais o conteúdo descritivo é quase não-informativo¹⁰⁴. Apesar de muito

¹⁰⁴ Pode-se imaginar e elaborar algum tipo de implicatura conversacional que dê conta desses usos: ao usar, para me referir a alguém ou a algum animal, um pronome que não tem gênero e/ou que não carrega material descritivo algum, quando poderia usar uma forma mais adequadamente informativa, implico que não é necessário ou que não vale a pena dar mais informações sobre esse referente – deriva-se daí o uso depreciativo. Para o caso de descrições como 'essa coisa' e 'esse

interessante, esses usos fogem ao espoco desta tese.

Lembramos também que no uso dêitico 'isso' pode ser referir a uma miríade de entidades, o que nos traz de volta a nosso problema principal:

(73) Isso que você acabou de falar é um bobagem! (sobre o pronunciamento de alguém)

(74) Isso vai dar errado. (sobre algo que alguém está fazendo)

O presença de 'acabou (de)' em (73) garante à oração relativa que segue 'isso' uma referência precisa; em (74), pode haver apontamentos.

Antes de apresentar as outras peças do quebra-cabeças do 'isso' anafórico, cabe tratar de sentenças como as abaixo:

(75) Isso é tão lindo! (dito por alguém olhando o pôr-do-sol)

(76) Isso tá uma bagunça! (dito por alguém entrando no quarto de uma criança de 6 anos)

A forma oferecida em (72b) pode capturar o que acontece em (75) e (76)? Em outras palavras, há um entidade x contextualmente mais saliente reportada e/ou recuperável por essas sentenças?

A resposta dependerá do que estivermos dispostos a acrescentar a nossa ontologia. Para (75), não é de todo correto dizer que a entidade saliente é o Sol, mas talvez seja um evento particular de pôr-do-sol (como delimitá-lo?), ou talvez uma configuração meteorológica específica, que envolva um evento de pôr-do-sol, certas nuvens, colorações e localizações específicas (como delimitá-las?), pode ser também um entidade complexa ou composta – uma vez decidida de qual entidade se trata, a forma lógica oferecida em (72b) se encarregará do resto. Uma história parecida pode ser contada para o exemplo em (76): uma configuração específica de objetos pode ser a entidade saliente a que 'isso' se refere.

Em seu uso anafórico, 'isso' se referirá a uma entidade introduzida ou licenciada num dado discurso por uma sentença precedente. Dado o que vimos até aqui, há dois problemas maiores

bicho', trata-se de descrições demonstrativas basicamente não-informativas, que enquadram, nos usos que interessam aqui, seus referentes em grandes categorias (hiperônimos); se tanto ouvinte quanto falante sabem desse enquadre possível em hiperônimo, deriva-se dessa redundância o uso depreciativo – podia não dizer nada sobre um dado referente, mas digo algo redundante, logo esse algo deve ser desinteressante por algum motivo. Obviamente, essas são apenas as linhas gerais de tal implicatura, e aqui apenas indicamos que é possível dar conta desses usos depreciativos sem alterar as formas lógicas sugeridas.

diretamente ligados a 'isso' e seu uso anafórico: o primeiro deles refere-se às condições em que 'isso' pode retomar entidades concretas; o segundo refere-se à sequência de exemplos (3)-(3d), na qual, a partir da sentença (3), vimos a recuperação de eventos, proposições, etc.; a pergunta é: como saber a qual entidade 'isso' se refere? E mais: por que ele pode se referir a todas essas entidades?

Interessa-nos saber se a forma em (72b), que tem por intuito responder a última pergunta feita acima, captura também o uso anafórico de 'isso', ou se são necessárias reformulações. Depois de estabelecida uma forma lógica para 'isso', podemos responder a uma questão mais imediata deste trabalho: por que 'isso' pode referir-se anaforicamente a eventos sem maiores problemas e impõem restrições a esse tipo de referência quando se trata de entidades concretas, se os eventos são tratados e considerados como entidades concretas?

Para não alongar demais uma discussão já longa e densa, veremos nas seções abaixo, separadamente, as duas últimas peças do “quebra-cabeça referencial” de 'isso': o papel do predicado que o acompanha e a estrutura textual. Como em muitas outras frentes de análise semântica, a primeira formulação moderna desse problema parece ser encontrada nos textos de Zeno Vendler.

3.2. Os contêineres de Vendler

Ao participar de um debate entre Austin e Strawson sobre a existência e a relevância de fatos, Vendler, em seu texto “Facts and Events” (1967b), propôs a ideia de entender predicados como contêineres, que podem conter certas entidades e não outras; mais do que isso, explorou a intuição de que predicados selecionam preferencialmente certas entidades.

Se, por sua vez, os predicados selecionam as entidades com as quais se combinam, os termos¹⁰⁵ são ambíguos em relação ao tipo de entidade que denotam. Um dos principais exemplos de tal fato, trabalhado por Vendler, é o sintagma 'a queda dos alemães' – um fato (ou evento?) de um pós-guerra ainda recente, e a pergunta a ser feita é: esse sintagma refere-se a um fato ou a um evento? Certamente, a ambos e a nenhum, a não ser que saibamos qual predicado o acompanha; assim sendo, nas sentenças abaixo temos 'a queda dos alemães' primeiro como um fato e depois como um evento:

(76) A queda dos alemães está consumada.

¹⁰⁵ Entendidos como acima, i.e., as expressões que preenchem a valência de um verbo.

(77) A queda dos alemães começou no Dia D.

Ainda segundo Vendler (1967b, p. 142):

[...] it by no means follows that since the collapse was a gradual or bloody event, the fact of that collapse has to be gradual or bloody, and [...] it by no means follows that since the fact of the collapse has been denied or contradicted, any event has to be denied or contradicted [...].

No parágrafo acima, encontramos vários predicados ou contêineres que se aplicam só a eventos (ser gradual, sangrento) ou só a fatos (ser negado, contradito), e a posição de Vendler de que essas noções não têm uma relação estrita. Há, contudo, outras restrições, de ordem linguística, para o uso de contêineres, como aponta Asher (1993, p. 18): para que a sugestão de Vendler seja plausível, devemos esperar que encontremos diferenças semânticas claras entre os diversos tipos de predicados que tomam as diferentes entidades (que, em inglês, podem ser realizados por diferentes tipos de nominalizações que não encontram contraparte óbvia em português) como argumentos. Se não houver tais contrastes semânticos claros, poder-se-ia esperar encontrar as diferenças de combinação entre predicados e argumentos em especificidades de subcategorização sintática – ou seja, as diferenças poderiam estar nos predicados e não exatamente nos nominais (na entidade que os nominais denotam). Para ter tal plausibilidade, o argumento de Vendler tem que cumprir a seguinte exigência (Asher, 1993, p. 21):

if a predicate cannot felicitously combine with a nominal of a certain type but the nominal does combine with predicates of the same syntactic category, then the incompatibility evident between the predicate and its argument does not lie with the content of the particular nominal or in some syntactic restriction but rather points to an incompatibility between the type of object denoted by the nominal and the semantics of the predicate type. [...] If there are contexts in semantically complementary distribution, in the sense that a context will accept an object of one type just in case it does not accept an object of the other, then that indicates that we should distinguish at the level of natural language metaphysics two sorts of entities [...].

Se tomarmos, por exemplo, o predicado 'acontecer', podemos dizer que ele impõe à entidade com que se combina propriedades temporais; e pode ser isso que explique por que sentenças como a abaixo causam estranheza, ou são interpretadas mediante alguma operação de coerção, ou preenchimento com vistas a satisfazer 'acontecer':

(78) ? A cadeira aconteceu ontem.

Se aceitável, tal sentença dirá algo como 'a construção/confecção/montagem/compra da cadeira aconteceu ontem'. Compare-se com a sentença abaixo:

(79) A erupção do Vesúvio aconteceu antes de Cristo.

(79) não parece demandar quaisquer tipos de operações como o faz (78); tal diferença se deve ao tipo de entidade que o nominal denota e que o predicado 'acontecer' exige.

Em relações anafóricas, os predicados desempenham um papel semelhante, a ponto de não sabermos, apenas com a computação de um pronome anafórico, qual é o seu antecedente (cf. Recanati, 2005); é precisamente isso que acontece na sequência (3)-(3d): o pronome demonstrativo 'isso', sozinho, não pode determinar qual é o seu antecedente, é imprescindível que saibamos qual predicado o acompanha, e com que tipo de entidade tal predicado se combina.

Para a interpretação de 'isso' como um pronome (i.e., um termo quantificacional), podemos interpretar o Desc sugerido em sua forma lógica como sendo preenchido por informações que serão fornecidas pelo predicado que combinará com o 'isso' – dessa forma, Desc não é ocioso (cf. seção 4.2., do capítulo 4).

3.3. O alcance referencial do ‘isso’ anafórico

Exemplos simples já servem para mostrar que o ‘isso’ não pode “alcançar”, ou melhor, “extrair” seu referente de qualquer trecho de texto, e que há restrições com relação ao seu potencial ou alcance referencial – e assim começamos a investigação da terceira peça do quebra-cabeça do 'isso' anafórico: seu alcance referencial. Com o perdão da repetição, vejamos novamente a sequência abaixo (adaptada de Webber, 1991):

- (80) (a) Para o seu trabalho conjunto de fim de curso, João construiu um robô com dois braços.
(b) Para tanto, ele estudou 2 meses de robótica.
(c) Por sua vez, Maria ensinou o robô a tocar violão.

→ a sequência acima deve ser seguida por cada um das sentenças abaixo, ou seja, primeiro lê-se (80a, b, c) e (80d), depois (80a, b, c) e (80e), e assim por diante.

- (d) Isso levou seis meses.
- (e) Isso tomou dela seis meses.
- (f) Isso rendeu a eles uma nota A.
- (g) Isso foi o que João fez.

O ‘isso’ da sentença (80d) pode servir tanto para retomar o conteúdo (ou algum aspecto nela contido) da última sentença (80c), quanto da sequência (80a-c). Por outro lado, o ‘isso’ de (80e) tem acesso apenas à última sentença, (80c). Por fim, o ‘isso’ de (80f) retoma preferencialmente a sequência (80a-c), mas pode também ter uma leitura em que recupera somente (80c). Apesar de tal variação na escolha das sentenças – não nos pronunciamos aqui sobre qual a entidade que serve de referente, mas apenas sobre qual porção ou segmento de texto interage com ‘isso’ –, não parece ser possível encontrar uma continuação qualquer em que ‘isso’ refira-se apenas ao conteúdo de (80b) e (80c). Um outro ponto: a continuação (80g), pronunciada, como se espera que sejam todas as outras continuações, depois de (80c) não resulta em um discurso plenamente coerente; teríamos contudo um discurso plenamente coerente se (80g) fosse pronunciado imediatamente depois de (80b).

Assim, o exemplo (80), além de reforçar a ideia de que o predicado que acompanha o pronome ‘isso’ desempenha um papel fundamental na escolha do segmento a ser tomado como gatilho do antecedente ou licenciador de uma anáfora (sequências (80d-f)), tem por função indicar que :

- (i) não é possível referir-se a quaisquer porções ou segmentos de texto, mas sim àqueles que apresentam alguma coerência ou coesão (impossibilidade de se referir às sequências (80b) e (80c));
- (ii) a posição da sentença em que o ‘isso’ anafórico aparece é de fundamental importância para a delimitação do seu alcance referencial (sequência (80g)).

Segundo essas considerações, para entender a que o ‘isso’ anafórico se refere é necessário não apenas contar com as informações dadas pelo predicado que o acompanha, mas também com uma teoria de texto que identifique porções coerentes de segmentos de texto (ou simplesmente, segmentos coerentes) a que o ‘isso’ pode voltar para então “extrair” o referente demandando pelo predicado que o segue. É assim que o ‘isso’ anafórico das sequências (80d) e (80e) pode remeter a dois segmentos distintos de texto, e de cada um extrair um ou mais referentes distintos: no caso de (80d) se referir a (80c), podemos substituir o ‘isso’ por algo como “Ensinar o robô a tocar violão” – um evento, portanto – e dizer que é

esse evento que levou seis meses; no caso de (80d) se referir à sequência (80a-c), podemos então substituir o ‘isso’ por algo como “Todo o processo” – também um evento, dado que eventos é que podem ser o argumento de predicados como “levar (tempo)” – e dizer que é esse evento que levou seis meses. O mesmo raciocínio, *mutatis mutandis*, vale para a continuação (80f). Por fim, a continuação (80e), por conter um pronome, ‘a’, que faz referência explícita à Maria, só pode referir-se ao segmento (80c).

Os pontos (i) e (ii) acima apontam para a necessidade de uma teoria de texto que defina minimamente não apenas noções operacionais de coerência e coesão, mas também de segmento de texto, bem como para uma teoria que explique como se dá a extração de referentes desses segmentos de texto. Certamente, não cabe a esta tese definir precisamente as ideias de coerência e coesão textual, mas apenas apontar que elas desempenham um papel de grande importância para a resolução de casos como o do ‘isso’ anafórico. A ideia, na verdade, é dizer que o ‘isso’ refere-se apenas a segmentos de texto, e tentar então definir o que são esses segmentos e como identificá-los.

Uma ideia muito comum é que está por trás dos trabalhos de quem lida com coesão e coerência é a de que duas ou mais sentenças nunca estão simplesmente justapostas, mas sim que há alguma relação entre elas; por isso, comumente se diz que um texto é mais do que a soma de suas sentenças. Quais seriam essas relações que unem e dão sentido às sentenças que compõem um texto?

O número de tais relações pode ser estonteante: Hovy (1990, *apud* Kehler, 2002) oferece uma apanhado de mais de 350 relações propostas até então na literatura. Obviamente, há muitas sobreposições entre essas relações propostas, mas delimitá-las, assim como o que há de diferente em cada uma das relações, é uma tarefa por demais complexa. Na contramão dessa proliferação de relações, autores como Hobbs (1990), Kehler (2002), Smith (2003) e Asher e Lascarides (2003) adotam uma postura mais parcimoniosa, identificando algumas relações principais e delas derivando outras, que compartilham certas características comuns. A inspiração para esta última abordagem está na centralidade que as relações de coerência e coesão desempenham no entendimento de quaisquer textos, como defende Hobbs (1990, p. 101):

It is tempting to speculate that these coherence relations are instantiations in discourse comprehension of more general principles of coherence that we apply in attempting to make sense out of the world we find ourselves in, principles that rest ultimately on some notion of cognitive economy [...]. Recognizing coherence relations may thus be just one way of using certain general principles for simplifying our view of the world.

Para efeitos desta tese, não exploraremos mais a fundo essas relações, consideraremos apenas que (i) um texto é organizado em segmentos, que são, por sua vez, porções coesas e coerente de sentenças (i.e., que dividem um mesmo tópico conversacional e que têm certas relações entre si), e (ii) o 'isso' refere-se sempre a um segmento de texto, para dele “extrair” seu referente.

Há ainda dois problemas aqui: (a) um deles refere-se ao fato de que não basta uma teoria de segmentos de texto, mas temos também que saber a qual desses segmentos o 'isso' de uma dada sentença terá acesso; (b) dado que nenhuma porção de texto ou segmento de texto é um evento, um proposição, fato, etc., deve haver, por algum processo, a extração desses referentes de uma dada porção de texto.

Em resposta ao problema (a), Webber (1988, 1991), Asher (1993), Asher e Lascarides (2003), entre outros, advogam a favor de um modelo de processamento textual que entende que os segmentos de texto são organizados de maneira incremental, sendo, desse modo, mais salientes os últimos segmentos de um dado texto em processamento – e é nesses segmentos salientes que o 'isso' anafórico encontrará seus antecedentes. Como os segmentos de texto podem ser compostos por mais de uma sentença, desde que exibam relações coesivas que as subsumam sob um mesmo tópico, o 'isso' anafórico terá, em princípio, sempre acesso ou à última sentença (ou seja, a que o precede imediatamente) de um texto (que pode ser considerado como um segmento) ou ao último segmento de texto, composto por mais de uma sentença, desde que elas estejam em relações coesivas que permitam seu agrupamento.

Sobre o problema (b), a extração de referentes de segmentos de texto, veremos suas soluções já inseridos no interior de teorias que têm por objetivo dar conta de sequências como (3).

3.4. – Pequeno Balanço do estatuto semântico do 'isso'

O quadro final que temos para o 'isso' anafórico, até agora, é o seguinte:

1) como termo quantificacional (TQ): trata-se de um pronome definido, que atua numa situação não-*default*, cuja denotação será delimitada pelo predicado (nunca linguisticamente expresso) que o acompanha, e que aponta para um segmento de texto (i.e., um apanhado coerente e coeso de sentenças) saliente. A forma lógica sugerida é, para um contexto qualquer, $C = \langle \text{Sat}, \text{Dom} \rangle$, com o conjunto de

referentes salientes $Sal \subseteq Dom$, se um pronome demonstrativo é usado com felicidade em C:

$$i \in Sal \ \& \ \forall \langle s, g \rangle \in Sat[Desc(s1)(g(i))] \ \& \quad (i)$$

$$\forall k \geq_{Saliente} i [\forall \langle s, g \rangle \in Sat[Desc(s1)(g(k))] \rightarrow k = i], \quad (ii)$$

$$s1 \text{ é uma situação não-default (parte própria da situação default } s) \quad (iii)$$

em que $Desc(s1)(g(i))$ é verdadeira sse o indivíduo atribuído a i pela função g tem a propriedade denotada por $Desc$ em $s1$, e $\geq_{Saliente}$ é uma relação de ordem parcial sobre $Sal \times Sal$, tal que $x \geq_{Saliente} y$ sse x é pelo menos tão saliente quanto y .

2) como termo referencial (TR): trata-se de um termo cujo referente será estabelecido mediante um gesto de ostensão. A forma lógica sugerida é:

Pronome demonstrativo ('isso'): {função de contexto + demonstração de um objeto ou intenção do falante para com um objeto} \Rightarrow indivíduo

Quem adota TQ vai entender o 'isso' como introduzindo uma variável sob certas condições de felicidade (as pressuposições que tal item carrega), cujo valor será preenchido deíctica ou anafóricamente. Porém, a abordagem TQ não enfrenta um problema colocado diretamente para quem adota a abordagem TR, a saber: como um termo referencial pode participar de cadeias anafóricas (ou catafóricas)?

Como vimos no capítulo 2, um termo anafórico terá seu referente fixado através de um antecedente, ou seja, ele mesmo não introduz um referente¹⁰⁶. Para efeitos de clareza, tomemos o exemplo canônico dos termos referencias: os nomes próprios. Um nome com 'John Lennon' pode ser um termo anafórico? Comparemos as sentenças abaixo:

(81) [Um homem]₁ entrou. [Ele]₁ sentou.

(82) * [Um homem]₁ entrou. [John Lennon]₁ sentou.

¹⁰⁶ De fato, podemos até considerar que haja um referente introduzido, porém com um índice que já pertença a outro referente do universo de discurso. Para o caso de catáforas, podemos dizer que há apenas introdução de variáveis sem predicação ainda.

Não parece haver nexos fóricos possíveis entre um indefinido e um nome próprio. Certamente nomes próprios podem participar de cadeias anafóricas, como um seu iniciador e talvez mesmo em seu interior:

(83) John Lennon chegou em Campinas. Ele foi até a Unicamp, procurando um professor de português para estrangeiros. Depois de muita procura, chegou ao IEL. Então, John Lennon tentou conversar com seu português macarrônico, mas ninguém conseguiu entender o que ele dizia.

No exemplo acima, todas as ocorrências de 'ele' se referem a John Lennon, e podemos portanto dizer que são expressões anafóricas cujo antecedente é John Lennon. Mas seria a segunda ocorrência de 'John Lennon' também uma expressão anafórica? Novamente, não nos parece o caso que nomes próprios possam ser expressões anafóricas. Assim sendo, como o 'isso', considerado como um termo referência, pode ser anafórico?

A proposta de Webber (1988, 1991) pode ser enquadrada numa perspectiva TR, mas não considera que os usos de 'isso' em sequências como (3) sejam casos de anáfora. Passemos então à análise de sua proposta, a primeira das três maneiras de montar o quebra-cabeça do 'isso' anafórico que veremos.

Capítulo 4 – Juntando as peças

But I would like *not* to underestimate the value of the world view which is the result of scientific effort. We have been led to imagine all sorts of things infinitely more marvelous than the imaginings of poets and dreamers of the past. It shows that the imagination of nature is far, far greater than the imagination of man. For instance, how much more remarkable it is for us all to be stuck – half of us upside down – by a mysterious attraction to a spinning ball that has been swinging in space for billions of years than to be carried on the back of an elephant supported on a tortoise swimming in a bottomless sea.

Richard Feynman, In: Classic Feynman, p. 484

Neste capítulo, apresentaremos três possibilidades de análise do 'isso' anafórico: a primeira delas o trata como um termo referencial e as duas últimas como um termo quantificacional.

Como já dissemos, o objetivo principal desta tese é analisar quais as consequências da anáfora de eventos para uma semântica de eventos e para o debate sobre sua natureza. No entanto, é impossível fazer tal análise sem termos avaliado algumas teorias sobre esse tipo de anáfora; é por isso que apresentamos as três possibilidades sem defender nenhuma em particular: como o leitor verá, todas têm pontos positivos e negativos e são extremamente complexas, e, o mais importante, parecem levar inexoravelmente a um impasse.

As análises abaixo são respostas particulares ao problema com que encerramos o capítulo anterior: a extração de referentes de segmentos de texto. Apresentamos cada teoria e sua apreciação em cada uma das seções abaixo. Ao fim, recapitularemos as análises e o impasse, e nos voltaremos às nominalizações, que serão alvo da próxima parte. O próximo capítulo, o quinto desta tese, será dedicado às descrições demonstrativas.

4.1. A análise de Webber (1988, 1991)

Provavelmente, a primeira teoria especificamente endereçada a sequências como (3) foi aquela proposta por Webber (1988, 1991). Apesar de não ser explícita quanto à questão do estatuto semântico dos demonstrativos, a análise de Webber encaixa-se facilmente num quadro kaplaniano, que trata os demonstrativos como termos de referência direta, e é nessa chave que leremos sua proposta.

Vejamos, inicialmente, com o perdão da repetição, as interpretações que temos para a sequência

de sentenças abaixo. Se tomarmos

(84) João foi demitido,

podemos então continuá-la com:

(84a) Quando *isso* aconteceu?

(84b) Eu não acredito *nisso*!

(84c) *Isso* é muito bom.

(84d) *Isso* é um jeito estranho de relatar o que aconteceu.

(84e) *Isso* é uma mentira.

Como podemos constatar, há uma entidade diferente sendo retomada pelo 'isso' em cada uma das sentenças de (84a) a (84e), a saber: um evento, uma proposição, um fato, um *dictum* e um ato de fala. Contudo, o antecedente de 'isso' em todas as sentenças acima é a sentença (84), ou trechos dela; um caso claramente paralelo ao que vimos para a sequência (3)-(3d).

Diante de uma situação como essa, a principal questão que se coloca é: como é possível uma mesma sentença licenciar a retomada de tantas entidades distintas? Os trabalhos de Webber (1988 e 1991) têm por objetivo responder a essa e outras questões:

Sections of text, i.e., strings of words, can be neither [i.e., eventos, proposições, atos de fala, etc.]. On the other hand, sections of text can have such events or actions associated with them. My goal [...] is thus straightforward, i.e. to show how sections of text can provide referents for demonstrative pronouns. (1991, p. 2).

Antes de mais nada, a escolha do termo que faz Webber, “dêixis discursiva”, já diz muito sobre como será a solução por ela encaminhada: segundo a autora, o pronome em questão, ‘isso’, refere-se deiticamente a um segmento de texto, e dele “extraí” o seu referente. O que ocorre é uma transposição do domínio espacial para o textual: o 'isso' continua sendo um termo dêitico, porém aponta, em uma sequência como (3), para segmentos de texto; esse passo é extremamente importante: o 'isso' nos casos que vimos chamando de anafórico, neste quadro, não é realmente um anafórico¹⁰⁷. Contudo, como a

¹⁰⁷ Nunca é demais ressaltar: não se trata de uma expressão que introduz uma variável que será preenchida, mas antes de um termo referencial que contribui com um indivíduo para a proposição em que aparece. Em termos kaplanianos, a resolução de

autora ressalva, segmentos de texto não podem ser proposições, eventos, fatos, etc.; é necessário saber como se dá a extração de referentes desses segmentos.

Uma saída é explorar o fenômeno da dêixis, analisando suas complexidades. Para Webber, assim como Nunberg (1979) e outros, em casos de dêixis é imprescindível distinguir “o que se pode apontar” (numa dada dêixis, i.e. ostensão, num dado contexto), que é o *demonstratum*, e “o que se pode referir” (em função do que se apontou), que é o referente. Em alguns casos, o que se aponta é o que se refere, mas em outros, conhecidos como casos de “deferred ostension”¹⁰⁸, o que se refere não é o que se aponta. Um exemplo disso, já bastante comentado na literatura, é a sentença abaixo, dita por um garçom a um outro que o substituirá na troca de turno, enquanto aponta para o sanduíche em questão:

(85) O sanduíche de presunto está sentado na mesa 20.

Ora, é a partir do ato de apontar para o sanduíche que um garçom indica ao outro em que mesa está sentado o cliente que pediu o sanduíche, ou seja, o sanduíche é o *desmonstratum* e o cliente, o referente.

Um outro caso que podemos lembrar é aquele em que apontamos para um *token* e indicamos um *type*, como no exemplo abaixo:

(os falantes estão passando por baixo de uma ponte; um deles aponta para a ponte e diz:)

(86) Eu já andei por isso aí/Eu já andei por uma dessas.

O falante em questão pode tanto se referir especificamente à ponte sob a qual estão passando, ou então a uma ponte similar. As sentenças abaixo são também ilustração de *deferred ostension* (adaptados de Corazza, 2002):

(dois falantes passam por uma Ferrari e, apontando para o carro, um deles diz:)

(87) Ele deve ser podre de rico!

(num prédio comercial, alguém aponta para uma sala, que encerra um escritório e diz:)

a qual entidade o 'isso' se refere dá-se antes da proposição.

¹⁰⁸ O termo “deferred ostension” foi usado também por Quine (1971) para lidar com o problema da inescrutabilidade da referência; cf. Miller, 1982.

(88) Ele não está hoje.

Em (87), o referente capturado por 'ele', através do apontamento para a Ferrari, é o seu dono; em (88), devido ao apontamento para o escritório, o referente de 'ele' é a pessoa que ocupa o escritório.

A questão é saber como podemos capturar as inferências feitas nas sentenças de (87) a (88), a partir de um ato de ostensão e um dêitico (pronome ou demonstrativo, ou mesmo uma descrição definida em um uso dêitico, como em (85)), e generalizar para abarcar os casos de dêixis discursiva. Segundo Nunberg (1979), para chegar aos referentes de sentenças como (85), lançamos mão de “funções referenciais” (f), que são funções cujo domínio é composto por *demonstrata* (D) e o contradomínio por referentes (R):

$$f: D \rightarrow R$$

Diante de uma sentença como (85), o papel do ouvinte é restringir, simultaneamente, o alcance do gesto de ostensão e o referente possível (a partir do gesto de ostensão). Há, contudo, alguns fatores, predominantemente de ordem pragmático-contextual (Nunberg, 1979, p. 157), que auxiliam o ouvinte nessa tarefa, como, por exemplo, considerar o espectro de referentes possíveis mais relevantes para um dado gesto de ostensão, considerar a natureza da predicação envolvida, assim como “pistas” morfológicas (marcas de gênero e plural, ou de tempo e aspecto) da palavra empregada; todos esses fatores são usados pelo ouvinte para elencar qual é a função referencial mais plausível (e comunicativamente relevante) numa dada situação, i.e., qual referente o falante pretende alcançar através da palavra e do gesto que usou naquela situação.

Para o caso da sentença (85), como se trata de uma conversa entre garçons que devem entregar pratos, o apontamento ao sanduíche de presunto e ainda a natureza da predicação ('estar sentado na mesa 20' – a segunda peça do quebra-cabeça de 'isso'), levam o ouvinte a elencar como função referencial aquela que leva do *demonstratum* “sanduíche de presunto” ao referente “cliente que pediu tal sanduíche”.

A sentença abaixo, variação de (85), faz uso de um pronome pessoal; dito no mesmo contexto que (85), qual é o referente de 'ele'?

(85a) Ele está sentado na mesa 20.

Novamente, por meio dos mesmos mecanismos pragmático-contextuais descritos acima, escolhe-se a função que leva ao referente “cliente que pediu tal sanduíche”, e não, por exemplo, a função que leva do mesmo *demonstratum* ao “cozinheiro que preparou o sanduíche”¹⁰⁹.

Quando em seu uso dêitico, os pronomes têm como restrição máxima o contexto perceptual imediato em que estão sendo usados (i.e., aquilo que pode ser alvo de um gesto de ostensão). O uso anafórico, por sua vez, encontra sua restrição na estrutura do texto em que aparece um tal pronome: ele poderá referir-se apenas aos segmentos de texto mais salientes.

Voltando à sequência (84), podemos dizer que por trás do que acontece com ela está o mesmo raciocínio usado para explicar a sentença (85) – esse é o grande *insight* presente nos textos de Webber. No caso de tal sequência, o *demonstratum* é sempre a sentença (84) (novamente, o termo “dêixis discursiva” ressalta que o apontamento é para algum segmento de texto); resta estabelecermos as funções referenciais. Tomemos, por exemplo, (84a), um caso de anáfora de eventos. A função referencial deve levar de “João foi demitido” (o *demonstratum*) ao referente (o evento de João ter sido demitido). Para esse exemplo, a natureza da predicação é um fator fundamental, agindo como restrição sobre as funções referenciais possíveis: como o verbo “acontecer” combina-se apenas com eventos (i.e., coisas que acontecem), o papel do ouvinte é chegar à função referencial que “extraí” do *demonstratum* (a sentença (84)) o referente intencionado (no caso, o evento de João ter sido demitido). Para o caso de (84b), a natureza da predicação também é fundamental, indicando que devemos elencar como mais relevante uma função que do *demonstratum* (a sentença (84)) extrai um referente que se combina com o verbo de atitude proposicional “acreditar”, e tal referente só pode ser uma proposição.

Contudo, apenas a *deferred ostension* não basta para dar conta da extração de referentes. Se tomarmos um caso como o da sentença (87), na qual o pronome 'ele' é usado para referir-se ao dono da Ferrari, a existência do dono da Ferrari é pressuposta¹¹⁰. Para os casos de dêixis discursiva, deveríamos do mesmo modo esperar que os referentes possíveis de 'isso' também existam. A manobra necessária para dar esse último passo, segundo Webber (1991, p. 4), é acomodação de pressuposição:

¹⁰⁹ Não é difícil criar um contexto no qual, por meio da sentença (85a), os mesmos participantes do diálogo refiram-se a quem preparou o sanduíche.

¹¹⁰ Obviamente, pode ser o caso de o dono da Ferrari ser uma mulher. Porém, isso não invalida uma pressuposição de existência mais fraca, a de que a Ferrari tem um dono (ou uma dona). Se o dono da Ferrari for de fato uma mulher, dificilmente julgaríamos a sentença (87) como falsa. Contudo, se a Ferrari não tivesse dono algum, seria ainda mais difícil atribuir um valor de verdade a (87).

I take that the act of ostension performed by deitic pronouns in discourse can add new individuals (discourse entities) into the model that were not present prior to the ostensive act. As such, ostension can have the same effect as what has been called accommodation (Lewis, 1979).

That is, in the simplest case, a referring phrase will be taken to refer to an entity already in the discourse model. However, it can also cause the listener to add a new entity to the model to which he or she can ascribe the indicated properties or can set in the indicated relations.

O que Webber chama de “discourse entities” são os referentes discursivos de Karttunen (1976); o modelo é o modelo discursivo sobre o qual falamos no capítulo 2 desta tese; por fim, a acomodação de que a autora fala é a mesma já mobilizada por Heim (1982) e outros¹¹¹ para dar conta de certos usos das descrições definidas, como no exemplo abaixo:

(89) Eu acordei e notei que a janela do quarto estava aberta.

Quartos não necessariamente têm janelas e não têm necessariamente no máximo uma janela, mas a sentença (89), para ser feliz, exige que a pressuposição de existência (e univocidade informacional) estejam preenchidas, e isso se dá por um processo de acomodação¹¹² (dessas pressuposições).

Assim sendo, quando temos pares de sentença como:

(90) João caiu do cavalo ontem à noite.

(90') Isso não teria acontecido se ele fosse mais cuidadoso.

(91) João se atrasou para a festa e, na correria, fez uma enorme confusão. Tropeçou várias vezes, rasgou sua calça sem perceber, e até quebrou um antigo vaso de sua mãe.

(91') Tomara que nada disso aconteça na próxima vez.

As entidades a que 'isso' aponta ganham existência – se necessário – num discurso, em função de uma acomodação de pressuposição de existência.

Tomemos as sentenças (90) e (90'): o 'isso' de (90') parece retomar um evento, o evento de João ter caído do cavalo, que é introduzido explicitamente no discurso por (90). O caso de (91) e (91') é mais complexo, devido ao fato de que o 'isso' de (91') ter como referente não um evento simples, mas sim

¹¹¹ A formulação mais famosa desse tipo de acomodação pode ser encontrada em Lewis (1979).

¹¹² Segundo Roberts (2003), muitas das alegadas acomodações de pressuposição desse tipo não são mais necessárias ao contarmos com a noção de familiaridade fraca (cf. cap. 4 desta tese).

uma série de eventos, introduzidos por sentenças distintas, que formam um evento complexo; mais do que isso, a ordem dos subeventos desse evento complexo é importante. A saída aqui é então postular a existência desse grande evento que serve de antecedente para o 'isso' de (91'), algo como: João atrasar-se para festas, por causa disso correr, fazer várias confusões, tropeçar, rasgar sua roupa e quebrar ornamentos. Uma outra alternativa é postular que o evento a que o 'isso' de (91') se refere foi introduzido pelas sentenças de (91), mas não é nenhum e nem exatamente a ordenação causal deles, mas sim uma espécie de “evento sumário”, algo como 'a confusão que João causou ao se atrasar para a festa'. De fato, esta última alternativa parece estar mais de acordo com a intuição – contudo, de onde vem tal evento sumário? Como ele é introduzido no discurso? Ele precisa ser “criado” pelo apontamento de 'isso' ao segmento (91), somado às restrições impostas pelo predicado que acompanha o 'isso'; nesta última alternativa, o antecedente de (91') é “existencialmente acomodado” no discurso em questão¹¹³.

Como adiantamos, Webber não é explícita sobre o estatuto semântico de 'isso', i.e., se ele é um termo referencial ou um termo quantificacional; porém, tudo em sua análise leva a crer que a autora endossa(ria) a primeira possibilidade. Sendo um termo de referência direta, mais precisamente um indexical impuro, porque necessita de gestos de ostensão, o 'isso' da dêixis discursiva nada mais faz do que apontar, o que muda é o campo de apontamento. A noção de dêixis traz consigo a de *deferred ostension*, segundo a qual nem sempre o que se aponta é o referente do apontamento, mas esse algo a que se aponta pode auxiliar na indicação de qual é o referente. A segunda peça do quebra-cabeça que propomos para entender o 'isso' – o papel do predicado que o acompanha –, assim como o gesto de ostensão, serve para auxiliar na determinação de um referente. Se indicarmos por TDE o tipo de entidade que se combina com o predicado que acompanha o 'isso', podemos re-escrever a fórmula da função referencial como:

$$f: D \rightarrow R \wedge R \in TDE$$

Ou seja, usando o 'isso' anaforicamente, chega-se a uma função referencial f , que, através de um *demonstratum* D , leva a um referente R e R é um entidade que pertence ao tipo de entidade que se

¹¹³ É importante salientar que na proposta de Webber a dêixis discursiva é um processo referencial distinto da anáfora. Este último envolveria como antecedentes apenas sintagmas nominais, e a relação entre o termo anafórico e o seu antecedente seria mais direta: mesmo que certas anáforas envolvam acomodação de pressuposição de existência, como algumas das assim-chamadas anáforas indiretas, uma anáfora não envolve *deferred ostension*.

combina com o predicado que acompanha o 'isso'. Por fim, nos casos de dêixis discursiva, a terceira peça do quebra-cabeça responderia por quais são os segmentos de texto possíveis de serem apontados por um dado 'isso'.

Lembrando a estrutura que oferecemos para o 'isso' como um termo referencial, o campo de apontamento muda agora para “segmento de texto”:

Pronome demonstrativo dêitico ('isso'): {função de contexto + demonstração de um objeto ou intenção do falante para com um objeto} \Rightarrow indivíduo

Pronome demonstrativo dêixis discursiva ('isso'): {função de contexto + demonstração de um objeto ou intenção do falante para com um segmento de texto} \Rightarrow indivíduo

Não queremos indicar nenhuma ambiguidade no item 'isso'; portanto, tomaremos segmentos de texto também como indivíduos, ainda que de um tipo específico. Uma vez referido, um segmento de texto passa a ser o D, e a função referencial então atua, extraíndo o referente, que deve pertencer ao tipo de entidade que se combina com o predicado que acompanha o 'isso'. Caso seja necessário, há ainda a atuação da acomodação de pressuposição de existência.

Por fim, resta dizer que a proposta de Webber é de uma elegância ímpar: mobiliza conceitos independentemente motivados para explicar fenômenos aparentemente distintos, como é o caso do uso (agora apenas aparentemente) anafórico do 'isso'. No entanto, ao combinarmos a análise de Webber com uma semântica de eventos e nos determos mais pormenorizadamente na anáfora de eventos temos que lidar com problemas bastante complexos.

4.1.1. Apreciação da teoria de Webber e o impasse

A nosso ver, o principal desses problemas se coloca nas seguintes linhas:

(i) a dêixis discursiva e as anáforas convencionais (i.e., anáforas propriamente ditas, nas quais os termos anafóricos contribuem com uma variável na proposição em que ocorrem) são processos distintos;

- (ii) a dêixis discursiva pode se referir a diferentes entidades, mas o processo pelo qual se refere às diferentes entidades é sempre o mesmo;
- (iii) as entidades referidas pela dêixis discursiva não estão, via de regra, presentes no discurso ou contexto em questão, mas são nele introduzidas via acomodação de pressuposição;
- (iv) o 'isso' anafórico (em dêixis discursiva) pode referir-se a eventos; contudo,
- (v) eventos são introduzidos no discurso por meios semanticamente semelhantes àqueles pelos quais são introduzidos indivíduos, como sintagmas nominais indefinidos, em outras palavras, mesmo diante de sentenças com verbos flexionados, quantificamos existencialmente sobre eventos introduzidos num discurso por sentenças com verbos flexionados¹¹⁴.

Se somarmos a essas assunções as seguintes:

- (vi) eventos são particulares concretos; e
- (vii) o 'isso' anafórico (em dêixis discursiva) impõe restrições à retomada de entidades concretas, parece surpreendente que possamos retomar eventos usando o 'isso'.

Façamos mais pormenorizadamente o raciocínio exposto logo acima.

Inicialmente, tomemos como ponto pacífico que a dêixis discursiva e as anáforas propriamente ditas são processos distintos (ponto (i)); há várias diferenças entre eles, desde a consideração do 'isso' como um termo referencial, até os problemas relativos à extração de referentes. Também nos parece ponto pacífico que o processo de dêixis discursiva, não importa qual entidade esteja sendo referida, é sempre o mesmo (ponto (ii)).

Sobre a acomodação da pressuposição de existência das entidades referidas por dêixis discursiva (ponto (iii)), Webber (1991, p. 4) é bastante explícita em dois pontos: o primeiro deles é que a dêixis discursiva pode “dar vida” a entidades, e o segundo é que esse não é necessariamente o caso. Considerando uma semântica de eventos e uma concepção davidsoniana de eventos, sempre que houver uma nominalização ou uma sentença com verbo (de ação) flexionado, haverá um evento a ser

¹¹⁴ Aqui é preciso fazer algumas precisões: em semântica dinâmica, o indefinido não tem força quantificacional, i.e., ele apenas introduz variáveis com a condição de novidade, e o mesmo pode valer para os eventos introduzidos no discurso por verbos flexionados (discutiremos essa possibilidade na parte 3). Como essa diferença, certamente muito importante, não afeta o argumento a ser feito, manteremos a imprecisão. O que deve ficar em mente é o paralelismo entre um sintagma indefinido e um evento introduzido por um verbo flexionado, inclusive a condição de novidade que a semântica dinâmica atribui aos indefinidos.

introduzido no discurso; dessa forma, a princípio, a dêixis discursiva não precisaria “dar vida” a eventos.

No entanto, esse não é sempre o caso, como mostra o exemplo (91), no qual a entidade referida por 'isso' é um “grande evento” ou um “evento complexo”, que não conta com nada que o introduza, enquanto indivíduo, no discurso: é necessário “dar vida” a ele. Juntando o ponto (ii) e o ponto (iii), nos parece mais interessante uma teoria na qual *todas* as entidades referidas por meio de dêixis discursiva “ganhem vida” justamente por meio da dêixis discursiva, ainda mais quando temos em mente sequências como (84). Dessa forma, damos mais valor ao ponto (ii) e à economia teórica. Ora, da série de entidades retomadas efetuadas pelo 'isso'¹¹⁵ através da dêixis discursiva, apenas os eventos são introduzidos explicitamente no discurso via quantificação existencial, ao passo que as outras entidades abstratas são “acomodadas”; como até mesmo eventos têm que ser “acomodados” – e é isso que mostra o exemplo (91) –, uma teoria econômica e parcimoniosa optaria por acomodar todas as entidades que o 'isso' pode retomar¹¹⁶.

E aqui está o primeiro e talvez maior problema que envolve a retoma de eventos (via dêixis discursiva) quando tratamos o 'isso' como um termo referencial: devemos esperar que o processo de dêixis discursiva seja o mesmo, independentemente da entidade referida; isso implica que *todas as entidades referidas serão introduzidas no discurso da mesma maneira*. Se nos concentrarmos no caso dos eventos, e tomarmos a sentença (84):

(84) João foi demitido

atribuiremos a ela, em uma semântica de eventos, uma fórmula lógica próxima à abaixo:

(84') $\exists e [\text{Demitir}(e) \wedge \text{Tema}(e,j) \wedge \text{Passado}(e)]$

Ou seja, com a sentença (84), simplificadamente, introduzimos no discurso uma constante para João (j) e uma variável para evento, 'e'.

Contudo, como dissemos imediatamente acima, se esperamos que o processo de dêixis

¹¹⁵ É necessário cautela aqui: as entidades não são retomadas exatamente, pois o 'isso' aqui não é um anafórico, mas sim um termo de referência direta. Contudo, esse descuido com a linguagem descritiva não interfere no argumento.

¹¹⁶ Poder-se-ia argumentar que o evento “complexo” em (91) é diferente, justamente porque é “complexo”. No entanto, trata-se ainda de eventos – mesmo complexo, não mudamos o tipo de entidade.

discursiva seja sempre o mesmo, devemos também esperar que as entidades por ele referidas sejam introduzidas no discurso da mesma maneira – ou justificar as diferenças quando da introdução de referentes. A sentença (84) pode ser “alvo” de dêixis discursiva; logo, devemos esperar que todas as entidades que podem ser referidas por esse processo a partir de (84) tenham a mesma configuração em forma lógica; se os eventos são introduzidos por ' $\exists e$ ', devemos esperar que também o sejam as outras entidades; em outras palavras, devemos contar com variáveis para eventos, fatos, atos de fala, proposições, *dicta*, etc. O resultado é uma forma lógica extremamente “pesada” – o que pode não ser um problema de um ponto de vista computacional, mas, a princípio, é uma situação indesejada, pois deveríamos esperar um mesmo comportamento por parte de todas as entidades – além de cumprirmos exigências como critérios de identidade e individualização –, e não há em absoluto nenhuma garantia disso.

Há outras saídas a serem exploradas, mantendo os requisitos acima. Uma delas é não quantificar existencialmente sobre essas entidades, i.e., não introduzir no contexto discursivo nenhuma das entidades a que a dêixis discursiva pode se referir; caso a referência a alguma delas seja necessária, a própria dêixis discursiva “dá vida” a essas entidades. Isso implica em não quantificarmos sobre eventos, justamente porque eles são alvos de dêixis discursiva – certamente, tal situação não implica em abrimos mão da noção de evento, mas é todavia uma consequência bastante indesejada.

Uma terceira saída é argumentar que há quantificação sobre eventos *à la* Davidson, mas não sobre as outras entidades. Quem defender tal saída deve justificá-la, dando boas razões para quantificarmos apenas sobre eventos. Uma boa justificativa pode estar justamente no fato de que apenas os eventos são particulares concretos, como apresentamos no capítulo 1. Contudo, tal concepção de eventos esbarra no ponto (vii) acima, segundo o qual o 'isso' anafórico impõe restrições ao retomar objetos concretos. Seria surpreendente, senão contraditório, diante de (vii) dizer que o 'isso' via dêixis discursiva pode se referir a eventos justamente porque eles são entidades concretas.

Por fim, é possível assumir todos os pontos acima e dispensar o ponto (vi), que diz que eventos são particulares concretos. Contudo, argumentar que eventos são entidades abstratas (ou “proposition-like entities”) esbarra em vários problemas intuitivos e mesmo linguísticos: é consenso hoje em linguística tratarmos os eventos como sendo entidades que espelham em muito a teoria mereológica atribuída às entidades concretas; porém, esse quadro se complica bastante ao conceituarmos eventos como entidades abstratas: qual seria a teoria mereológica que daria conta dessas entidades? Eles são compostas da mesma maneira que as entidades concretas? Em suma, boa parte da semântica atribuída

aos nominais que se estende ao domínio verbal estaria comprometida. Essas são questões e consequências nada triviais.

Quais seriam outras possíveis justificativas para termos os eventos quantificados na forma lógica e não as outras entidades referidas pelo 'isso' na sequência (3) ou na (84)? Chegar a um bom argumento sem lançar mão de postulados *ad hoc* parece ser algo bastante difícil. Há claramente um impasse bastante complexo aqui.

Como chegamos a tal impasse? De que maneira, ao estudar anáfora de eventos, acabamos num “beco sem saída”, que nos obriga a abrir mão da anáfora de eventos ou quantificar sobre entidades sobre as quais não quantificamos normalmente – sem nada mencionar sobre o estatuto metafísico dessas entidades?

Há dois componentes aqui: (a) o primeiro deles é seguirmos com os pontos de (i) a (vii) arrolados acima – nenhum dos quais, assumindo que o 'isso' é um termo de referência direta, nos parece problemático; (b) o segundo é o que chamaremos de “a evidência da anáfora”. Para desfazer tal impasse, devemos enfraquecer (a) ou (b).

Sobre o primeiro dos pontos, veremos nas seções 4.2. e 4.3. quais as consequências de abrirmos mão da ideia de que o 'isso' é um termo de referência direta e explorarmos a ideia de que o 'isso' é um termo quantificacional, além de re-considerarmos o fato de que o 'isso' não retoma objetos concretos. Poderemos então apreciar sob outro ângulo o impasse confessadamente visto de maneira rápida nos parágrafos anteriores.

Por sua vez, a evidência da anáfora desempenha um papel de primeira importância para teorias que postulam a existência de eventos e defendem algum tipo de natureza metafísica para eles. No capítulo 1, apresentamos três argumentos principais que favorecem os eventos; o primeiro deles relaciona-se diretamente com a anáfora de eventos, que é aquele que tem a ver com sentenças que parecem implicar ou requerer a existência de eventos, e certamente casos do 'isso' anafórico (ou de dêixis discursiva) cabem aqui. O terceiro argumento aponta para a necessidade de alguma entidade que dê conta de certos padrões de inferências, e, por fim, o segundo argumento relaciona-se com a questão mais técnica de se resolver o problema da n-adicidade variável de sentenças de ação numa lógica de primeira ordem. A depender do autor e do programa de pesquisa, um ou outro argumento ganha mais peso. Contudo, argumentaremos que desses três argumentos, apenas o primeiro faz um apelo direto à nossa intuição sobre a natureza dos eventos.

Sobre o segundo deles, autores como Taylor (1985) e Verkuyl (1972, 1993, 2000) reconhecem

que no âmbito da lógica de primeira ordem não é possível dar conta de nossa intuição sobre a n-adicidade de sentença de ação, mas isso é possível numa lógica de segunda ordem, que será necessária para dar conta de outros problemas linguísticos (como os plurais (cf. Schei, 1993)), e assim o problema da n-adicidade de sentenças de ação não acrescenta por si só maior complexidade às ferramentas de análise linguística. De uma forma ou de outra, é apenas indiretamente que o problema da n-adicidade contribui para o debate sobre a natureza dos eventos¹¹⁷. Sobre o terceiro argumento, é possível reconstruí-lo sem apelo direto aos eventos, mobilizando outras entidades, como situações, mundos possíveis ou crenças, e não leva diretamente em conta nem os eventos e nem sua natureza.

Voltando ao primeiro dos argumentos, nos parece que sentenças como (92) e (93) são a mais forte evidência de que não apenas necessitamos de eventos (e uma vez assumida essa necessidade, o segundo e o terceiro argumento apenas reforçam o primeiro), mas que sua natureza deve ser semelhante à das entidades concretas (porque os mecanismos quantificacionais, pelo menos alguns deles, são os mesmos, podemos nos referir diretamente a eventos, e outros argumentos que arrolamos no capítulo 1, seção 1.1):

(92) João: Ontem os fogos de artifício explodiram lindamente no céu.

Maria: Puxa, e eu perdi isso!

(93) Eu assisti a abertura dos Jogos Olímpicos de Pequim três vezes!

A anáfora de eventos ocupa uma posição bastante privilegiada nesse primeiro argumento (não é à toa que é a primeira evidência que Davidson apresenta em seu texto de 1967), e do ponto de vista da intuição é a evidência mais robusta. Assim, não podemos simplesmente dispensar o impasse a que chegamos acima desprezando ou menosprezando a evidência da anáfora: devemos dar conta da anáfora de eventos numa teoria linguística econômica e sem hipóteses ou manobras *ad hoc*. Sem uma teoria de anáfora de eventos, qualquer qualificação sobre sua natureza e muitas das teorias linguísticas que mobilizam tal noção perdem força.

Um último adendo. O ponto (ii) que vimos acima diz que a dêixis discursiva é um processo *único* que permite ao 'isso' se referir a várias entidades abstratas e a eventos. Podemos pensar em

¹¹⁷ O problema da n-adicidade variável de sentenças de ação pode ser re-estabelecido como o problema de saber o que é argumento e o que é adjunto de um dado verbo, e os eventos poderiam fornecer pistas para tal problema. Contudo, é possível pensar em soluções a partir de uma teoria de papéis temáticos, que leve em conta a ideia de hierarquia temática.

“afrouxar” esse ponto – como de fato Webber o faz ao dizer que as entidades referidas por dêixis discursiva podem ser criadas ou já estarem no universo de discurso – e dizer que a dêixis discursiva é cega em relação ao modo pelo qual entidades são introduzidas no discurso, operando tanto sobre eventos quantificados, quanto sobre entidades abstratas e mesmo eventos criados “sob demanda”. De um ponto de vista instrumental, essa situação pode não ser um problema; porém, quando pensamos sobre o que isso releva em relação às entidades abstratas e os eventos temos um quadro em que nenhuma entidade abstrata é quantificada existencialmente, alguns eventos o são e outros não são (os que chamamos aqui de eventos complexos) – esse é um quadro muito estranho. Há uma boa justificativa para tanto? Não há união entre os eventos? O que faz um evento ser quantificado existencialmente ou não? Chegamos a mesma conclusão de quem quer manter a quantificação sobre eventos: qual a razão de quantificar apenas sobre alguns eventos em algumas situações? Novamente, está colocado o impasse.

Passemos agora a análise do 'isso' como um termo quantificacional, inspirados na discussão feita no capítulo anterior sobre a proposta de Wolter (2006).

4.2. A análise quantificacional do 'isso' anafórico

Voltemos novamente à sequência (84)-(84a-e) e à formalização que oferecemos para (84):

(84) João foi demitido.

(84a) Eu não acredito nisso!

(84b) Isso aconteceu ontem.

(84c) Puxa, isso é terrível!

(84d) Isso é realmente um jeito estranho de descrever o que aconteceu...

(84e) Isso é mentira!

(84') $\exists e [\text{Demissão}(e) \wedge \text{Tema}(e, \text{joão}) \wedge \text{Passado}(e)]$ ¹¹⁸

¹¹⁸ Como aqui se trata de semântica dinâmica, talvez a representação como o quantificador existencial fechando a sentença não seja a melhor alternativa. O que interessa notar que é que eventos introduzidos por verbos flexionados se comportam como indefinidos, ou seja, carregam uma pressuposição de novidade ou de não-familiaridade.

Tomemos ainda a forma lógica que oferecemos para o 'isso' pronominal:

para um contexto qualquer, $C = \langle \text{Sat}, \text{Dom} \rangle$, com o conjunto de referentes salientes $\text{Sal} \subseteq \text{Dom}$, se um pronome demonstrativo é usado com felicidade em C :

$$\begin{aligned} i \in \text{Sal} \ \& \ \forall \langle s, g \rangle \in \text{Sat}[\text{Desc}(s1)(g(i))] \ \& \quad (i) \\ \forall k \geq_{\text{Saliente}} i [\forall \langle s, g \rangle \in \text{Sat}[\text{Desc}(s1)(g(k))] \rightarrow k = i], \quad (ii) \\ s1 \text{ é uma situação não-default (parte própria da situação default } s) \quad (iii) \end{aligned}$$

em que $\text{Desc}(s1)(g(i))$ é verdadeira sse o indivíduo atribuído a i pela função g tem a propriedade denotada por Desc em $s1$, e \geq_{Saliente} é uma relação de ordem parcial sobre $\text{Sal} \times \text{Sal}$, tal que $x \geq_{\text{Saliente}} y$ sse x é pelo menos tão saliente quanto y .

Com esses elementos, podemos esboçar um argumento que leva ao impasse a que chegamos na seção acima. O argumento pode ser feito nos seguintes passos:

(a) suponhamos que ofereçamos uma formalização neo-davidsoniana à sentença (84), ignorando representações de tempo, aspecto e acionalidade:

$$(84') \exists e [\text{Demissão}(e) \wedge \text{Tema}(e, \text{joão}) \wedge \text{Passado}(e)];$$

(b) tomemos o predicado em (84b) como sendo 'acontecer ontem', para facilidade de exposição; a retomada anafórica do evento em questão seria:

(84b') pressupõe¹¹⁹:

$$\begin{aligned} i \in \text{Sal} \ \& \ \forall \langle s, g \rangle \in \text{Sat}[\|\lambda e. \text{demissão do João}(e)\|(s1)(g(i))\|] \ \& \quad (i) \\ \forall k \geq_{\text{Saliente}} i [\forall \langle s, g \rangle \in \text{Sat}[\|\lambda e. \text{demissão do João}(e)\|(s1)(g(k))\|] \rightarrow k = i], \quad (ii) \\ s1 \text{ é uma situação não-default (parte própria da situação default } s) \quad (iii) \\ \text{asserta: } \lambda s. \text{ACONTECER-ONTEM}(s)(g(i))(s1) \end{aligned}$$

¹¹⁹ O que preenche o Desc não precisa ser necessariamente o que indicamos em (84b'), mas simplesmente ser um evento (algo como, $\lambda e. \text{Pe}$), dado que será, de qualquer forma, o mais saliente.

Apesar do requisito de familiaridade (fraca) estar satisfeito a partir da formalização oferecida em (84'), porque atribuímos um índice i ao evento de João ter sido demitido, não é explícito que sabemos que o 'isso' de (84b) retomará eventos, não há nada que nos dê tal informação; só ficamos sabendo disso quando o predicado 'acontecer ontem' é computado¹²⁰. Tal fato fica mais evidente ao contrastarmos 'isso' e 'ele':

(94) Um homem entrou. Ele...

(95) João foi demitido. Isso...

Se dermos ao 'ele' de (94) uma interpretação anafórica, seu antecedente será 'um homem' da sentença imediatamente anterior, independentemente da predicação que façamos sobre esse 'ele'; em outras palavras, para a sequência (94), sabemos que na interpretação anafórica o 'ele' terá como antecedente 'um homem' sem levar em conta a predicação. O mesmo, por outro lado, não pode ser dito de (95); a não ser que saibamos a natureza da predicação (se o predicado que se combinará com 'isso' pede eventos, proposições, atos de fala, etc.), não sabemos qual é o antecedente do 'isso'. Assim sendo, o 'isso' anafórico, como termo quantificacional, é melhor entendido não como anafórico simples, mas sim como um termo “januário”, que “olha para os dois lados”: refere-se a uma entidade familiar, mas somente sabemos a que entidade se refere se soubermos o que vai ser dito sobre ela¹²¹. Como já indicamos acima, essa característica de 'isso' que estamos propondo pode ser consequência da total ausência de marcas gramaticais que possam funcionar como material descritivo (gênero e número gramatical).

Voltemos agora ao exemplo (84b'). Vamos supor que a informação sobre o tipo de entidade com que se combina um dado predicado seja dada pelo próprio predicado, i.e., que seja uma informação lexical. Ainda assim, faltaria implementar de alguma forma tal exigência por parte dos predicados quando se combinam com o 'isso' anafórico, e o mais óbvio seria dizer que o predicado atua na delimitação de Desc, e o que teríamos para (84')-(84b'), informalmente, seria algo como:

¹²⁰ Apenas para contrastar: consideramos que tal informação, no caso da teoria de Webber, pode ser acrescida à função referencial.

¹²¹ Não procuraremos indicar nenhuma solução para o problema de saber como o 'isso' recebe informações de outros elementos do contexto; apenas supomos que tal problema é passível de ser contornado e seguimos com o argumento. Para maiores considerações sobre isso, cf. Wolter, 2006, pp. 175-176.

- (84') atualiza o discurso, introduzindo 'j' e o evento 'e';
(84b') 'isso' refere-se a 'e' e o predicado é 'acontecer ontem'.

Nessa sequência, mesmo que não saibamos de antemão a que o 'isso' se referirá, o evento ao qual ele por fim se refere está presente no universo de discurso. Numa tal situação, basta que, de alguma maneira, somemos ao 'isso' a informação de que ele terá um evento como antecedente. Porém, a figura se complica ainda mais quando tomamos a sentença (84c) ou (84d) porque no caso dessas sentenças as entidades a que o 'isso' se refere não estão no universo de discurso; sendo assim, não basta que saibamos que em (84c) o 'isso' terá um fato como antecedente e em (84d), um *dictum*, pois eles não estão no universo de discurso, ou, pelo menos, se lá estão, não foram introduzidos da mesma maneira que os eventos o foram. Para continuções como essas, é necessário algum mecanismo para “dar vida” às entidades demandadas por cada predicação. Enquanto que com (84b) basta a instrução “pegue um evento” dada pelo predicado, para casos como (84c) temos mais complexidade, e as instruções algo como seriam “crie um fato” e então “pegue um fato (aquele criado)”.

Podemos então dar o passo seguinte no argumento:

(c) o 'isso' anafórico, como termo quantificacional, deve retomar pelo mesmo mecanismo tanto eventos, quanto proposições, fatos, atos de fala, *dicta*, etc.;

(d) considerando o passo (c), quais as razões, frente à evidência da anáfora, de reservar na forma lógica de uma sentença como (84) um lugar para uma variável de eventos e não para as outras entidades abstratas? Ora, se a anáfora se dá da mesma forma (através do mesmo mecanismo), seria de se esperar que os antecedentes tivessem a mesma representação. Pode ser que os eventos estejam sempre presentes no universo de discurso quanto temos sentenças como (84) e as outras entidades abstratas sejam sempre “criadas”. Porém, novamente, dado que o mecanismo da anáfora é sempre o mesmo, e apenas os eventos estão presentes no universo de discurso, seria, do ponto de vista da evidência da anáfora, muito mais econômico juntar os eventos às outras entidades abstratas e fazer com que eles “ganhem vida” quando necessário. Se levarmos ainda em conta o exemplo (91)-(91'), devemos considerar que *inclusive* eventos “ganham vida” sob demanda. De uma forma ou de outra, chegamos ao impasse com o qual encerramos a seção acima: (i) ou contamos com variáveis para todas as entidades

abstratas; (ii) ou não contamos com variáveis para nenhuma, aí incluídos os eventos; (iii) ou justificamos por que devemos ter variáveis apenas para eventos.

Ao passo que podemos atribuir a Webber (1989, 1991) uma maior probabilidade de se filiar a alternativa de que nada está na forma lógica, Wolter (2006) parece mais propensa a adotar a ideia de que as situações conversacionais nas quais falantes estão envolvidos estão sempre “freely populated with abstract objects identified by the discourse participants” (p. 173) – pelo menos para os usos dêiticos de pronomes como 'isso' quando se referem a entidades abstratas.

No fim das contas, mesmo adotando uma posição como a de Wolter, seria necessário argumentar a favor da razão de reservar um lugar para os eventos na forma lógica e não para as outras entidades – em suma, não nos livramos do impasse.

Vejamos agora a última alternativa que apreciaremos nesta tese, a proposta de Asher (1993).

4.3. A análise de Asher (1993)

Asher (1993) apresenta uma teoria extremamente sofisticada e abrangente de como lidamos com entidades abstratas no discurso. Sua teoria mobiliza os conceitos e o ferramental da DRT e é bastante compatível com o que apresentamos na seção imediatamente acima. A rigor, poderíamos incluir Asher naqueles que consideram que uma palavra como o 'isso' é um termo quantificacional. Contudo, à diferença do que vimos acima, o autor postula, além de uma teoria sobre segmentos de texto (a SDRT), uma longa série de intrincados mecanismos para dar conta do problema da extração de referentes desses segmentos. Assim sendo, não faremos aqui, por motivos de espaço e escopo, uma apreciação detalhada de todos os meandros da teoria de Asher; antes, nos contentaremos em analisar como tal teoria dá conta de sequências como (3) e (84).

Quando se trata de uma anáfora como a de (84)-(84b), a teoria de Asher, a princípio, equivale ao que dissemos na seção acima, e sofre dos mesmos problemas. A forma lógica oferecida à sentença (84) seria como (84'); fundamentalmente:

event discourse referents introduced by the inflection node I seem to behave quite analogously to individual discourse referents introduced by indefinite noun phrases rather than definites. (Asher, 1993, p. 234).

O ponto mais interessante a notar aqui é a saída que Asher dá à necessidade de criar entidades, de “dar vida” a elas, como no caso dos exemplos (84c) e (84d). Ao invés de apelar para algum mecanismo generalizado de acomodação de (pressuposição de) existência, ou de assumir que o contexto discursivo é livremente populado por entidades abstratas, Asher postula o que podemos chamar de “entidade abstrata coringa” (EAC): “I will broaden this list of distinct type here by supposing that there are in addition [i.e., para além das entidades que listamos no gráfico da seção 1.5., do capítulo 1] *abstract discourse referents*, k_1 , k_2 .” (p. 145).

Ao longo da computação de uma dada sequência de sentenças, uma dada EAC será identificada como um tipo particular de entidade abstrata entre aquelas arroladas no gráfico da seção 1.5. do capítulo 1 pelo predicado que se combinará com entidades abstratas.

A melhor maneira de exemplificar as operações necessárias aqui e como elas funcionam é através de um exemplo. Contudo, ao apresentar tal exemplo não adentraremos na formalização oferecida por Asher, tanto pela sua complexidade quanto pelo interesse da exposição, mas seguiremos passo a passo as operações que o autor utiliza. Tomemos a sentença abaixo:

(96) João informou Maria da demissão de Pedro.

Em primeiro lugar, consideraremos o verbo 'informar' veiculando algo como (ignoraremos a preposição 'de' aqui):

'informar' = $\lambda f \lambda x \lambda y \lambda e. e\text{-informar}(y, x, f)$

Devemos capturar a intuição de que 'informar' é um evento que envolve fatos como argumentos (ou seja, alguém informa algo para outro alguém, esse algo é tomado por verdadeiro). Para tanto, Asher postula o seguinte:

'informar' = $\lambda z \lambda x \lambda y \lambda e. e\text{-informar}(y, x, z) \text{ e } \text{char}_f(z) \text{ e } \text{fato}(z)$

' $\text{char}_f(z)$ ' ou ' \approx ' é uma função que caracteriza uma dada estrutura de discurso¹²² como pertencendo a um

¹²² Podemos entender estrutura de discurso como uma ou mais DRS (*discourse representation structure*), ou como subDRS,

determinado tipo de entidade abstrata; no caso ' $\text{char}_f(z)$ ' caracteriza uma dada subDRS como um fato. Por sua vez, ' $\text{fato}(z)$ ' introduz certas condições a que apenas fatos satisfazem entre as restrições e exigências de uma determinada estrutura de discurso.

Se efetuarmos as substituições de ' λx ' por Maria e de ' λy ' por João, temos:

$\lambda z \lambda e. e\text{-informar}(\text{João}, \text{Maria}, z) \text{ e } \text{char}_f(z) \text{ e } \text{fato}(z)$

Por sua vez, o trecho 'a demissão de Pedro' denota o seguinte (não entraremos nos detalhes da nominalização aqui; eles serão tópicos da parte 3):

'a demissão' = $\lambda e \lambda w \lambda Q. e\text{-demitir}(w)$

'demissão' denota um evento, porém não é com esse tipo de objeto que 'informar' se combina. Para resolver tal incompatibilidade, Asher lança mão de uma regra de transformação (p. 159) para chegar, a partir de 'demissão', a uma EAC:

$\text{EAC} = \lambda k \lambda e \lambda w \lambda Q. k \approx e\text{-demitir}(w)$

O próximo passo é associar a propriedade Q à entidade k:

$\text{EAC} = \lambda e \lambda w \lambda Q. k \approx e\text{-demitir}(w) \text{ e } Q(k)$

Associa-se 'Pedro' a 'w' através de mais uma regra específica:

$\text{EAC} = \lambda Q. k \approx e\text{-demitir}(\text{Pedro}) \text{ e } Q(k)$

Por fim, resta combinar a EAC com 'informar', e a EAC é classificada como fato. Abaixo, a representação em DRT:

grosso modo, trechos de sentenças (às vezes, descontínuos).

y, x, w, f, e'			
João(y)			
Maria(x)			
e'-informar(y,x,f)			
Pedro(w)			
f ≈	<table><tr><td>e</td></tr><tr><td>e-demissão(w)</td></tr></table>	e	e-demissão(w)
e			
e-demissão(w)			

O mesmo mecanismo aplica-se caso a entidade abstrata seja uma proposição (char_p), um “event-type” ou qualquer outra. Quando temos que lidar com exemplos como (91)-(91'), em que o antecedente é um evento composto, aplica-se o mesmo mecanismo e somamos os eventos em uma EAC, que depois será classificada como evento.

Verbos flexionados introduzem eventos no discurso, à maneira como indefinidos fazem com indivíduos; as outras entidades abstratas são extraídas através dos mecanismos acima: gera-se uma EAC, que será então composta e depois classificada. O mecanismo da EAC se aplica também a eventos, quando se trata de eventos compostos. Poder-se-ia dizer que, a rigor, há dois mecanismos em jogo aqui: um mobilizado para lidar com anáfora de eventos simples (que é o semelhante ao que lida com anáforas de indivíduos, senão igual) e outro para lidar com todo o resto, incluindo eventos compostos.

Assim sendo, a teoria de Asher aproxima a retomada de eventos simples à retomada de indivíduos, mas gera como efeito colateral (a) uma cisão entre eventos simples e compostos (ou complexos) que não é, em princípio, claro se devemos ou não aceitar, e (b) joga fora o item (ii), da seção 4.1.1., que diz que o mecanismo por trás das sequências (84) e (3) é sempre o mesmo¹²³. Se pensarmos nos termos das sequências (84) e (3), nos tipos de entidades abstratas e quais tipos de mecanismos temos que lidar, ficamos com o seguinte quadro:

evento simples = anáfora de indivíduos

evento composto = anáfora através de EAC

¹²³ Vale notar ainda que o caso das anáforas de eventos simples pode ir contra a afirmação de Asher de que eventos se comportam como entidades abstratas do ponto de vista da anáfora; pelo que vimos, tal afirmação só faz sentido se pensarmos em anáfora de eventos compostos, o que traz consigo certo número de problemas.

demais tipos de entidades abstratas = anáfora através de EAC

Além do problema da necessidade ou plausibilidade dessa cisão entre os eventos, se levarmos em conta que o 'isso' anafórico retoma sem restrições eventos simples e compostos, mas não indivíduos, a ideia de mecanismos distintos operando para retomar eventos simples e outras entidades abstratas fica ainda mais enfraquecida.

Assim sendo, se mantivermos a exigência de um mesmo mecanismo para dar conta das sequências que nos interessam, a abordagem de Asher nos leva ao mesmo impasse: os eventos devem ser representados do mesmo modo que as outras entidades abstratas, ou então deve haver alguma justificativa para a diferença de representação na forma lógica.

4.4. Eventos e a extração de referentes

As três últimas seções lidaram com o problema específico de saber como é possível extrair entidades de trechos (ou segmentos) de texto e também de definir o lugar dos eventos entre as entidades mobilizadas pelo 'isso' de sequências como (3) e (84). Talvez seja interessante resumir aqui as alternativas e as suas consequências.

Resumidamente, um pronome como 'isso' refere-se a entidades que não são introduzidas no universo de discurso pelos veículos canônicos, i.e., sintagmas indefinidos ou nomes próprios, mas sim por segmentos de texto. Há duas exceções aqui: a primeira delas são os casos em que o 'isso' pode ter como antecedente um sintagma indefinido, e a segunda são os eventos que, mesmo quando veiculados através de um verbo flexionado, têm a mesma representação que um indefinido¹²⁴.

Deixando de lado, por ora, essas exceções, resta saber como é possível que segmentos de texto refiram-se a indivíduos. A saída de Webber, através da “deferred ostension”, é (i) apelar para acomodações de pressuposição de existência; a saída oferecida por Wolter é dizer que (ii) o contexto discursivo está livremente populado por entidades abstratas; e, finalmente, Asher postula (iii) uma série complexa de operações que “transformam” segmentos de textos em indivíduos de certo tipo quando

¹²⁴ Como já dissemos em outra nota, tanto faz aqui se pensarmos nos termos de semântica dinâmica ou simplesmente numa quantificação existencial, o que interessa é manter o mesmo tratamento de indefinidos e eventos introduzidos no discurso por verbos flexionados.

necessário. Com uma ou outra dessas operações, e certas escolhas a serem feitas sobre o estatuto semântico do 'isso', o papel dos predicados envolvidos e uma teoria sobre a estrutura do discurso é possível dar conta de todas as anáforas que têm como antecedente entidades abstratas. Podemos então voltar à segunda exceção.

Como procuramos deixar claro com o impasse descrito acima, o fato de os eventos serem representados como indefinidos coloca problemas para as análises feitas aqui, arrolados abaixo:

1) o 'isso' e as sequências como (84) e (3) são sempre uniformes, ou seja, há apenas um item 'isso' e apenas um mecanismo para dar conta de (84) e (3). Sendo assim, por que os eventos são representados como indefinidos na forma lógica, mas não as outras entidades abstratas?

2) na verdade, há dois mecanismos envolvidos em sequências como (84) e (3), um para lidar com eventos e outro para lidar com as outras entidades abstratas. Se esse é o caso, por que há o paralelismo apresentado pelas sequências? De qualquer forma, quando se trata da retomada de uma evento composto, o mecanismo passa a ser o mesmo das outras entidades abstratas. Qual é a então a diferença entre eventos simples e compostos? Trata-se realmente de uma distinção interessante?

3) não há nenhuma evidência conclusiva de que o 'isso' seja ambíguo e, de qualquer forma, a ambiguidade que resolveria o problema aqui colocado é um tanto quanto específica e certamente *ad hoc*.

Como é possível notar, nenhuma das saídas apresentadas é plenamente satisfatória; ora o são do ponto de vista formal, ora do ponto de vista da economia teórica, ora do ponto de vista intuitivo, mas parecem nunca satisfazer os três ao mesmo tempo.

Não quantificar sobre eventos diante de sentenças com verbos de ação seria ir na contramão de quase toda a pesquisa linguística atual; dizer que o universo de discurso está livremente populado de entidades abstratas, mas quantificar existencialmente apenas sobre eventos é uma posição pouco confortável, principalmente do ponto de vista intuitivo (afinal, uma explosão é o mesmo que uma proposição?; aliás, eventos são concretos, e não abstratos...); finalmente, postular um mecanismo para retomada de eventos e outro para entidades abstratas, mas que também inclui eventos compostos, além de exigir uma definição de evento simples e composto, soa como uma saída *ad hoc*: por que um evento

composto funciona como uma entidade abstrata na anáfora, mas não um evento simples?

Até agora, estamos comparando os eventos a outras entidades abstratas e, como indicamos no capítulo 1, quando se trata de anáfora, os eventos se comportam como as entidades abstratas canônicas (proposições, fatos, etc.). Uma das principais características desse tipo de anáfora é que ela se dá mediante um tipo de extração de referente de um segmento de texto. Claramente, isso mostra que os eventos não se comportam como os indivíduos quando se trata de anáfora: não há extração de referentes neste último caso. Mesmo que seja necessário processos de extração de referentes de segmentos de texto quando se trata de indivíduos, esses processos certamente serão muito marginais.

Se a evidência da anáfora é tão forte quanto propomos, estabelecemos um primeiro pilar de um argumento que sugere que os eventos não são entidades concretas: mais do que isso, e mais importante para teorias linguísticas, os eventos não se comportam anaforicamente como os indivíduos. Esse primeiro pilar, aproxima os eventos das entidades abstratas. Contudo, para que o argumento tenha mais peso, ainda é necessário mostrar que os eventos de fato se distanciam dos indivíduos quando se trata da anáfora. E isso nos leva imediatamente à apreciação da primeira exceção que vimos acima – os casos em que o 'isso' tem um indivíduo (veiculado por um DP) como antecedente. Devemos especular mais sobre as razões de 'isso' retomar entidades concretas apenas sobre certas condições. Devemos também esperar que, se o 'isso', por quaisquer razões, for especializado em entidades abstratas, ele deve retomar um evento nominalizado e sua contraparte com um verbo flexionado. Esses são os tópicos da seção abaixo.

4.5. Mais sobre o 'isso' e um rápido olhar sobre a nominalização

Uma primeira hipótese sobre a dinâmica do 'isso' pode ser a seguinte:

(H1) a palavra 'isso' é sensível (i) ao tipo de entidade que veicula e (ii) ao processo pelo qual se refere aos diferentes tipos de entidade, de modo que, quando usada deiticamente, essa palavra pode referir-se a qualquer tipo de entidade sem restrições, e quando usada anaforicamente refere-se sem restrições apenas a entidades abstratas (e eventos).

Essa primeira hipótese não oferece nenhuma pista sobre quais os contextos em que o 'isso'

retomará indivíduos concretos. H1 concentra-se inteiramente nos tipos de entidades e prega que o 'isso' tenha sensibilidade a essa característica. Com ela podemos fazer a seguinte previsão: (i) dado que o 'isso' retomará anaforicamente quaisquer entidades abstratas, (ii) que os eventos se comportam como entidades abstratas na anáfora (entre outras coisas, porque pode ser retomado por 'isso'), (iii) deveríamos esperar que 'isso' retome eventos nominalizados – afinal, muitas vezes é possível, através de nominalizações, chegarmos a sentenças sinônimas ou quase sinônimas de sentenças com verbos flexionados.

Asher (1993, p. 150) afirma algo semelhante:

Derived nominals can form sentential nominals, in the sense that their content is the same as that of a sentence. *The army's destruction of the city*, for instance, introduces an event in which the army destroyed the city; thus, the sentence, *the army destroyed the city*, makes the same semantic contribution to a discourse as the nominal in (1.a) and (1.b):

(1.a) The army's destruction of the city was bloody.

(1.b) The army destroyed the city. It was bloody.

Novamente, o ponto aqui é que seja através de um verbo flexionado, ou seja através de (um determinado tipo de) nominalização pode-se veicular um mesmo evento. É por isso que a forma lógica a ser atribuída a (1.a) e (1.b) será a mesma. Contudo, quando analisamos dados do português, contrariamente ao que prevê H1, não obtemos os mesmos resultados. Tomemos as sentenças abaixo, que veiculam um evento indefinido:

(97) Uma bomba explodiu no Paquistão. O jornal disse que *isso* aconteceu ontem.

(98) ? Uma explosão de uma bomba no Paquistão. O jornal disse que *isso* aconteceu ontem.

Contudo, a sentença (98) pode não ser um bom exemplo de nominalização, entre outras coisas porque o trecho “Uma explosão de uma bomba no Paquistão” sequer pode receber valor de verdade; é um termo. Uma maneira mais interessante de pensar a nominalização é através de verbos suportes (não no sentido técnico da sintaxe), que simplesmente indiquem a existência de um evento – o julgamento de aceitabilidade, contudo, a nosso ver, se mantém:

(98a) ? Houve/Existiu/Ocorreu/Aconteceu [uma explosão] de uma bomba no Paquistão. O jornal disse que *isso* aconteceu ontem/O jornal disse que *isso* causou um enorme transtorno.

A forma lógica a ser oferecida para a primeira sentença de (97) e (98a) é a mesma:

(97') $\exists e \exists x [\text{Explosão}(e) \wedge \text{Bomba}(x) \wedge \text{Tema}(e, x) \wedge \text{Em}(e, \text{Paquistão})]$

Ora, se H1 estivesse correta, tanto (97) quanto (98a) deveriam ser ambas boas – e esse não é o caso. Outra previsão errada de H1 é aceitabilidade de sentença abaixo, que é, no mínimo, estranha:

(99) ? [Um enorme terremoto]₁ atingiu a China. [Isso]₁ deixou 2.000 desabrigados.

Esses contrastes levam a crer que 'isso' seja menos sensível ao tipo de entidade com que se combina do que poderíamos supor num primeiro momento, e mais sensível à estrutura sintática do seu antecedente. Tentemos então a seguinte hipótese:

(H2) a palavra 'isso' é sensível à estrutura linguística de seu antecedente (obviamente, essa sensibilidade só se manifesta quando o antecedente é veiculado linguisticamente, ou seja, nos usos anafóricos), e tem *preferência* por antecedentes que não apresentam estrutura nominal (ou seja, de DP ou NP).

Diferente de H1, H2 ignora completamente o tipo de entidade em jogo e concentra-se exclusivamente na estrutura sintática dos antecedentes de 'isso'¹²⁵. Contudo, H2 dá conta do contraste entre (97) e (98a): apesar de ambas as sentenças se referirem a eventos, somente (97) o faz através de um verbo flexionado; e o uso de “preferência” salienta não só que são poucos os casos em que um DP serve de antecedente a 'isso', mas também que o 'isso' sempre procura como antecedente uma entidade abstrata; se fosse possível resumir os contextos ou as condições em que o 'isso' pode ter um DP como antecedente, poderíamos simplesmente acrescentar essas informações a H2.

Segundo H2, a aparente especialização de 'isso' para retomar entidades abstratas deve-se apenas ao fato de que, na imensa maioria das vezes, as entidades abstratas *não são veiculadas por DPs*, mas sim por uma ou mais sentenças e trechos desconexos de uma ou mais sentenças (ao passo que os

¹²⁵ As hipóteses H1 e H2 podem ser vistas como correlatos da ideia de “deep anaphora” e “surface anaphora”, segundo a qual um termo anafórico pode ser escolhido devido ao tipo de antecedente ou devido ao tipo de estrutura linguística (superficial) que o veicula. Agradeço ao prof. Sérgio Menuzzi por essa observação.

indivíduos canônicos *são veiculados por DPs*). Se voltarmos ao exemplo (99), veremos que a sentença não é ruim se considerarmos como antecedente do 'isso' o *fato* de “um enorme terremoto ter atingido a China” – algo que não está superficialmente veiculado na sentença (99). A preferência de 'isso' por estruturas sentenciais pode ser derivada do fato de 'isso' não disparar nenhum tipo de concordância e nem poder ser seguido de uma propriedade nominal, ou seja, não têm material descritivo algum; ora, antecedentes sentenciais, ao contrário de DPs (i.e., antecedentes não-sentenciais) também não disparam qualquer tipo de concordância, assim como não sabemos de antemão a que entidade darão vez (fatos, proposições, eventos, etc). Desse modo, podemos pensar que o 'isso' concorda pela negativa, pelo fato de não haver com o que concordar com antecedentes sentenciais (os segmentos de textos); ao passo que DPs sempre dispararão concordância, tendo como termo anafórico canônico estruturas que encerram concordância. Ainda sobre o uso de “preferência”, ele reflete que há muito “trabalho pragmático” operando nas anáforas e que podemos acomodar antecedentes para o 'isso' sob alguns condições, provavelmente mediante algum tipo de coerção.

O contraste entre (97) e (98a) pode lançar luz sobre a afirmação de Asher de que os eventos se comportam anaforicamente como entidades abstratas¹²⁶, que vimos no capítulo 1, seção 1.5. Tal afirmação, se analisada à luz dos dados sobre o 'isso' e lavando em conta H2, não está de todo correta: o 'isso' retoma eventos apenas porque e quando são veiculados por verbos flexionados – não há relação com o tipo de entidade do seu antecedente.

Desse modo, devemos esperar que (98a) seja ruim – não devido *ao tipo* de entidade por ela veiculado, mas pelo *modo através do qual* a entidade é veiculada. Esses apontamentos levam à conclusão de que a evidência da anáfora que provém de 'isso' nada pode dizer sobre o estatuto dos eventos, pela simples razão de que os processos anafóricos analisados aqui não são sensíveis ao tipo de entidade envolvido, mas sim à maneira pela qual os antecedentes são estabelecidos.

Se, por um lado, de acordo com H2, a previsão de que o 'isso' não retoma nominalizações porque elas estão no interior de DPs, está correta, devemos, por outro, analisar a previsão de que entidades abstratas veiculadas por DPs não sejam retomadas por 'isso'. Além dos fatos, que podem ter por vezes uma forma muito próxima às nominalizações, as outras entidades abstratas não são, como já dissemos, normalmente veiculadas por DPs; uma proposição, por exemplo, é veiculada por uma sentença ou estruturas sentenciais, o mesmo se dá com atos de fala e também com *dicta* – e será

¹²⁶ A afirmação de Asher vale tanto para eventos veiculados através de nominalizações, quanto através de verbos flexionados.

praticamente impossível encontrar exemplos relevantes para o caso dessas últimas entidades¹²⁷. Voltando aos fatos, os exemplos que interessam são:

(100) ? Pedro informou Maria d[a demissão do João]. Maria lamentou [isso].

(101) ? João achou bom que choveu. Isso aliviou o calor.

Como previsto, além de encontrarmos pouquíssimos exemplos, os que encontramos são ligeiramente estranhos; tudo isso reforça H2.

Qual conclusão podemos tirar do impasse visto acima, à luz de H2? Lembramos que o impasse, num primeiro momento, aproximava os eventos das entidades abstratas, pela evidência da anáfora, a partir do comportamento linguístico de eventos e de entidades abstratas. O raciocínio era de que, se eventos se comportam do mesmo modo que entidades abstratas, deve ser porque eles são abstratos. Vimos que, num segundo momento, o impasse também nos levava a querer representar na forma lógica os eventos e as entidades abstratas de uma mesma forma, porque os mecanismos envolvidos na anáfora de ambos devem ser os mesmos.

Se concluímos que o 'isso' anafórico nada pode revelar sobre a natureza da entidade que lhe serve de antecedente, porque só se preocupa com sua estrutura sintática, ainda não falamos nada sobre as implicações de H2 para a forma lógica.

Podemos pensar o seguinte: há um mecanismo de extração de referentes de segmentos de texto – que pode ser qualquer um dos três exemplificados na seção acima –, não interessa qual o tipo da entidade a ser extraída. O fato de que as entidades abstratas são, via de regra, extraídas de segmentos de texto e que, portanto, não são canonicamente (se é que podem ser, com exceção dos fatos e eventos) veiculadas por DPs pode ser simplesmente contingente, ou seja, não há nada de intrínseco no mecanismo de extração de referentes e no modo como antecedentes abstratos são introduzidos num dado discurso.

Contudo, proposições, atos de fala, fatos, *dicta* e outros, à diferença dos eventos, não são introduzidos no discurso como indefinidos ou através de quantificação existencial. Temos ainda que responder a questão de por quê os eventos aparecem na forma lógica e não as outras entidades, se o mecanismo de extração de referentes de segmentos de texto atua quando lidamos com eventos

¹²⁷ Nada diremos aqui indivíduos plurais ou espécies que podem ser também considerados abstratos, pois há bastante controvérsia quanto ao seu estatuto.

veiculados por verbos flexionados.

Em outras palavras, sempre que usamos o 'isso' anafórico, algum processo de extração de referentes de segmentos de texto está em jogo; o uso de 'isso' anafórico quando seu antecedente é uma entidade abstrata é interessante na medida em que tal entidade não está no universo de discurso e “ganha vida sob demanda”. Entretanto, sempre que temos uma sentença com um verbo de ação, temos um evento, e não faria sentido, em princípio, usar um mecanismo de extração de referentes, através do 'isso' anafórico, num caso em que os referentes já são automaticamente introduzidos no discurso. O ponto é que todo esse raciocínio pode ser feito considerando que H2 está correta; assim, mesmo com H2, a sensação de redundância da quantificação sobre eventos diante de sentenças com verbos flexionados não desaparece¹²⁸.

Um raciocínio parecido vale para o caso de considerarmos que o universo de discurso está livremente populado por entidades abstratas: por que quantificar sobre eventos introduzidos por sentenças com verbos flexionados?

Há duas coisas a serem apreendidas aqui:

(a) uma delas é a semelhança em relação à forma lógica entre (97) e (98a). Tal semelhança deveria ser capturada por algo como H1, pois espelha uma característica dos eventos, da maneira como se supõe que lidamos com eles; tem a ver com a natureza das entidades envolvidas;

(b) a outra é a semelhança entre o processo de retomada de eventos introduzidos por verbos flexionados e o de retomada de entidades abstratas. Essa semelhança deveria ser capturada por H2, e pode ser entendida superficialmente, ou seja, não tem a ver com a natureza das entidades envolvidas.

Contudo, H1 falha ao prever que (97) e (98a) tenham o mesmo comportamento; e H2 não nos livra da aparente redundância de quantificar sobre eventos introduzidos no discurso por verbos (de ação) flexionados.

Como conclusão, podemos dizer que, mesmo que a evidência da anáfora por 'isso' não possa revelar nada sobre a natureza do seu antecedente, os mecanismos até agora analisados para dar conta dessa anáfora, aliados a uma semântica de eventos (neo-) davidsoniana, coloca em cheque a forma lógica proposta para as sentenças de ação; e, como vimos acima, esse impasse é extremamente

¹²⁸ Esse problema também persistiria no caso de H1.

complexo e sem saídas claras.

Pode ser o caso que (97) e (98a), na contramão do que prega a literatura, não tenham a mesma forma lógica. Se esse for o caso, devemos descartar tanto H1 quanto H2 e procurar outras alternativas. Porém, uma análise mais detalhada da relação entre (97) e (98a) será feita apenas na próxima parte. Por ora, vejamos o caso do encapsulamento anafórico.

Capítulo 5 – Descrições Demonstrativas

There's this farmer and he has these chickens, but they'll lay any eggs. So he'd call a physicist to help. The physicist then does some calculations, and he says:
- I have a solution, but it only works with spherical chickens in a vacuum.

The Big Bang Theory, primeira temporada, episódio 9

Interessa-nos, neste capítulo, sequências como (25), repetida aqui, a que chamaremos de encapsulamento anafórico:

(25) João morreu ao cair do telhado.

(25a) Não acredito nessa bobagem!

(25b) Quando ocorreu essa tragédia?

(25c) Esse fato é horrível!

(25d) Essa maneira de colocar as coisas não está correta.

Como no caso da sequência (3), a partir de uma mesma sentença licenciadora, vários antecedentes (abstratos) são extraídos, mas as diferenças entre as sequências (3) e (25) são gritantes. Em (25), o demonstrativo tem um núcleo nominal e concorda em gênero e número com ele; além disso, via de regra, o nome do núcleo tem por função caracterizar axiologicamente o antecedente, ou seja, o nome que segue o demonstrativo denota geralmente uma opinião valorativa do falante sobre o antecedente; quando esse não é o caso, o nome que segue o demonstrativo enquadra ou classifica, novamente de acordo com a opinião do falante, o antecedente.

Como no caso do 'isso' anafórico, o predicado desempenha um papel importantíssimo como seletor de entidades e a estrutura retórica também desempenha seu papel:

(102) (a) Para o seu trabalho conjunto de fim de curso, João construiu um robô com dois braços.

(b) Para tanto, ele estudou 2 meses de robótica.

(c) Por sua vez, Maria ensinou o robô a tocar violão.

→ a sequência acima deve ser seguida por cada um das sentenças abaixo, ou seja, primeiro lê-se (102a, b, c) e (102d), depois (102a, b, c) e (102e), e assim por diante.

(d) Essa tarefa levou seis meses.

- (e) Esse treinamento tomou dela seis meses.
- (f) Esse trabalho rendeu a eles uma nota A.
- (g) Esse tanto foi o que João fez.

Porém, diferentemente do 'isso', não parece ser plausível uma análise em termos de referência direta das descrições demonstrativas – como, aliás, o termo “descrição” indica. Se tratássemos o 'essa bobagem' de (25a) como um termo de referência direta, *à la* Kaplan, deveríamos esperar que 'bobagem' não fizesse parte da proposição e fosse simplesmente um elemento do caráter (cf. seção 3.1, do capítulo 3); esse certamente não é o caso, pois o nome que segue o demonstrativo desempenha papéis importantes na dinâmica textual e nas inferências permitidas. Portanto, ao lidar com descrições demonstrativas, nos concentraremos apenas na proposta de Wolter (2006).

Antes de apresentarmos uma análise do encapsulamento anafórico baseada nos moldes de Wolter (2006), é necessário nos determos um pouco sobre o que caracteriza esse fenômeno; faremos isso na seção abaixo. Após essa caracterização, voltaremos à análise da anáfora de eventos através de descrições demonstrativas.

5.1. Encapsulamento anafórico

Provavelmente, a principal referência nos estudos sobre encapsulamento anafórico é o texto de Marie-Elisabeth Conte, “Anaphoric Encapsulation”, de 1996. Como a autora reconhece, inúmeros fenômenos que cabem sob a rubrica de encapsulamento anafórico já foram alvo de outros autores, porém sob diferentes nomes. Para Conte, o que caracteriza o encapsulamento anafórico é:

uma anáfora lexicalmente baseada, construída com um nome geral (ou um nome avaliativo, um nome axiológico) como núcleo lexical e revela uma forte preferência por um determinante demonstrativo. O encapsulamento anafórico pode ser definido do seguinte modo: é um recurso coesivo pelo qual um sintagma nominal funciona como uma paráfrase resumidora para uma porção precedente do texto. Esta porção de texto (ou segmento) pode ser de extensão e complexidade variada (um parágrafo inteiro ou apenas uma sentença). (Conte [1996], 2003, p. 178)

Fundamentalmente, a ideia é que uma porção de texto seja retomada e recategorizada, e quem faz esses

dois papéis é um sintagma nominal¹²⁹ geralmente, mas não necessariamente, encabeçado por um demonstrativo.

Como tanto descrições definidas quanto demonstrativas podem ter como antecedente sintagmas nominais (ou DPs), devemos nos perguntar se o encapsulamento anafórico é o que ocorre em sentenças como as abaixo:

(103) Um homem entrou na sala. O elemento estava tão mal vestido!

(104) Um homem entrou na sala. Era esse elemento que toda a polícia procurava.

(103) e (104) recategorizam o seu antecedente, mas esse antecedente não é (ou não precisa ser extraído de) uma porção de texto. Assim sendo, reservaremos o termo encapsulamento anafórico para exemplos como aqueles da sequência (25), nos quais, fundamentalmente, o antecedente não é veiculado por um sintagma nominal (ou por um DP).

A relação estreita entre entidades abstratas e encapsulamento anafórico é ressaltada não só por Conte, mas também por Koch (2002) e Schwartz (2000, *apud* Koch, 2002) entre muitos outros; para Koch (2002, p. 94), essas anáforas são “complexas” e “não nomeiam um referente específico, mas referentes textuais abstratos, como estado, fato, evento, atividade, questão, etc.”.

Ao passo que temos mais um argumento a favor da especificidade do encapsulamento anafórico, temos também mais uma vez a consideração de evento como entidade abstrata. Conte ressalta pontos semelhantes (p. 179):

(i) Os referentes dos sintagmas nominais anafóricos [i.e., descrições] não são indivíduos, mas referentes com um status ontológico diferente: são entidades de uma ordem superior como estados de coisa, eventos, situações processos [...] ou fatos, proposições, atos de enunciação [...].

(ii) O antecedente (se é legítimo falar de um antecedente) não é claramente delimitado no texto, mas dever ser reconstruído (ou mesmo construído) pelo ouvinte/leitor.

Para as autoras, parece certo que os eventos devem ser arrolados entre as entidades abstratas; como vimos, sob o ponto de vista da anáfora, talvez esse seja o caso – resta então lidar com os problemas deixados pelo impasse que vimos acima.

Além de ter como antecedente porções de texto e recategorizá-las, outra característica extremamente importante do encapsulamento anafórico é a hipostasiação, ou seja,

¹²⁹ Novamente, o melhor termo a ser usado aqui, e em outros lugares, com relação a teorias sintáticas, é DP.

o que já está presente no modelo discursivo é 'objetificado', ou, em outras palavras, torna-se um referente. [...] Assim, o encapsulamento anafórico se torna um procedimento muito interessante de introdução de referentes no texto. Esses referentes são criados na dinâmica do texto. (Conte, p. 183)

Não é possível deixar de notar uma grande semelhança entre as considerações de Conte e as de Webber, principalmente em relação à ideia de que certas entidades são criadas ou “ganham vida” sob demanda, e uma dessas demandas é a anáfora. Essa ideia é muito interessante e poderosa, mas, nunca é demais lembrar: num quadro davidsoniano, dizer que eventos são criados sob demanda é adotar uma posição oposta a de Davidson: se adotarmos tal posição, podemos certamente abrir mão de tratar os eventos como proposto por Davidson, e procurar outras explicações para os fenômenos que estudamos com os eventos. Como já dissemos, contudo, nosso objetivo é avaliar como o programa davidsoniano passa pelo crivo da anáfora; assim, não podemos admitir que os eventos são criados sob demanda – apesar de não admitir isso nos levar inexoravelmente ao impasse visto acima.

Com essas rápidas considerações em mente, passemos à análise da retomada de eventos por descrições demonstrativas.

5.2. Eventos e descrições demonstrativas

Como vimos, segundo Wolter (2006), a forma lógica a ser oferecida para uma descrição demonstrativa é:

(48) $[[esse_n]]: \lambda F. F(s_n)$ é um conjunto unário e s_n é uma situação não-*default*.

Se definido, denota $\lambda x.F(x)(s_n)$ ¹³⁰

A partir da proposta de Roberts (2003), chegamos ao seguinte:

Descrição Demonstrativa

$i \in \text{Dom} \ \& \ \forall \langle s, g \rangle \in \text{Sat}[\text{Desc}(s1)(g(i))]$ & (i)

¹³⁰ Como se trata de descrição demonstrativa, poderíamos pensar em escrever $[[esse_n F]]$. Manteremos, contudo, a sugestão de Wolter.

$$\forall k \in \text{Dom}[\forall \langle s, g \rangle \in \text{Sat}[\text{Desc}(s1)(g(k))]] \rightarrow k = i], \quad (\text{ii})$$

$s1$ é uma situação não-*default* (parte própria da situação default s) (iii)

Tomemos inicialmente as sentenças:

(105a) João caiu do telhado.

(105b) Esse acidente aconteceu ontem.

A formalização que temos para a sequência, simplificada, é:

(105a') $\exists e [\text{Cair-do-telhado}(e) \wedge \text{Tema}(e, \text{joão})]$;

A sentença (105b) retoma o evento de (105a), classificando-o como um acidente:

(105b') pressupõe:

$$i \in \text{Dom} \ \& \ \forall \langle s, g \rangle \in \text{Sat}[\lambda e. \text{Acidente}(e)(s1)(g(i))] \ \& \quad (\text{i})$$

$$\forall k \in \text{Dom}[\forall \langle s, g \rangle \in \text{Sat}[\lambda e. \text{Acidente}(e)(s1)(g(k))]] \rightarrow k = i], \quad (\text{ii})$$

$s1$ é uma situação não-*default* (parte própria da situação default s) (iii)

e asserta: $\lambda s \text{Acontecer_ontem}(s)(g(i))$

Retomando do que vimos no capítulo 3, $\text{Desc}(s1)(g(i))$ é verdadeiro sse o indivíduo atribuído a i por g tem a propriedade denotada por Desc na situação s (e $s1$ é parte própria de s). Em outras palavras, a descrição “acidente” pode ser usada para falar do evento reportado em (105a). Obviamente, nem toda descrição cabe aqui; para tanto, ela deve respeitar g .

Se o caso dos eventos pode não parecer problemático, o quadro se inverte ao tomarmos as outras sentenças da sequência (25): teremos, basicamente, os mesmos problemas que vimos para o caso do 'isso' anafórico, ou seja:

(a) o mecanismo por trás do encapsulamento anafórico deve ser sempre o mesmo;

(b) logo, devemos esperar que as entidades que ele retome sejam introduzidas no discurso da mesma maneira (o raciocínio aqui é o mesmo que apresentamos mais acima sobre o 'isso');

(c) assim, chegamos ao impasse: ou quantificamos sobre tudo, ou sobre nada, ou justifiquemos por que quantificar apenas sobre eventos simples.

Há, na verdade, duas questões aqui: (i) uma delas refere-se ao predicado principal (em geral, verbal) demandar um certo tipo de entidade para se combinar – e isso é o mesmo que já vimos acima, e que nos levará ao impasse; (ii) a outra se refere ao predicado que ocupará a posição Desc: esse predicado também tem propriedades seletivas, como os predicados verbais?

Provavelmente sim, é por isso que não podemos usar 'bobagem', que aparece em (25a), para falar (25c) ou (25b):

(25b') ? Quando ocorreu essa bobagem?

(25c') ? Essa bobagem é horrível!

Assim sendo, deve haver algum tipo de concordância ou harmonia nas propriedades seletivas dos predicados verbais e nominais que compõem um encapsulamento anafórico. Portanto, é um desses predicados que disparará a acomodação (da pressuposição) de existência das entidades abstratas, e não exploraremos qual deles deve ser, porque não fará diferença para o impasse: dado que um predicado imponha restrições seletivas quanto ao tipo de entidade com que se combina, podemos potencialmente chegar ao impasse acima. Ainda sobre o predicado que acompanha o demonstrativo, nunca é demais lembrar que a restrição do seu domínio é uma situação não-*default*.

O ponto a que chegamos com as descrições demonstrativas e o encapsulamento anafórico é basicamente o mesmo a que chegamos com os pronomes demonstrativos quando se trata de antecedentes sentenciais.

Podíamos então analisar, como fizemos com o 'isso', os casos em que os antecedentes são nominalizações. Contudo, como vimos com os exemplos (103) e (104), parece não ser o caso que antecedentes de descrições demonstrativas que têm estrutura de DP possibilitem uma análise de encapsulamento anafórico, sob pena de dizer que ou tudo é encapsulamento ou nada é; a especificidade do encapsulamento anafórico parece estar justamente no fato de seus antecedentes serem sentenciais, ou simplesmente de não serem DPs.

Desse modo, é certo que as sentenças abaixo são boas, e espera-se isso:

- (106) [Um enorme terremoto]₁ atingiu a China. [Essa catástrofe]₁ deixou 2.000 desabrigados.
- (107) [Uma bomba explodiu no Paquistão]₁. O jornal disse que [esse incidente]₁ aconteceu ontem.
- (108) Houve [uma explosão de uma bomba no Paquistão]₁. O jornal disse que [esse incidente]₁ aconteceu ontem.

O ponto aqui é que, se quisermos manter a especificidade do encapsulamento anafórico, devemos dizer que a sentença (107) destoa das outras duas (porque tem antecedente sentencial), e apenas ela é um caso de encapsulamento anafórico. Por outro lado, como vimos mais acima, o que constitui os antecedentes das sentenças (107) e (108), apesar da diferenças sintáticas superficiais, é representado pela mesma forma lógica – o que as agrupa. Porém, tal agrupamento, novamente, vai de encontro com a especificidade do encapsulamento anafórico.

Não é preciso avançar muito para vermos que isso se dá justamente porque quantificamos existencialmente sobre o evento reportado pela sentença (107); e é justamente essa quantificação que engendra o impasse visto acima.

Essa rápida apreciação do que chamamos aqui de encapsulamento anafórico obviamente não esgota todas as nuances do fenômeno, principalmente quando levamos em conta o seu importante papel como articulador de um texto ou de uma argumentação. Não obstante, esperamos que a análise formal que apresentamos aqui, no quadro davidsoniano, sirva tanto para quem procura analisar formalmente os aspectos textuais e argumentativos do encapsulamento anafórico, quanto para mostrar como se dá a anáfora de eventos.

5.3. Pequeno balanço das retomadas com antecedentes-sentenciais

Neste capítulo e no anterior, nos concentramos na retomada de eventos que tinham antecedentes sentenciais. Analisamos primeiramente a retomada pelo pronome demonstrativo 'isso' e em seguida por descrições demonstrativas, mostrando que chegamos a um impasse, colocado pela evidência da anáfora, quanto à necessidade (e a procedência) de quantificar sobre eventos, ou melhor, sobre como representar no modelo discursivo eventos e as outras entidades abstratas.

Devemos ainda nos posicionar sobre a seguinte questão: é possível retomar eventos representados por antecedentes sentenciais através de descrições definidas e pronomes (de terceira

pessoa)?

Comecemos com alguns exemplos:

(109) João caiu de bicicleta.

(109a) Isso deixou sua mãe preocupada.

(109b) Esse acidente / Essa queda deixou sua mãe preocupada.

(109c) O acidente / A queda deixou sua mãe preocupada.

(109d) * Ele / * Ela deixou sua mãe preocupada.

A retomada de antecedentes sentenciais que denotam eventos por descrições definidas, como atesta (109c), é possível em alguns casos, mas sempre com um leve contraste frente à retomada por demonstrativos. Se tomarmos a sequência (102)¹³¹ acima e substituirmos as descrições demonstrativas por definidas, muitas das alternativas serão possíveis, ainda que nem sempre preferenciais.

Os pronomes em (109d), por sua vez, não parecem retomar o evento veiculado em (109). Há, contudo, alguns casos em que a retomada por pronomes parece ser possível, como o exemplo abaixo, encontrado em uma propaganda de escola de dança:

(110) Nada como dançar para animar o astral. Ela traz alegria, descontração e prazer.

A primeira coisa a se questionar sobre (110) é: trata-se de um caso de correferência entre eventos? Ou seja, o trecho 'Ela traz alegria, descontração e prazer' retoma um evento (específico) veiculado pelo trecho anterior, 'Nada como dançar para animar o astral'. Certamente não. Além disso, não nos parece uma sequência natural, e muitos falantes a que perguntamos informalmente não gostaram da sequência (a rigor, a sequência é aceitável, mas quando perguntamos a que se refere 'ela', ou simplesmente o que 'ela' significa, encontramos diferentes respostas, desde 'dança', até 'dançar', 'dançar a dois', 'dançar músicas lentas', etc.).

¹³¹ Que é: (a) Para o seu trabalho conjunto de fim de curso, João construiu um robô com dois braços.

(b) Para tanto, ele estudou 2 meses de robótica.

(c) Por sua vez, Maria ensinou o robô a tocar violão.

→ a sequência acima deve ser seguida por cada um das sentenças abaixo, ou seja, primeiro lê-se (102a, b, c) e (102d), depois (102a, b, c) e (102e), e assim por diante.

(d) Essa tarefa levou seis meses.

(e) Esse treinamento tomou dela seis meses.

(f) Esse trabalho rendeu a eles uma nota A.

(g) Esse tanto foi o que João fez.

Se levarmos seriamente em conta a preferência pelas sentenças, nesta ordem, de (109a) até (109d), podemos arriscar afirmar o seguinte: os demonstrativos, e principalmente o 'isso', preferem antecedentes sentenciais, ao passo que os definidos, notadamente os pronomes pessoais de terceira pessoa, preferem antecedentes veiculados por DPs. Essa situação explica, por um lado, a preferência de 'isso' por referentes abstratos (que são majoritariamente veiculados por estruturas que não DPs) e o uso marginal de 'isso' para retomar entidades concretas (que são majoritariamente veiculadas por estruturas de DPs), e, por outro lado, a preferência inversa apresentada pelos pronomes 'ele' e 'ela', que retomam referentes concretos, majoritariamente veiculados por estruturas de DPS, mas quase nunca (ou talvez até nunca) retomem entidades abstratas, que são majoritariamente veiculadas por estruturas que não são DPs. Por sua vez, as descrições podem atuar em ambos os contextos, com uma preferência das demonstrativas por referentes abstratos, e das definidas por concretos. A preferência pelo uso de demonstrativos para retomar entidades abstratas e eventos pode derivar do que fato que com a instauração de uma situação não-default, resultante do uso do demonstrativo, indica-se que a entidade que servirá de antecedente deverá ser não só buscada, mas também instaurada nessa situação não-default. Podemos somar a isso, pelo menos quando se trata do caso do 'isso', a ausência de morfologia das entidades abstratas e o que chamamos de concordância negativa mais acima.

Capítulo 6 – Algumas pontas soltas

Não tenho muita certeza. Mas brincar representa uma parte importante do processo criativo. Pelo menos para alguns cientistas. É difícil conservar isso à medida que vamos envelhecendo. Brincamos menos. Mas não devíamos ser assim.

Richard Feynman, In: O arco-íris de Feynman, p. 88

6.1. Anáfora e indexicais: iguais ou diferentes?

No capítulo 2, argumentamos que termos anafóricos são algum tipo de indexicais, e que isso significa que são palavras que mobilizam o contexto de certa maneira. No capítulo 3, vimos a abordagem que Kaplan oferece aos indexicais, tratando-os como termos diretamente referenciais; a seguir, com base em inúmeros exemplos, criticamos tal abordagem, e defendemos que, pelo menos as descrições demonstrativas (e talvez até mesmo os pronomes demonstrativos), parecem ser melhor caracterizados como termos introdutores de variáveis, ou seja, como termos quantificacionais – podemos então concluir que os demonstrativos não são indexicais?

A questão é extremamente delicada, e talvez até mesmo equivocadamente colocada. Ora, a partir do momento em que reconhecemos que certos itens podem ter seu preenchimento de modo dêitico (i.e., via ostensão) ou anafórico, perguntar se tais itens são indexicais depende da resposta que damos à questão das relações entre indexicais e dêíticos, e à autonomia atribuída à dêixis: seria ela um uso ou uma característica intrínseca de certos itens?

No quadro kaplaniano, ser indexical é ser um termo diretamente referencial, que possui caráter e conteúdo, conforme definidos acima. Por sua vez, dêixis não pode ser entendido estritamente como ostensão, como procuramos fazer aqui, mas sim como algum tipo de uso específico de características de um dado contexto, como tomar o momento de fala para base do cálculo da referência temporal, como quando usamos a referência temporal veiculada pelos tempos verbais, ou o lugar em que se está para estabelecer relações de proximidade e distância. A sobreposição entre os indexicais de Kaplan e os dêíticos está justamente no uso dessas características do contexto.

Ao passarmos para os anafóricos, vemos que eles também envolvem informações contextuais (ainda que essas informações tenham, via de regra, origem em enunciados linguísticos) e

preenchimento de variáveis. Uma palavra como 'ele' pode ter seu referente estabelecido (i.e., a variável que ele introduz preenchida) por ostensão (dêixis) ou por anáfora – como vimos, para muitos semanticistas essa diferença, do ponto de vista da análise semântica, é irrelevante.

Por outro lado, palavras como 'eu' e 'amanhã' não podem ter outro tipo de preenchimento além daquele que envolve dêixis (nota-se que 'amanhã' pode ser avaliado em relação a um 'hoje' não necessariamente atual, mas nem por isso mudará seu caráter) e não é por acaso que elas formam a classe dos indexicais puros. Se isso estiver correto, podemos dizer que os fenômenos dêiticos são mais amplos do que a classe dos indexicais puros.

O quadro que resta é o seguinte: indexicais puros são exclusivamente dêiticos e são diretamente referenciais (contribuem com um indivíduo para a proposição em que aparecem); itens como 'ele', demonstrativos e definidos são termos introdutórios de variáveis, cujo preenchimento se dá de modo dêitico (e se esse for o caso são diretamente referenciais) ou via anáfora (e assim, são referencialmente flácidos).

Portanto, a questão sobre a indexicalidade dos termos anafóricos, sobre seu status, receberá uma resposta negativa; ou seja, anafórico não funciona como 'eu'. Por outro lado, se entendermos indexicalidade de um modo mais frouxo – talvez então como dêixis, mas sim como “usar de modo particular informações contextuais” – podemos dizer que os termos anafóricos são às vezes dêiticos, pois mobilizam o contexto, com vistas a extrair informações sobre seu preenchimento do contexto. Porém, trata-se agora de *usos* dêiticos ou anafóricos de um dado item, que pode ser usado das duas maneiras, e não mais da “essência” de um dado item.

6.2. – Saliência

Em vários momentos dessa tese, falamos em saliência e mobilizamos essa noção para realizar algumas distinções; assim sendo, convém falarmos algo sobre como devemos entender saliência ou que está por trás dessa noção. Ao fazermos isso, não entraremos no campo da psicolinguística propriamente dito, mas consideraremos algumas observações feitas por Roberts (2003, pp. 331-334).

Segundo Roberts (p. 331):

It seems fairly obvious to say that what is salient at a given point in a discourse is that set of discourse entities which is currently under scrutiny by the interlocutors, whether that be by

A autora adota também o modelo de “questions under discourse” (QUD), segundo o qual, muito *grosso modo*, a acessibilidade anafórica é restrita pelo objetivos e intenções globais dos interlocutores de um dado discurso. Assim, enquanto uma dada questão está sob discussão ou orienta uma interação, os referentes discursivos que pertencem a essa questão estarão anaforicamente acessíveis. Para que estejam acessíveis, os referentes devem ser familiares ou pelo menos fracamente familiar (cf., cap. 3, seção 3.1.1).

Como resumo, segundo Roberts (p. 334), referentes salientes: são (fracamente) familiares, pertencem a um objetivo atual da hierarquia estrutural dos objetivos de um dado discurso. Os referentes salientes são ordenados quanto à sua saliência (i.e., podemos ter referentes mais ou menos salientes), e o que determina se um referente *i* é mais saliente que um referente *j* ($i >_{\text{saliência}} j$) pode ser: (a) *i* é fortemente familiar e *j* fracamente familiar (a não ser quando, mesmo dado essa diferença de familiaridade, *j* é trazido à tona por um dos interlocutores); (b) *i* pertence ao objetivo *g* e *j* pertence ao objetivo *h*, e *h* é um objetivo mais imediato que *g*; (c) *i* e *j* correspondem a DPs que aparecem na mesma sentença, pertencem ao mesmo objetivo ou “questão sob discussão”, porém um deles é mais alto no ranking proposto por, pelo exemplo, a *Centering Theory* (ou seja, devemos levar em conta relações gramaticais, foco, ordem superficial, etc.).

Haveria muito mais coisas a serem ditas sobre saliência, mas, por motivos de espaço e escopo, nos limitaremos às observações acima.

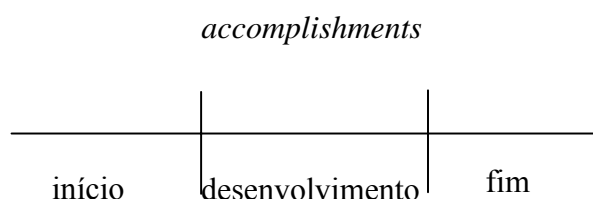
6.3. – O papel das classes acionais e do aspecto

Ao lidar com anáfora de eventos com antecedentes sentenciais, algo que podemos ainda investigar é a relação entre anáfora e as diferentes classes acionais e aspectos. Seriam eles fatores que possibilitariam ou não uma retomada anafórica? Todas as classes acionais podem ser retomadas da mesma maneira? O aspecto no qual um evento é apresentado influencia sua retomada?

Seguindo uma sugestão feita por Rothstein (2004, 2008), as classes acionais podem ser tratadas a partir de seus diferentes níveis de complexidade. Como evento menos complexo encontraríamos os *achievements*, como mais complexos os *accomplishments*, e as atividades e os estativos estariam entre

os dois. A complexidade dos *accomplishments* deriva do fato de que eles podem ser entendidos como sendo compostos por uma atividade – seu desenvolvimento – e um *achievement* – seu *telos*, segundo uma intuição já presente no trabalho de Dowty (1979). Por sua vez, os *achievements* seriam os menos complexos pois são compostos apenas de um instante, de um momento indivisível, ou ainda são apenas *telos* ou meta.

Uma outra maneira interessante de pensar nas diferentes classes acionais e em sua composição é através das perífrases fasais, ou seja, construções que empregam verbos como 'iniciar', '(se) desenvolver', 'terminar' e suas contrapartes nominais. Uma grande vantagem de levar em conta as perífrases fasais ou as fases de um dado evento é que elas podem ser facilmente capturadas através de diagramas, como os abaixo:

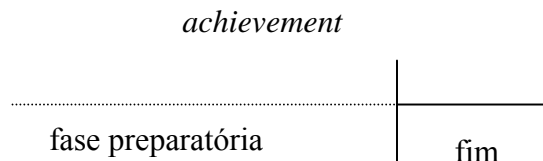


Assim sendo, podemos pensar em accomplishments como evento dos quais podemos falar do início, meio e fim, inclusive quando se trata de sua retomada anafórica; senão vejamos:

(108) João pintou o quadro hoje. No começo, isso lhe fez muito bem. No meio, isso deixou o João meio cansado. Mas ele ainda não acabou, e só vai terminar isso amanhã.

O primeiro 'isso' retoma a parte inicial do evento reportado em 'João pintou o quadro ontem'; o segundo, o desenvolvimento; e o terceiro, a parte final. Há algo ainda mais interessante a ser notado aqui: segundo a grande maioria da literatura, o evento reportado em 'João pintou o quadro' tem apenas a interpretação segundo a qual o *telos* do evento foi alcançado, ou seja, na qual o quadro está pronto. No entanto, tal interpretação está em conflito direto com 'Mas ele ainda não acabou, e só vai terminar isso amanhã.', que diz explicitamente que o *telos* não foi alcançado. Esse é um problema paralelo às anáforas de evento, e que endereçamos em outro momento (Basso 2007; Pires de Oliveira e Basso, 2008). De uma forma ou de outra, a possibilidade de tal anáfora é mais uma evidência de que a interpretação de alcance do *telos* pode não ser a única a ser atribuída a 'João pintou o quadro ontem'.

Como dissemos, os *achievements* são os eventos menos complexos, e o diagrama que podemos associar a esse tipo de evento é:



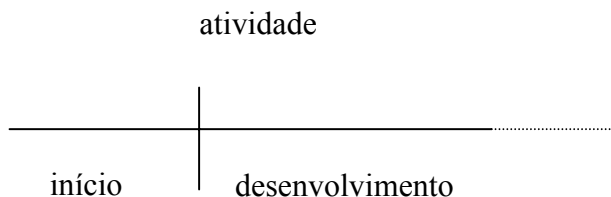
Muitas vezes, além do fim, *telos* ou meta, os *achievements* têm também uma fase preparatória pragmaticamente associada, que responde pelos eventos que levaram ao alcance do *telos*. Acima, essa fase está representada pela linha tracejada. Vejamos os exemplos abaixo:

(109) João alcançou o topo do Everest. Eu soube que isso aconteceu ontem.

(110) João alcançou o topo do Everest. Ele fez isso em duas semanas.

Em (109), o 'isso' retoma o evento reportado em 'João alcançou o topo do Everest', indicando quando ele ocorreu. Em (110), temos a mesma retomada e o adjunto 'em duas semanas' refere-se à fase preparatória, ou seja, o que necessário para alcançar o topo do Everest, mas nada diz sobre a duração desse alcance, que é virtualmente nula.

As atividades contam apenas com um início e um desenvolvimento, mas não têm, por definição, um *telos* – em outras palavras, não faz sentido falar do fim de uma atividade. Abaixo, o diagrama:



(111) João nadou ontem. Eu vi ele fazendo isso.

Finalmente, os estados podem ser caracterizados como contendo apenas um desenvolvimento. Isso não quer dizer que eventos desse tipo não tem início ou fim, simplesmente que o início e o término desses eventos são bastante vagas, difícil de serem estabelecidos. Abaixo, o diagrama:

(112) João está com fome. É isso que deixa ele irritado.

Antes de passarmos ao aspecto, convém dizer algumas palavras sobre a seguinte questão: as diferentes fases de um dado evento podem ser elas mesmas diferentes eventos? E se forem, elas podem por sua vez também ser compostas por fases que são eventos diferentes? Rapidamente podemos chegar a uma longa cadeia de eventos ou talvez até a uma regressão infinita se respondermos sim à primeira das questões.

Para não entrar nessa complexa discussão, vamos considerar apenas que ao dividir um evento em suas fases fazemos o mesmo que considerar estágios temporais de um indivíduo, algo que não muda sua identidade, mas que permite individualizar esses estágios (se soubermos de qual indivíduos são estágios).

Com relação ao aspecto, vamos considerar apenas o perfectivo e o imperfectivo, representados em português respectivamente pelos tempos verbais pretérito perfeito e imperfeito. Assim, sem ulteriores comentários e complicações, que certamente existem, mas que evitaremos aqui, diremos que um evento reportado pelo pretérito perfeito é um evento perfectivo, e um evento reportado com o pretérito imperfeito, imperfectivo.

Há um enorme discussão na literatura sobre como caracterizar aspecto verbal, e aqui apenas adotaremos a postura advoga em Basso (2007), segundo a qual o aspecto é a perspectiva sob a qual um dado sujeito escolhe veicular um evento qualquer. Desse modo, o aspecto não muda a identidade de um evento nem sua constituição interna, mas é antes um modo de apresentar seu desenvolvimento. Com o aspecto perfectivo, o falante veicula que o evento não é mais o caso, cessou de ocorrer; com o aspecto imperfectivo, o falante veicula que o evento ainda é o caso, ainda está ocorrendo. Como se trata de uma perspectiva sob um dado evento, mesmo que esse evento não seja mais o caso na realidade, ainda assim um falante pode optar por falar dele imperfectivamente. Munidos com essas ideias, a pergunta que devemos responder é: há alguma relação entre aspecto verbal e as possibilidade de retomada anafórica de um dado evento?

Sobre esse tópico há muito a ser investigado e não faremos nada além de algumas observações.

Entre elas, podemos dizer que a configuração antecedente-perfectivo e termo anafórico-perfectivo tem leitura preferencial de co-referência:

(113) João caiu de bicicleta. Isso deixou sua mãe preocupada.

(114) João construiu sua casa. Ele levou um ano para fazer isso.

Quando temos antecedente-perfectivo e termo anafórico-imperfectivo, temos, em geral, uma dependência referencial, mas não manutenção:

(115) João caiu de bicicleta. Isso deixava sua mãe preocupada.

(116) João construiu sua casa. Ele levava um ano para fazer isso.

Tanto em (115) quanto em (116), o que serve de antecedente não é exatamente o evento reportado na sentença anterior, mas algo como um evento-*type* (se o permitirmos na ontologia) ou simplesmente uma série de repetições de um tipo de evento (algo como, 'quando tinha 5 anos, João caiu muito de bicicleta, e isso (essas quedas) deixou sua mãe preocupada').

Quando temos a configuração antecedente-imperfectivo e termo anafórico-perfectivo, como abaixo,

(117) João caía de bicicleta. Isso deixou sua mãe preocupada.

(118) João construía sua casa. Ele levou um ano para fazer isso.

O antecedente parece referir-se preferencialmente a uma série de eventos o termo anafórico retoma justamente essa série. Com a perífrase progressiva, apesar de ligeiramente piores, as sentenças têm uma interpretação semelhante.

(117a) João estava caindo de bicicleta. Isso deixou sua mãe preocupada.

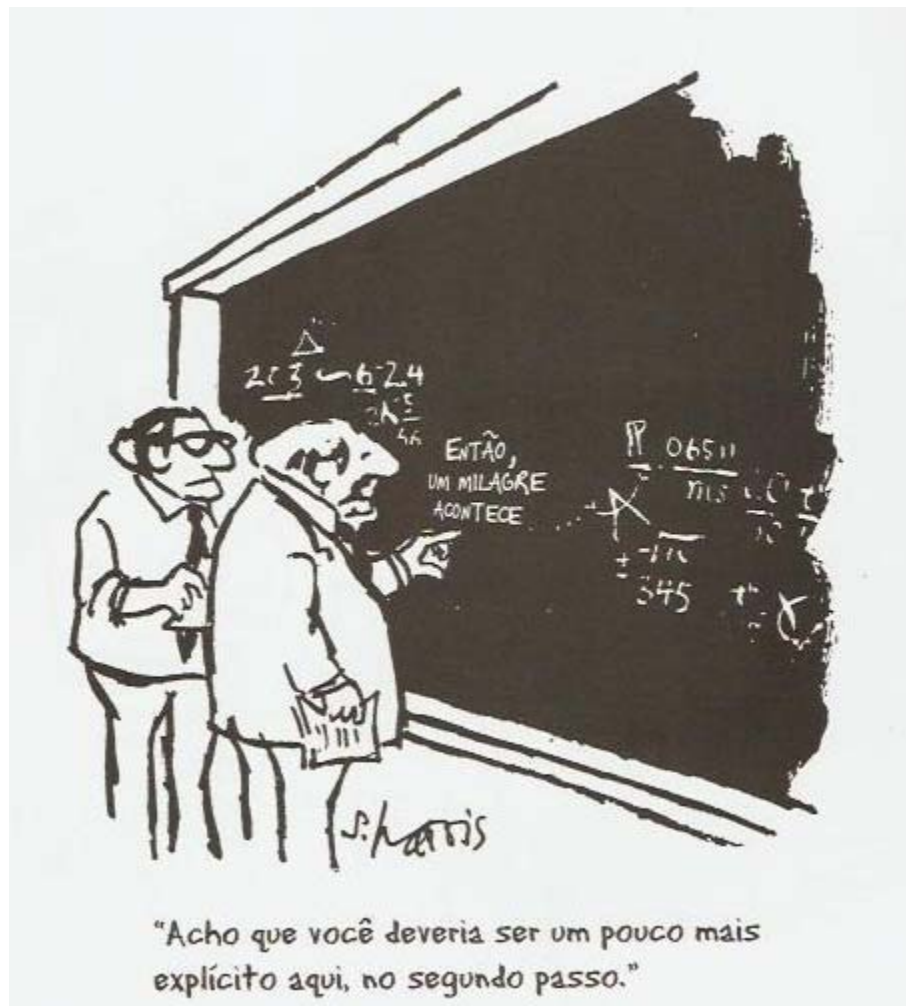
(118a) João estava construindo sua casa. Ele levou um ano para fazer isso.

Finalmente, a configuração antecedente-imperfectivo e termo anafórico-imperfectivo parece também indicar que o que está em jogo é uma série de repetições de eventos:

- (119) João caía de bicicleta. Isso deixava sua mãe preocupada.
- (120) João construía sua casa. Ele levava um ano para fazer isso.
- (119a) João estava caindo de bicicleta. Isso deixava sua mãe preocupada.
- (120a) João estava construindo sua casa. Ele levava um ano para fazer isso.
- (119b) João estava caindo de bicicleta. Isso estava deixando sua mãe preocupada.
- (120b) João estava construindo sua casa. Ele estava levando um ano para fazer isso.

Não é demais repetir: as observações sobre o papel do aspecto aqui são muito superficiais, mas apontam para problemas interessantes. Não avançaremos mais aqui, pois nosso objetivo é investigar o que anáfora de eventos pode revelar sobre sua natureza.

Parte 3



HARRIS, S. **A ciência ri: o melhor de Sidney Harris**. São Paulo: Editora da UNESP, 2007, p.62.

Introdução à parte 3

Depois de analisarmos as configurações de anáfora de eventos que tinham como antecedente uma sentença ou trechos dela – os antecedentes sentenciais –, passaremos a analisar nesta parte as anáfora de eventos que têm antecedente não-sentencial, ou seja, um antecedente que apresenta uma estrutura de DP, ou uma estrutura nominal.

Os principais candidatos à posição de antecedente desse tipo são:

- (i) as nominalizações propriamente ditas, ou simplesmente nominalizações, que são aqueles nomes derivados de verbos, como 'queda' de 'cair', 'construção' de 'construir', 'abertura' de 'abrir', etc.;
- (ii) os nominais que se referem a eventos, ou seja, nomes que se referem a eventos, mas que não têm contraparte verbal, como 'terremoto', 'nevasca', 'tempestade', 'show', etc¹³².

Quando nos referirmos a membros das duas classes, usaremos simplesmente o termo “nominalização”.

Antes de entrarmos nas questões diretamente relacionadas à anáfora de eventos que envolve esses termos, é necessário deixar claro qual é o escopo da presente investigação, apresentando o que ficará de fora dela.

Inicialmente, sobre as nominalizações, é importante dizer, antes de mais nada, que não estudaremos questões sobre sua grade temática ou sobre a natureza de acessório ou de argumento dos sintagmas preposicionados, em geral começados por 'por' e por 'de', que as flanqueiam. Essas questões são o alvo de inúmeras pesquisas em sintaxe e semântica (cf. Alexiadou, 2001, Rocha, 1999, entre muitos outros), e aqui, qualquer que seja a alternativa adotada, ela nos será indiferente: basta que a nominalização sob análise refira-se a um evento – se o agente, por exemplo, deve ser obrigatoriamente expresso ou pode ser considerado um acessório é uma questão paralela ao que investigaremos nesta tese. Também paralelo à nossa investigação é o questionamento sobre a ambiguidade processo/produto, exemplificada na sentença abaixo:

- (1) A construção deixou João preocupado,

¹³² Pode ser o caso que em algum estado anterior da língua os nomes que se referem a eventos tenham tido uma contraparte verbal, mas esse não é o caso no atual estado da língua.

na leitura de processo, o que deixou João preocupado foi o *evento* de construção, algo que se desenvolve no tempo; na leitura de produto, o que deixou João preocupado foi o resultado da construção, o prédio ou casa que ficou pronto ao final – seu *produto*. Apesar de termos mais a dizer a seguir sobre essa ambiguidade, nada diremos sobre sua origem ou sobre suas restrições de ocorrência; aqui, investigaremos apenas as leituras de processo, visto que é nessa leitura que temos eventos envolvidos.

Como nos interessaremos apenas pela discussão semântica, também nada diremos sobre a morfologia das nominalizações, nem sobre os mecanismos envolvidos em sua formação, nem sobre sua produtividade.

As questões que nos interessarão aqui tem a ver com a relação a ser estabelecida entre a forma lógica e as condições de verdade das sentenças com verbos flexionados e sua versão nominalizada, bem como sobre a definitude dos eventos e sobre a parafraseabilidade que as envolve: qual é a paráfrase e qual é a sentença original? A sentença com nominalização ou a com verbo flexionado? Essa questão é relevante, a nosso ver, por dois motivos principais: o primeiro deles refere-se ao fato de que muitos autores, a começar pelo próprio Davidson, atribuem às sentenças com verbos flexionados e à sua versão nominalizada a mesma forma lógica – portanto, como saber o que é paráfrase e o que é sentença original?; o segundo motivo, apoiando-nos na ideia de mesma forma lógica para sentenças e nominalizações, é que deveríamos esperar que ambas as estruturas tivessem o mesmo comportamento quando em relações anafóricas, ou seja, que pudessem ser retomadas pelos mesmos termos anafóricos, que gerassem (se é que geram) as mesmas ambiguidades de leitura, etc. Seguindo a semântica de eventos de Davidson ou de Parsons, encontrar qualquer diferença nas anáforas de eventos ao contrastar sentenças com verbos flexionados e nominalizações é um fato a ser explicado, um fato contrário à expectativa da teoria.

Para lidar com questões relativas à semântica das nominalizações e investigar as anáforas que as envolvem, esta parte está dividida em 2 capítulos e uma coda. No primeiro deles, o capítulo 7, investigaremos as nominalizações, propondo uma pequena tipologia para elas; ainda no capítulo 7, voltaremos às questões sobre termos singulares para eventos. A análise das anáforas ficará para o capítulo seguinte, o oitavo. Tomaremos antecedentes não-sentenciais que representam as possibilidades da tipologia proposta no capítulo 7 e exploraremos como os diversos termos anafóricos podem se combinar com esses antecedentes. O balanço dessas análises será feito ao fim do capítulo 8.

Antes de encerrar esta parte, apresentaremos, na coda, duas configurações de anáfora de evento

inusitadas: (i) quando tanto o antecedente quanto o termo anafórico são estruturas sentenciais. Tal configuração é inusitada porque essas estruturas, numa semântica de eventos, como veremos em detalhe abaixo, são responsáveis por introduzir eventos num discurso – funcionam como indefinidos – e não poderiam servir como termos anafóricos. Aproveitaremos também para olhar configurações com (ii) antecedentes não-sentenciais e termos anafóricos sentenciais; tais configurações deveriam ser ruins pelo motivo que acabamos de expor.

Capítulo 7 – Nominalizações e nomes que se referem a eventos na semântica de eventos

Words exist. What are they made of? Air under pressure? Ink? Some instances of the word "cat" are made of ink, and some are made of bursts of acoustic energy in the atmosphere, and some are made of patterns of glowing dots on computer screens, and some occur silently in thoughts, and what they have in common is just that they count as "the same" (tokens of the same type, as we philosophers say) in a system of symbols known as a language. Words are such familiar items in our language-drenched world that we tend to think of them as if they were unproblematically tangible things—as real as teacups and raindrops—but they are in fact quite abstract, even more abstract than voices or songs or haircuts or opportunities (and what are they made of?). What are words? Words are basically information packets of some sort, recipes for using one's vocal apparatus and ears (or hands and eyes)—and brains—in quite specific ways. A word is more than a sound or a spelling. For instance, fast sounds the same and is spelled the same in English and German, but has completely different meanings and roles in the two languages. Two different words, sharing only some of their surface properties.

Daniel C. Dennett, In: Breaking the spell, p. 80

No quadro da semântica de eventos, a denotação de nominalizações, de nomes que se referem a eventos e de verbos (de ação) flexionados passam a se relacionar intimamente. Nas seções abaixo, exploraremos alguns dos problemas que envolvem essas construções e como a semântica de eventos lida com tais problemas.

7.1. As nominalizações: análise semântica e tipologia

Seria possível tomar uma sentença como (2), abaixo, e dizer que (3) e (4) são possível paráfrases nominalizadas de (2)?

(2) João foi demitido.

(3) Uma demissão do João.

(4) A demissão do João.

Antes mesmo de investigar a forma lógica a ser dada a (2)-(4), salta aos olhos uma diferença de grande importância entre (2) e (3)-(4): (2) é claramente uma sentença, e tem portanto condições de verdade

(tipo t); porém, (3) ou (4) são termos ou estruturas nominais (DPs) e não têm condições de verdade, antes, denotam indivíduos (se admitirmos eventos em nossa ontologia, seriam expressões do tipo e¹³³). Assim sendo, novamente, podemos de fato considerar (3) ou (4) como a contraparte nominalizada de (2), dado essa diferença?

Ao passo que a diferença entre (2) e (3)-(4) é grande demais para afirmarmos que uma é paráfrase da outra, há também alguma relação entre essas sentenças. Para capturar a relação que existe entre essas sentenças e o fato de não ser uma relação de paráfrase, cabe trazer à tona uma diferença entre tipos de nominalizações e distinguir as nominalizações de termos das nominalizações sentenciais. Certamente o que temos em (3) e (4) são nominalizações de termos, que podem funcionar, por exemplo, como argumento de outros verbos, que demandam ou não eventos, como abaixo:

(5) Pedro viu uma/a demissão do João.

(6) Pedro soube de uma/da demissão do João.

Para que cheguemos a um paralelismo entre (2) e (3)-(4), é necessário torná-las nominalizações sentenciais, que possuam condições de verdade. Uma maneira de fazer isso é através de verbos que podemos chamar de verbos de ocorrência de eventos (VOEs), que simplesmente indicam que um evento ocorreu ou aconteceu e dão as informações tipicamente verbais sobre os eventos, como tempo, aspecto, etc. Verbos desse tipo seriam justamente 'ocorrer', 'acontecer' e 'haver' – se reescrevermos (3) e (4) com um dos VOEs, obteremos então uma sentença:

(7) Ocorreu/Aconteceu/Houve uma demissão do João.

(8) Ocorreu/Aconteceu/Houve a demissão do João.

Ao discutir o “discurso explícito” sobre eventos, Parsons (1990, pp. 135-138) faz uma assunção semelhante para o inglês, afirmando ainda que os VOEs não têm o argumento evento que os verbos de ação numa semântica de eventos têm, eles simplesmente informam que há (ou houve ou haverá) um determinado evento.

Podemos agora voltar à questão sobre a forma lógica a ser atribuída às sentenças (2) e (7)-(8).

¹³³ Talvez fosse mais interessante pensar em atribuir o tipo s para essas expressões. De qualquer forma, o que nos interessa aqui é são estruturas nominais e não podem ter a mesma representação em forma lógica que a sentença (2); no máximo, poderíamos dizer que elas representam partes ou constituintes (em termos de referentes discursivos) do que há em (2).

Independentemente de qual seja a forma lógica, autores como Davidson (1967), Parsons (1990) e Asher (1993) dirão que ela será a mesma (salvo questões de definitude que veremos adiante). Adotando uma formalização *à la* Parsons, é possível tomar (9) como a forma lógica de (2) e (7), e (10), como a forma lógica de (8):

(9) $\exists e[\text{Demissão}(e) \wedge \text{Tema}(e, \text{joão}) \wedge \text{Passado}(e)]$

(10) $\iota e[\text{Demissão}(e) \wedge \text{Tema}(e, \text{joão}) \wedge \text{Passado}(e)]$

A paráfrase da forma lógica para (9) é: existe pelo menos um evento de demissão, e João é o tema desse evento e esse evento é passado. Para o caso de (10): existe um e somente um evento de demissão, e João é o tema desse evento e esse evento é passado.

Nunca é demais lembrar: seguindo Davidson, diremos que sentenças com verbos flexionados quantificam existencialmente sobre eventos e exigem assim apenas que uma instanciação do evento em questão tenha ocorrido. É por isso que o paralelo mais estrito a ser traçado é entre (2) e (7) e não entre (2) e (8); voltaremos a essa questão logo mais.

Do ponto de vista dos referentes discursivos, ao contrastar a nominalização de termos com a nominalização sentencial, seria interessante ter, no primeiro caso, apenas o evento sendo instaurado e participando de alguma relação, ao passo que a nominalização sentencial nada mais é do que a descrição de um evento, como no caso de sentenças com verbos flexionados. Examinemos, inicialmente, as nominalizações de termos.

7.1.1. As nominalizações de termos

Um sintagma como 'uma corrida' contribuiria semanticamente com algo como $\exists e[\text{Corrida}^{134}(e)]^{135}$. Para uma sentença como:

¹³⁴ Usamos aqui para representar o predicado em questão 'Corrida'. Poderíamos ter usado 'Correr': na verdade, os dois são o mesmo de acordo com a semântica de eventos. Apenas mantivemos 'Corrida' para lembrar que se trata de uma nominalização.

¹³⁵ As questões sobre a grade temática, como dissemos, não serão discutidas aqui, mas poderíamos, pensar, a princípio, em implementar os papéis temática via termos lambda, como $\lambda x.\exists e[\text{Corrida}(e) \wedge \text{Agente}(e,x)]$.

(11) João viu uma corrida,

teríamos:

(11') $\exists e \exists e1 [\text{Ver}(e) \wedge \text{Agente}(e,j) \wedge \text{Tema}(e,e1) \wedge \text{Corrida}(e1) \wedge \text{Passado}(e)]$

Poderíamos nos perguntar sobre as informações temporais relacionadas ao evento de corrida reportado em (11), mas cremos que isso não vem ao caso – se necessárias, tais informações poderão ser dadas, mas não mudarão o fato de que o objeto de 'ver' ou do evento de ver reportado em (11) é um evento. Nos termos que vimos na parte 2, 'ver' demanda eventos.

Sobre as nominalizações de termos, veremos duas questões. A primeira delas tem a ver com o tipo de denotação que as nominalizações podem ter; na introdução desta parte vimos rapidamente a ambiguidade processo/produto, mas será que as nominalizações de termos não podem denotar outras entidades abstratas? A segunda questão tem a ver com a definitude das nominalizações de termos. As seções abaixo lidam, nessa ordem, com essas questões.

(a) A denotação das nominalizações de termos

Ao analisar o exemplo (11) acima, dissemos que o verbo 'ver' demanda eventos e que 'uma corrida' denota eventos. Para verificar se sintagmas como 'uma corrida' podem denotar outros tipos de entidades, é necessário combiná-los com verbos que demandam essas outras entidades. Podemos tomar 'acreditar' como um verbo ou predicado que demanda proposições e 'lamentar' como um predicado que demanda fatos:

(12) ? João acreditou numa corrida.

(13) ? João lamentou uma corrida.

Uma explicação possível para a estranheza de (12) e (13) é o fato de que 'uma corrida' não denota o tipo de objeto que os verbos 'acreditar' e 'lamentar' demandam, uma proposição e um fato, respectivamente. A partir disso, poderíamos generalizar e dizer que as nominalizações de termos sempre denotam eventos – excluindo-se, obviamente, os casos em que essas nominalizações têm como denotação não um processo, mas sim um produto.

Essa ambiguidade processo/produto, parece sempre envolver, no caso do processo, um evento, e no caso do produto, um outro indivíduo concreto: 'uma construção' pode ser um processo ou um prédio; 'uma corrida' pode ser evento particular ou uma pista particular (a corrida de Interlagos, por exemplo). Se esse for o caso, a denotação das nominalizações de termos sempre estará na esfera dos objetos. Mas há alguns exemplos que desafiam esse quadro, como os abaixo:

(14) Eu acreditei numa conversa do João.

(15) Eu ouvi uma conversa do João (ontem).

(16) ? Eu lamentei uma conversa do João.

Na sentença (14), o sintagma 'uma conversa do João' combina-se com o verbo 'acreditar'. Contudo, se sua denotação fosse um evento, a sentença deveria ser estranha, como o é a sentença (12). Se considerarmos a ambiguidade processo/produto nesse caso, veremos que a leitura de produto de 'uma conversa' é, na verdade, um série de proposições, o conteúdo do que João disse – e é essa a leitura que temos de (14): o que o falante acredita é *no que João disse* numa dada conversa. A leitura relevante para a sentença (15) é a de evento – afinal, eventos de conversa (falada) tem como “efeito colateral” a existência de sons; por outro lado, proposições não são coisas que se pode ouvir, apenas as sentenças que as veiculam. Por sua vez, a sentença (16) é estranha: um evento de conversa não é algo que se lamenta e nem as proposições veiculadas num evento de conversa; antes, o que se lamenta é um fato, talvez, nesse caso, o fato de ter havido uma conversa do João. Porém, o sintagma 'uma conversa (do João)' não denota fatos, o que gera a estranheza de (16). Vale notar, contudo, que (16) não é impossível, e que sua interpretação pode ser efeito de algo coerção que nos permite ter de 'uma conversa (do João)' a denotação de um fato.

Obviamente, há muito mais a ser dito sobre a denotação das nominalizações de termos. Aqui, apenas notamos que a ambiguidade processo/produto está sempre presente e que a leitura de produto não precisa necessariamente ser relativa a um objeto.

Lembramos que nos casos analisados na parte 2 desta tese, os antecedentes, que eram sempre sentenciais, introduziam ao menos um evento no universo de discurso. Ficava a cargo dos termos anafóricos e dos predicados que os acompanhavam disparar mecanismos de extração de referentes que foram introduzidos no universo de discurso. No caso das nominalizações de termos, para traçar um paralelo, é necessário pensarmos em estruturas semelhantes, em que essas nominalizações sirvam de

anteriores e que determinados termos anafóricos dispõem mecanismos de extração de referentes, e então avaliar se de fato há tais mecanismos e como eles funcionam. Faremos tal investigação ao longo do capítulo 8.

(b) Definitude das nominalizações de termos

As nominalizações de termos podem ser, a princípio, definidas e indefinidas, como a estrutura superficial sugere, ou seja, dependendo do artigo que encabeça os sintagmas em que uma dada nominalização aparece. Nos vemos novamente com a questão sobre a definitude dos eventos: faz sentido dizer que eventos são definidos ou indefinidos como dizemos que são os sintagmas encabeçados por artigos? Nos termos de uma semântica dinâmica, faz sentido dizer que 'uma corrida' carrega a pressuposição de novidade e 'a corrida' carrega a pressuposição de familiaridade (fraca)? Na discussão abaixo, entenderemos definido e indefinido como condições que se aplicam à novidade ou familiaridade de referentes discursivos – é somente desse modo (informacional) que nos parece fazer sentido falar de definitude de eventos.

Se tomarmos 'uma corrida' como um indefinido no sentido acima, então esse sintagma deve carregar um índice qualquer, desde que esse índice não pertença a nenhum outro indivíduo no domínio ou universo de discurso. Um sintagma como esse deve portanto ocorrer depois de expressões que explicitamente introduzem novos indivíduos (ou referentes discursivos) no discurso, como 'era uma vez' – nos exemplos abaixo, usaremos o sintagma 'um / o rei' como contraste:

(17) Era uma vez um rei bondoso / ? o rei bondoso

(18) Era uma vez uma corrida perigosa / ? a corrida perigosa

'uma corrida' também não deve funcionar como um termo anafórico, ao passo que 'a corrida' sim:

(19) Era uma vez um rei muito bondoso. ? Um rei / O rei tinha uma filha linda

(20) Era uma vez uma corrida perigosa. ? Uma corrida / A corrida aconteceu no Brasil.

Sentenças como (18) e (20) podem receber uma interpretação segunda a qual 'uma corrida perigosa' não se refere a uma corrida perigosa específica, mas sim a um conjunto de eventos de corrida – basta pensar, por exemplo, em usar (18) para narrar uma história sobre uma série de acontecimentos

diferentes que ocorreram em diferentes (eventos de) corridas perigosas numa mesma pista: imagine que 'uma corrida perigosa' se refira a Interlagos: estamos falando de acontecimentos de corrida que ocorrem nessa pista ou de uma corrida em particular que ocorreu nessa pista? Ora, se for possível usar (18) na primeira acepção (i.e., de corridas (um número qualquer delas) que ocorrem numa mesma pista), então o sintagma 'uma corrida perigosa' não pode se referir apenas a eventos, mas talvez a *event-types* (ou a instâncias desse *type*). Contraste com 'um rei bondoso' – aqui, falamos apenas de um rei, um único. Novamente, essa é mais uma questão a ser investigada por quem quiser estreitar os paralelos entre eventos e indivíduos. Nesta tese consideraremos apenas as interpretações que envolvem eventos(-*token*).

Deixando de lado as ressalvas e os problemas em aberto que vimos rapidamente nos parágrafos acima, resta-nos a semelhança entre os eventos veiculados por nominalizações de termos e sintagmas nominais que se referem a objetos, como os efeitos de (in)definitude. Logo mais, analisaremos essa semelhança com relação à anáfora.

7.1.2. As nominalizações sentenciais

Por sua vez, ao investigarmos a nominalização sentencial, depois de estabelecermos a necessidade de um VOE, a principal questão é aquela sobre sua relação com uma sentença com verbo flexionado que expressa o mesmo conteúdo, como nos casos de (2) e (7), cuja forma lógica é (9). Aqui, cabe repetirmos uma passagem de Asher (1993, p. 150):

Derived nominals can form sentential nominals, in the sense that their content is the same as that of a sentence. The army's destruction of the city, for instance, introduces an event in which the army destroyed the city; thus, the sentence, the army destroyed the city, makes the same semantic contribution to a discourse as the nominal in (1.a) and (1.b):

- (1.a) The army's destruction of the city was bloody.
- (1.b) The army destroyed the city. It was bloody.

O que o paralelo entre (2) e (7) revela? É possível afirmar, por que exemplo, que (2) e (7), por terem exatamente as mesmas condições de verdade, podem aparecer nos mesmos contextos? Em outras palavras, podemos reescrever o diálogo:

(21) João foi demitido ontem.

Puxa, por que será que *isso* aconteceu?

Como:

(22) Houve [uma demissão do João]₁ ontem.

Puxa, por que será que [*isso*]₁ aconteceu?

O diálogo em (22) é um pouco estranho, e o mesmo se dá se usarmos a versão da nominalização sentencial com o artigo definido:

(23) Houve [a demissão do João]₁ ontem.

Puxa, por que será que [*isso*]₁ aconteceu?

Ao passo que o antecedente de (21) é um evento, i.e., 'a demissão de João (que ocorreu ontem)', o antecedente de (22), por seu turno, parece ser algo como 'ter havido uma demissão do João', que está mais próximo de um fato do que de um evento – mas deixaremos a discussão sobre a anáfora para as próximas seções.

Vale ainda dizer que não são claras as razões que tornam estranhas as versões nominalizadas de (2), 'João foi demitido', em diálogos como os acima. Outros exemplos são:

(24) É verdade que João foi demitido ontem?

(25) É verdade que houve uma demissão do João ontem?

(26) É verdade que João caiu de bicicleta ontem?

(27) É verdade que houve uma queda de bicicleta do João ontem?

As sentenças (25) e (27), se comparadas a (24) e (26), respectivamente, não são ruins, mas não são usuais; em outras palavras, há algum contraste entre os pares (24)-(25) e (26)-(27) que não deveria haver se os pares fossem sinônimos, como prevê uma semântica de eventos davidsoniana. Há, contudo, situações em que pares como os acima podem ser usados sem contraste; pensando no cenário econômico, poderíamos ter:

(28) É verdade que caiu a bolsa (de valores) ontem?

(29) É verdade que houve uma queda da bolsa (de) valores ontem?

Dado que as nominalizações sentenciais e suas contrapartes com verbos flexionados têm a mesma forma lógica e as mesmas condições de verdade, quais são as razões da estranheza que as nominalizações sentencias que vimos aqui causam? Por que em alguns casos, como (28)-(29), parece não haver tanta estranheza?

Não exploraremos mais a fundo essa questão, mas é importante notar que é uma situação pelo menos indesejada para uma teoria que prevê igualdade de condições de verdade para (2) e (7). Aquele que defender uma semântica de eventos e ter a mesma atitude que Asher, Davidson e Parsons sobre a relação entre nominalizações sentenciais e sentenças com verbos flexionados – um dos grandes ganhos da semântica de eventos, como os autores citados salientam – certamente apelará a algum fator de ordem não semântica (talvez pragmática) para a estranheza vista nos exemplos acima. Dado que (2) e (7) têm a mesma forma lógica – são um caso de sinonímia perfeita –, não podemos atribuir nenhuma diferença de uso ou de interpretação à semântica, sob pena de contradição. A mesma questão se coloca se tivermos um quadro inverso, ou seja, uma situação na qual apenas a nominalização sentencial não soa estranha.

Essa igualdade de forma lógica nos leva a questão de saber qual das sentenças, (2) ou (7), pode ser tomada como sentença original e qual pode ser tomada como paráfrase da sentença original. Ora, se ambas as sentenças têm a mesma forma lógica, não há como decidir. Obviamente, com nominalizações pode haver espaço para mais manobras com efeitos informacionais, como escamotear um ou mais objetos – mas estamos pensando em manter as informações de uma forma para outra. Tudo isso para ressaltar que não é nada trivial a assunção de que pares como (2) e (7) dão a (exata) mesma contribuição semântica.

Porém, não podemos abrir mão de tal assunção, sob pena de fugirmos da semântica de eventos dada por Davidson. Como vimos em passagens anteriores desta tese, uma dos grandes ganhos da semântica de eventos, segundo Davidson, é dar conta, com o mesmo aparato, das nominalizações e dos verbos de ação flexionados.

Sobre as nominalizações sentenciais, nos interessa aqui saber se elas denotam apenas eventos e também sua definitude. Abordamos tais questões abaixo.

(a) A denotação das nominalizações sentenciais

As nominalizações sentenciais também apresentam a ambiguidade processo/produto, mas talvez de maneira não tão saliente como é o caso para as nominalizações de termos – e a razão para tanto pode ser justamente a presença de um VOE. Uma sentença como:

(30) Houve uma construção.,

pode ser sobre um prédio específico, por exemplo. Num contexto no qual dois falantes andam por uma determinada parte de uma cidade, um deles diz “Aqui, há muito tempo, houve uma bela construção”; aqui, temos claramente interpretação de produto.

Porém, se usarmos outros VOEs, como 'ocorrer' e 'acontecer', tal interpretação fica bloqueada. A razão para tanto é o fato desses VOE demandarem eventos; trata-se da mesma razão pela qual um verbo como 'acontecer' funciona como um “seletor” de eventos: dado que eles indicam a ocorrência de um evento, só podem tomar como argumento um evento. Por sua vez, VOEs como 'haver' e mesmo 'ter' são mais livres quanto ao tipo de entidade que selecionam e portanto podem dar vez a interpretação de produto.

Outra questão é saber se é possível usar mecanismos de extração de referentes em anáforas que têm nominalizações sentenciais como antecedentes, reproduzindo o quadro que vimos na parte 2. Assim como para o caso das nominalizações de termos, discorreremos sobre essa questão no capítulo 8. Abaixo, veremos mais sobre a definitude das nominalizações sentenciais.

(b) Definitude das nominalizações sentenciais

Ao nos perguntarmos sobre a definitude das nominalizações sentenciais, e levarmos em conta o paralelo entre (2) e (7), ou seja, que ambas essas sentenças têm (9) como forma lógica, devemos também responder sobre a definitude de sentenças como (2), com verbos de ação flexionado, pois o mesmo se aplicará à (7) (ou vice-versa, já que é difícil decidir o que é paráfrase e o que é a sentença original).

Segundo Davidson e outros que adotaram a semântica de eventos nas linhas propostas por esse autor, sentenças com verbos flexionados quantificam existencialmente sobre eventos. A ideia de Davidson de que sentenças com verbos de ação têm um argumento evento e que tais sentenças são

descrições de eventos, carrega consigo uma mudança enorme nas condições de verdade dessas sentenças. Se antes uma sentença como:

(31) João caiu.,

era verdadeira se e somente se João pertence ao conjunto das coisas que caíram – simplificando bem as coisas –, na semântica proposta por Davidson, (31) é verdadeira se e somente se houver ao menos um evento de queda do João anterior ao momento de fala. Muda-se de uma relação de pertencimento a conjuntos para uma asserção de existência.

Contudo, é possível notar a partir dos exemplos mais triviais que não é uma simples quantificação existencial o que está por trás do *uso* que fazemos de sentenças com verbos de ação flexionados. Tomemos a sentença (31) acima: imagine um cenário no qual dois falantes, Pedro e Tiago, sabem que João caiu quando era criança, e que a queda, por algum motivo qualquer, esteja saliente no contexto. Imagine ainda que somente Pedro sabe que João caiu ontem, e portanto diz (31) a Tiago. Muito provavelmente, Tiago não responderia com algo como:

(32) Ah sim, eu sei... foi quando João tinha uns 6 anos.

Ao usar uma sentença como (31), o falante parece sempre veicular algo novo, um evento novo no universo de discurso. Vejamos isso com mais cuidado.

Quando Pedro diz (31) a Tiago no contexto acima, adotando a proposta de Davidson e tendo o evento de queda de João como saliente no contexto, deveríamos esperar o mesmo que temos quando, diante de uma chuva, alguém nos diz (sinceramente):

(33) Está chovendo.

A razão para tanto é que ambos os casos nosso interlocutor disse algo claramente redundante – num caso sobre a chuva, no outro sobre a queda de João. Tais situações são ao menos estranhas: por que alguém nos diria algo que é explicitamente compartilhado? A asserção de (33) dispararia algum tipo de implicatura incitada pela redundância de seu conteúdo semântico (que a chuva ainda não parou, que está forte, que não era esperada, etc.). Por que não temos o mesmo no caso de Pedro falando (31) a

Tiago? Afinal, haveria redundância da mesma forma.

Há um outro problema relacionado à nossa interpretação de sentenças com verbos de ação flexionados, que já mencionamos na primeira parte desta tese, e que tem a ver com o estatuto informacional dos eventos. Na imensa maioria das vezes, senão em todas, quando interpretamos uma sentença desse tipo (i.e., (31)) damos por certo que ela reporta um novo evento, um evento que não fazia parte do universo de discurso. Se levarmos em conta nossa intuição de que a sentença (31) também reporta um evento novo, a melhor saída parece ser interpretar a quantificação existencial sobre eventos proposta por Davidson como as semânticas dinâmicas tratam os indefinidos, ou seja, como carregando uma pressuposição de novidade¹³⁶. Assim sendo, sentenças com verbos de ação flexionados veicularão eventos que não carregam um índice que já esteja presente no universo de discurso, mas sim um índice que nenhum indivíduo já carregue. Caso contrário, as sentenças com verbos flexionados não terão sua pressuposição de novidade preenchida.

Tal assunção parece estar de acordo com o cenário que propusemos para o pronunciamento de (31) por Pedro a Tiago, e automaticamente toma o evento então veiculado como um indefinido nos termos das semânticas dinâmicas. E, obviamente, deveríamos poder dizer o mesmo de nominalizações sentencias. A versão nominalizada de (31):

(31') Houve uma queda do João.

causaria os mesmos problemas que vimos para (31), dado que sua forma lógica e condições de verdade são idênticas às de (31). Porém, ao considerar que Pedro veicula um novo evento empregando (31'), resolvemos a questão – que se trata de um evento novo fica, aliás, mais claro na nominalização sentencial, pois temos a presença de um artigo indefinido ('uma queda').

Isso nos leva imediatamente à próxima questão: se sentenças como (31) e (31') reportam eventos indefinidos (i.e., com pressuposição de novidade), o que dizer de sentenças como (34), que apresentam um artigo definido ('a queda')?

(34) Houve a queda do João.

¹³⁶ Essas semânticas também pregam que os indefinidos não têm “força quantificacional”; porém, não entraremos nessa discussão aqui e nem aprofundaremos tanto o paralelo entre o evento reportado em (31) e indefinidos, aqui nos basta a ideia de novidade. Notamos contudo que, em princípio, um longo paralelo deveria existir aqui.

Sentenças como a acima, para manter o quadro da semântica dinâmica, veiculam eventos com pressuposição de familiaridade, ou seja, eventos já presentes no contexto ou universo de discurso e são, com relação aos eventos, sempre anafóricas (ou acomodarão a existência do evento que tomam como antecedente, como carregando um índice idêntico (ou tomado como idêntico) ao que o evento veiculado por (34) carrega).

Entre outras coisas, essa assunção prevê que, ao empregarmos (34), é necessário que os participantes da interação saibam de alguma queda prévia do João (ou que acomodem a existência de tal queda prévia) – em suma, (34) não será a melhor alternativa para veicular um evento novo.

Voltando ao cenário de (31), imagine que Pedro diga a Tiago:

(35) Em 1975, houve a queda do João.

(36) Em 1975, houve uma queda do João.

Ora, apenas com (35) Pedro falará da queda que tanto ele quanto Tiago sabem que João sofreu quando era criança (que foi por volta de 1975). Se empregar (36), Pedro indicará que está falando de uma queda diferente daquela que ambos, ele e Tiago, sabem que João sofreu quando era criança (e uma queda que também se deu por volta de 1975).

No quadro que estamos desenhando, a definitude das nominalizações sentenciais é bastante semelhante à das nominalizações de termos; basta atentarmos para o artigo que precede a nominalização para sabermos sobre sua definitude. Se isso estiver correto, a próxima questão a ser investigada é: há uma contraparte com verbo flexionado para (34)? Sentenças como (31) podem veicular eventos com pressuposição de familiaridade, definidos? Se for o caso que sentenças com verbos de ação flexionados veiculem apenas eventos indefinidos, devemos explicar a razão para tanto.

Uma saída seria desconsiderar que (31) por si veicule um evento indefinido, e que a indefinitude do evento vem de outro lugar – algum outro mecanismo – e portanto (31) veicularia eventos sem qualquer efeito de definitude, podendo inclusive veicular eventos definidos sobre certas condições. Teríamos então que saber quais seriam essas condições e o que faria o evento de queda de João ser ora definido ora indefinido quando veiculado por (31).

Esse, contudo, não parece ser um caminho muito promissor. Em primeiro lugar, deveríamos buscar uma interpretação em que o evento veiculado em (31) tenha um antecedente – note que não se trata da presença de algum evento de queda de João no contexto (caso que já analisamos ao descartar as

condições de verdade oferecidas por Davidson e adotar as noções de semântica dinâmica), mas sim de um evento que sirva de antecedente. Há algum exemplo de tal situação?

Podemos imaginar dois falantes olhando para João, e de repente João cai no chão, diante dos olhos de todos. Alguém então afirma:

(31) João caiu.

Poderíamos dizer então que a queda que todos viram serve como antecedente de (31)? Não parecer ser esse o caso (aliás, nesse último quadro é inclusive plausível pensar em alguma implicatura disparada por redundância, pode ser também o caso que ninguém esperava que João fosse cair e ao ver ele cair diga (31) enfatizando a ocorrência do evento de queda).

A dificuldade de encontrar exemplos que venham ao caso desencoraja considerar que sentenças como (31) não carregam nenhuma informação sobre a definitude dos eventos que veiculam.

Além do mais, se adotarmos tal linha de raciocínio – isso é, considerar que (31) não tem definitude e que ela vem de outros elementos – devemos ser explícitos sobre quais elementos influenciam a definitude de um evento veiculado por um verbo flexionado e como eles operam. Porém, quais poderiam ser esses elementos? Candidatos plausíveis são o tempo e o aspecto verbal. Um evento no pretérito perfeito seria, por exemplo, definido e um evento no pretérito imperfeito seria, por sua vez, indefinido? Tal questão já foi colocada na literatura, mas ainda não há consenso sobre como respondê-la – alguns autores apresentam argumentos de que ora o perfectivo ora o imperfectivo correspondem à definitude ou à indefinitude de um evento, mas essas conclusões muitas vezes se misturam com questões sobre a cardinalidade dos eventos considerados e sobre que tipo de conhecimento que temos sobre eles (se sabemos de qual se trata, ou se sabemos que se trata apenas de um evento de um certo tipo), além de trazer à tona também questões sobre *event-types* e *event-tokens*. Há um problema ainda maior em dizer, por exemplo, que o perfeito (ou o aspecto perfectivo) é definido: trata-se da sempre presente confusão entre aspecto e acionalidade: muitas vezes, o que a literatura chama de perfectivo é, na verdade, um evento télico, no passado, numa interpretação que garanta o alcance do *telos* – nem sempre esse tipo de evento tem uma interpretação segundo a qual seu *telos* foi alcançado (Basso, 2007).

Tomemos as seguintes sentenças:

(37) João lavou o carro semana passada.

(38) João estava lavando o carro semana passada.

Tanto (37) quanto (38) podem ser usadas para veicular informação nova, como indefinidos, e ambas as sentenças são verdadeiras se João lavou o carro mais de uma vez no período em questão; outra característica de indefinidos, mas não de definidos.

Tudo somado, a conclusão que nos parece mais interessante é dizer que sentenças com verbos flexionados sempre veiculam eventos indefinidos, e que nominalizações sentenciais podem veicular eventos definidos e indefinidos, a depender do artigo que carregam. Imediatamente, essa conclusão, além de relevar uma certa ausência de isomorfismo entre o verbal e o nominal, leva à questão colocada acima: por que sentenças com verbos flexionados (pelo menos quando no aspecto perfectivo) veiculam eventos indefinidos?

Podemos encontrar um esboço de resposta pensando nos verbos flexionados como termos que carregam a informação de que um evento ocorreu; com a ideia de informatividade, podemos também pensar que tal ocorrência será nova em relação a um dado universo de discurso. Assim sendo, os verbos flexionados seriam um mecanismo automático de instauração de eventos no universo de discurso. Um verbo de ação agregaria sincreticamente informações tipicamente verbais (como tempo, aspecto, etc.) e instauraria uma ocorrência particular de um dado evento. Por sua vez, VOEs, que não carregam um argumento evento, simplesmente diriam sobre a existência de um evento sem nada dizer sobre suas condições de novidade, pois essa informação ficaria a cargo do artigo que precede a nominalização. De uma forma ou de outra, não podemos afirmar simplesmente que os VOEs introduzem eventos no discurso; se esse fosse o caso, deveríamos esperar que os VOEs não fossem compatíveis com nominalizações encabeçadas por artigos definidos, mas vimos que tal compatibilidade existe. Poderíamos dizer que os VOEs introduzem eventos apenas se considerarmos que essa introdução nada diz sobre as condições de novidade do evento, e que tal papel fica a cargo do artigo que precede a nominalização.

Com o trabalho de Davidson (1967) as condições de verdade das sentenças de ação passaram a ser dadas em termos de sentenças existenciais e uma sentença com um verbo de ação seria verdadeira se e somente se um evento de certo tipo fosse o caso ou ocorresse. Pelo que vimos acima, essas considerações não são suficientes para capturarmos as relações entre eventos veiculados por verbos flexionados e por nominalizações, principalmente quando nos indagamos sobre questões relativas à definitude dos eventos. Para dar conta dos fatos e das intuições, propusemos pensar que as sentenças

com verbos de ação flexionados funcionem como introdutoras de eventos novos (indefinidos) no discurso, e que nominalizações sentenciais e de termos podem versar tanto sobre eventos definidos quanto indefinidos. Nessa nova perspectiva, uma sentença com verbo de ação flexionado é verdadeira dada a existência de um dado evento e responde a certos critérios de adequação de felicidade, como respeitar a pressuposição de novidade relacionada a indefinidos.

Na seção abaixo, faremos uma discussão semelhante sobre os nomes que se referem a eventos.

7.2. Os nomes que se referem a eventos

Como dissemos acima, os nomes que se referem a eventos são expressões linguísticas que denotam eventos mas que não têm contraparte verbal. Muitos membros desse classe são palavras que descrevem fenômenos meteorológicos, como 'tempestade', 'nevasca', 'furacão' mas também 'terremoto', 'show', e talvez 'vento', 'fogueira' a depender de como os considerarmos – se como realização (evento) ou materialidade. Podemos também arrolar nessa categoria termos como 'acidente', 'tragédia', 'catástrofe', 'imprevisto', 'coisa'¹³⁷, 'crime' – termos que se combinam com um predicado que demanda eventos, como 'acontecer', e servem como nomes gerais de eventos, que podem denotar basicamente qualquer (tipo de) evento.

A princípio, os nomes que se referem a eventos se comportam como nominalizações de termos e exibem as mesmas características de definitude, ou seja, a depender do artigo que inicia o sintagma em que aparecem, denotarão eventos definidos (familiares) ou indefinidos (novos):

(39) Era uma vez um show beneficente. O show aconteceu... / ? Um show aconteceu...

(40) ? Era uma vez o show beneficente.

Se combinarmos um VOE com nomes que se referem a eventos, podemos ter resultados semelhantes às nominalizações sentenciais, com os mesmos efeitos de definitude:

(41) Em 1983, aconteceu a pior tragédia que o mundo já viu.

(41a) $\iota e[(\text{Pior_tragédia_que_o_mundo_já_viu}(e) \wedge \text{Em}(1983,e))]$

¹³⁷ Veja que uma sentença como 'Aconteceu uma coisa' não é estranha e é sobre um evento qualquer.

(42) Em 1983, aconteceu uma grande tragédia no Brasil.

(42a) $\exists e[(\text{Grande_tragédia}(e) \wedge \text{Em}(1983,e) \wedge \text{Em}(\text{brasil},e))]$

Veremos abaixo como a discussão acima se relacionada com a problemática sobre termos singulares para eventos, que começamos a ver no terceiro capítulo desta tese.

7.3. Nominalizações e termos singulares para eventos

Como dissemos em outros momentos desse trabalho, há várias acepções diferentes para 'termo singular'. Aqui, entendemos termo singular como um termo que se refere inequivocamente a um único indivíduo. Entendido dessa forma, um termo singular relaciona-se estreitamente com descrições definidas e termos anafóricos, dado que todas essas expressões se referem inequivocamente a um indivíduo (que faz parte do contexto).

O interesse de saber se há e quais são os termos singulares para eventos está não apenas na possibilidade de, munidos desses termos singulares, formular critérios de identidade de eventos, mas também saber qual trecho de uma sentença com verbo de ação responde por ser um termo singular para eventos, qual parte da forma lógica representa esse trecho, além da conexão entre anáfora e termos singulares; afinal, pode-se dizer que os termos anafóricos, quando se sabe seus antecedentes, são termos singulares.

Vimos parte dessa problemática no capítulo 2, mostrando como Davidson se preocupava com essa questão. Para esse autor, não só termos singulares são necessários para sentenças de identidade sobre eventos mas também sua existência configura um argumento de que devemos contar com eventos em nossa ontologia. Exemplos de termos singulares para eventos oferecidos por Davidson são: 'Sally's third birthday party', 'the eruption of Vesuvius in A.D. 1906', 'my eating breakfast this morning', 'Ceasar's death', etc.; todos contendo nominalizações de um ou outro tipo.

De fato, ao argumentar que sentenças com verbos flexionados quantificam existencialmente sobre eventos, como reforçado abaixo:

For example, I argued that a sentence like 'Lucifer fell' has the logical form of an existential quantification of an open sentence true of falls of Lucifer, the open sentence in turn consisting of a two-place predicate true of ordered pairs of thing and their falls, and the predicate places

filled with a proper names ('Lucifer') and a free variable (bound by the quantifier). (Davidson, 1967 [1980], p. 137).

, Davidson não poderia dizer que esse tipo de sentença funcionasse como um termo singular para eventos; o que resta então são as nominalizações.

Na discussão que fizemos logo acima, separamos as nominalizações, pelo menos as que acontecem no português brasileiro, em definidas ou indefinidas, a depender do artigo que as precedem. E concluímos também, mesmo que talvez por um caminho diferente daquele adotado por Davidson, que sentenças com verbos de ação flexionados não podem ser tomadas como sendo sobre eventos definidos. A questão que resta é: todo sintagma da forma 'a/o P', em que 'P' está por uma nominalização ou por um nome que se refira a um evento qualquer, é um termo singular para eventos? Há diferenças ulteriores a serem consideradas?

Obviamente, estruturas do tipo 'a/o P' em que 'P' está por uma nominalização podem ter interpretações genéricas ou generalizantes, todas elas excluindo a ideia de que 'a/o P' está sendo usado como um termo singular¹³⁸ para eventos – esse é o comportamento esperado de boa parte das estruturas nominais, assim sendo, o fato de que nominalizações se comportam da mesma maneira indica mais uma vez os paralelos entre os eventos e os objetos concretos. Diante de tais estruturas, devemos também garantir que estamos diante de uma interpretação de processo, e não de produto.

Ao fim e ao cabo, ao compararmos termos singulares descritivos para eventos e objetos canônicos, há duas diferenças que saltam aos olhos:

- 1) a primeira delas, como já comentamos acima, é a presença da ambiguidade processo/produto que pode talvez ser relacionada à ambiguidade concreto/abstrato que itens como 'livro' apresentam, porém, nada diremos sobre isso aqui;
- 2) os eventos podem ser veiculados por estruturas não-nominais, contudo, quando assim veiculados contarão sempre com uma pressuposição de novidade e não podemos encontrar em sentenças com verbos de ação flexionados termos singulares para eventos.

De fato, ao considerarmos predicados como 'cadeira', que se aplica a objetos canônicos, e 'corrida', que

¹³⁸ A questão não é tão simples. Em outros momentos mencionamos que proposições nas quais figura uma descrição definida, numa interpretação atributiva, não são proposições singulares, mas sim proposições particularizantes. Tomar ou não as descrições definidas em usos que não são referenciais como termos singulares ou termos particularizantes é uma escolha que não influencia nosso argumento, pois consideramos em primeiro lugar os usos referenciais de descrições definidas (e demonstrativas).

se aplica a eventos, que são tomados, como vimos, também como objetos, mantendo a coerência da semântica de eventos, deveríamos esperar que funcionassem igualmente e que tivessem as mesmas propriedades – ora, não faz sentido dizer que 'uma cadeira' e 'uma corrida' se referem ambas a objetos concretos e ao mesmo tempo dizer que há uma diferença ontológica entre os predicados 'cadeira' e 'corrida'. Assim sendo, deveríamos esperar que sintagmas nominais compostos pelo predicado 'cadeira' e pelo predicado 'corrida' resultassem em termos singulares nas mesmas condições (i.e., não ser precedidos pelo artigo indefinido, não estar em contextos genéricos, etc.).

Afastando-nos um pouco das nominalizações, dado que podemos pensar que termos anafóricos são termos singulares, podemos encontrar em 'isso' e nas demais descrições demonstrativas termos singulares para eventos. Para o caso de 'isso', podemos pensar nas situações em que ele é usado deiticamente e anaforicamente para se referir a eventos (escolhendo umas das alternativas possíveis para a complexa relações entre dêixis e anáfora). Como vimos, para saber se um dado 'isso' se refere a eventos é necessário computar também um contexto mais amplo, pelo menos o predicado que se combina com o 'isso' em questão; além disso, o 'isso' não tem material descritivo algum nem é um indexical puro (se adotarmos uma abordagem kaplaniana), o que novamente nos leva à computação de um contexto amplo para sabermos se se trata de um termo singular para eventos. O mesmo se dá com as descrições demonstrativas, com a diferença de que elas possuem material descritivo.

Capítulo 8. – Anáfora de eventos com antecedentes não-sentenciais

The notions of truth and of factuality are indispensable, then, for imbuing the exercise of rationality with meaningful substance. They are indispensable even for understanding the very concept of rationality itself. Without them, the concept would have no meaning, and rationality itself (whatever it might turn out to be, if anything, in such deprived conditions) would be of very little use. We cannot think of ourselves as creatures whose rationality endows us with an especially significant advantage over others – indeed, we cannot think of ourselves as rational creatures at all – unless we think of ourselves as creatures who recognizes that facts, and true statements about the facts, are indispensable in providing us with reasons for believing (or for not believing) various things and for taking (or not taking) various actions. If we have no respect for the distinction between true and false, we may as well kiss our much-vaunted “rationality” good-bye.

Harry G. Frankfurt, In: On Truth, pp. 65-66

Neste capítulo, analisaremos sentenças como as abaixo:

- (43) Houve/Aconteceu/Ocorreu uma queda de bicicleta do João ontem. *Isso* causou um pequeno congestionamento.
- (44) Houve/Aconteceu/Ocorreu uma queda de bicicleta do João ontem. *Essa queda* causou um pequeno congestionamento.
- (45) Houve/Aconteceu/Ocorreu uma queda de bicicleta do João ontem. *A queda* causou um pequeno congestionamento.
- (46) Houve/Aconteceu/Ocorreu uma queda de bicicleta do João ontem. *Ela* causou um pequeno congestionamento.

- (47) Uma tempestade atingiu Florianópolis ontem. *Isso* alagou duas cidades.
- (48) Uma tempestade atingiu Florianópolis ontem. *Essa tempestade* alagou duas cidades.
- (49) Uma tempestade atingiu Florianópolis ontem. *A tempestade* alagou duas cidades.
- (50) Uma tempestade atingiu Florianópolis ontem. *Ela* alagou duas cidades.

- (51) Uma queda de bicicleta ontem impediu o João de ir ao trabalho. *Isso* aconteceu às 14hs.
- (52) Uma queda de bicicleta ontem impediu o João de ir ao trabalho. *Essa queda* aconteceu às 14hs.
- (53) Uma queda de bicicleta ontem impediu o João de ir ao trabalho. *A queda* aconteceu às 14hs.

(54) Uma queda de bicicleta ontem impediu o João de ir ao trabalho. *Ela* aconteceu às 14hs.

Como vimos no capítulo anterior, no quadro de uma semântica de eventos aliada a uma semântica dinâmica, não há diferença, com relação aos referentes discursivos e sua definitude, entre as sentenças que servem de antecedente em (43)-(46) e (56), e nem entre (51)-(55) e (57):

(56) João caiu de bicicleta ontem.

(57) João caiu de bicicleta ontem e não pode ir ao trabalho por causa da queda. / João caiu de bicicleta e por isso não foi ao trabalho.

Dito isso, veremos nas seções abaixo como dar conta das anáforas apresentadas acima. Dedicaremos uma seção para cada tipo de antecedente: 'isso', descrições demonstrativas, descrições definidas e pronomes pessoais ('ele' e 'ela').

8.1. Antecedentes não-sentenciais e 'isso'

Nos capítulos 4 e 5, quando exploramos as propriedades semânticas e os mecanismos anafóricos dos demonstrativos, chegamos à conclusão de que 'isso' é um item que tem preferência por antecedentes sentenciais, e que só como último recurso (talvez por algum tipo de coerção) pode ter como antecedente um referente com estrutura nominal (DP). Tal preferência, somada ao fato de que antecedentes abstratos e eventos são majoritariamente veiculados por estruturas sentenciais, é que associa o 'isso' a referentes abstratos. Assinalamos também que os eventos e também os fatos podem ser veiculados por estruturas nominais, que é o caso de certos usos de nominalizações (cap. 2). Com isso em mente, voltemos às sentenças acima, com o intuito de saber qual é o antecedente de 'isso' para cada caso e se ele é de fato um evento:

(43) Houve/Aconteceu/Ocorreu uma queda de bicicleta do João ontem. *Isso* causou um pequeno congestionamento.

(47) Uma tempestade atingiu Florianópolis ontem. *Isso* alagou duas cidades.

(51) Uma queda de bicicleta ontem impediu o João de ir ao trabalho. *Isso* aconteceu às 14hs.

Como é de se esperar, segundo a hipótese que fizemos sobre o 'isso', para nenhuma das sentenças acima o antecedente mais saliente parece ser o evento nominalizado ou o nome que se refere a evento em (47) – a sequência (47) soa, aliás, ligeiramente estranha, como previmos. Antes, o antecedente parece ser, cada uma das sentenças acima, um *fato*; senão vejamos:

(43) Houve/Aconteceu/Ocorreu uma queda de bicicleta do João ontem. *Isso* causou um pequeno congestionamento.

→ 'isso': que houve uma queda de bicicleta do João / ter havido uma queda de bicicleta do João

(47) Uma tempestade atingiu Florianópolis ontem. *Isso* alagou duas cidades.

→ 'isso': que uma tempestade atingiu Florianópolis / uma tempestade ter atingido Florianópolis

(51) Uma queda de bicicleta ontem impediu o João de ir ao trabalho. *Isso* aconteceu às 14hs.

→ 'isso': que João caiu de bicicleta ontem

Para o caso de (51), há uma interpretação disponível segundo a qual o que ocorreu às 14hs foi o *impedimento* de João ir ao trabalho. Tal interpretação está de acordo com nossa proposta para o 'isso', mas o que nos interessa aqui é o evento introduzido por 'uma queda'.

Assim sendo, excetuando-se a interpretação de (51) sugerida imediatamente acima, há algum tipo de mecanismo de extração de referentes, como aqueles vistos no capítulo 5, atuando na interpretação de (43), (47) e (51), ou seja, mesmo pensando em nominalizações, quando o 'isso' está envolvido, parece haver também mecanismos de extração de referentes.

Compare-se também (43) com (56):

(56) João caiu de bicicleta ontem. *Isso* causou um pequeno congestionamento.

Em (56), o nexos anafórico é entre 'isso' e o evento de queda. Por sua vez, ao olharmos para uma das paráfrases com verbo flexionado que oferecemos para (57), vemos que o 'isso' pode ter dois antecedentes: a queda e o impedimento, ambos previstos pela semântica que oferecemos a 'isso' (o 'isso' pode retomar também um evento complexo aqui, algo como “João cair de bicicleta ontem e se atrasar para o trabalho por causa da queda”):

(57) João caiu de bicicleta ontem e não pode ir ao trabalho por causa da queda. *Isso* aconteceu às 14hs.

A semântica a ser dada ao 'isso' e os mecanismos a serem mobilizados são os mesmos que já vimos na parte 2, e não voltaremos a eles aqui.

Por fim, para os casos de (56) e (57) há também mecanismos de extração de referentes envolvidos; basta pensarmos em retomar, a partir dessas sentenças, fatos, proposições, etc. através do 'isso' anafórico. Em suma, o tratamento que sugerimos para o 'isso' se adéqua às considerações que fizemos nesta parte sobre as nominalizações.

8.2. Antecedentes não-sentenciais e descrições demonstrativas

Descrições demonstrativas podem ter estruturas nominais como antecedentes, entre elas as nominalizações, mantendo-se como referente discursivo um evento. É o que atesta os exemplos repetidos abaixo:

(44) Houve/Aconteceu/Ocorreu uma queda de bicicleta do João ontem. *Essa queda* causou um pequeno congestionamento.

(48) Uma tempestade atingiu Florianópolis ontem. *Essa tempestade* alagou duas cidades.

(53) Uma queda de bicicleta ontem impediu o João de ir ao trabalho. *Essa queda* aconteceu às 14hs.

O nome que segue o demonstrativo não precisa ser a repetição do nome que serve como nominalização, basta que seja algo compatível com a cadeia de predicados:

(44a) Houve/Aconteceu/Ocorreu uma queda de bicicleta do João ontem. *Esse acidente* causou um pequeno congestionamento.

(48a) Uma tempestade atingiu Florianópolis ontem. *Essa ocorrência* alagou duas cidades.

(53a) Uma queda de bicicleta ontem impediu o João de ir ao trabalho. *Esse descuido* aconteceu às 14hs.

É interessante notar que ao mudarmos o nome que segue o demonstrativo, podemos dar vez a novas entidades, como abaixo:

(48b) Uma tempestade atingiu Florianópolis ontem. *Essa tragédia* apareceu em todos os jornais.

(48c) Uma tempestade atingiu Florianópolis ontem. ? *Essa tragédia* alagou duas cidades.

Em (48b), 'essa tragédia' refere-se ao fato de uma tempestade ter atingido Florianópolis e diz que tal fato 'apareceu em todos os jornais' – um predicado que se combina com fatos. Contudo, em (48c), o mesmo sintagma 'essa tragédia' refere-se ao mesmo fato que em (48b), mas a sequência como um todo é estranha porque 'alagou duas cidades' é um predicado que demanda eventos e não fatos.

Assim como para o caso de 'isso', os mecanismos semânticos a serem empregados aqui são os mesmos que vimos na parte 2, incluindo os de extração de referentes.

8.3. Antecedentes não-sentenciais e descrições definidas

A não ser em alguns trechos da segunda parte desta tese, nada vimos sobre a forma lógica a ser atribuída a descrições definidas no quadro que adotamos. Voltaremos a essa semântica durante a análise de sentenças como as abaixo:

(45) Houve/Aconteceu/Ocorreu uma queda de bicicleta do João ontem. *A queda* causou um pequeno congestionamento.

(49) Uma tempestade atingiu Florianópolis ontem. *A tempestade* alagou duas cidades.

(54) Uma queda de bicicleta ontem impediu o João de ir ao trabalho. *A queda* aconteceu às 14hs.

A forma lógica que adotaremos para descrições definidas é aquela oferecida por Roberts (2003, p. 310), repetida abaixo:

Para o contexto $C = \langle \text{Dom}, \text{Sat} \rangle$, um NP_i definido com o conteúdo descritivo Desc é

feliz em C apenas se

$$i \in \text{Dom} \ \& \ \forall \langle w, g \rangle \in \text{Sat}[\text{Desc}(w)(g(i))] \ \& \quad (i)$$

$$\forall k \in \text{Dom}[\forall \langle w, g \rangle \in \text{Sat}[\text{Desc}(w)(g(k))]] \rightarrow k = i], \quad (\text{ii})$$

e $\text{Desc}(w)(g(i))$ é verdadeiro sse o indivíduo atribuído a i por g tem a propriedade denotada por Desc no mundo w .

Ao longo desta tese, adaptamos essa fórmula para que ela pudesse capturar nossa intuição com relação aos demonstrativos, supondo que eles sejam sensíveis às diferentes situações em que podem aparecer, a situação default e a não-default. Utilizando a ferramenta das situações, a forma lógica a ser proposta para as descrições definidas é:

Descrição Definida

$$i \in \text{Dom} \ \& \ \forall \langle s, g \rangle \in \text{Sat}[\text{Desc}(s)(g(i))] \ \& \quad (\text{i})$$

$$\forall k \in \text{Dom}[\forall \langle s, g \rangle \in \text{Sat}[\text{Desc}(s)(g(k))]] \rightarrow k = i], \quad (\text{ii})$$

e $\text{Desc}(s)(g(i))$ é verdadeiro sse o indivíduo atribuído a i por g tem a propriedade denotada por Desc no mundo s .

Abaixo, oferecemos uma análise bastante simplificada das sentenças (45), (49) e (54), num quadro um pouco semelhante a DRT, separando os referentes discursivos de cada sentença, porém focando apenas na relação anafórica que nos interessa:

(45) Houve/Aconteceu/Ocorreu uma queda de bicicleta do João ontem. *A queda* causou um pequeno congestionamento.

Primeira sentença: Houve/Aconteceu/Ocorreu uma queda de bicicleta do João ontem.

Referentes discursivos: evento de queda₁, João₂, bicicleta₃

Segunda sentença: *A queda* causou um pequeno congestionamento.

Referentes discursivos: pequeno_congestionamento₄, queda_X

'a queda' pressupõe:

$$i \in \text{Dom} \ \& \ \forall \langle s, g \rangle \in \text{Sat}[[\lambda x. \text{queda}(x)](s)(g(i))] \ \& \quad (\text{i})$$

$$\forall k \in \text{Dom}[\forall \langle s, g \rangle \in \text{Sat}[[\lambda x. \text{queda}(x)](s)(g(k))]] \rightarrow k = i], \quad (\text{ii})$$

podemos substituir o índice 'i' pelo índice '1', relacionado ao evento de queda. Assim, 'A *queda* causou um pequeno congestionamento.'

asserta: $\lambda s \text{ Causou_um_pequeno_congestionamento}(s)(g(1))$

A linha (i) responde pela pressuposição de familiaridade fraca, ou seja, existe no domínio de referentes discursivos da interação em questão algum referente cujo índice seja o mesmo a ser atribuído à entidade referida pela descrição definida, cuja descrição (Desc), no caso 'queda', respeita as outras predicções atribuídas a esse referente; a sentença (ii) corresponde à pressuposição de univocidade. Sobre o referente asserta-se então que ele causou um pequeno congestionamento. Poderíamos incluir, numa explicitação mais elaborada dessas duas sentenças, uma cláusula que diz: 'evento de queda1 = quedaX'.

O uso de demonstrativos e definidos e seu possível intercâmbio tem a ver com a quantidade de referentes discursivos em uma dada situação: se há apenas um referente discursivo na situação discursiva ou *default* que carrega um índice que possa ser atribuído a uma descrição, pode-se então usar, em princípio, tanto a descrição definida quanto a demonstrativa; se há mais de um referente, usa-se a descrição demonstrativa (quando houver uma situação não-default da qual tal referente faça parte), e o uso da descrição definida fica vetado devido ao não preenchimento da pressuposição de univocidade.

Para as outras sentenças, teríamos:

(49) Uma tempestade atingiu Florianópolis ontem. A *tempestade* alagou duas cidades.

Primeira sentença: Uma tempestade atingiu Florianópolis ontem.

Referentes discursivos: evento de tempestade1, Florianópolis2

Segunda sentença: A *tempestade* alagou duas cidades.

Referentes discursivos: cidade A3, cidade B4, tempestadeX

'a tempestade' pressupõe:

$$i \in \text{Dom} \ \& \ \forall \langle s, g \rangle \in \text{Sat}[[\lambda x. \text{tempestade}(x)](s)(g(i))]] \ \& \quad (i)$$

$$\forall k \in \text{Dom} [\forall \langle s, g \rangle \in \text{Sat}[[\lambda x. \text{tempestade}(x)](s)(g(k))]] \rightarrow k = i], \quad (ii)$$

assim, 'A *tempestade* alagou duas cidades.'

asserta: λs Alagou_a_cidade A_e_a_cidade_B(s)(g(1))

(12) Uma queda de bicicleta ontem impediu o João de ir ao trabalho. A *queda* aconteceu às 14hs.

Primeira sentença: Uma queda de bicicleta ontem impediu o João de ir ao trabalho.

Referentes discursivos: evento queda₁, evento de impedimento₂, João₃, evento de ir ao trabalho₄

Segunda sentenças: A *queda* aconteceu às 14hs.

Referentes discursivos: queda_X

'a queda' pressupõe:

$i \in \text{Dom} \ \& \ \forall \langle s, g \rangle \in \text{Sat}[[\lambda x. \text{queda}(x)](s)(g(i))]$ & (i)

$\forall k \in \text{Dom} [\forall \langle s, g \rangle \in \text{Sat}[[\lambda x. \text{queda}(x)](s)(g(k))]] \rightarrow k = i]$, (ii)

assim, 'A *queda* aconteceu às 14hs.'

asserta: λs Aconteceu_às_14hs(s)(g(1))

Para os exemplos que vimos nesta seção não precisamos adotar nenhum tipo de mecanismo de extração de referente de porções ou segmentos de textos. Com a nominalização na sentença antecedente, seja a nominalização sentencial ou de termos, há um introdutor bastante explícito de eventos. Porém, cabe a pergunta: uma nominalização pode também participar de processos de extração de referentes quando o termo anafórico é uma descrição definida (que contém ou não uma nominalização)?

Vejamos alguns exemplos:

(45a) Houve/Aconteceu/Ocorreu uma queda de bicicleta do João ontem. ? O fato apareceu em todos os jornais.

(45b) Houve/Aconteceu/Ocorreu [uma queda de bicicleta do João] ontem. Mas sua mãe não acreditou ? na queda / ? no fato / ? no acontecimento / ? na coisa.

(45c) Houve/Aconteceu/Ocorreu [uma queda de bicicleta do João] ontem. Mas sua mãe não acreditou que ? houve a queda / que ? houve o acidente.

(49a) [Uma tempestade] atingiu Florianópolis ontem. ? O incidente apareceu em todos os jornais¹³⁹.

¹³⁹ Para essa sequência, há a interpretação de que o que apareceu nos jornais foi o alagamento causado pela tempestade. Mas

(49b) [Uma tempestade] atingiu Florianópolis ontem. Mas João não acreditou ? no fenômeno natural / ? no ocorrido / na coisa / no evento.

(54a) [Uma queda de bicicleta] ontem impediu o João de ir ao trabalho. [O acidente] apareceu em todos os jornais.

(54b) [Uma queda de bicicleta] ontem impediu o João de ir ao trabalho. Mas Pedro não acreditou ? no acidente / ? no acontecimento / ? no fato.

As configurações acima podem até variar em grau de aceitabilidade, e algumas podem até ter um grau bem pequeno de estranheza, mas nossa intuição diz todas seriam muitos mais aceitáveis se os termos anafóricos fossem formados com 'isso' ou com descrições demonstrativas.

Tal constatação nos leva a crer que os mecanismos de extração de referente são disparados pelo emprego de demonstrativos, e a razão para tanto deve estar na manipulação do fluxo de informação através de operações que passam de situações default para situações não-default.

Na parte 2, vimos rapidamente a retomada de eventos introduzidos por sentenças com verbos flexionados quando o termo anafórico era uma nominalização. Agora, podemos rever tal retomada tendo em mente a forma lógica sugerida para as descrições definidas. Voltemos aos exemplos (56) e (57), com uma descrição definida com nominalização como termo anafórico:

(56a) João caiu de bicicleta ontem. A queda / O acidente ocorreu por volta das 14 hs.

(57a) João caiu de bicicleta ontem e não pode ir ao trabalho por causa da queda. A queda / O acidente ocorreu por volta das 14hs.

(57b) João caiu de bicicleta e por isso não foi ao trabalho. A queda / O acidente ocorreu por volta das 14hs.

Usando uma nominalização que condiz – no caso, 'queda' ou 'acidente', mas talvez não 'espetáculo' – com o evento reportado pela sentença com verbo de ação flexionado, a retomada com descrição definida funciona como previsto.

não é essa interpretação que interessa aqui.

8.4. Antecedentes não-sentenciais e pronomes pessoais

Por fim, para analisar as sentenças abaixo:

(46) Houve/Aconteceu/Ocorreu uma queda de bicicleta do João ontem. *Ela* deixou sua mãe bem preocupada.

(50) Uma tempestade atingiu Florianópolis ontem. *Ela* alagou duas cidades.

(55) Uma queda de bicicleta ontem impediu o João de ir ao trabalho. *Ela* aconteceu às 14hs.

podemos também lançar mão da proposta de Roberts (2003, 2004) para os pronomes pessoais, adaptando tal proposta ao uso de situações:

para um contexto qualquer, $C = \langle \text{Sat}, \text{Dom} \rangle$, com o conjunto de referentes salientes $\text{Sal} \subseteq \text{Dom}$, se um pronome demonstrativo é usado com felicidade em C :

$$i \in \text{Sal} \ \& \ \forall \langle s, g \rangle \in \text{Sat}[\text{Desc}(s)(g(i))] \ \& \quad (i)$$

$$\forall k \geq \text{Saliente} \ i[\forall \langle s, g \rangle \in \text{Sat}[\text{Desc}(s)(g(k))] \rightarrow k = i], \quad (ii)$$

em que $\text{Desc}(s)(g(i))$ é verdadeira sse o indivíduo atribuído a i pela função g tem a propriedade denotada por Desc em s , e $\geq \text{Saliente}$ é uma relação de ordem parcial sobre $\text{Sal} \times \text{Sal}$, tal que $x \geq \text{Saliente} \ y$ sse x é pelo menos tão saliente quanto y .

A análise vai proceder de uma forma semelhante ao que fizemos na seção acima para as descrições definidas.

Podemos nos perguntar, como também fizemos para o caso das descrições definidas, se há algum mecanismo de extração de referentes disparado pelo uso de pronomes pessoais. Tomemos alguns exemplos:

(46a) Houve/Aconteceu/Ocorreu uma queda de bicicleta do João ontem. ? Ela apareceu em todos os

jornais.

(46b) Houve/Aconteceu/Ocorreu [uma queda de bicicleta do João] ontem. Mas sua mãe não acreditou ? nela.

(46c) Houve/Aconteceu/Ocorreu [uma queda de bicicleta do João] ontem. Mas sua mãe não acreditou que ? houve ela / que ? ela ocorreu.

(50a) [Uma tempestade] atingiu Florianópolis ontem. ? Ela apareceu em todos os jornais.

(50b) [Uma tempestade] atingiu Florianópolis ontem. Mas João não acreditou ? nela.

(55a) [Uma queda de bicicleta] ontem impediu o João de ir ao trabalho. ? Ela apareceu em todos os jornais.

(55b) [Uma queda de bicicleta] ontem impediu o João de ir ao trabalho. Mas Pedro não acreditou ? nela.

Assim como para o caso das descrições definidas, as sentenças acima são ligeiramente estranhas e certamente não seriam a primeira opção estrutural para veicular o conteúdo pretendido. Basta comparar (49a) com 'Uma tempestade atingiu Florianópolis ontem. Isso apareceu em todos os jornais'.

A combinação antecedente sentencial e pronome pessoal é bastante infeliz, como atestam os exemplos abaixo:

(56a) João caiu de bicicleta ontem. * Ela / * Ele ocorreu por volta das 14 hs.

(57a) João caiu de bicicleta ontem e não pode ir ao trabalho por causa da queda. * Ela / * Ele ocorreu por volta das 14hs.

(57b) João caiu de bicicleta e por isso não foi ao trabalho. * Ela / * Ele ocorreu por volta das 14hs.

8.5. Antecedentes não-sentenciais e eventos complexos

No capítulo 5, analisamos anáforas que envolviam eventos compostos ou complexos, como no exemplo repetido abaixo:

(58) João se atrasou para a festa e, na correria, fez uma enorme confusão. Tropeçou várias vezes, rasgou sua calça sem perceber, e até quebrou um antigo vaso de sua mãe.

(58') Tomara que nada disso aconteça na próxima vez.

A questão é saber se é possível encontrar tais eventos complexos veiculados por formas nominais, e como se dá sua retomada. O ideal seria encontrar exemplos em que houvesse apenas nominalizações e VOEs. Tomemos a sequência abaixo:

(59) Houve um atraso de João para a festa. Depois, houve uma enorme confusão. Ocorreu uma série de tropeços; houve até um rasgo na calça de João e por fim houve ainda uma quebra de um vaso antigo de sua mãe.

(59') Tomara que nada disso aconteça da próxima vez.

Apesar de certa artificialidade do exemplo (59), o antecedente de 'isso' em (59') é um evento e um evento complexo, um resumo de tudo o que o texto em (59) reportou. Dado que esse evento complexo é veiculado por uma porção de texto, a semântica que atribuíamos ao 'isso' de (59') prevê que ele tenha justamente tal antecedente.

Uma outra questão é saber se as nominalizações podem retomar eventos complexos. Tomemos novamente as sentenças (58) e (59), que são, aliás, basicamente sinônimas no que concerne aos eventos instanciados, com algumas alternativas de termos anafóricos que são nominalizações:

(58) João se atrasou para a festa e, na correria, fez uma enorme confusão. Tropeçou várias vezes, rasgou sua calça sem perceber, e até quebrou um antigo vaso de sua mãe.

(58') Tomara que isso / essa confusão / ? a confusão / * ela / * ele não aconteça da próxima vez.

(59) Houve um atraso de João para a festa. Depois, houve uma enorme confusão. Ocorreu uma série de tropeços; houve até um rasgo na calça de João e por fim teve ainda a quebra de um vaso antigo de sua mãe.

(59') Tomara que isso / essa confusão / ? a confusão / * ela / * ele não aconteça da próxima vez.

Novamente nos deparamos com uma escala de aceitabilidade que começa com 'isso', como o melhor termo para retomar eventos complexos, passando pelas descrições demonstrativas, pelas descrições definidas – que já são ligeiramente estranhas –, chegando finalmente nos pronomes pessoais, que não funcionam como termos anafóricos para esse tipo de anáfora. Do ponto de vista do que estamos

analisando, o que une os demonstrativos é a necessidade da instauração de uma situação não-default e a disponibilidade de uma operação de extração de referentes, ao passo que as descrições definidas e os pronomes pessoais não participam de ou demandam tais operações.

O interesse nos eventos complexos está justamente no fato de que eles não contam com nada que os introduzam explicitamente no discurso (nem nominalizações nem verbos flexionados) e, portanto, ao serem antecedentes de alguma anáfora devem ser extraídos de uma porção de texto¹⁴⁰. Ora, como vimos, esse tipo de mecanismo está disponível para os demonstrativos, e é isso que torna tão natural a retomada de eventos complexos por demonstrativos.

8.6. Balanço das anáforas de evento com antecedentes não-sentenciais

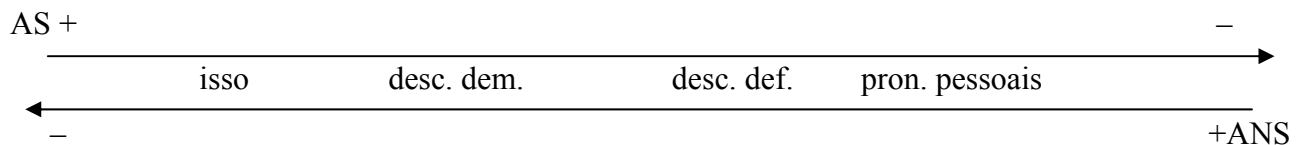
Neste capítulo, vimos que antecedentes não-sentenciais para eventos podem se combinar com termos anafóricos que sejam ou descrições (definidas e demonstrativas) ou pronomes pessoais, mas não com 'isso'. Por sua vez, antecedentes sentenciais se combinam com termos anafóricos que sejam descrições demonstrativas e 'isso', mas apresentam restrições quando o termo anafórico é uma descrição definida ou um pronome pessoal. Poder-se-ia corretamente argumentar que em ambos os casos o que vemos é na verdade um contínuo de preferências de combinação entre antecedentes e termos anafóricos:

- 1) quando o antecedente é sentencial, a melhor opção de termo anafórico é 'isso', passando pelas descrições demonstrativas, as descrições definidas e em raríssimos casos – talvez seja até impossível – podemos usar os pronomes pessoais;
- 2) quando antecedente é não-sentencial, a melhor opção de termo anafórico são os pronomes pessoais, passando pelas descrições definidas, as descrições demonstrativas e em raríssimos casos podemos usar

¹⁴⁰ Pode ser o caso que haja uma acomodação de pressuposição de existência, contudo se esse fosse o caso não haveria razão para que as descrições definidas fossem ruins como termos anafóricos, dado que elas exploram esse tipo de acomodação de pressuposição (basta lembrar das anáforas do tipo *bridging*). Assim, dado que os demonstrativos podem retomar tais eventos e que eles podem acionar mecanismos de extração de referentes é mais provável que seja este último a atuar nesses casos.

'isso'.

O resultado final é uma imagem espelhada: tomando-se um tipo de antecedente como ponto de partida, ao passar para o outro tipo inverte-se o contínuo de termos anafóricos preferenciais, como na figura abaixo (“AS” é “antecedente sentencial” e “ANS” é “antecedente não-sentencial”), com a ressalva de que, ao passo que podemos em raros casos e possivelmente através de manobras que envolvam coerção e acomodações usar 'isso' para retomar um antecedente que tenha uma estrutura não-sentencial, pronomes como 'ele' e 'ela' talvez nunca possam ser usados para retomar antecedentes com estrutura sentencial. Além disso, talvez uma maneira mais interessante de organizar os dados, mas que exigiria uma investigação mais aprofundada, seria separar qualitativamente os pronomes pessoas de um lado, as descrições no meio, e o 'isso' de outro lado, ressaltando não as preferências na escolha de um e outro, mas sim que eles são escolhidos devido ao tipo de papel semântico-informacional que desempenham. De uma forma ou de outra, manteremos o quadro abaixo como uma aproximação e uma primeira organização dos dados¹⁴¹:



Mesmo que venhamos a ter uma boa explicação para esse quadro, é pelo menos surpreendente que ele ocorra, dado que a contribuição semântica, do ponto de visto dos eventos no universo de discurso, é exatamente a mesma¹⁴².

A situação de perplexidade pode ser exposta no seguinte raciocínio: uma sentença com verbo de ação flexionado e sua contraparte nominalizada (nominalização sentencial) têm a mesma forma lógica – fundamentalmente, contribuem com os mesmos referentes discursivos; contudo, não podemos usar os mesmos termos anafóricos para retomar esses referentes, i.e., a depender de como ele foi introduzido no discurso, podemos ou não retomá-lo com 'isso' ou com um pronome pessoal. Por que há essa diferença, dado que os referentes discursivos são os mesmos? Deveríamos esperar as mesmas

¹⁴¹ Para organizar essa apresentação qualitativa, seria necessário também investigar mais pormenorizadamente os chamados pronomes demonstrativos, 'esse', 'essa', etc., com o intuito de avaliar se eles estariam mais próximos das descrições, do 'isso', ou se formam uma categoria à parte. Agradeço ao prof. Sérgio Menuzzi por essas sugestões.

¹⁴² Estamos aqui pensando em sentenças com verbos de ação flexionados e nominalizações indefinidas, sejam elas de termos ou sentenciais.

possibilidades anafóricas, dado que temos os mesmos referentes discursivos em jogo. Se na parte 2 havíamos chegado a um impasse, aqui, na parte 3, podemos dizer que chegamos a um resultado diferente daquele que uma semântica de eventos *à la* Davidson prediz (i.e., a relação entre nominalizações e sentenças com verbos de ação flexionado têm).

Para chegar a esse resultado indesejado, levamos em conta algumas assunções, que devemos explicitar aqui:

(a) a primeira delas tem a ver com os antecedentes, ou seja, com a relação entre verbos flexionados e nominalizações. Como bem nota Davidson e outros, se abrirmos mão da relação estreita proposta para essas duas construções, perdemos em muito o poder heurístico da noção de eventos. Assim sendo, manteremos que a forma lógica de 'João caiu' e 'Houve uma queda do João', do ponto de vista dos eventos em jogo, é exatamente a mesma;

(b) a segunda assunção refere-se aos termos anafóricos, ou seja, à semântica que oferecemos para os itens tomados como termos anafóricos para eventos: 'isso'; as descrições demonstrativas e definidas e os pronomes pessoais. Pode ser de fato o caso que a semântica aqui proposta para essas expressões não seja a melhor, mas muito provavelmente se ela sofrer ajustes serão nos detalhes, o que não leva a crer que alterando a semântica que aqui apresentamos alteraremos o padrão de preferência visto acima. Um caso mais problemático é o 'isso', mas visto que o exploramos tanto como termo de referência direta quanto como termo quantificacional, e que chegamos no mesmo impasse, não parece ser o caso que uma outra forma lógica para esse termo mude o padrão acima;

(c) a terceira assunção tem a ver com a própria ideia de anáfora. Ainda que implicitamente, consideramos que anáfora seja um mecanismo que envolva referentes discursivos e não sua realização superficial, em outros termos, anáfora é uma relação que se dá em forma lógica, no universo de discurso¹⁴³. O problema que o padrão acima nos coloca é que temos referentes discursivos com o mesmo estatuto (eventos, indefinidos), porém introduzidos diferentemente no discurso (ora por verbo flexionado, ora por nominalização). Ora, se a anáfora é uma relação que se dá entre referentes discursivos e as maneiras que vimos de introduzir eventos (ora por verbo flexionado, ora por nominalização) resultam no mesmo (eventos, indefinidos), por que não podemos usar os mesmos

¹⁴³ O mesmo vale para as anáforas ditas sintáticas, que tem a ver com configurações superficiais específicas.

termos anafóricos em ambos os casos?

A assunção a) é a última que podemos descartar, dada que seu abandono significa concomitantemente o abandono do quadro davidsoniano, o que enfraquece a investigação aqui feita. Resta então o ponto b) e c), que veremos na sequência.

Sobre o ponto b), não há muito que dizer devido ao seguinte fato: o quadro espelhado de preferência por tipo de antecedente X tipo de termo anafórico é um fato, e não um construto teórico. Em outras palavras, a imagem espelhada a que chegamos é fruto de nossa intuição sobre as sequências em questão e não da forma lógica que atribuíamos aos termos anafóricos. Assim sendo, não parece haver nenhuma ligação direta entre o ponto b) e o resultado indesejado (para teorias próximas ao que postulou Davidson) que vimos acima. Portanto, não é alterando a semântica a ser atribuída aos termos anafóricos com que lidamos – semântica que tem por objetivo, aliás, dar conta dos nossos padrões de intuição – que alteraremos nossa intuição sobre as sequências analisadas.

Podemos descartar a terceira assunção e defender que anáfora é algo que não se dá entre referentes discursivos? O que restaria então das anáforas? Apenas alguns automatismos sintáticos? De uma forma ou de outra, desde Karttunen (1976) a tendência em linguística que mais tem dado frutos é aquela que leva seriamente em conta a ideia e o papel dos referentes discursivos, sendo a anáfora um carro-chefe de tais estudos. Além disso, análises de outros tipos de anáfora, que geralmente envolvem indivíduos ordinários, leva em conta os referentes discursivos – ora, se defendermos que também os eventos são objetos concretos (ou se comportam como os objetos concretos no modelo de mundo mobilizado), e constataremos que as anáforas de objetos concretos recebem uma análise procedente através da ideia de referentes discursivos, seria pelo menos um contra-senso abrir mão da ideia de que a anáfora se dá entre referentes discursivos ao lidarmos com anáfora de eventos.

Se de fato temos apenas os três pilares que elencamos acima, é difícil evitar abandonar o ponto a). Contudo, deixaremos para as Considerações Finais a discussão sobre as consequências de tal abandono, e também o que resulta da soma do impasse da parte 2 com o resultado indesejado visto na parte 3 desta tese para uma teoria de eventos *à la* Davidson.

Antes, porém, vejamos na Coda desta parte algumas configurações inusitadas de anáfora de eventos.

Coda: Outras configurações de anáfora de eventos

As configurações entre introdutores de eventos e termos anafóricos que vimos até aqui ignoram algumas situações, entre elas a possibilidade de haver um nexos anafórico entre uma sentença com um verbo flexionado na condição de antecedente e uma outra sentença com verbo flexionado na condição de termo anafórico.

A princípio, tal configuração estaria automaticamente barrada pois teríamos dois indefinidos justapostos – situação que, via de regra, não possibilita interpretações anafóricas. Porém, Danlos (2000) e outros mostraram que é possível haver anáfora de evento em tais situações; tomemos os exemplos abaixo:

(60) João estragou uma roupa. Ele manchou uma camisa.

(61) João manchou uma camisa. (Portanto,) Ele estragou uma roupa.

Os eventos reportados na sequência (60) são os mesmos, o que é também o caso para (61).

Ao elaborar as condições para que tal correferência a eventos ocorra, Danlos propõe dois encadeamentos ou relações discursivas específicas, exemplificadas pelas sequências acima. Assim sendo, (60) exemplifica a relação de particularização e (61) a de generalização, como descritas abaixo:

Particularização (PART): tomadas duas descrições de eventos, DE1 e DE2, há uma relação de particularização entre elas, $DE2 = PART(DE1)$, sse DE2 acrescentar informação nova em relação a DE1 – como no caso de DE2 estar em uma relação próxima a de hiponímia com DE1;

Generalização (GEN): tomadas duas descrições de eventos, DE1 e DE2, há uma relação de generalização entre elas, $DE2 = GEN(DE1)$, sse DE2 não acrescentar informação nova em relação a DE1 – como no caso de DE2 estar em uma relação próxima a de hiperonímia com DE1;

Danlos (2000, 2001) afirma ainda que as relações descritas acima são o caso apenas se os elementos que compõe a descrição dos eventos em questão apresentarem as mesmas relações, ou seja, para o caso de (60), 'estragar' deve ser um hiperônimo de 'manchar' e 'roupa' um hiperônimo de

'camisa'; para o caso de (61), há uma inversão nessas relações: 'manchar' deve ser hipônimo de 'estragar' e 'roupa' um hipônimo de 'camisa'. O autor também esclarece que na grande maioria das vezes o que conta como hipônimo ou hiperônimo, principalmente com relação aos predicados verbais envolvidos, é algo que só poderá ser respondido levando-se em conta o contexto.

Há várias sutilezas a serem notadas nos trabalhos de Danlos, desde a postulação de duas relações discursivas novas até as exatas condições em que correferência a eventos via sentenças com verbos flexionados são de fato o caso. Porém, há dois aspectos dos trabalhos de Danlos que queremos ressaltar na sequência.

O primeiro deles tem a ver com o que tomar como descrições de eventos. Durante esta tese, pouco tocamos nessa questão pois as retomadas que analisamos eram efetuadas ora por pronomes ora por descrições que repetiam ou pelo menos não alteravam os componentes da descrição de um evento. Apesar de Danlos considerar isoladamente as expressões que compõe as descrições de eventos, não faremos isso aqui. Em outras palavras, seguindo a prática comum em linguística, separamos apenas o sujeito e os adjuntos e consideramos o resto como sendo a descrição de um evento, porém em bloco, ou seja, voltando ao caso de (60), não consideramos em separado 'estragar' e 'roupa', por exemplo, mas antes o bloco 'estragar uma roupa'. Para Danlos a separação também é interessante pois ressalta a relação de correferência entre os sintagmas indefinidos 'uma roupa' e 'uma camisa' – algo que a literatura prevê como improcedente. Contudo, mesmo considerando as descrições em bloco como estamos propondo, há também uma relação de correferência entre dois indefinidos: 'estragar uma roupa' e 'manchar uma camisa'. Como essas duas descrições podem ser correferenciais?

A resposta para tanto parece de fato estar nas relações de hipo-nímia e hiper-nímia propostas por Danlos, porém ao invés de procurar essas relações entre os componentes das descrições vamos considerá-las com relação à descrição em bloco. Essas relações de hipo-hiperonímia entre eventos é o outro aspecto que queremos ressaltar.

Como nota o autor, na maioria das vezes, quando se trata de eventos, o estabelecimento dessas relações é uma questão contextual, e o mesmo podemos dizer quando consideramos objetos ordinários. O estabelecimento de relações de hipo-hiperonímia para o caso dos eventos se dá da mesma forma que para o casos dos objetos ordinários? Mesmo admitindo que tais relações têm um forte componente contextual, teríamos intuições mais sólidas sobre o que conta como hipônimo ou hiperônimo de, por exemplo, 'sapato' do sobre o que conta como hipônimo ou hiperônimo de, por exemplo, 'beber água'? Nunca é demais ressaltar: deveríamos esperar, assumindo uma semântica de eventos davidsoniana, que

nossas intuições em ambos os casos fossem similares. Não exploraremos, contudo, essa questão.

O problema apresentado por Danlos e outros¹⁴⁴ é interessante na medida em que questiona a assunção de que indefinidos não podem ser usados para retomar referentes discursivos, mas apenas podem introduzi-los. Como bem nota Danlos, as situações em que isso ocorre são apenas duas: as relações retóricas de particularização e de generalização, e há de fato certa dificuldade em considerar que estamos diante de uma anáfora (ou correferência) quando temos sentenças como (60) e (61) – como nota o autor, a intuição parece apontar antes para uma quase correção (com o intuito de especificar ou generalizar) de uma determinada descrição de evento, e não para uma nova predicação de uma entidade já introduzida no discurso. Assim sendo, tudo somado, a configuração antecedente e termo anafórico sentencial aponta mais para um caso isolado do que para algum questionamento das assunções basilares dos estudos sobre anáfora e definitude, e não muda o nosso quadro sobre anáfora de eventos.

Há ainda uma outra configuração inusitada: antecedente não-sentencial e termo anafórico sentencial:

(62) ? Houve uma demissão do João. João foi demitido às 14hs.

(63) ? Houve uma queda de bicicleta do João. João caiu de bicicleta ontem.

(64) ? Houve uma comida do João ontem de noite. João jantou depois das 20hs.

Como esperado, as sentenças acima não funcionam como sequências anafóricas; mesmo que sejam possíveis, certamente não são a alternativa preferencial. É interessante notar que mesmo diante de um dos casos previsto por Danlos, a relação de particularização exemplificada por (64), a configuração agora analisada ainda é estranha.

Podemos então dizer que as configurações que entre antecedente e termo anafórico que têm uma sentença com verbo flexionado na posição de termo anafórico não são “naturais” e ocorrem apenas em condições bastante específicas, como as relações propostas por Danlos; tudo isso de acordo com as assunções sobre o estatuto informacional de definidos e indefinidos e também com a assunção de que sentenças com verbos de ação flexionados introduzem eventos como indefinidos num dado discurso.

¹⁴⁴ Cunha Lima (2004) explora a possibilidade de retomarmos expressões nominais através de indefinidos.



HARRIS, S. **A ciência ri: o melhor de Sidney Harris**. São Paulo: Editora da UNESP, 2007, p.140.

Considerações Finais

After all, I thought in these self-pitying moments, it's hard enough to write essays with a beginning and an end and mostly grammatical sentences in between; why on top of that do people have to read them and expect me to be coherent and persuasive? But such moments were comparatively rare, and, as I reach the end of this response I am overwhelmed by gratitude to those philosophers who have worked hard to understand and evaluate what I have had to say. I appreciate the opportunity to clarify my thoughts, even while I know that, thus clarified, they may strike others as even less plausible than before.

John Perry, ao fim de um longo ensaio num livro em sua homenagem, In: *Situating Semantics*, p. 571

O objetivo desta tese foi analisar criticamente uma afirmação central de Davidson – basicamente, de que os eventos se comportam linguisticamente como objetos concretos –, através da análise linguística de um fenômeno no qual participam eventos e objetos concretos: a anáfora. Com base em tal análise, procuramos avançar argumentos para o debate sobre a natureza metafísica dos eventos, buscando ter evidências de que os eventos são concretos ou abstratos. Depois de situarmos os eventos na “natural language metaphysics”, mostramos ainda que a questão filosófico-metafísica sobre a natureza dos eventos tem importantes desdobramentos para a teoria linguística atual, que toma os eventos como objetos concretos e aplica a eles, assim considerados, as várias ferramentas usadas para lidar com os objetos concretos e também o mesmo esquema conceitual. Talvez o maior exemplo dessa aproximação dos domínios verbal e nominal, do ponto de vista da semântica, seja a aplicação das ferramentas mereológicas aos eventos para entender os fenômenos do domínio tempo-aspectual; é assim que chegamos a noções como a de subeventos e à ideia de soma de eventos. Do ponto de vista sintático, não seria errôneo afirmar que a aproximação das estruturas arbóreas verbais e nominais é tributária da ideia de que os verbos de ação denotam, sob certas condições, indivíduos, do mesmo modo que os nominais; assim sendo, não seria descabido propor estruturas sintático-semânticas semelhantes aos dois domínios.

É certo que demos bastante ênfase ao que chamamos de “evidência da anáfora”, argumentando que, dos três argumentos comumente encontrados na literatura para justificar a presença de eventos em nossa ontologia, a anáfora de eventos, um correlato do argumento de que nos referimos direta ou indiretamente a eventos, é o mais robusto deles, o único que não podemos dispensar, por exemplo, pela adoção de uma metalinguagem lógica mais sofisticada, ou por contar com outras entidades. Se nos

referimos a eventos e os retomamos, então há eventos no modelo de mundo que postulamos para o estudo das línguas naturais. A assunção de Davidson, que transformamos em hipótese e investigamos aqui, é de que a maneira pela qual nos referimos e através da qual retomamos eventos é semelhante ao que acontece no domínio nominal – deveríamos encontrar os mesmos mecanismos nos dois casos –, o que justificaria considerar os eventos como objetos concretos (ao menos no modelo de mundo forjado pelo semanticista).

Porém, ao investigarmos o comportamento anafórico dos eventos ou o comportamento das anáforas de eventos e seus mecanismos, as previsões que a teoria de eventos de Davidson (ou a semântica de eventos nela baseada), e também outras ramificações da semântica de eventos, encontramos um resultado que contraria a assunção de Davidson, ou que a falseia quando tomada como hipótese. E o que bastaria para tanto? Bastaria que os mecanismos mobilizados pela anáfora de eventos fossem diferentes daqueles mobilizados pela anáfora de objetos concretos. Seria correto dizer que foi a essa conclusão que chegamos?

Na parte 2 desta tese, ao considerarmos anáforas de eventos com antecedentes sentenciais, vimos dois pontos principais:

- 1) através dos vários exemplos trabalhados, vimos que do ponto de vista do termo anafórico a ser escolhido, quando o antecedente é sentencial, usamos preferencialmente os demonstrativos, o 'isso' ou as descrições demonstrativas, e depois as descrições definidas e os pronomes pessoais;
- 2) do ponto de vista dos mecanismos envolvidos na anáfora de eventos, vimos que para lidar com anáforas nas quais o 'isso' e as descrições demonstrativas são os termos anafóricos e o antecedente é sentencial é mais interessante apelarmos para algum mecanismo de extração de referentes, pois (i) essas expressões podem, a partir de uma mesma sentença, ter várias entidades abstratas diferentes como antecedentes, e (ii) um mesmo mecanismo parece ser mobilizado para a referência anafórica a essas várias entidades abstratas que não estão superficialmente presentes na sentença e que também não estão, em princípio, em sua forma lógica. O resultado a que chegamos foi um impasse que tem como alvo a quantificação existencial sobre eventos, tomando ela como redundante ou *ad hoc*. Bastante resumidamente, os passos que levam a tal conclusão são: a partir de uma mesma sentença antecedente, como 'João caiu', é possível retomarmos, usando 'isso' como termo anafórico, uma série de entidades abstratas além do evento reportado (i.e., a queda de João); argumentamos que há um mesmo

mecanismo por trás da retomada das entidades abstratas e dos eventos, um mecanismo que envolve “dar vida sob demanda” às entidades retomadas; contudo, diferentemente das entidades abstratas, os eventos não precisam “ganhar vida” pois são introduzidos no discurso pelo verbo (de ação) da sentença – isso torna redundante ou o mecanismo de “dar vida sob demanda” ou a quantificação sobre eventos. Por um lado, há ainda os eventos complexos, que são retomadas e funcionam como os eventos simples, mas não são introduzidos no discurso como os eventos simples – dessa forma, é mais interessante generalizar então o mecanismo que “dá vida” às entidades retomadas pelo 'isso'. Por outro lado, se o mesmo mecanismo de retomada está envolvido na retomada de eventos e entidades abstratas, não há razão aparente, do ponto de vista da anáfora, para tratarmos diferentemente os eventos: ou quantificamos sobre tudo ou sobre nada.

Na parte 3, em que o antecedente é uma nominalização, os pontos que queremos ressaltar são:

3) assumimos que sentenças com verbos de ação flexionados e sua contraparte nominalizada têm a mesma forma lógica – essa é uma previsão importante da semântica de eventos, que responde por boa parte do poder heurístico dessa teoria;

4) do ponto de vista do termo anafórico a ser escolhido, quando o antecedente é não-sentencial, usamos preferencialmente os pronomes pessoais e as descrições definidas e demonstrativas, ao passo que o 'isso' quase nunca é possível;

5) ao juntarmos os pontos 3) e 4) chegamos a um resultado bastante inesperado: apesar de sentenças com verbos de ação flexionados e suas contrapartes nominalizadas terem a mesma forma lógica, a preferência pelos termos anafóricos é invertida, conforme mostramos na figura 1, da parte 3. Ora, dado que a anáfora é uma relação ou operação que se dá entre referentes discursivos, não temos razão alguma para esperar a imagem espelhada a que chegamos – muito pelo contrário, deveríamos ter os mesmos padrões de preferência. A inexistência de padrões semelhantes é algo que problematiza, e, a nosso ver, em muito, a estrutura das semânticas de eventos que tomam as ideias de Davidson como linhas mestras. Vale ainda dizer essa inexistência de padrões semelhantes não é algo que tenha a ver estritamente com a estrutura superficial de sentenças, pois a previsão da teoria de eventos refere-se à forma lógica das estruturas em questão.

Colocando lado-a-lado os pontos de 1) a 5), teríamos alguma evidência de que as anáforas de eventos mobilizam processos diferentes daqueles mobilizados pelas anáforas de objetos concretos? De fato, apenas o que vimos na parte 2 já coloca em cheque a adequação dessa assunção básica da semântica de eventos; com o que vimos nessa parte, a própria ideia de quantificação existencial sobre eventos – ou ainda a ideia de que verbos de ação contam com um argumento evento e que esse evento é introduzido automaticamente no discurso através do uso de tal verbo e se comporta como um referente discursivo introduzido por um indefinido – é seriamente problematizada. Por que? Porque – com o perdão da repetição – a quantificação sobre eventos soa redundante e desnecessária dado que os principais termos anafóricos usados para a retomada anafórica de evento introduzido por sentenças com verbos de ação flexionados, o 'isso' e as descrições demonstrativas, (i) retomam uma série de entidades abstratas, (ii) o fazem sempre pelo mesmo mecanismo que consiste basicamente em (iii) “dar vida” às entidades que eles retomam. Se os eventos “estão no mesmo barco” e é apenas sobre eles que quantificamos, essa quantificação fica então sem justificativa¹⁴⁵. Como vimos na parte 2, ou (a) abandonamos a quantificação existencial sobre eventos, ou (b) quantificamos sobre todas as entidades abstratas, ou ainda (c) quantificamos apenas sobre eventos e justificamos essa exclusividade dos eventos, a despeito de usarmos um mesmo mecanismo anafórico para retomar eventos e entidades abstratas.

De fato, é ao menos estranho que possamos dizer que uma sentença como:

(1) João construiu a casa,

reporta um dado evento, e sobre esse evento ainda dizer que ele é passado, perfectivo, télico, de construção (e não de consumo), singular, etc. e necessitar dos mecanismos de extração de referentes que vimos na parte 2 para lidar com uma situação em que ele serve de antecedente, por exemplo, para 'isso'¹⁴⁶. Por que podemos predicar tantas coisas do evento reportado em (1), mas sua retomada anafórica difere tanto dos objetos concretos? Se esse evento fosse de fato um objeto concreto por que encontramos tal padrão?

¹⁴⁵ Observações semelhantes podem ser feitas se adotarmos uma proposta como a Wolter (2006), em que populamos livremente o contexto ou situação com entidades abstratas, entre elas, os eventos.

¹⁴⁶ Poder ser o caso que devemos contar com a quantificação de eventos e justificar por outros meios a existência de um mesmo padrão de mecanismos anafóricos para lidar com as outras entidades abstratas. Já discutimos sobre essa mesma possibilidade na parte 2, e repetimos aqui o que já dissemos lá: alguém que considere seriamente essa possibilidade deve fornecer razões, que não sejam *ad hoc*, para que quantifiquemos apenas sobre eventos. Contudo, não acreditamos que isso seja possível pela série de razões que vimos na parte 2.

Com a saída de Asher, que vimos no capítulo 4, seção 4.3, é possível distinguir entre mecanismos que dão conta da anáfora de nomes e eventos simples, de um lado, e mecanismos que dão conta de anáfora de entidades abstratas e eventos complexos, de outro. Contudo, não há justificativa linguística para separarmos as anáforas de eventos simples e complexos, muito menos para enquadrarmos esses tipos de eventos em duas categorias ontológicas distintas: fundamentalmente, tudo o que se aplica a eventos simples se aplica também a eventos complexos: podem ser retomados pelos mesmos mecanismos, são compatíveis com os mesmos predicados, etc. Além disso, teríamos que lidar com a questão, nem um pouco óbvia, de saber quando estamos diante de um evento simples ou complexo.

Com a parte 2, vimos, em suma, que a retomada anafórica de eventos demanda mecanismos que não encontramos na retomada de objetos concretos ou que, se os encontramos, são em casos excepcionais, ou passo que são a regra no caso dos eventos. Para o davidsoniano, resta a questão: como defender que os eventos são objetos concretos e ao mesmo tempo dar conta dos dados sobre anáfora vistos na parte 2, em particular tendo em conta que Davidson se baseia na análise das línguas naturais para realizar o salto ontológico? Como conciliar anáforas que envolvem mecanismos de extração de referentes, sobremaneira relacionados com a anáfora de entidades abstratas, e a concepção de eventos como objetos concretos?

Obviamente, há sempre a possibilidade de considerarmos que os eventos são entidades híbridas: comportam-se como objetos concretos à luz de certas operações (por exemplo, operações mereológicas), e comportam-se como objetos abstratos à luz de outras (por exemplo, retomadas anafóricas). Tal saída é extremamente deselegante e, para dizer o mínimo, *ad hoc*: os eventos são concretos e/ou abstratos quando nos convém. Além disso, há outras entidades que gozam desse “privilégio” do hibridismo? Talvez as massas ou os “scattered individuals”. Porém, dado que alguns eventos são, às vezes, tratados como massivos (corrida+corrida=corrida) e outros como contáveis (construção-de-casa+construção-de-casa=construções-de-casas), seria impossível dizer que os eventos são híbridos como as massas... de fato, seria problemático inclusive dizer que as massas apresentam algum tipo de hibridismo ontológico. Tudo somado, àquele que propor que os eventos são híbridos entre concreto e abstrato sobrarão uma enorme gama de problemas complexos, que, mesmo resolvidos, talvez ainda não eliminem o caráter *ad hoc* de tal saída. E certamente situa-se fora da ideia de eventos de Davidson, que é uma aproximação extremada entre eventos e objetos concretos, com o intuito de considerar eventos como algo ordinário, que não demanda mecanismos lógico-linguísticos específicos

e muito menos uma metafísica diferenciados.

Por sua vez, as análises desenvolvidas na parte 3 nada mais são do que o resultado de uma previsão que a semântica de eventos faz. Na parte 2, adotamos a proposta da semântica de eventos para as sentenças com verbos de ação flexionados, e pouco ou nada discutimos sobre a forma lógica dessas sentenças, apenas seguimos os princípios da semântica de eventos. A forma lógica que propomos para as nominalizações da parte 3 decorre da previsão feita pela semântica de eventos de que as nominalizações têm a mesma forma lógica de sua contraparte verbal; essa previsão é tão importante para a teoria proposta por Davidson, que o autor, quando da formulação de tal teoria, disse que ela seria razoavelmente irrelevante se não estabelecesse a ponte correta entre nominalização e verbo flexionado. Essa previsão é salientada pelo ponto 3), acima.

É justamente por aceitar tal previsão que os problemas que vimos na parte 3 aparecem. Ora, dado que entre verbos flexionados e sua contraparte nominal há uma relação de, por falta de termo melhor, sinonímia, por que a escala de preferência de termos anafóricos se inverte? Se a semântica de eventos encontra problemas derivados da análise de anáfora de eventos na parte 2, na parte 3 é uma de suas principais previsões que coloca problemas para a teoria, pois nossa análise revela que essa previsão fundamental não se concretiza.

As considerações que fizemos na parte 3 também levam a um impasse, que pode ser colocado nos seguintes termos: por um lado, a anáfora é algo que se dá entre referentes discursivos, é por isso que esperamos que eventos possam ser retomados pelos mesmos termos anafóricos não importando como tenham sido introduzidos no discurso; por outro lado, o 'isso' parece se importar com a estrutura do material linguístico que introduz o referente discursivo que lhe servirá de antecedente. Há um só tempo dizemos que (i) anáfora é algo que se dá em forma lógica e também que (ii) é algo que leva em conta a estrutura linguística superficial. Sobre o ponto (i), uma outra maneira de entendê-lo é se perguntar como podemos capturar, na semântica a ser atribuída ao 'isso', o fato de que ele tem preferência por antecedentes sentenciais. Sobre o ponto (ii), como, em suma, lidar com o fato de que a semântica de eventos prevê que eventos podem ser veiculados de maneiras apenas superficialmente distintas (verbos flexionados e nominalização), porém as dinâmicas anafóricas são diferentes para cada uma das maneiras de veicular eventos?

Voltamos à questão de como entender anáfora e como tratar semanticamente o 'isso'. É interessante notar que considerações semelhantes podem ser feitas ao tomarmos 'isso' como um termo de referência direta.

Diante dessas considerações, podemos tirar conclusões fracas e fortes. A conclusão fraca é de que os mecanismos envolvidos na anáfora de eventos são diferentes daqueles envolvidos na anáfora de nomes (que são considerados, no presente estudo, como termos que denotam canonicamente objetos concretos) – isso é um problema para uma semântica de eventos *à la* Davidson que prevê um comportamento similar em ambos os casos. Pode ser o caso que haja uma maneira de contornar tal problema e ainda reter os eventos na ontologia, como inicialmente postulados. A conclusão forte leva em conta que a anáfora é um correlato do principal argumento linguístico para contarmos com eventos em nossa ontologia e também a previsão não concretizada de que os eventos veiculados por nominalizações teriam o mesmo comportamento que eventos veiculados por verbos flexionados, inclusive na anáfora. Contornar essas dois problemas é algo bastante complexo, e põe em cheque não apenas a ideia de que eventos se comportam linguisticamente como objetos concretos. Como vimos, ao juntar as peças dos quebra-cabeças envolvidos nas anáforas de eventos, algumas das principais assunções sobre o que é e como se dá anáfora também são problematizadas – tudo isso leva a crer que um problema bastante fundo vem à tona ao considerarmos anáfora de eventos quanto assumimos que eventos se comportam como objetos. A saída mais óbvia – exclusivamente do ponto de vista da evidência da anáfora, é mister salientar – seria abandonar a ideia de que eventos se comportam linguisticamente como objetos concretos, muito menos óbvio é o que tal abandono implicaria às análises linguísticas contemporâneas.

Bibliografia

- ALEXIADOU, A. **Functional structure in nominals: nominalization and ergativity**. Amsterdam: John Benjamins, 2001
- APOTHELOZ, D. **Rôle et fonctionnement de l'anaphore dans la dynamique textuelle**. Genève: Librairie Droz S.A., 1995.
- ALTSHULER, D. WCO, ACD, and what they reveal about complex demonstratives. **Natural Language Semantics**, vol. 15, n. 3, p.265-277, 2007.
- ASHER, N. **Reference to Abstract Objects in Discourse**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1993.
- ASHER, N. Events, Facts, Propositions, and Evolutive Anaphora. In: HIGGINBOTHAM *et al.* (Org.), 2000, p.123-150.
- ASHER, N.; A. LASCARIDES. **Logics of Conversation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- AUSTIN, J. L. Unfair to Facts. In: AUSTIN, J. L. **Philosophical Papers**. Oxford: Clarendon Press, 1961, p.102-122.
- BACH, E. On Time, Tense, and Aspects: An Essay in English Metaphysics. In: COLE, P. (Ed.). **Radical Pragmatics**. New York: Academic Press, 1981, p.63-81.
- BACH, E. The algebra of events. **Linguistics and Philosophy**, 9, p.5-16, 1986.
- BACH, E. **Informal Lectures on Formal Semantics**. Albany: SUNY Press, 1989.
- BARWISE, J.; J. PERRY. **Situations and Attitudes**. Cambridge: MIT-Bradford, 1983.
- BASSO, R. M. **Telicidade e Detelicização: semântica e pragmática do domínio tempo-aspectual**. 2007. Dissertação (Mestre) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- BENNETT, J. **Events and their names**. Oxford: Clarendon Press, 1988.
- BERTUCCI, R. A. Anáforas encapsuladoras: uma análise em textos de opinião. **Revista Letras**, Curitiba, v. 70, p.207-221, 2006.
- BITTAR, A. **Un algorithme pour la résolution d'anaphores événementielles**. 2006. Dissertação (Mestre) – Université Denis Diderot Paris 7, Paris, 2006.
- BORG, E. Complex Demonstratives. **Philosophical Studies**, 97, p.229-249, 2000.

- BORGHINI, A.; VARZI, A. Event Location and Vagueness. **Philosophical Studies**, 128, p.313-336, 2006.
- BRAUN, D. Structured Characters and Complex Demonstratives. **Philosophical Studies**, 74, p.193-219, 1994.
- CARDOSO, S. H. B. Demonstrativos, discurso e referência. **Veredas**, v. 3, n. 2, p.79-95, 1999.
- CAVALCANTE, M. M. **Expressões indiciais em contextos de uso: por uma caracterização dos dêiticos discursivos**. 2000. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2000.
- CAVALVANTE, M. M.; B. B. RODRIGUES; A. CIULLA (Org.). **Referenciação**. São Paulo: Editora Contexto, 2003.
- CHISHOLM, R. M. Events and Propositions. **Noûs**, 4, p.15-24, 1970.
- COMTE, M. E. Anaphoric encapsulation. **Belgian Journal of linguistics**, 10, p. 1-10, 1996. Reimpresso em CAVALVANTE, M. M. *et al.*, 2003, p.177-190.
- CORAZZA, E. Description-Names. **Journal of Philosophical Logic**, v. 31, n. 4, p. 313-26, 2002.
- CORAZZA, E. Complex Demonstratives *Qua* Singular Terms. **Erkenntnis**, v. 59, n. 2, p.263-283, 2003.
- CORAZZA, E. Essential Indexicals and Quasi-Indicators. **Journal of Semantics**, vol. 21, n. 4, p.341-74, 2004.
- CORNISH, F. **Anaphora, Discourse, and Understanding: Evidence from English and French**. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- CUNHA LIMA, M. L. **Indefinido, Anáfora e Construção Textual da Referência**. 2004. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- DANLOS, L. Event coreference in causal discourses. In: BOUILLON, P. e BUSA, F. (Ed). **The Language of Word Meaning**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001a, p.216-242.
- DANLOS, L. Event Coreference Between Two Sentences. In: BUNT, H.; MUSKENS, R.; THIJSSE, E. (Ed.). **Computing Meaning Volume 2**. Amsterdam: Kluwer Academic Publishers, 2001b, p.271-288.
- DAVIDSON, D. The Logical Form of Action Sentences. In: RESCHER, N. (Org.). **The Logic of Decision and Action**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1967, p.81-95. Reimpresso em DAVIDSON, D., 1980, p.105-121.

- . The Individuation of Events, In: RESCHER, N. (Ed.). **Essays in Honor of Carl G. Hempel**. Dordrecht/Boston: Reidel, 1969, p.216-34. Reimpresso em DAVIDSON, D., 1980, p.163-180.
- . Events as Particulars. **Noûs**, 4, 1970, p.25-32. Reimpresso em DAVIDSON, D., 1980, p.181-188.
- . The Method of Truth in Metaphysics. In: FRENCH, P. A.; UEHLING, Jr., T. E.; WETTSTEIN, H. K. **Midwest Studies in Philosophy, 2: Studies in the Philosophy of Language**. Morris: The university of Minnesota. 1977, p.244-254. Reimpresso em DAVIDSON, D. **Inquiries into Truth and Interpretation**. Oxford: Clarendon Press, 1985, p.199-214.
- . **Essays on Actions and Events**. Oxford: Clarendon Press, 1980.
- DEVER, J. Complex Demonstratives. **Linguistics and Philosophy**, 24, p.271-330, 2001.
- DOWTY, D. R. **Word Meaning and Montague Grammar: the Semantics of Verbs and Times in Generative Semantics and Montague's PTQ**. Dordrecht: Reidel, 1979.
- EHLICH, K. Anaphora and deixis: same, similar, or different? In: JARVELLA, R. J.; KLEIN, W. (Ed.). **Speech, place and action: studies in deixis and related topics**. New York: John Wiley and Sons, 1982, p.315-38.
- EVANS, G. Pronouns. **Linguistic Inquiry**, 11, p.337-362, 1980.
- FILIP, H. **Aspect, Eventuality Types and Nominal Reference**. New York e London: Garland Publishing, Inc, 1999.
- HACKING, I. **Why does language matter to philosophy?** Cambridge: Cambridge University Press, 1975.
- HEIM, I. **The Semantics of Definite and Indefinite Noun Phrases**. 1982. Tese (Doutorado) – University of Massachusetts. GLSA: Amherst, MA, 1982.
- HEIM, I. E-Type Pronouns and Donkey Anaphora. **Linguistics and Philosophy**, 13, 1990, p.137-177.
- HEIM, I.; KRATZER, A. **Semantics in Generative Grammar**. Oxford: Blackwell Publishers, 1998.
- HIGGINBOTHAM, J. The Logic of Perceptual Reports: An Extensional Alternative to Situation Semantics. **The Journal of Philosophy**, 80, p.100-127, 1983.
- HIGGINBOTHAM, J. On Events in Linguistics Semantics. In: HIGGINBOTHAM *et al.*, 2000, pp. 49-79.
- HIGGINBOTHAM, J.; PIANESI, F.; VARZI, A. (Org.). **Speaking of Events**. New York e Oxford: Oxford University Press, 2000.
- HOBBS, J. R. **Literature and Cognition**. Stanford: Center for the Study of Language and Information, 1990.

- ILARI, R. Pela primeira vez, e suas Complicações Sintático-Semânticas. **DELTA**, vol.14, número especial, p.141-153, 1998.
- ILARI, R. Anáfora e correferência: por que as duas noções não se identificam?. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, 41, p.91-109, 2001.
- ILARI, R. Alguns problemas no estudo da anáfora textual. In: KOCH, I. G. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (Org.). **Texto e referenciação**. São Paulo: Editora Cortez, 2005, p.103-124.
- ILARI, R.; BASSO, R. M. Alguns fatos de língua na perspectiva da linguística de eventos. In: CASTILHO, A. T. *et al.* (Org.). **Descrição, história e aquisição do português brasileiro – Estudos dedicados a Mary Aizawa Kato**. São Paulo: Editora Pontes e Fapesp, 2007, p.279-298.
- LEPORE, E. An Abuse of Context in Semantics: The Care of Incomplete Definite Descriptions. In: REIMER e BEZUIDENHOUT, 2004, p.41-67
- LYONS, J. Deixis as the source of reference, In: KEENAN, E. (ed.). **Formal Semantics of Natural Language**. Cambridge: Cambridge University Press, 1975, p.61-83.
- KADMON, N. Uniqueness. **Linguistics and Philosophy**, 13, p.273-324, 1990.
- KADMON, N. **Formal Pragmatics: Semantics, Pragmatics, Presupposition and Focus**. Oxford: Blackwell Publishers, 2001.
- KAMP, H.; U. REYLE. **From Discourse to Logic**. Dordrecht: Kluwer, 1993.
- KAPLAN, D. Demonstratives. In: ALMOG, J.; PERRY, J. e WETTSTEIN, H. (Ed.). **Themes from Kaplan**. Oxford: Oxford University Press, 1989, p. 481-563.
- KARTTUNNEN, L. Discourse referents. In: MCCAWLEY, J. (Ed.). **Syntax and Semantics 7**. New York: Academic Press, 1976, p. 363-385.
- KEHLER, A. **Coherence, Reference, and the Theory of Grammar**. Stanford: CSLI Publications, 2002.
- KIM, J. Causation, Nomic Subsumption, and the Concept of Event. **The Journal of Philosophy**, 70, p.217-236, 1973.
- KING, J. **Complex Demonstratives: a quantificational account**. Cambridge: MIT Press, Cambridge, 2001.
- KING, J. Anaphora. In: In: ZALTA, E. N. (Ed.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Summer 2009 Edition)**, URL = <http://plato.stanford.edu/archives/spr2009/entries/anaphora/>, 2005.
- KLEIBER, G. **L'anaphore associative**. Paris: Puf, 2001.

- KOCH, I.G.V. 1989. **A coesão textual**. São Paulo: Editora Contexto, 1989.
- , 1990. **A coerência textual**. São Paulo: Editora Contexto, 1990.
- , 2002. **Desvendando os segredos do Texto**. São Paulo: Cortez Editora, 2002.
- KRATZER, A. An Investigation of the Lumps of Thought. **Linguistics and Philosophy**, 12, p.607-653, 1989.
- KRATZER, A. Situations in Natural Language Semantics. In: ZALTA, E. N. (Ed.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Summer 2009 Edition), URL = <http://plato.stanford.edu/archives/sum2009/entries/situations-semantics/>, 2007.
- KRIFKA, Manfred. The Origins of Telicity. In: ROTHSTEIN, Susan (Ed.). **Events in Grammar**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers. 1998. p. 197-235.
- LEVINSON, S. **Presumptive Meanings: The Theory of Generalized Conversational Implicatures**. Cambridge: MIT Press, 2001.
- LEWIS, D. Score keeping in a language game. **Journal of Philosophical Logic**, 8, p.339-359, 1979.
- LINK, G. The logical analysis of plural and mass terms: a lattice-theoretical approach. In: BAÜERLE, R.; SCHWARZE, C.; von STECHOW, A. (Ed.). **Meaning, Use and Interpretation of Language**. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 1983, pp. 250-209.
- LOMBARD, B. L. Ontologies of Events. In: LAURENCE, S.; MACDONALD, C. (Org.). **Contemporary Readings in the Foundations of Metaphysics**. Oxford: Blackwell, 1998, p.277-294.
- MACDONALD, C. **Varieties of Things: Foundations of Contemporary Metaphysics**. Oxford: Blackwell, 2005.
- MARCUSCHI, L. A. A dêixis discursiva como estratégia de monitoração cognitiva. In: KOCH, I. V.; BARROS, K. S. M. (Org.). **Tópicos em linguística de texto e análise da conversação**. Natal – RN. ENDFRN, 1997, p.155-171.
- NEALE, S. **Descriptions**. Cambridge: MIT Press Books, 1990.
- NEALE, S. Term Limits. **Philosophical Perspectives**, 7, p.89-124, 1993.
- NEALE, S. **Facing facts**. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- NEALE, S. 2004. This, That, and the Other. In: REIMER e BEZUIDENHOUT, 2004, p.68–182.
- NUNBERG, G. The non-uniqueness of semantic solutions: Polysemy. **Linguistics and Philosophy**, 3, p.143-184, 1979.
- PARSONS, T. The Progressive in English: Events, States and Processes. **Linguistics and Philosophy**,

12, p. 213-241, 1989.

- PARSONS, T. **Events in the Semantics of English: A Study in Subatomic Semantics**. Cambridge e London: The MIT Press, 1990.
- PERRY, J. Indexicals and Demonstratives. In: HALE, R.; WRIGHT, C. (Ed.) **Companion to the Philosophy of Language**. Oxford: Blackwell Publishers, 1997, p.586-612.
- PERRY, J. Using Indexicals. In: DEVITT, M. (Org.) **Blackwell Guide to the Philosophy of Language**. Oxford: Blackwell Publishers, 2005, p.314-334.
- PETERSON, Philip L. Anaphoric reference to facts, propositions, and events. **Linguistics and Philosophy**, 5, p.253–276, 1982.
- PIANESI, F.; VARZI, A. Events and Event Talk: An Introduction. In: HIGGINBOTHAM *et al.*, 2000, p.3-47.
- PIETROSKY, P. M. **Events and Semantic Architecture**. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- PIRES DE OLIVEIRA, R.; BASSO, R. M. A semantic-pragmatic account of the “perfective paradox”. In: **VII Workshop on Formal Linguistics, Program and Abstract**, 2008, p.68-69.
- PIRES DE OLIVEIRA, R.; BASSO, R. M. O Paradoxo do Perfectivo: uma proposta semântico/pragmática, no prelo.
- POWELL, G. Complex Demonstratives. **UCL Working Papers in Linguistics**, 13, p.43-71, 2001.
- PREDELLI, S. Complex Demonstratives and Anaphora. **Analysis**, 61, p.53–59, 2001.
- QUINE, W.V. **Word and Object**. Cambridge: MIT Press, 1960.
- QUINE, W.V. Events and Reification. In: LEPORE, E.; MCLAUGHLIN, B. (Ed.). **Actions and Events. Perspectives on the Philosophy of D. Davidson**. Oxford: Blackwell, 1985, pp. 162-171.
- RECANATI, F. Descriptions and situations. In: REIMER e BEZUIDENHOUT, 2004, p.15–40.
- RECANATI, F. Deixis and Anaphora. In: SZABÓ, Z. (Org.). **Semantics versus Pragmatics**. Oxford: Oxford University Press, 2005, p.286-316.
- REIMER, M.; BEZUIDENHOUT, A. (Ed.). **Descriptions and Beyond**. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- ROBERTS, C. Demonstratives as definites. In: DEEMTER, K. van; KIBBLE, R. (Org.). **Information sharing**. Stanford, CA: CSLI, 2002, p.89-196.
- ROBERTS, C. Uniqueness in definite noun phrases. **Linguistics and Philosophy**, 26, p.287-350, 2003.
- ROBERTS, C. Pronouns as definites. In: REIMER e BEZUIDENHOUT, 2004, p.503-543.

- ROCHA, L. C. A. A nominalização no português do Brasil. **Revista de Estudos da Linguagem**, oito, p.4-51, 1999.
- ROTHSTEIN, S. **Structuring Events**. Oxford: Blackwell Publishing, 2004.
- ROTHSTEIN, S. **Aspect in the nominal and verbal domain: atomicity and homogeneity revisited**. Notas do curso, 2008.
- SCHEIN, B. **Plurals and Events**. Cambridge: The MIT Press, 1993.
- SINGH, M. On the Semantics of the Perfective Aspect. **Natural Language Semantics**, 6, p. 171-199, 1998.
- SMITH, C. **Modes of Discourse**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- SMITH, B.; VARZI, A. Fiat and Bona Fide Boundaries. **Philosophy and Phenomenological Research**, 60, p.401-420, 2000.
- SCHLENKER, P. A plea for monsters. **Linguistics and Philosophy**, 26, p.29-120, 2003.
- STALNAKER, R. Pragmatics. **Synthese**, 22, p.272-289, 1970.
- STEWART, H. **The ontology of mind: events, processes, and states**. Oxford: Oxford University Press, 1997.
- TAYLOR, B. **Modes of Occurrence: verbs, adverbs, and events**. Oxford: Basil Blackwell Publishers, 1986.
- VARZI, A. Vagueness, Logic, and Ontology, **The Dialogue**, 1, p.135-154, 2001.
- VARZI, A. Events, Truth, and Indeterminacy. **The Dialogue**, 2, p.241-264, 2002.
- VARZI, A. **Ontologia**. Roma: Laterza, 2005.
- VENDLER, Z. Verbs and times. In: VENDLER, Z. **Linguistics in Philosophy**. Ithaca: Cornell University Press, 1967a, p.97-121.
- VENDLER, Z. Facts and Events In: VENDLER, Z. **Linguistics in Philosophy**. Ithaca: Cornell University Press, 1967b, p.122-146.
- VERKUYL, H. J. **A Theory of Aspectuality. The Interaction between Temporal and Atemporal Structure**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- VERKUYL, H. J. **On the Compositional Nature of the Aspects**. Dordrecht: Foundations of Language Supplement Series, 1972.
- VERKUYL, H. J. Events as Dividuals: Aspect Composition and Event Semantics. In: HIGGINBOTHAM *et al.*, 2000, p.169-206.
- WEBBER, B. L. So what can we talk about now? In: BRADY, M.; BERWICK, R. C. (Ed).

- Computational Models of Discourse.** Cambridge: The MIT Press, 1983, p.331-371.
- WEBBER, B. L. Structure and Ostension in the Interpretation of Discourse Deixis. **Natural Language and Cognitive Processes**, 6, p.107-135, 1991.
- WEBBER, B. L. Discourse deixis: reference to discourse segments. In: PROCEEDINGS OF THE ANNUAL MEETING OF THE ASSOCIATION FOR COMPUTATIONAL LINGUISTICS, 1988, p.113-122.
- WOLTER, L. **That's That: The Semantics and Pragmatics of Demonstrative Noun Phrases.** 2006. Tese (Doutorado) – University of California, Santa Cruz, 2006.
- ZAMPONI, G. Anáforas associativas actanciais e nominalizações: delimitação do ponto de vista da semântica de eventos. **Caderno de Estudos Linguísticos**, 44, p.119-132, 2003.
- ZUCCHI, S. **The language of propositions and events: Issues in the Syntax and Semantics of Nominalization.** Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1994.